

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Carlos Alberto Machado Noronha

Lima Barreto entre lutas de representação:
Uma análise da modernização da cidade do Rio de Janeiro no início do
século XX

Feira de Santana

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Carlos Alberto Machado Noronha

Lima Barreto entre lutas de representação:
Uma análise da modernização da cidade do Rio de Janeiro no início do
século XX

Dissertação apresentada à banca examinadora
da Universidade Estadual de Feira de Santana
como exigência para a obtenção do grau de
Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Rinaldo Cesar Nascimento Leite

Feira de Santana

2009

FICHA CATALOGRÁFICA

NORONHA, Carlos Alberto Machado Noronha

Lima Barreto entre lutas de representação: uma análise da modernização da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX/ Carlos Alberto Machado Noronha/ Feira de Santana – BA, 2009.

Orientador: Rinaldo Cesar Nascimento Leite

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009

1. História Cultural. 2. Lima Barreto. 3. Modernização do Rio de Janeiro. 4. Lutas de representação. 5. História e Literatura. 6. Escritores. I. LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Pós-graduação em História

Carlos Alberto Machado Noronha

Lima Barreto entre lutas de representação:
Uma análise da modernização da cidade do Rio de Janeiro no início do
século XX

A banca examinadora considera esta
dissertação adequada como requisito para a
conclusão do Mestrado em História da
Universidade Estadual de Feira de Santana

Feira de Santana, de de

Banca examinadora

Prof. Dr. Rinaldo Cesar Nascimento Leite
UEFS

Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira
UNEB

Prof. Dr. Charles D'Almeida Santana
UEFS

AGRADECIMENTOS

A meus pais, Seu Antônio e Dona Maria Elza, pelo apoio e respeito às minhas escolhas;
Minha companheira Rose pelo seu carinho, dedicação, incentivo e paciência. A ela devo pedir desculpas pelas ausências devido às atividades de elaboração desse trabalho;

Meus amigos Anselmo, Fábio e Cacilda que disponibilizaram materiais necessários ao desdobramento da pesquisa;

Professor Clóvis Ramaiana, amigo, incentivador e “primeiro orientador” da pesquisa no seu estágio embrionário na UNEB, campus de Alagoinhas;

Albertina Rodrigues, artista residente em Alagoinhas, que me ensinou a ser mais persistente;

Goretti pelo auxílio num momento muito difícil de minha vida;

Companheiros de mestrado pelas críticas e sugestões ao meu trabalho;

Professor Rinaldo Leite pela paciência e orientação competente;

FAPESB que cedeu uma bolsa de estudo, sem a qual a pesquisa ficaria comprometida;

Julival, secretário do Mestrado em História, pelo apoio com as questões administrativas do curso;

“Irmãos de luz” que me ajudam a trilhar um caminho mais fecundo nesta existência.

RESUMO

Esse trabalho discute a constituição da imagem de nação moderna para o Brasil, no início do século XX, através da perspectiva do literato Lima Barreto acerca da modernização da cidade do Rio de Janeiro. As suas opiniões expressas em artigos e crônicas publicadas na imprensa da época, diários, correspondências e por meio das representações construídas nos seus contos e romances sobre o Rio de Janeiro foram confrontadas com as de outros escritores e ações modernizadoras dos governantes. A partir do diálogo com as propostas teóricas de Roger Chartier acerca da representação do mundo social e as de Michel de Certeau relacionadas ao estudo das práticas cotidianas, objetivamos, então, com aquela confrontação, analisar a disputa pela imagem da cidade do Rio de Janeiro; perceber como Lima Barreto expressa a apropriação pelas elites das representações de modernidade forjadas, principalmente, na Europa com o intuito de ordenar o seu mundo social e compreender as possíveis alternativas apresentadas por Lima ao formato de cidade moderna defendido pelo regime republicano e por outros literatos.

Palavras-chaves: Lima Barreto, Rio de Janeiro, modernização, representação.

ABSTRACT

This work discusses about the constitution of image of modern nation to Brazil in the beginning of the 20th century through the author Lima Barreto's perspective about the modernization of the Rio de Janeiro city. His opinions expressed in your diaries and correspondences, and also through the articles and chronicles published by press from your time, and the representations constructed in your tales and novel about the Rio de Janeiro were confronted with the texts from other authors and the modernization actions of the rulers. From the dialogue with the theoretical proposal from Roger Chartier about the representation of the social world and theoretical proposal from Michel de Certeau related to the study of quotidian practices, then we delineated the following objectives: to analyze the dispute by the image of the Rio de Janeiro city; to perceive how Lima Barreto expresses the appropriation of the representation of forged modernity all above in Europe with the purpose to put in order your social world and understand the possible alternatives presented by Lima Barreto about the idea of modern city defended by republican regime and other authors.

Key-words: Lima Barreto, Rio de Janeiro, modernization, representation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Planta do centro do Rio de Janeiro do século XIX	65
Figura 2 – Caricatura da planta do centro do Rio do início do século XX	75
Figura 3 – Planta do Rio com melhoramentos realizados ou em execução no período 1904-1908	86
Figura 4 - Planta da cidade do Rio de Janeiro de 1907	90
Figura 5 – Foto da Avenida Beira-Mar, Botafogo em 1915	151
Figura 6 – Área portuária do Rio	155
Figura 7 – Detalhe do bairro de São Cristóvão	159
Figura 8 – Localização do Passeio Público	161
Figura 9 – Localização do Passeio Público	162
Figura 10 – Detalhe de Santa Tereza	166

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A TRAJETÓRIA DE UM ESCRITOR	20
1.1 – Lima Barreto entre as letras e os subúrbios	20
1.2 – A construção de uma escrita desafiadora	29
1.3 – Diálogos e desafios de uma literatura militante	45
CAPÍTULO 2 – LIMA BARRETO E A “CIDADE MARAVILHOSA”	61
2.1 – As (re)construções material e simbólica da cidade	61
2.2 – Lima Barreto e as suas primeiras impressões	81
CAPÍTULO 3 – LIMA BARRETO E A MODERNIDADE QUESTIONADA	95
3.1 – Símbolos da modernidade: rua, bonde, automóvel, teatro e vida mundana	95
3.2 – A contestação barretiana da “cenografia” urbana	112
CAPÍTULO 4 – LIMA BARRETO E A OUTRA FACE DA MODERNIDADE BRASILEIRA	124
4.1 – Lima Barreto e a transformação de sentidos na Belle Époque carioca	124
4.2 – A apropriação da cidade: as “caminhadas” de Lima Barreto	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS (fontes e bibliografia)	173
ANEXOS	181

INTRODUÇÃO

Afonso Henriques de Lima Barreto foi um escritor que viveu entre 1881 e 1922 na cidade do Rio de Janeiro, produzindo seus textos entre os anos de 1902 a 1922. Mulato, de origem pobre, conseguiu concluir seus primeiros estudos com muita dificuldade, embora com certa desenvoltura. No nível superior, deparou-se com problemas relacionados às condições de sobrevivência de sua família e outros decorrentes de suas relações na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Diante disso, não concluiu o curso de Engenharia, teve que trabalhar como amanuense na Secretaria de Guerra para garantir o seu sustento e de sua família e passou a residir no subúrbio de Todos os Santos. Contudo, isso não o impediu de se dedicar também a sua grande paixão: a literatura.¹

A sua trajetória nesta atividade, marcada por discriminações e dificuldades financeiras, foi traçada a partir da leitura de autores internacionalmente reconhecidos, como Balzac e Dostoiévski, e dos contatos com outros intelectuais brasileiros, com os quais estabeleceu relações de amizade e colaborou na publicação de periódicos. Utilizando-se de uma linguagem simples, despojada e com grande capacidade de síntese, ele escreveu romances, contos e atuou na imprensa com artigos e crônicas, voltando-se para questões relacionadas ao uso do espaço urbano, discriminação racial, construção da identidade nacional e papel do literato na sociedade.

Apesar dessa interessante biografia, nosso contato com esse autor só teve início quando já nos encontrávamos a caminho da conclusão da graduação em História na Universidade do Estado da Bahia. Esse contato foi estimulado por estudos realizados nas disciplinas História Moderna e História Contemporânea, nos quais o uso de fontes literárias pelo historiador era destacado como pertinente.

Isso nos levou ao estudo das discussões em torno das relações entre História e Literatura. Os argumentos desenvolvidos por Peter Burke fez com que percebêssemos o uso por parte do historiador de determinados recursos da narrativa literária a fim de

¹ BARBOSA, Francisco de Assis. A vida de Lima Barreto. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Coleção Documentos Brasileiros).

produzir uma história que revele os relacionamentos entre os acontecimentos e as estruturas e apresente vários pontos de vista.²

Já com a leitura de Carlo Ginzburg, nosso olhar se voltou para as interessantes implicações cognitivas que a noção de estranhamento, recurso utilizado por renomados romancistas, poderia trazer para o historiador como, por exemplo, uma análise que supera as aparências de uma dada realidade, contribuindo para sua compreensão de forma mais profunda e um exame das intenções humanas, de suas percepções.³ Esse pensamento de Ginzburg ainda nos sugeriu, uma possibilidade interessante de uso da literatura como fonte para uma história focada no estudo das experiências vividas, das dimensões subjetivas das práticas individuais e coletivas de uma determinada sociedade.

Uma possibilidade que é apresentada por Sevcenko como viável, pois, segundo este autor, a literatura “fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram”.⁴ Contudo, essa revelação que aponta Sevcenko não deve ser buscada pelos historiadores através de descrições “precisas”, “concretas” e “reais”, pois estamos tratando de ficção e, se formos buscar essas descrições, dificilmente vamos conseguir um resultado plausível com o uso da literatura como fonte histórica.

Dessa forma, ao nos debruçarmos sobre os escritos de Chartier, tivemos contato com sua noção de representação. Esta, entre a função de ver uma ausência, estabelecendo a diferença entre aquilo representa e o que é representado e a outra que afirma uma presença daquilo que se expõe no lugar do outro; viabiliza a construção de sentidos, distanciando-se do mimetismo puro e simples. A tarefa do historiador, então, é atingir a inteligibilidade dessa construção que pode ser realizada através da análise dos “meios” pelos quais a representação se expressa como normas, instituições, discursos, imagens e ritos.

Chartier esclarece ainda mais essa possibilidade que tem o historiador em apreender os significados que a representação constrói quando elenca as três modalidades de relação com o mundo social que aquela noção permite articular.

² BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

³ GINZBURG, Carlo. Estranhamento: pré-história de um procedimento literário. In: GINZBURG, Carlo. Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁴ SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 30.

[...] Em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.⁵

Nesse sentido, o historiador encontra na literatura uma fonte que lhe propicia uma série de visões críticas e representações da vida social, levando-o a ter “contato” com o passado pelas sensibilidades particularmente desenvolvidas por aqueles que viveram os fatos.

Ao lado desse estudo sobre as potencialidades da literatura como fonte histórica, a necessidade de avançar nos estudos na área de História e o crescente interesse pela obra de Lima Barreto fizeram com que procurássemos desenvolver uma pesquisa em que esse autor estivesse em foco. A proposta de pesquisa acabou sendo aceita no Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, sendo o presente trabalho o seu resultado.

Inicialmente, a pesquisa procurava discutir a contribuição do discurso de Lima Barreto sobre a modernidade brasileira para a representação do Brasil como nação moderna. Contudo, com o aprofundamento da análise de trabalhos recentes sobre Lima Barreto e a ampliação das fontes, acabamos por modificar essa proposta. Vejamos, então, o caminho percorrido para a escrita dessa dissertação.

Nos últimos anos, o estudo da obra de Lima vem recebendo uma grande atenção de especialistas das áreas de Literatura, História e Sociologia. O trabalho de Elvya Pereira é um deles. Essa autora procura reler algumas formas de representações ufanistas e nacionalistas subscritas pelo discurso ficcional de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, romance de Lima Barreto, apontando a forma como o autor desqualifica aquelas representações e insinua mudanças na abordagem da cultura e na sociedade nacionais, as quais seriam realizadas pela conjunção das forças dos que estavam à margem.⁶

O historiador Nicolau Sevcenko já traz uma análise da escrita de Lima Barreto inserida num cenário de preocupação dos intelectuais diante do processo de

⁵ CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988, p. 23.

⁶ PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. A representação do nacional em *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Universidade Federal da Paraíba, 1991 (dissertação).

modernização empreendido pelo regime republicano. Nesse trabalho, o leitor pode compreender os temas principais da obra de Lima Barreto e a sua posição no cenário cultural da época que, segundo Sevcenko, aproximava-o, em alguns aspectos, de Euclides da Cunha – o outro foco do autor -, principalmente no que diz respeito à busca de um futuro com mais solidariedade humana.⁷

Ana Verani, por sua vez, analisa como Lima Barreto trabalha o tema da loucura em sua obra e questiona, a partir de personagens que, na realidade representada em seus livros, são vistos como loucos, o processo de modernização brasileira, relacionando-o a um quadro de exclusão social legitimado pelo novo regime republicano.⁸ Acerca das leituras realizadas por Lima na construção de seus temas, o estudo de Carmem de Figueiredo oferece informações precisas sobre a forma de apropriação de Lima Barreto de idéias e conceitos do filósofo alemão Nietzsche, principalmente os referentes aos limites do humano, sendo que as fontes utilizadas para esse trabalho foram uma coleção de retalhos do escritor composta de jornais, revistas e livros.⁹

Já os trabalhos de Celi Freitas e Maria Cristina Machado estão focados na representação da modernidade brasileira construída por Lima Barreto. No primeiro, a autora Celi Freitas, através de uma perspectiva teórico-metodológica situada no campo multidisciplinar, interligando a História Política (com incursões no campo biográfico) e a análise do discurso, apresenta formações discursivas em disputa no discurso barretiano que caracterizam o espaço-tempo da “Avenida Central”, expondo, na paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX, as contradições da ordem republicana.¹⁰

O segundo, fruto da tese de doutorado em Sociologia de Maria Cristina Machado, trabalha com a hipótese de que esse escritor desenvolveu grande sensibilidade sociológica por estar estreitamente vinculado às condições de emergência e configuração da sociedade capitalista brasileira. Machado, a partir de uma leitura benjaminiana, reconhece na produção literária de Lima Barreto uma representação alegórica da modernidade brasileira, reveladora de que, no mundo capitalista, a estrutura

⁷ SEVCENKO, Nicolau. op.cit.

⁸ VERANI, Ana. O triste fim de Policarpo Quaresma: literatura, loucura e sociedade no Brasil da Belle Époque. Pontifícia Universidade Católica – RJ, 2003 (dissertação).

⁹ FIGUEIREDO, Carmem. Uma corda sobre o abismo: diálogos entre Lima Barreto e Nietzsche. Revista ALEA, Vol. 1, junho de 2004, p. 159-173.

¹⁰ FREITAS, Celi. Lima Barreto: um intelectual negro na Avenida Central. Revista Intellectus, Vol. 1, Ano 4, 2005. Disponível em: <http://www.2uerj.br>. Acesso em 10 de dezembro de 2006.

social dos países marcados por relações que pressupõem a dependência produziu uma variante inacabada e frustrante da modernidade européia.¹¹

Por último, merece destaque a dissertação de Suely Santos Santana. Nesta, os textos de Lima Barreto foram lidos como momentos de desvios e rupturas em relação aos discursos que inferiorizavam os negros e seus descendentes e contribuíam para a permanência destes nos lugares mais desprestigiados do espaço social. Para essa autora, a literatura de Lima Barreto rompe, reverte conceitos, hierarquias e valores, permitindo a compreensão do afro-brasileiro e de sua posição sempre vigiada.¹²

Com essa breve exposição da produção acadêmica mais recente sobre a obra de Lima Barreto, podemos perceber que as análises estão concentradas nos aspectos de sua produção literária relacionados à crítica de uma certa construção de identidade nacional, à denúncia da exclusão social empreendida pelo regime republicano, características da sua escrita, imagens referentes à modernidade brasileira.

Paralelamente à análise desses trabalhos, ampliamos nossa leitura da obra de Lima Barreto, incorporando, no nosso estudo, romances, crônicas, correspondências e anotações pessoais do autor pouco ou não exploradas por aquela produção mais recente. Nessa viagem pelos textos barretianos, pudemos notar de uma maneira mais intensa a relação entre Lima Barreto e a cidade do Rio de Janeiro. Com isso, percebemos que os temas desenvolvidos por Lima Barreto partiam, em grande parte, daquela relação.

A cidade do Rio de Janeiro, durante a produção textual de Lima, passava por um intenso processo de modernização, a qual provocou alterações tanto no traçado de algumas áreas de seu espaço urbano quanto nos hábitos de sua população. Desse modo, fomos observando que Lima Barreto, nas suas representações da modernização da cidade do Rio de Janeiro, criticava as ações do governo federal e municipal e a postura de alguns escritores e segmentos sociais quanto à imagem que a cidade deveria ter.

Ao dialogarmos de modo mais crítico com o pensamento de Roger Chartier, compreendemos que as construções das representações de uma dada realidade são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam, devendo sua análise estar vinculada a um campo de concorrências e de competições entre os grupos sociais pelo

¹¹ MACHADO, Maria Cristina Teixeira. Lima Barreto: um pensador social na Primeira República. São Paulo: Edusp, 2002.

¹² SANTANA, Suely Santos. Uma voz destoante na rua do Ouvidor: Lima Barreto e a representação da relações raciais no início do século XX. Universidade Federal da Bahia, 2005. (dissertação).

poder de impor sua concepção de mundo social.¹³ Como vemos, as representações estão relacionadas à tentativa de atribuição de valor que, por sua vez, mobilizam práticas efetivas de legitimação social.

Sendo assim, procuramos confrontar as representações da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, presentes nos textos barretianos com as expressas pelos textos de outros autores, normas impostas pelos governantes e defendidas pelas elites econômicas e até pelo próprio formato que o espaço urbano carioca adquiriu com a reforma modernizadora iniciada em 1904.

Essa confrontação fez com que passássemos a questionar sobre qual a contribuição do escritor Lima Barreto para uma análise das lutas de representação travadas com o intuito de forjar uma imagem de nação moderna para o Brasil do início do século XX, uma vez que a cidade do Rio de Janeiro, pela sua importância, era considerada o palco principal para a concretização de toda uma transformação modernizante, a qual elevaria o país à categoria de nação moderna e civilizada.

Diante disso, fizemos um recorte na obra de Lima Barreto. Dentre os romances, por apresentarem de maneira mais reflexiva sua posição em relação à experiência de viver num espaço urbano em processo de modernização e permitirem uma análise das representações que traçava para a cidade do Rio, escolhemos trabalhar com *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*, *Numa e a Ninfa*, *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* e *Clara dos Anjos*.

Para que pudéssemos acompanhar como o autor, cotidianamente, procurava intervir na realidade da cidade e se utilizava de seus fragmentos para construir um sentido que permitisse ao leitor uma visão mais abrangente das transformações pelas quais passava o Rio de Janeiro, selecionamos crônicas, artigos e contos, muitos dos quais publicados na imprensa, relacionados à vida cotidiana carioca, modernização do espaço urbano, situação dos subúrbios, ambiente intelectual e saúde pública.

Já para compreendermos algumas escolhas realizadas por Lima Barreto durante a sua trajetória, possibilitando, assim, uma contextualização mais consistente de sua produção textual, tivemos que recorrer a determinadas anotações pessoais do autor presentes em seus diários bem como correspondências trocadas com amigos, intelectuais e companheiros colaboradores na confecção de periódicos.

¹³ CHARTIER, Roger. op.cit., p. 17.

Os critérios para a escolha dos autores que estavam inseridos na luta de representações com Lima Barreto, por sua vez, foram a sua participação em periódicos de grande prestígio na sociedade da época, a aceitação e reconhecimento de seu trabalho pela Academia Brasileira de Letras e as suas posturas em relação ao processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro.

Daí o destaque que demos no trabalho às crônicas e reportagens de Olavo Bilac (1865-1918), João do Rio (1881-1921) e ao romance de Afrânio Peixoto (1876-1947), *A Esfinge*. Além disso, ao corpus da pesquisa foram adicionados alguns textos publicados em periódicos da época, que nos propiciaram a compreensão da forma como determinados segmentos sociais vivenciaram certos momentos da reforma urbana bem como a identificação de mais representações da cidade do Rio de Janeiro.

Para um melhor desenvolvimento desse trabalho, estabelecemos diálogo também com as proposições de Michel de Certeau que, juntamente com a noção de apropriação de Chartier, fez com que observássemos a forma como Lima Barreto percebia determinadas práticas cotidianas. Segundo Chartier, a apropriação visa “a elaboração de uma história social dos usos e interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os constroem”,¹⁴ sendo que a manipulação de bens simbólicos e o exercício de determinadas práticas culturais são objetos de lutas sociais nas quais estão em jogo a classificação, hierarquização ou até a desqualificação de uma dada realidade social.

Já a distinção que Certeau realiza entre estratégias e táticas se apresentou também como um recurso importante para pensarmos as possíveis maneiras de manipulação de certas normas e até configurações espaciais, as quais possibilitavam a determinados indivíduos uma atribuição de sentido diferenciada ao que estava sendo imposto pela pretendida ordem republicana. Esse autor afirma que as estratégias postulam um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se pode gerir as relações com um exterioridade de alvos e ameaças, produzindo objetos, normas e modelos. As táticas, por sua vez, desprovidas de lugar próprio, são os modos de fazer que, vigilantes, aproveitam-se das falhas dos promotores das estratégias para

¹⁴ CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, V. 8, N. 16, 1995, p. 184.

ressignificar determinadas práticas e abrir caminho dentro dos mecanismos de controle.¹⁵

Diante disso, a análise daquela coletânea de textos juntamente com a observação dos resultados de trabalhos referentes ao momento histórico de sua produção, forneceu as bases que alicerçaram a construção dos seguintes objetivos para a pesquisa:

a) Analisar a disputa pela imagem da cidade do Rio de Janeiro através da obra de Lima Barreto;

b) Discutir como Lima Barreto expressa a apropriação pelas elites das representações de modernidade forjadas, principalmente, na Europa com o intuito de ordenar seu mundo social;

c) Compreender as possíveis alternativas apresentadas por Lima Barreto ao formato de cidade moderna defendido pelo regime republicano e por outros literatos.

Desse modo, dividimos nosso trabalho em quatro capítulos. No primeiro, buscamos, através da trajetória de vida de Lima Barreto, compreender algumas situações que o levaram a certas opções temáticas. Com o uso de biografia sobre o autor e, principalmente, por meio de suas anotações pessoais e correspondências enviadas e recebidas, realizamos uma análise da forma como Lima Barreto foi se constituindo enquanto escritor.

Nesse sentido, observamos como ele se apropriou de idéias que predominavam no ambiente cultural da época, fazendo, muitas vezes, um uso diferenciado delas, bem como as condições materiais de que dispunha para a construção e divulgação de seus textos, pois se deve levar em consideração que “a construção dos interesses pelos discursos é ela própria socialmente determinada, limitada pelos recursos desiguais (lingüísticos, conceituais, materiais etc.) de que dispõem os que produzem”.¹⁶

A partir disso, finalizamos o capítulo, analisando os objetivos que Lima traçou para a sua literatura, sendo que as fontes principais, para esse momento, foram os seus artigos acerca de concepção de literatura e as notas explicativas de algumas de suas obras.

¹⁵ CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 99-100.

¹⁶ CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 91.

O segundo capítulo apresenta, inicialmente, as transformações pelas quais passou a cidade do Rio de Janeiro antes e durante as gestões federal e municipal de, respectivamente, Rodrigues Alves (1902-1906) e Pereira Passos (1902-1906), como também apresenta os anseios iniciais por medidas modernizadoras expressos pela imprensa e pelos literatos.

Esse início possibilitou que compreendêssemos a forma do debate que Lima Barreto estabeleceu com os poderes públicos e os literatos acerca da construção da imagem da cidade do Rio de Janeiro e as referências materiais através das quais foram criadas as representações literárias. Como fontes para essa parte do capítulo, utilizamos textos de Arthur Azevedo e Bilac e do periódico carioca *O Commentario*. Em seguida, partimos para a análise das primeiras impressões de Lima Barreto acerca do início da reforma urbana.

Para a construção dessa parte final do capítulo dois, foram de grande importância o uso de mapas e plantas da cidade, todos da época, os quais permitiram uma melhor compreensão dos textos de Lima Barreto – nesse caso anotações pessoais, reportagens e esboço de romance – que foram confrontados pelas representações da cidade expressas por periódicos e outros escritores.

No terceiro capítulo, passamos a explorar a perspectiva de Lima Barreto acerca dos símbolos de modernidade presentes no Rio de Janeiro e os recursos narrativos que utilizou para combater mais acridamente determinadas ações modernizadoras, as estratégias de outros autores na tentativa de alicerçar uma imagem de cidade civilizada bem como discutir os modelos de civilização adotados no Brasil. Nesse capítulo, os textos barretianos mais trabalhados foram algumas crônicas e contos publicados na imprensa e romances como *Recordações do Escrivão Isaias Caminha* e *Numa e a Ninfa*.

Finalmente, no quarto capítulo, a nossa atenção se voltou para a leitura, por Lima Barreto, do cotidiano das camadas populares e do espaço urbano carioca. Num primeiro momento, analisamos como Lima através de suas crônicas, principalmente, denunciava o controle exercido pelo regime republicano sobre as camadas populares e representava, por meio de alguns de seus personagens, práticas dessas camadas, que vislumbravam apropriações, à sua maneira, de determinados códigos e lugares, a servir de refúgio diante da tentativa de padronização cultural e “domesticação” de seu cotidiano perpetrada pelo processo de modernização.

Já na última parte desse capítulo, seguindo a proposta teórico-metodológica de Certeau referente ao caminhar pela cidade, construímos um percurso pela cidade do Rio de Janeiro a partir do deslocamento de personagens dos romances barretianos. Essa construção foi complementada pela nossa própria caminhada por aquela cidade, o que nos permitiu “refazer alguns passos” dos personagens. Dessa forma, pudemos reunir condições, juntamente com o estudo de mapas e plantas da cidade do Rio de Janeiro e de sua história, para compreender a leitura de Lima Barreto do texto urbano carioca e a(s) alternativa(s) que esse autor apresentava ao formato de cidade moderna defendido, no início do século XX, pelo regime republicano e por outros literatos.

Diante dessas considerações, vamos abordar nas próximas páginas o anseio de Lima Barreto por mudanças na sociedade carioca, principalmente aquelas relacionadas à vida das camadas pobres, negras e seus descendentes; sua proposta de modelo de cidade e de sociedade; a resignificação que promoveu de determinadas práticas cotidianas e sua criação de uma locomoção pelo espaço urbano carioca que levava seu usuário a momentos de superação da estratégia dos “produtores da cidade”.

CAPÍTULO 1 – A TRAJETÓRIA DE UM ESCRITOR

1.1 – Lima Barreto entre as letras e os subúrbios

A análise dos motivos que levam um sujeito a desenvolver uma determinada atividade na sociedade em que atua está relacionada às experiências que vivenciou ao longo de sua jornada. Em outras palavras, o acompanhamento dos diferentes momentos da sua existência é o que nos oferece os indícios indispensáveis para compreendermos as suas escolhas dentre as possibilidades que existiam na época em que viveu. A partir dessa perspectiva, vamos observar o caminho percorrido pelo escritor Lima Barreto, tendo como ponto de saída o convívio, durante a sua infância, com o seu ambiente familiar.

Segundo o seu biógrafo, Francisco de Assis Barbosa, Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu em 1881 na cidade do Rio de Janeiro. Os seus pais foram os mulatos João Henriques de Lima Barreto e Amália Augusta Barreto.¹ Estes dois personagens tiveram, de certo modo, uma trajetória diferenciada da maior parte das pessoas de mesma descendência daquele Rio de fins do século XIX no qual a escravidão, embora já apresentando sinais de decadência, ainda marcava profundamente a sociedade. João Henriques, filho de uma escrava (Carlota Maria dos Anjos) e de um português que não reconheceu a sua paternidade, teve uma instrução considerável com estudos de humanidades e francês realizados no Instituto Comercial da Corte, chegando a realizar estudos preparatórios, durante as folgas de seu trabalho como tipógrafo, a fim de entrar na Escola de Medicina.²

Já Amália Augusta era filha de uma liberta que trabalhava para a família Pereira de Carvalho cujo chefe era o cirurgião Manoel Feliciano. Este, afirma Francisco Barbosa a partir de informação cedida pela irmã de Lima D. Evangelina, era o provável bisavô de Lima Barreto, pois suspeitavam que Amália e seus três irmãos fossem “filhos dos varões da casa”.

Aquela família auxiliou a criação de Amália, dando-lhe condições para que se diplomasse em professora pública, o que, após o casamento com João Henriques,

¹ BARBOSA, Francisco de Assis. op.cit., p. 19-21.

² Id., *ibid.*, p. 21.

permitiu a abertura do seu colégio para meninas chamado Santa Rosa em 1878 no bairro das Laranjeiras.³

Essa origem dos seus pais marcaria profundamente a formação de Lima Barreto não só pela contribuição que eles puderam dar nos seus estudos como no que se refere ao tema do preconceito racial presente na sua produção literária. Ao observamos a primeira versão (incompleta) do romance *Clara dos Anjos* de 1904⁴ e a definitiva, publicada inicialmente em 1922, bem como o conto homônimo presente na obra *Histórias e Sonhos* de 1920, percebemos um enredo construído em torno de uma personagem mulata seduzida por um branco que não assume a relação e a abandona.

Em linhas anteriores, vimos que o sobrenome Anjos era também o da sua avó paterna abandonada por um português e havia a “suspeita” de que Amália era filha de um Pereira de Carvalho. O contato com essa história familiar pode ter sido um dos primeiros momentos que levaram Lima Barreto a perceber as desigualdades presentes na sua sociedade, principalmente o tratamento e a visão estereotipada da mulher negra, representada como passiva, relegada à derrota biológica e ao abandono social.⁵

O aprofundamento da sua percepção de homem de origem negra e pobre também se deu a partir do convívio com sujeitos de sua condição e de outras camadas sociais, tanto inferiores quanto superiores. Dentre esses convívios, merece destaque a relação de amizade com o preto velho Manuel de Oliveira. Este, “cabinda de nação”, após a sua vinda ainda menino da Costa da África foi comprado por um português que lhe ensinou “o ofício de plantar couves”.

Já liberto, foi abandonado pela sua companheira e “ficou pateta”, vagando pelas ruas da cidade do Rio até ser apanhado pela polícia e levado para o Asilo dos Mendigos. Desse local foi enviado à Ilha do Governador para uma “espécie de colônia de pedintes” fundada nos últimos anos do Império, segundo nos informa o próprio Lima Barreto em artigo publicado na *Revista Souza Cruz* (01/05/1921).⁶

O início dessa amizade se deu quando a família de Lima passou a residir na Ilha do Governador por conta da nomeação de seu pai para o cargo de almoxarife das

³ Este colégio era freqüentado por gente pobre e destinado ao ensino das primeiras letras. Ver BARBOSA, Francisco de Assis. op.cit., p. 29.

⁴ BARRETO, Lima. *Diário Íntimo: memórias*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 221 -283

⁵ Ver SANTANA, Suely Santos. *Uma voz destoante na rua do Ouvidor: Lima Barreto e a representação da relações raciais no início do século XX*. Universidade Federal da Bahia, 2005. (dissertação), p. 62.

⁶ BARRETO, Lima. Manuel de Oliveira. In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.) *Lima Barreto: toda crônica*. Rio de Janeiro: Agir, 2004. (vol II), p. 361-362.

Colônias dos Alienados em 1891, instituição que, com a República, substituiu aquele Asilo dos Mendigos. Em anotações pessoais do ano de 1916⁷, Lima confirma que Manuel viveu com a sua família cerca de mais de vinte anos e possuía “de sua nação um orgulho inglês”. Esse orgulho de Manuel chamou bastante atenção de Lima Barreto que assim narra sua conversa com o preto velho:

Coisa curiosa! Oliveira tinha em grande conta a sua dolorosa Costa d' África. Se eu motejava dela, o meu humilde amigo dizia-me:
- “Seu Lifonso”, o senhor diz que lá não há quem saiba ler. Pois olhe: os doutores daqui, quando querem saber melhor, vão estudar lá.
Além de ter esse singular e geral orgulho pela África, ele tinha um particular pela sua “nação”. Para ele, cabinda era nacionalidade mais perfeita e superior da Terra. Nem todo negro podia ser cabinda.
[...]
As suas opiniões políticas eram curiosas. [...]
[...] ele informava que o governo de sua terra era melhor que o daqui, porque lá havia, ao mesmo tempo, imperador e presidente da República.⁸

Esse diálogo deve ter sido de grande aprendizado para Lima Barreto, pois Manuel com suas afirmativas invertia toda uma escala de valores que tinha o homem branco europeu como culto e superior em relação aos demais povos. Algo extremamente significativo para um escritor que vivenciou discriminações ao longo de sua vida e possuía a pretensão de, em inícios de sua vida literária, escrever “a *História da Escravidão Negra no Brasil* e sua influência na nossa nacionalidade”.⁹

A sua passagem por instituições de ensino possibilitou o contato com sujeitos de camadas mais elevadas da sociedade carioca e o acesso à cultura letrada de sua época que era extremamente alicerçada na cultura européia.¹⁰ Depois de frequentar a Escola Pública, Lima Barreto vai estudar, graças ao apoio financeiro de seu padrinho Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto,¹¹ no Liceu Popular Niteroiense em 1891 que era dirigido pelo educador de origem escocesa William Cunditt e tinha por estudantes jovens de famílias ricas.¹²

Nesse período, Lima Barreto recebe seus primeiros estímulos para a leitura. Inicialmente por meio de um prêmio escolar concedido durante a sua estada na Escola

⁷ BARRETO, Lima. *Diário Íntimo: memórias*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 183.

⁸ BARRETO, Lima. *Manuel Oliveira*. op. cit., p. 362-363.

⁹ BARRETO, Lima. *Diário Íntimo: memórias*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 33.

¹⁰ Ver SANTANA, Suely Santos. op. cit., p. 48.

¹¹ Nesse momento, a família Barreto já passava pelas suas primeiras dificuldades com a demissão de João Henriques da Imprensa Nacional em 1890, uma vez que ele era monarquista e tinha laços de amizade com um dos grandes figurões do Império, o padrinho de Afonso, o Visconde de Ouro Preto. Anos atrás, 1887, havia falecido a mãe de Lima, a senhora Amália Barreto.

¹² BARBOSA, Francisco de Assis. op. cit., p. 50-53.

Pública que foi um volume de *As grandes invenções* de Luís Figuiier e, em seguida, uma coleção de Júlio Verne dada por seu pai quando da sua entrada no Liceu.

Contudo, foi na Escola Politécnica que Lima Barreto ampliou seu leque de leituras e adquiriu mais noção da discriminação sofrida pelos sujeitos pobres e de descendência negra. A sua trajetória nessa instituição, localizada no Largo de São Francisco, teve início em 1897 e, segundo o próprio Lima, era um ambiente que o asfixiava, pois “todos os meus colegas, filhos de graúdos de toda sorte, que me tratavam, quando tratavam, com um compassivo desdém, formavam uma ambiência que me intimidava, que me abafava [...]”.¹³

O jovem Lima procurava, então, refúgio na Biblioteca Nacional ou na da própria Politécnica, lendo obras de pensadores europeus como Kant, Spencer e Comte como também literatos nacionais do porte de José de Alencar e Gonçalves Dias e autores que se debruçavam sobre a História do Brasil a exemplo de Capistrano de Abreu e Francisco Varnhagen¹⁴ que, como veremos, auxiliariam na definição dos rumos da sua literatura.

A dedicação nos estudos para se tornar “doutor” parece ter sido um desejo mais do pai João Henriques que do filho Afonso. Este afirmou, em 1919, a respeito de sua passagem pela Politécnica:

Fui perdendo o estímulo; mas a autoridade de meu pai, que me queria ver formado, me obrigava a ir tentando... [...] Teoria do pêndulo... Teorema das áreas... Que sei eu mais? Nada!... Desgostava-me e era reprovado; e as minhas reprovações desgostavam meu pai, tanto mais que, a bem dizer, até aí, não tenha sido reprovado.¹⁵

Ao lado do preconceito e da discriminação que percebia nos seus colegas, havia ainda a insatisfação com a área que estudava com objetivo de exercer atividade profissional. Essa situação se agravou mais com a doença do pai que acaba enlouquecendo em 1902.

Isso levou a família Barreto a deixar a Ilha do Governador para residir, inicialmente de forma temporária, no subúrbio carioca do Engenho Novo, pois o médico e amigo da família Dr. Braule Pinto recomendou que afastasse o pai do ambiente das Colônias de Alienados com a esperança de que seu estado melhorasse. Entretanto, João

¹³ BARRETO, Lima. Henrique Rocha. In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.). op.cit., p. 516

¹⁴ Id., Ibid., loc.cit. BARRETO, Lima. Triste fim de Policarpo Quaresma. São Paulo: Scipione, 1994. (Col. Clássicos Scipione), p. 7.

¹⁵ BARRETO, Lima. Henrique Rocha. In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.). op.cit., p. 516

Henriques não melhorou, sendo decretada a sua aposentadoria em 2 de março de 1903 do cargo de administrador das Colônias e expedido o seu título de aposentado só em 12 de julho do mesmo ano.¹⁶

Essa situação gerou mais dificuldades para a família Barreto. Assim, Lima, como era o filho mais velho, tornou-se o seu chefe, o que o levou a abandonar de uma vez a Politécnica, assumir o cargo de amanuense da Secretaria da Guerra em 1903 e a se mudar definitivamente para o subúrbio de Todos os Santos onde residiria até o fim de sua vida em 1922.

Mas enquanto esteve na Politécnica, Lima Barreto experimentou situações que lhe dariam subsídios interessantes para a sua futura produção literária. Em primeiro lugar, a experiência de viver no Rio como estudante sem ser interno, morando em pensão para estudantes. Além da oportunidade de conhecer melhor a cidade, havia a condição de ampliar suas relações apesar de sua timidez e das horas que dedicava às suas leituras nas bibliotecas.

Dessa forma, acabou participando da Federação de Estudantes que, fundada em 1901, justificava sua existência social pela “ação inteligente”, combatendo o regionalismo e propagando a instrução do operariado o que, segundo o seu manifesto, talvez facilitasse “a solução do problema social”.¹⁷ Lima, demonstrando independência, afastou-se logo depois da Federação por não concordar com a representação enviada por esta ao “Congresso Nacional favorável ao serviço militar obrigatório”.¹⁸

A sua participação na Federação de Estudantes nos permite vislumbrar alguns possíveis anseios do jovem Lima naquele início de século XX. A preocupação da Federação com a “solução do problema social” talvez tenha atraído o estudante mulato pela possibilidade da articulação de ações que visassem a diminuição das diferenças entre os homens; já o motivo de seu afastamento talvez revele sua indignação frente a qualquer medida que viesse a limitar a liberdade do sujeito.

Já vimos como Lima Barreto se sentia intimidado e sufocado naquele ambiente da Politécnica tanto pelo preconceito de seus colegas quanto pelas sucessivas reprovações na disciplina Cálculo da responsabilidade do professor Licínio Cardoso, o que

¹⁶ BARBOSA, Francisco de Assis. op. cit., p. 115.

¹⁷ Id., Ibid., p.88.

¹⁸ Id., Ibid., p. 89.

possivelmente lhe despertava o desejo de mudanças. Ao retornarmos para sua infância, encontramos dois momentos que muito lhe marcaram.

O primeiro foi o dia da abolição da escravidão. O simples início do mês de maio era para Lima Barreto como um “renovamento” de sua alma e desabrochar de suas ambições, a chegada de “revoadas de sonhos”. Lima narra que seu pai foi quem lhe avisou que “a lei da abolição” ia “passar no dia” de seu aniversário, levando-o para o Largo do Paço para esperar a assinatura. Assim relembra o escritor daqueles dias de maio de 1888:

Fazia sol e o dia estava claro. Jamais, na minha vida, vi tanta alegria. Era geral, era total; e os dias que se seguiram, dias de folganças e satisfação, deram-me uma visão da vida inteiramente festa e harmonia.

[...]

Quando fui para o colégio, um colégio público, à Rua do Resende, a alegria entre a criançada era grande. Nós não sabíamos o alcance da lei, mas a alegria ambiente nos tinha tomado.

A professora, Dona Tereza Pimentel do Amaral, uma senhora muito inteligente, a quem muito deve meu espírito, creio que nos explicou a significação da coisa; mas com aquele feitio mental de criança, só uma coisa me ficou: livre! livre!

Julgava que podíamos fazer tudo que quiséssemos; que dali em diante não havia mais limitação aos propósitos da nossa fantasia.¹⁹

Contudo, quando retorna ao momento de escrita dessas recordações, Lima escreve esse texto em 1911, assinala: “Mas como estamos longe de ser livres! Como ainda nos enleamos nas teias dos preceitos, das regras e das leis!” Nas linhas seguintes, após apontar “os sonhos” que são mortos ao longo do tempo, Lima Barreto enfatiza novamente o aspecto regenerador daqueles mesmos sonhos presentes a cada entrada do mês de maio.

Lima demonstra, nesse texto, sua frustração diante da situação em que se encontrava, percebendo o quanto os seus desejos e os daqueles de sua mesma descendência surgidos com a abolição da escravidão não haviam sido contemplados. Essa perspectiva é novamente apresentada por Lima numa crônica do ano de 1921 na qual comenta a data da proclamação da República, afirmando que não quis ler nos jornais notícias das festas comemorativas da referida proclamação. Seu olhar, no entanto, voltou-se para a triste notícia da morte da princesa Isabel e a constatação de que nas suas leituras de jornais daquele dia “não se discutia uma questão econômica ou

¹⁹ BARRETO, Lima. Maio. In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.). op.cit. Vol.1, p. 77-78.

política, mas um título do Código Penal”²⁰ o qual representava para o autor a negação da tão proclamada liberdade consentida pela Lei Áurea assinada por aquela princesa em 1888.

Barreto, ao evocar o 13 de maio nesses textos, sugere a continuidade do preconceito em relação aos negros e seus descendentes bem como a constituição de novos mecanismos para restringir sua liberdade que nem a mudança de regime pôde dar fim. Além disso, ele indica a permanência do ideal de liberdade daqueles dias de 1888 e a tensão que isso criava no estabelecimento das relações entre os habitantes da cidade do Rio de Janeiro do início do século XX.

O outro momento vivenciado por Lima Barreto na sua infância que sinaliza uma possível compreensão de sua passagem pela Federação de Estudantes, ou melhor, para sua saída foi a Revolta da Armada de 1893. Durante uma das idas e vindas do continente à Ilha do Governador em companhia de seu pai, Lima presenciou o questionamento que aquele recebeu de um soldado. Assim João Henriques “confidenciou ao filho”:

- Você sabe o que aquele soldado queria?
 - Não, papai!
 - Queria que eu lhe dissesse por que esses dois homens (referia-se a Custódio e Floriano) estão brigando.
 Afonso impressionou-se com a ignorância do soldado. “Nunca podia imaginar que um homem arriscasse sua vida sem saber por que nem para quê.” Isso lhe pareceu, então, apesar da pouca idade que tinha, “estúpido e indigno da condição de homem”.²¹

Talvez aí esteja um dos motivos que levou Lima Barreto a romper com Federação dos Estudantes quando esta apoiou o serviço militar obrigatório. No entanto, ainda na Politécnica, ele vai ter a oportunidade de publicar seus primeiros textos, em decorrência de sua amizade com Bastos Tigre. Este o convenceu a tornar-se colaborador de um “jornalzinho de estudantes” denominado *A lanterna* em 1902 cuja redação funcionava em cima do Café Cascata. Era “um órgão oficioso da mocidade” das faculdades, dirigido por Júlio Pompeu de Castro e Albuquerque e que mantinha uma seção em cada faculdade. Com a saída de Bastos Tigre da seção da Escola Politécnica, Lima Barreto ficou sendo, além de colaborador, o responsável por essa seção.²²

²⁰ BARRETO, Lima. 15 de novembro. In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.). op.cit. Vol.2, p. 460.

²¹ BARBOSA, Francisco de Assis. op. cit., p. 65-66.

²² Id., Ibid., p. 89.

Em seu artigo de estréia no qual assina Alpha Z, ele realiza um comentário sobre a recepção dada aos marinheiros chilenos pela Politécnica recheado de piadas sobre os professores e os estudantes, revelando o tom irônico e caricatural que tanto marcaria seus textos posteriores.²³ Essa colaboração no pequeno periódico estudantil faz com que Lima se torne mais conhecido, ampliando sua rede de relações e, de certa forma, extravase sua indignação quanto àquele ambiente acadêmico.²⁴

Ainda na Politécnica, Lima Barreto vai ter contato com a doutrina positivista que lá predominava, favorecendo o interesse que já demonstrava pelo estudo da Filosofia e o conhecimento da forma como os seus colegas e professores se apropriavam do pensamento de Comte. Isso será de grande importância para o futuro escritor, pois muitos de seus colegas vão assumir cargos públicos como o seu desafeto o baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida que se tornará ministro, servindo esse contato como “matéria-prima” para as suas interpretações da própria história do país realizadas em seus textos literários.²⁵

Diante disso, fica claro o fascínio de Lima Barreto pelo professor Oto Alencar apontado pelo biógrafo Francisco de Assis Barbosa. Esse professor era um “geômetra notável” com “requintado gosto literário”, sugerindo em suas aulas “idéias novas” e abrindo os “horizontes” para seus alunos. Ele deve ter chamado a atenção de Lima Barreto também pela crítica que fazia ao positivismo, principalmente em 1900 quando Lima repetia o primeiro ano do curso de Engenharia por causa de Cálculo, disciplina da responsabilidade do positivista Licínio Cardoso.

Em suas anotações pessoais - fontes reveladoras das suas hesitações, projetos de romances, opiniões sobre diversos assuntos tanto de cunho doméstico quanto de interesse público -, encontramos um plano de curso de Filosofia escrito em 1903 que nos fornece uma seleção de textos, realizada por Lima Barreto, acerca dos fins da construção dos conhecimentos filosófico e científico.

Nessa seleção, podemos perceber alguns pontos contrários às proposições positivistas que, possivelmente, são resultados das observações feitas por Lima Barreto

²³ Para maiores informações acerca da escrita de Lima Barreto, Ver SEVCENKO, Nicolau. Lima Barreto e a “República das Bruzundangas”. In: SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.190-200.

²⁴ BARBOSA, Francisco de Assis. op.cit., p. 90-93.

²⁵ As obras de Lima Barreto que melhor expressam seu pensamento acerca da doutrina positivista são *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, *Numa e a Ninfa* e *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

a partir daquelas leituras nas bibliotecas e da sua experiência na Escola Politécnica, como, por exemplo, as seguintes anotações :

[...] O que define uma ciência não é o objeto que ela considera, é o ponto de vista em que ela o considera. Se se propõe definir uma ciência pelo seu objeto, é preciso dizer-se que esse objeto não é tal qual existe nas cousas, mas tal qual ele é para a ciência. A ciência vem a ser, portanto, um ponto de vista sobre as cousas. [...]²⁶

Mais adiante a respeito do método filosófico, ele destaca:

[...] Usa da abstração, da determinação, da síntese e da análise, da indução e da dedução. Mas, mesmo assim, o seu método possui caracteres específicos, tanto mais que o filósofo sabe que, além de tais processos de chegar à verdade, a inteligência possui outros que o cientista não admite nem emprega, o sentimento, a intuição.²⁷

Vemos nesses trechos idéias contrárias à objetividade do conhecimento científico propagado pelo positivismo e a refutação de uma das suas máximas que considera todo conhecimento dito “transcendente”, situado além de qualquer possibilidade de verificação prática como tendo que ser descartado. Além disso, essas anotações nos possibilitam o contato com os primeiros indícios dos estudos que Lima Barreto realizava e algumas idéias apropriadas para a criação de suas obras.

O último aspecto dessa pequena trajetória do jovem Lima que merece ser destacado por ter uma importância considerável para os objetivos desse trabalho é a sua experiência como suburbano. Vimos que após se tornar o chefe da família com a loucura do pai e iniciar sua vida no funcionalismo público, ele se muda para o subúrbio de Todos os Santos em 1903.

Nesse local viviam, predominantemente, negros e pobres. Muitos deles, possivelmente, foram aí residir por conta da desapropriação e demolição de casarões e outras edificações antigas do centro da cidade que marcou os trabalhos iniciais da reforma urbana do prefeito Pereira Passos.²⁸ Lima, que nesse momento passava por dificuldades financeiras, alugou uma casa nesse subúrbio e passou a ter um contato maior com as camadas populares.

²⁶ BARRETO, Lima. *Diário Íntimo: memórias*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 37.

²⁷ Id., *Ibid.*, p.38.

²⁸ Ver PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos* (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2002.

Dessa convivência, Lima Barreto pôde observar as dificuldades pelas quais passava essa parcela da população, suas aspirações e seus costumes que se transformariam, pelas suas mãos, em matéria literária. Essa nova experiência para Lima, contudo, fez com que se sentisse, de certo modo, mais deslocado.

Se na Politécnica e na Secretaria de Guerra em que trabalhava sofria com o preconceito de seus colegas, no subúrbio não via o reconhecimento e respeito pela sua “superioridade intelectual”, não tendo com quem travasse as discussões a que estava acostumado realizar. Assim ele escreve em seu diário no dia 3 de janeiro de 1905:

Eu tenho muita simpatia pela gente pobre do Brasil, especialmente pelos de cor, mas não me é possível transformar essa simpatia literária, artística, por assim dizer em vida comum com eles, pelo menos com os que vivo, que sem reconhecerem a minha superioridade, absolutamente não têm por mim nenhum respeito que lhes fizesse obedecer cegamente. [...] ²⁹

Nessa confissão, percebemos Lima Barreto estabelecendo limites para suas relações sociais como também explicitando o que, naquele momento, parecia interessante como tema para produção literária, uma vez que no ano anterior ele já havia escrito a versão incompleta de *Clara dos Anjos* que denunciava o preconceito contra as mulheres negras e suburbanas. Ele se mostrava, dessa forma, ao lado da defesa e valorização das camadas pobres, mas se sentia, ao mesmo tempo, distanciado daquele mundo suburbano pela educação que teve acesso, o que contribuía ainda mais para sua reflexão acerca das contradições da sociedade carioca do início do século XX.

Diante dessa visita pela trajetória do jovem Lima Barreto, observamos situações em sua vida de grande ressonância para as suas escolhas posteriores, principalmente para a sua atividade literária. A fim de que possamos ter uma melhor condição para avaliarmos a sua constituição como escritor e os desafios que vai lançar para a sociedade de sua época, temos agora que estudar, na sua trajetória, as condições materiais encontradas para publicar seus textos bem como as novas relações que estabeleceu naquele momento.

1.2 – A construção de uma escrita desafiadora

²⁹ BARRETO, Lima. Um longo sonho de futuro: diários, cartas, entrevistas e discussões dispersas. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 44.

A compreensão das condições encontradas por Lima Barreto para divulgação de seus escritos passa pela análise da situação em que se encontravam os intelectuais no início do século XX. A partir do conhecimento do papel que desempenhavam na sociedade, as suas relações com as esferas do poder estatal e a imprensa que então se modernizava bem como dos espaços de solidariedade que construíam, poderemos vislumbrar o modo como Lima Barreto pôde traçar seu caminho na tentativa de se tornar um grande escritor.

No início do século XX, os intelectuais da chamada “geração de 70”³⁰ do século XIX já se encontravam alijados de uma participação mais efetiva nos rumos que o regime republicano imprimia à nação bem como o modo de vida boêmio de muitos de seus componentes vinha sendo gradativamente condenado. Essa geração propunha “a atualização da sociedade brasileira com o modo de vida promanado da Europa; a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional; e a elevação do nível cultural e material da nação”. Seus integrantes se consideravam o agente dessa transformação.³¹

Desde a repressão florianista, esses intelectuais vinham se decepcionando com o regime republicano que assumia contornos cada vez mais burgueses e não possibilitava a satisfação de seus desejos de reforma social, sendo desprezados pelos “novos políticos oportunistas” irmanados com os arrivistas da bolsa e da especulação mercantil.³²

Além disso, a tentativa do regime republicano em moldar a sociedade brasileira a partir do padrão burguês não admitia, obviamente, o comportamento boêmio de muitos desses intelectuais que nos seus encontros em bares, cafés e confeitarias da capital federal desafiavam, com sua irreverência, a ordem estabelecida. Brito Brocca afirma que um dos fatores que concorreram para a decadência da boemia³³ foi justamente a remodelação da cidade promovida no governo de Rodrigues Alves.

A abertura da Avenida Central veio deslocar, em parte, os pequenos grupos que se formavam, à tarde, em diferentes pontos da Rua do Ouvidor; e o sistema de expedientes em que repousa a subsistência dos chamados boêmios, sofria com isso um tremendo golpe. Era a dispersão dificultando as “facadas”, o jantar “filado” e outras estratégias quotidianas de que viviam os Rocha Alazão e os Raul Braga. Mas também a popularidade deles se

³⁰ Dentre esse intelectuais, podemos destacar Aluízio Azevedo, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Tobias Barreto.

³¹ SEVCENKO, Nicolau. op.cit., p. 97.

³² Id., Ibid., p. 117.

³³ O outro foi a fundação da Academia Brasileira de Letras em 1896.

desgastava com o crescimento da cidade. A cotação de um tipo popular é tanto maior quanto menor o meio em que ele vive. Nas amplas perspectivas da Avenida Central os boêmios inveterados já não desfrutavam o prestígio que os cercava nos estreitos limites da Rua do Ouvidor.³⁴

Mesmo assim foi na convivência estabelecida naqueles bares, cafés e confeitarias que os intelectuais, diante da situação de marginalização em que se encontravam, construíram seus próprios espaços de atuação, firmando pontes identitárias que muitas vezes resultavam na criação de periódicos.³⁵ O próprio Lima Barreto, como vimos, teve publicado seus escritos iniciais no jornal *A Lanterna* cuja redação funcionava em cima do Café Cascata.

Segundo Lima Barreto, as conversas nesses locais “variavam e eram instáveis”, terminando pelo exame das “vantagens de uma grande reforma social”.³⁶ Espaços, portanto, nos quais o moço suburbano e letrado encontrava com quem conversar sobre assuntos de seu interesse, estabelecia relações de amizade e para os quais fugia quando se sentia atormentado com os ambientes doméstico e de trabalho, de que resultou a sua entrega ao alcoolismo.

Ele freqüentou as rodas dos cafés Java – onde conheceu aquele que seria seu grande amigo, Antonio Noronha Santos – e Jeremias ou Americana inicialmente. Depois, tornou-se assíduo do Café Papagaio, participando de um grupo denominado o Esplendor dos Amanuenses (nome este devido à profissão da maioria de seus componentes) formado por Bastos Tigre (conhecido de Lima desde a Politécnica), Domingos Ribeiro Filho (colega de repartição), Rafael Pinheiro, Amorim Júnior, Calixto, João Rangel e o caricaturista Carlos Lenoir, o Gil da revista mundana *A Avenida*.³⁷

Além desses espaços e mesmo em desacordo com os rumos que a república tomou, os intelectuais vão encontrar uma certa posição naquela sociedade que se modernizava, tendo, no entanto, que optar entre exercer uma ferrenha crítica social e reformadora ou se adequar aos valores emergentes, contribuindo para a conformação de uma imagem de nação moderna para o país baseada no padrão burguês e mundano.

³⁴ BROCCA, Brito. *A vida literária no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2005, p. 40.

³⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 35-85.

³⁶ BARRETO, Lima. *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 106.

³⁷ BROCCA, Brito. *Op. cit.*, p. 73. Ver também BARBOSA, Francisco de Assis. *Op. cit.*, p. 128-129.

Aqueles que optaram pela primeira alternativa sobreviveram com grandes dificuldades. Já os da segunda alternativa garantiram seu sucesso, principalmente com a modernização da imprensa que serviu de trampolim social para muitos literatos como Coelho Neto e João do Rio. Essa oportunidade surgiu com o “crescimento prodigioso da cidade do Rio de Janeiro” no momento em que houve um equilíbrio entre “a penetração de vultosos recursos econômicos e humanos” e “a expansão da produção e exportação da produção agrícola” ainda naqueles inícios do século XX.

[...] Foi o período da República dos Conselheiros e a sua seqüela: a Regeneração. Urdidura propícia, da qual os autores emergiram como um atavio necessário, à medida que contribuíram para consolidar a imagem austera de uma sociedade ilustre e elevada, merecedora da atenção e do crédito europeu incondicional. [...] ³⁸

Esse cenário possibilitou inovações na imprensa que a habilitaram como grande veículo difusor dos ideais e hábitos modernos vistos pelo regime republicano e as elites econômicas e intelectuais como indispensáveis na tentativa de “fazer” do Brasil uma nação civilizada. O uso de equipamentos avançados como máquinas de composição mecânicas, clichês em zinco, rotativas mais velozes, máquinas fotográficas portáteis e de escrever permitiram o aumento da tiragem e número de páginas dos jornais, o barateamento do preço dos exemplares bem como um aspecto visual mais atraente. ³⁹

Os grandes jornais tornavam-se verdadeiras empresas, atraindo para suas páginas anúncios de produtos e serviços a depender de suas vendas. Contudo, não podemos esquecer que o mercado de leitores nessa época era bem diminuto, tendo a capital federal, segundo recenseamento realizado em 1906, a proporção de 48 analfabetos para cada 100 habitantes. ⁴⁰

Diante disso, a imprensa não abdicava das subvenções vindas das agremiações ou figuras políticas, o que fazia com que muitos jornais e revistas defendessem determinadas posições políticas em relação, por exemplo, às eleições, reordenações e cisões no seio dos grupos dirigentes. Ainda sobre essa parcialidade da imprensa, devemos destacar que muitos de seus diretores definiam o conteúdo a ser publicado de acordo com seus interesses pessoais, revelando que a imprensa, apesar de sua feição mais comercial, continuava um “espaço privilegiado de luta simbólica, por meio do qual

³⁸ SEVCENKO, Nicolau. op. cit., p. 118.

³⁹ LUCA, Tânia Regina. A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX. p. 1. Disponível em: <http://www.sitemason.vanderbilt.edu>. Acesso: 08 ago. de 2008.

⁴⁰ Id., Ibid., p. 7.

diferentes segmentos digladiavam-se em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo”.⁴¹

Essas mudanças pelas quais passou a imprensa se manifestaram também na própria organização da sua redação que passou a necessitar de mais profissionais especializados. Além disso, precisou utilizar novos gêneros jornalísticos como a reportagem, a fotorreportagem e o sensacionalismo⁴² e a optar por gêneros literários mais curtos como o conto e a crônica em relação ao folhetim e pela crítica literária. Com isso, a imprensa, diante de um cenário em que o tempo se acelerava, conseguia atrair mais público e formar sua opinião, gerando emprego, renda e prestígio para muitos literatos e ilustradores.

A participação dos literatos nessa imprensa “moderna” exigia mudanças na sua escrita e, a depender dos interesses da empresa jornalística na qual trabalhava, muito do conteúdo de seus textos deveria se adequar às perspectivas de seu dirigente, o que limitava a expressão de suas opiniões. Dessa forma, os textos deveriam ser ágeis, curtos e tratar de assuntos, em sua maioria, mundanos e sensacionalistas, bem como abordar de forma positiva ou negativa as decisões de determinadas figuras políticas ou até do próprio governo seja em esfera municipal, estadual ou federal.

Isso fazia com que os literatos refletissem sobre sua profissão. O contato com as inovações técnicas como o telégrafo, a fotografia, o cinematógrafo e com outros profissionais que lidavam com a criação de imagens como os caricaturistas e chargistas; as diversas funções que assumiam na redação de jornais e revistas como revisor, repórter, colunista social entre outras e o valor mercadológico que vinha sendo dado à sua escrita fizeram com que os literatos mudassem suas percepções e sensibilidades.

Essa emergente experiência era vivida com intensidade, seguindo a velocidade que a vida moderna impunha e provocando o questionamento acerca do lugar do escritor, da literatura e das artes. Nesse sentido, são elucidativos a enquête realizada por João do Rio em 1905 sobre o benefício do jornalismo para a arte literária e o aumento de periódicos de cunho humorístico que ironizavam características da vida moderna carioca.

⁴¹ LUCA, Tânia Regina. op. cit., p. 8.

⁴² MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: UNESP, 2006, p. 43.

João do Rio, um dos que melhor se moldou ao gênero reportagem, propôs aos escritores brasileiros, em seu “Momento Literário”, a reflexão seguinte: “O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fato bom ou mau para a arte literária?”. A maior parte dos participantes dessa enquête “concordou em ver no jornalismo uma face favorável à arte literária”. Os refratários tocaram na questão do caráter industrial do jornalismo como incompatível com a arte.⁴³ Bem provável que os fatores remuneração e divulgação tiveram papel importante para os favoráveis, principalmente naquela época em que o escritor tinha que possuir outra ocupação para garantir sua sobrevivência.

Mesmo com essa aceitação, o jornalismo, com suas técnicas modernas, provocava apreensões quanto ao futuro do escritor. Quatro anos antes dessa enquête, Olavo Bilac – um dos que se declararam favoráveis sem restrições à contribuição do jornalismo para arte literária – através da crônica “Fotojornalismo”⁴⁴ publicada no jornal elitista e que melhor remunerava os literatos, a *Gazeta de Notícias*, comenta, num misto de ironia e resignação, o possível desaparecimento do escritor do jornalismo em prol do “exército dos desenhistas, dos caricaturistas e dos ilustradores”.

Após constatar que “a vida de hoje, vertiginosa e febril, não admite leituras demoradas, nem reflexões profundas [...]”, Bilac destaca a presença dos ilustradores e da fotografia na imprensa. A partir de exemplos de notícias que, na sua perspectiva, seriam melhores apresentadas pela imagem, considera ambos – ilustradores e a fotografia – como satisfatórios para as colunas do jornal, salientando que, no registro dos acontecimentos cotidianos, a fotografia é fiel se comparada às palavras que “são traidoras” (como se na produção de imagens não operasse mecanismos de seleção como o enquadramento dado pelo fotógrafo...). Dessa forma, Bilac conclui:

No Jornalismo do Rio de Janeiro, já se iniciou a revolução, que vai ser a nossa morte e a opulência dos que sabem desenhar. Preparemos-nos para morrer, irmãos, sem lamentações ridículas, aceitando resignadamente a fatalidade das coisas, e consolando-nos uns com os outros com a cortesia de que, ao menos, não mais seremos obrigados a escrever barbaridades... Saudemos a nova era da imprensa! A revolução tira-nos o pão da boca, mas deixa-nos aliviada a consciência.⁴⁵

E é justamente naqueles periódicos humorísticos acima mencionados que as ilustrações e fotografias são sempre postas em evidência. As cores, ilustrações,

⁴³ BROCA, Brito. op. cit., p. 286-287.

⁴⁴ BILAC, Olavo. Vossa insolência. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 165-170.

⁴⁵ Id., Ibid., p. 170.

visualidade e beleza presentes nesses periódicos aparecem como sinônimos de modernidade.⁴⁶ Vejamos o semanário *Fon-Fon* cuja denominação, como podemos observar, já faz alusão ao automóvel, um dos símbolos da modernidade naquele momento.

As suas primeiras páginas geralmente são recheadas de propagandas de serviços e produtos como agências de seguros de vida, confecções de roupas elegantes, água gaseificada entre outros ricamente ilustrados. Ao longo das demais páginas, temos suas manchetes acompanhadas de charges, caricaturas e fotografias que auxiliam o leitor na compreensão de suas mensagens, tornando o recebimento da informação mais rápido.

A referida revista, fundada em 1907 na qual se reuniam os simbolistas Mário Pederneiras, Gonzaga Duque, Hermes Fontes e Álvaro, era assim apresentada em seu editorial de 13/04/1907:

Poucas palavras apenas, à guiza de apresentação.
 Uma pequena... “corrida”, sem grandes dispêndios de “gazolina”, nem excessos de velocidade.
 Para um jornal leve e ágil como o FON-FON!, não póde haver programma determinado (devíamos dizer distancia marcada).
 Queremos fazer rir, alegrar a tua boa alma carinhosa, amado povo brasileiro, com a pilheria fina e troça educada, com gloza inoffensiva e gaiata dos velhos hábitos e dos velhos costumes, com o commentario leve às cousas da actualidade. [...]⁴⁷

Os seus objetivos eram, portanto, ironizar os “velhos hábitos e costumes” e, através de uma linguagem condizente com o tempo acelerado de seu tempo, trazer à tona as novidades como um automóvel que, percorrendo as ruas do Rio de Janeiro, despertasse com o som de sua buzina os leitores para o novo tempo que se iniciava.

Essa imprensa, pelo que vimos até aqui, funcionava como um espaço de sobrevivência de muitos literatos, principalmente para aqueles lotados nos grandes jornais e revistas. Mas também, era um espaço de solidariedade entre eles, uma vez que muitos periódicos surgiram a partir das reuniões de certos grupos nos cafés (em especial os humorísticos), servindo de meio para divulgação de suas obras.⁴⁸

⁴⁶ VELLOSO, Mônica. op. cit., p. 58-59.

⁴⁷ Fon-Fon. 13/04/1907 p. 5. Disponível em: <http://www.bn.br>. Acesso: 17 de out. 2008.

⁴⁸ A depender do periódico em que o literato publicasse, mais divulgada e prestigiada seria sua obra como, por exemplo, se fosse lançada em jornais da importância de um *Gazeta de Notícias* ou *Correio da Manhã*.

Lima Barreto, diante de suas dificuldades financeiras e da sua pretensão de ser escritor, colaborou com a imprensa dessa época. Além daquela iniciação no *A Lanterna*, encontramos Lima Barreto nas páginas de revistas humorísticas como *Tagarela* (cujo um dos fundadores foi o mesmo Pederneiras da *Fon-Fon*), a própria *Fon-Fon*, *Careta* (a sua colaboração nesta só foi interrompida com sua morte), *O Diabo* que tinha como um dos proprietários o seu amigo Bastos Tigre e, ainda, a revista literária *Floreal*, de sua criação.

Dentre os jornais, podemos destacar a sua presença no reconhecido *Correio da Manhã*, no qual produziu uma série de reportagens, sem assinatura, intitulada “Os subterrâneos do Morro do Castelo” entre os meses de abril e junho de 1905; na *Gazeta da Tarde*; no *Jornal do Comércio* no qual iniciou, em folhetins, o romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma* em agosto de 1911; em *A Noite*; no semanário político *A.B.C.* entre outros periódicos.⁴⁹

Apesar dessa participação, Lima Barreto não compactuava com algumas características da linguagem de seus companheiros que, em certos aspectos, estavam entrelaçadas com algumas estratégias utilizadas para venda dos periódicos. Em 1905, ele registra em seu diário, após constatar a ignorância dos literatos contemporâneos a partir de situações em que se achavam envolvidos seus amigos Bastos Tigre e Domingos Ribeiro Filho, o seguinte comentário:

Eu tenho notado nas rodas que hei freqüentado, exceto a do Alcides, uma nefasta influência dos portugueses. Não é o Eça, que inegavelmente quem fala português não o pode ignorar, são figuras subalternas: Fialho e menores. Ajeita-se o modo de escrever deles, copiam-se-lhes os cacoetes, a estrutura da frase, não há dentre eles um que conscientemente procure escrever como seu meio o pede e o requer, pressentindo isso na tradição dos escritores passados, embora inferiores. É uma literatura de concetti, uma literatura de clube, imbecil, de palavrinhas, de coisinhas, não há neles um grande sopro humano, uma grandeza de análise, um vendaval de epopéia, o ciclo lírico há neles é mal encaminhado para a literatura estreitamente pessoal, no que há de inferior e banal: amores ricos, mortes de parentes e coisas assim. A pouco e pouco, vou deixando de os freqüentar, abomino-lhes a ignorância deles, a lassidão, a cobardia dos seus ataques.⁵⁰

Lima Barreto, nesse trecho, apresenta um grande desconforto com a forma pela qual vinha sendo produzida a literatura naquele momento. Dessa maneira, sugere que os escritores sejam independentes intelectualmente e procurem escrever seus textos a partir

⁴⁹ Ver BARBOSA, Francisco de Assis. op.cit.

⁵⁰ BARRETO, Lima. *Diário Íntimo: memórias*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 100.

da realidade que os cerca. Esta, pelo que Lima afirma no seu diário, vai além dos acontecimentos ocorridos nos “salões elegantes” do Rio de Janeiro (“amores ricos”, mortes de parentes e coisas assim”).

Além disso, percebe-se que Lima Barreto almeja que os escritores tenham uma abordagem mais reflexiva de sua realidade e não fiquem presos a críticas que, na sua perspectiva, não teriam um alcance mais profundo. A carta destinada a Mário Pederneiras⁵¹, anunciando sua saída da Fon-Fon (ele colaborou nos três primeiros trimestres dessa revista com crônicas e artigos assinados sob o pseudônimo de Philéas Fogg e S. Holmes) nos dá uma melhor dimensão dessa sua insatisfação quanto ao modo da produção literária veiculada na imprensa.

Nessa carta, relata seu esforço para agradar os proprietários da revista: “[...] Fantasio, imagino, faço química, escrevo pilhérias... não há meio!” E mais adiante justifica a sua saída:

Demais, vejo que as coisas minhas não agradam, ficam à espera enquanto as de vocês nem sequer são lidas, vão logo para a composição. Não há ciúme, nem despeito, mesmo que os houvesse era justo que perdoasses em mim esse assomo d’alma [...]

Eu mais do que ninguém, já pela idade, já pelo talento, estou disposto a me curvar, a respeitar, [...] a ti, Mário Pederneiras, [...]; mas, se não me gabo de ser escritor (eu o sou, segundo eu mesmo), contudo, pela minha educação inicial, orgulho-me de ter alguma penetração e um pouco o dom de colher analogias; assim atribuo à antipatia dos donos da revista o desfavor em que estou, e toda gente sabe o que é a antipatia no julgamento de um escritor...⁵²

Nota-se, então, que Lima Barreto não se ajustava às demandas da revista e via o humor praticado pelos seus companheiros como superficial, apresentando-se como capaz de produzir textos que “mergulhassem” na realidade social. Ao compararmos esse relato com aquele de 1905, presente em seu diário, percebemos também o quanto Lima Barreto estava atento à padronização da escrita dos literatos que ocorria naquele início de século XX no intuito de atender o desejo dos proprietários dos periódicos cariocas em obter lucro e prestígio.

Diante disso, Lima resolve lançar a revista *Floreal* em 25 de outubro de 1907 com a colaboração de um grupo bem heterogêneo que ia desde Antonio Noronha Santos aos libertários Domingos Ribeiro Filho, Curvelo de Mendonça e Fábio Luz. A organização

⁵¹ Segundo o biógrafo Francisco Barbosa, essa carta se trata de um rascunho e não se sabe, portanto, se foi enviada.

⁵² BARRETO, Lima. Correspondência. Tomo I. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 162.

do periódico, provavelmente, deu-se num dos cafés do Rio de Janeiro freqüentado pelos seus colaboradores participantes. A revista teve vida curta, sendo o seu último número publicado em 31 de dezembro daquele ano.⁵³

Apesar de não obter uma grande venda e ter sido o seu lançamento pouco mencionado na imprensa, o terceiro número despertou a atenção do crítico literário José Veríssimo que lhe fez uma referência na sua coluna do *Jornal do Comércio*, destacando o artigo de Ribeiro de Almeida e “o começo de uma novela, *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*”, escrita por Lima Barreto.⁵⁴ Quando nos debruçamos sobre o texto de apresentação da revista, podemos compreender os motivos que a levaram ao insucesso e, em certo sentido, o modo como ela serviu para o exercício de “livre pensamento” de Lima Barreto e oportunidade para iniciar a publicação de seu romance de estréia.

Inicialmente, Barreto destaca o desafio que era aquela publicação, afirmando que não dispunham dos recursos utilizados pela imprensa contemporânea que agradavam o público como:

[...] grandes nomes, desses que enchem o céu e a terra [...]; desenhos, fotogravuras, retumbantes páginas a cores com “chapadas” de vermelho – matéria tão do gosto da inteligência econômica do leitor habitual; e, sobretudo, [...] um diretor capaz, [...], dispondo da simpatia do jornal todo poderoso [...].⁵⁵

Após esse reconhecimento que acaba marcando a sua intenção não comercial com a revista, Lima Barreto apresenta os objetivos daquela publicação.

[...] Levar adiante este tentâmen de escapar às injunções dos mandarinos literários, aos esconjuros dos preconceitos, ao formulário das regras de toda a sorte, que nos comprimem de modo tão insólito no momento atual. Não se trata de uma revista de escola, de uma publicação de “clã” ou maloca literária. [...]. Não se destina pois a Floreal a trazer a público obras que revelem uma estética novíssima e apurada; ela não traz senão nomes dispostos a dizer abnegadamente as suas opiniões sobre tudo o que interessar a nossa sociedade, guardando as conveniências de quem quer ser respeitado. [...] há entre nós uma razão de completo contacto: é a nossa incapacidade de tentar os meios de publicidade habituais e o nosso dever de nos publicar. Este caminho se nos impunha, pois nenhum de nós teve a rara felicidade de nascer pai livreiro, e pouca gente sabe que, não sendo assim, só há um meio de chegar ao editor – é o jornal. [...].⁵⁶

⁵³ BARBOSA, Francisco de Assis. op.cit., p. 157-159.

⁵⁴ BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*. Erichim: EDELBRA, s/d, p. 8.

⁵⁵ BARRETO, Lima. *Impressões de Leitura*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 180.

⁵⁶ BARRETO, Lima. Op.cit., p. 181-182

Lima Barreto procurou com a revista *Floreal* criar um espaço em que sua opinião e de seus companheiros fosse considerada sem a necessidade de “vis curvaturas” aos donos da imprensa, expressando suas preferências e julgamentos. No trecho acima destacado, Lima relata sua indignação frente ao processo de formação de uma verdadeira casta de literatos, o qual era alimentado por duas vias.

Uma delas era o mecenato exercido pelo ministro das relações exteriores José Maria da Silva Paranhos, o Barão de Rio Branco, que, dentro daquela perspectiva de forjar uma imagem de país moderno para o Brasil, lotava as dependências do Itamaraty e setores paralelos da administração “de intelectuais respeitáveis ou de quem afetasse tal moldura”.⁵⁷ A outra se constituía pelos grandes órgãos da imprensa que, devido à sua popularidade e prestígio, favoreciam a elevação do status dos literatos que colaboravam nela ou dela recebiam elogios através de suas sessões de crítica literária.

Mecenato esse que se fortalecia com o apoio dado pelas livrarias na publicação. Dentre elas, merece atenção especial a Garnier cuja responsabilidade pela edição de autores prestigiados nos jornais, diplomatas e/ou membros da Academia Brasileira de Letras – outra instituição que serviu como selecionadora de autores publicáveis – foi significativa.⁵⁸

Além disso, não devemos perder de vista as próprias transformações que a literatura sofreu com a modernização vigente no início do século XX no Brasil, como bem salienta Sevcenko:

No que se refere à literatura propriamente dita, as transformações históricas características de todo esse período fizeram sentir seu peso sobre ela. O grande passado da unidade romântica, de plena vigência das ilusões e dos sentimentos, é percebido com angustiosa ausência. O fracionamento do romantismo em várias escolas que acabaram se equiparando e mantendo-se equidistantes, impedindo a definição de uma nova grande corrente, arruinou irremediavelmente o grande império literário do século XIX, expondo os escritores à concorrência da ciência, do jornalismo e até do cinematógrafo.⁵⁹

Daí o surgimento de “igrejinhas” ou, como chama Lima Barreto, “clã ou maloca literária” que, comungando com o sentimento arrivista da época, empenhavam-se em

⁵⁷ SEVCENKO, Nicolau. op. cit., p. 118.

⁵⁸ BROCA, Brito. op.cit., p.80-83. Lima Barreto, por ocasião da morte do livreiro H. Ganier, escreve um artigo que critica essa “seleção” realizada pela Ganier em 07/08/1911 através do jornal Gazeta da Tarde. In: BARRETO, Lima. Impressões de Leitura. 2 ed.São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 280-284.

⁵⁹ SEVCENKO, Nicolau. op. cit., p. 122.

“batalhas verbais por intermédio dos jornais e revistas de maior prestígio intelectual”.⁶⁰ Isso sem falar dos cavadores de empregos públicos que, aproveitando-se do relativo sucesso dos literatos e tendo muitas vezes como garantia o diploma de nível superior e “padrinhos” na imprensa, procuravam publicar seus textos a fim de ganhar notoriedade como intelectual respeitável.⁶¹

Nesse sentido, fica evidente a grande dificuldade para um escritor novato, refratário “às exigências da escrita da época”, e mulato, diante de uma sociedade com traços racistas, para conseguir meios para se fazer editado. A revista *Floreal*, portanto, demonstra a tentativa de Lima Barreto de, apropriando-se de um recurso legitimado naquele momento que era o impresso no formato de revista, tornar público sua forma de pensamento, inserindo-se na categoria de escritor.

Essas condições de publicação nos levar a compreender alguns aspectos de sua opção pelo lançamento de *Recordações do Escrivão Isaias Caminha* em 1909 e não do *Gonzaga de Sá* que no ano de 1907 havia sido “quase todo escrito”⁶² bem como a sua procura por um editor estrangeiro. Com o auxílio de seus amigos Antonio Santos e de João Pereira Barreto (pertencente também ao grupo da *Floreal*), Lima Barreto vai conseguir a publicação do Isaias através do editor português A. M. Teixeira.

Essa oportunidade surgiu quando da viagem de Antonio Santos à Europa em fevereiro de 1909. Este levou consigo os originais do romance juntamente com uma carta de apresentação ao sr. Teixeira escrita pelo João Barreto, o qual já havia publicado pela Livraria Clássica de Lisboa um livro de versos com a recomendação de seu cunhado e prefaciador Silvio Romero.⁶³

Além dessa estratégia para furar aquele “bloqueio” editorial existente no Brasil para escritores novatos e não associados aos “mandarinatos literários”,⁶⁴ a opção pelo *Isaias* em relação ao *Gonzaga de Sá*, segundo Lima Barreto, seria mais acertada, pois “era um tanto cerebrino, o *Gonzaga de Sá*, muito calmo e solene, pouco acessível,

⁶⁰ Ver MACHADO, Maria Cristina Teixeira. Lima Barreto: um pensador social na Primeira República. São Paulo: Edusp, 2002.

⁶¹ SEVCENKO, Nicolau. op. cit., p. 124-125.

⁶² BARRETO, Lima. Diário íntimo. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 125.

⁶³ BARBOSA, Francisco de Assis. op. cit., p. 163-164.

⁶⁴ BARRETO, Lima. Impressões de Leitura. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 180.

portanto” [...] e o *Isaias*; “[...] um livro desigual, propositadamente mal feito, brutal por vezes, mas sincero sempre [...]”, tencionando com ele “escandalizar e desagradar [...]”.⁶⁵

Ao que parece, Lima Barreto procurava atrair logo a atenção do público leitor e dos críticos literários a fim de se tornar conhecido, mas sem perder de vista sua visão crítica e aqueles propósitos de independência intelectual esboçados na apresentação da *Floreal*. Para sermos mais claros, vamos examinar alguns aspectos do romance *Recordações do Escrivão Isaias Caminha* posto à venda no Rio em dezembro de 1909.

O personagem principal é um jovem mulato e letrado que sai do interior para a cidade do Rio de Janeiro com a intenção de realizar seu sonho de se tornar doutor. A sua trajetória nessa cidade é marcada por grandes dificuldades financeiras, preconceitos racial e social e frustrações que o levam a desistir daquele sonho. Nesse percurso, ele entra em contato com as contradições de uma cidade que assumia aspectos cada vez mais arrivistas e cosmopolitas, indo trabalhar como contínuo num grande órgão da imprensa da época, *O Globo*, numa clara alusão ao jornal *Correio da Manhã* de propriedade de Edmundo Bittencourt, que era de oposição ao governo, e periódico melhor organizado, segundo os moldes modernos que vimos em linha anteriores.

Nesse sentido, Lima Barreto, através de uma linguagem simples e direta, vai construindo caricaturas de sujeitos representativos da imprensa moderna e interpretando acontecimentos de grande repercussão ocorridos durante o mandato do presidente Rodrigues Alves como a revolta da vacina (transfigurada no romance pelo motim em virtude da lei que obrigava o uso de sapatos na cidade) e os empréstimos para a realização da reforma urbana.

A partir desse enredo, Lima Barreto denunciava a manipulação da população pela imprensa e a forma como esta realizava uma verdadeira seleção dos autores e políticos que deveriam ser prestigiados. Além disso, aprofundava suas críticas em relação à escrita utilizada pelos autores na imprensa bem como os assuntos abordados que primavam pelo sensacionalismo e superficialidade.⁶⁶

Como vemos, Lima Barreto destrincha os bastidores da grande imprensa e revela o que considerava os “defeitos” de autores renomados da época e seus interesses mesquinhos. Aspectos, portanto, que o próprio Lima havia vivenciado nas redações

⁶⁵ Ver carta de Lima Barreto a Gonzaga Duque que fez menção ao seu romance no Diário do Comércio, presente no volume I da coletânea de correspondências de Lima já citada nesse texto, p. 169.

⁶⁶ BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*. Erichim: EDELBRA, s/d.

pelas quais passou e que refletem muito da sua dificuldade em conseguir espaço para publicação de sua versão das transformações sociais, políticas e culturais ocorridas na capital federal de início do século XX.

Diante disso, a imprensa, de um modo geral, silenciou quanto ao lançamento da obra, embora esta fosse vendida, levando o autor a pedir ao editor português Teixeira a publicação de uma segunda edição.⁶⁷ Contudo, isso não satisfazia Lima, pois o retorno financeiro não lhe interessava⁶⁸ e sim o reconhecimento intelectual.

As críticas em torno do romance tocavam praticamente nos mesmos pontos: o excesso de personalismo, o descaso com a linguagem e o tom caricatural.⁶⁹ A isso Lima Barreto responde, através de cartas a seus críticos, como recursos necessários para melhor expressar seu pensamento naquele momento. Em carta a Gonzaga Duque (07/02/1909), Lima afirma:

[...] Espero que esse primeiro movimento, muito natural, seja seguido de um outro de reflexão em que vocês considerem bem que não foi só o escândalo, o egotismo e a charge que pus ali. [...]
 [...] há de ver que a tela que manchei tenciona dizer aquilo que os simples fatos não dizem, segundo o nosso Taine, de modo a esclarecê-los melhor, dar-lhes importância, em virtude do poder da forma literária, agitá-los, porque são importantes para o nosso destino. Queremos fazer isso e fazer compreender aos outros que há importância em questão que eles tratam com ligeireza, eu não me afastei da literatura conforme preceitavam os nossos mestres Taine e Brunetière [...].⁷⁰

Já em resposta a Veiga Miranda quando da sua comparação do *Policarpo* com o *Isaias* em que critica o uso de “uma série de charges impiedosas, claramente pessoais”, Barreto assim justifica:

As charges foram o acessório, o meio que me pareceu bom para evitar fosse o livro abafado pelo silêncio e pela hostilidade dos pequenos mandarins das letras, digo pequenos, pois dos grandes ninguém deve temer. Se as fiz, não só porque é do meu temperamento fazê-las, como também sabia que com elas

⁶⁷ BARBOSA, Francisco de Assis. op.cit., p. 177.

⁶⁸ Ver carta a Antonio Noronha Santos de 03/04/ 1909 na qual afirma: “[...] Não tenho pretensão alguma de lucro com o Caminha. Além de saber que um primeiro livro tem fortuna arriscada, sabes muito bem o que penso sobre essa cousa de make money com livros. [...]” In: BARRETO, Lima. Um longo sonho de futuro: diários, cartas, entrevistas e discussões dispersas. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 213.

⁶⁹ Essas críticas marcariam a sua obra reaparecendo até na manchete do jornal O Jornal de 03/11/1922 que noticiava a sua morte: [...] Lima Barreto, dizem-no os que sobre as suas obras fizeram juízos críticos, teria sido o maior romancista do seu tempo, se nas suas produções não revelasse as características do seu "eu" artístico, a physionomia de sua própria individualidade, um superior desinteresse para os preciosismos sociaes, um descuidado desalinho, em que o seu genio creador, com uma malheabilidade prodigiosa, amoldava e distendia o typo e as sociedades dos seus romances. Disponível em: <http://www.uol.com.br/rionosjornais>. Acesso em: 08 ago. 2008.

⁷⁰ BARRETO, Lima. Correspondência. Tomo I. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 169-170

atraía leitores e opiniões independentes, sem a humilhação de estar a pedir que dissessem os jornais qualquer coisa do meu livro. Poucos, os daqui, e muitos menos os de fora, falaram nele e ele seguiu o seu caminho.⁷¹

Para o mesmo Veiga Miranda, só que desta vez se referindo ao seu comentário acerca da segunda edição de suas *Recordações*, Lima Barreto explica que

O livro saiu-me talvez defeituoso, mas não me arrependo de tê-lo feito assim. Foi se como o próprio Isaias escrevesse as suas *Recordações*. Pensei que, mesmo de tal maneira, ele teria qualidades, pois lá diz Shelley, creio eu, que os nossos mais doces cantos são os que falam dos nossos mais tristes pensamentos.⁷²

Essas réplicas de Barreto fazem com que percebamos o quanto ele foi atento às necessidades de adequação da linguagem literária diante das mudanças sociais e culturais que propiciaram uma aceleração no ritmo de vida dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro. Segundo Maria Machado, a modernidade “transfigura a linguagem à medida que as transformações desencadeadas pelo processo modernizador exigem formas inovadoras de expressão”, sendo Lima Barreto “a voz que atendeu esse impulso renovador”⁷³ na literatura brasileira do início do século XX.

Além de deixar claro os nomes de alguns autores que serviram de referência para a sua produção literária, Lima Barreto evidencia, naquelas réplicas, a sua apropriação da linguagem dos ilustradores com os quais teve contato durante sua passagem pela revista humorística *Fon-Fon* na qual as caricaturas abundavam. O recurso caricatural, aliás, promovia, juntamente com a linguagem simples e despojada por ele empregada, uma comunicabilidade mais imediata e expressiva, uma vez que a caricatura, ao exagerar os traços de uma dada realidade ou sujeitos, permite “revelar os defeitos e expor as deformações que despertem o desprezo geral”⁷⁴ (“aquilo que os simples fatos não dizem”⁷⁵).

Ou seja, Lima Barreto buscava, nos recursos utilizados pela própria imprensa e que tinha muita aceitação do público leitor, meios para construir uma linguagem diferenciada que abordasse a sua realidade de forma mais profunda, indicando suas mazelas bem como as respectivas saídas. Isso nos leva a compará-lo com Benjamin que buscava, “na tensão entre a linguagem de prontidão dos panfletos e cartazes e o

⁷¹ Id., Ibid. Tomo II, p. 20-21.

⁷² Id., Ibid., p. 23.

⁷³ MACHADO, Maria Cristina Teixeira. op. cit., p. 91-92.

⁷⁴ SEVCENKO, Nicolau. op.cit., p. 198.

⁷⁵ BARRETO, Lima. Correspondência. Tomo I. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 169-170

pretensioso gesto universal do livro”, criar uma linguagem que fosse “aberta e ao mesmo tempo atuante e reflexiva”⁷⁶, à altura do momento: o gênero imagem de pensamento).

Essas opções de Lima Barreto lhe fecharam muitas portas, principalmente da maior daquele momento que era a Academia Brasileira de Letras na qual ele pleiteou vaga por três vezes.⁷⁷ A Academia era uma espécie de reduto destinado à consagração dos escritores e, uma vez transposta sua porta, os agraciados podiam contar com crédito total em qualquer casa editora do Rio e a tutela do Estado. Além disso, essa instituição se constituía como um salão de bom gosto, reunindo escritores de hábitos sóbrios.

Para Lima Barreto, sua entrada na Academia era uma questão de mérito, pois, já em sua primeira tentativa em 1917, havia publicado três romances, sendo que o *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1911) tinha recebido elogios de críticos reconhecidos, e, além disso, possuía uma grande quantidade de produções avulsas em jornais e revistas. O máximo que Lima conseguiu na Academia foi a menção honrosa recebida em função do romance *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá* no concurso para o melhor livro do ano de 1919.⁷⁸

Mas o que mais pesou na sua não aceitação pela Academia foi o seu comportamento boêmio, responsável pelo seu alcoolismo que o levou ao Hospício Nacional nos anos de 1914 e 1919.⁷⁹ Algo condenável pela Academia que tinha também por “função”, dentro daquela conjuntura de modernização do país, fornecer uma imagem de nação cultivada, civilizada do Brasil para o exterior.

Diante desse cenário Lima Barreto teve que buscar outros espaços para publicar seus textos. Além dos jornais cariocas de menor expressão, Lima enviava seus escritos para a imprensa de outros estados como no caso do contato que estabeleceu com o professor e jornalista Almáquio Cirne do Rio Grande do Sul através do qual teve como

⁷⁶ BOLLE, Willi. A cidade como escrita. In: BOLLE, Willi. Fisiognomia da metrópole moderna: representação da História em Walter Benjamin. São Paulo: Edusp, 2000.

⁷⁷ A primeira em 1917 na vaga de Sousa Bandeira, 1919 na de Emílio de Menezes e na de Paulo Barreto em 1921. Ver BARRETO, Lima. op.cit. Tomo II, p. 215. Antes dessas tentativas, Lima procurou fazer parte de academias “paralelas” à ABL como em 1911 na Academia dos Novos e na Sociedade Brasileira dos Homens de Letras cujo objetivo era a defesa dos direitos “profissionais, econômicos, morais e sociais” dos escritores. Em ambas Lima Barreto foi preterido. Ver BROCA, Brito. op.cit., 87-95.

⁷⁸ BARRETO, Lima. op.cit. Tomo II, p. 215-216.

⁷⁹ Ver Id., Ibid., p. 32. e BARBOSA, Francisco de Assis. op.cit., p. 200-211.

resposta comentários acerca da obra *Numa e a Ninfa* e a promessa de uma referência a *Histórias e Sonhos* no periódico *Ilustração*.⁸⁰

Outros caminhos encontrados por Lima foram a imprensa portuguesa por meio da revista *Águia* (propriedade e órgão da renascença portuguesa) e o envio, como presente, de suas obras para escritores reconhecidos, como, por exemplo, a doação de exemplares do Policarpo para Olavo Bilac, Rui Barbosa e Capistrano de Abreu na expectativa que estes realizassem algum comentário.⁸¹

Além disso, ocorreu a aceitação de suas obras no estado de São Paulo que possibilitou a sua divulgação, gerando até renda para o escritor. São significativos, nesse sentido, o pedido realizado a Lima Barreto pela Casa Garraux em 1917, maior livraria de São Paulo, para que enviasse exemplares de *Numa e a Ninfa* e *Triste Fim de Policarpo Quaresma* devido à “regular aceitação” e para “melhor divulgação das mesmas” entre o “público ilustrado” paulistano⁸² bem como o convite feito por Monteiro Lobato para Lima Barreto colaborar na sua Revista do Brasil que resultou na edição do *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* em 1919.⁸³

Mas vimos que o “make money” com livro não era o que mais preocupava Lima Barreto. Através da leitura de suas cartas e das anotações no seu diário, percebemos como Lima Barreto procurava compreender a realidade em que vivia e como a literatura de sua época a representava. Como exemplo, vimos em linha anteriores seu interesse pelas teorias que norteavam a intelectualidade (ver suas anotações sobre a doutrina positivista que comentamos em linhas anteriores), a leitura de romancistas brasileiros e internacionais nas bibliotecas que freqüentava e a ferocidade como atacou a escrita de seus companheiros de imprensa.

Lima Barreto buscava, ao que nos parece, canais que lhe permitisse travar diálogos no intuito de combater os problemas sociais e culturais que percebia na cidade do Rio de Janeiro, espelho naquele momento do país. Dessa forma, ele vai forjar uma literatura diferenciada, uma literatura militante que pretendemos explorar a seguir.

1.3 – Diálogos e desafios de uma literatura militante

⁸⁰ Id., *Idid.*, p. 199-204.

⁸¹ Id. *Diário Íntimo*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961, p.177-181.

⁸² BARRETO, Lima. *Correspondência*. Tomo II. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 35-36.

⁸³ Id., *Ibid.*, p. 49 -69.

Os contatos com o cotidiano das camadas populares e as produções e os comportamentos da intelectualidade reunida na cidade do Rio de Janeiro foram um verdadeiro campo de observação para Lima Barreto construir o caminho que a sua literatura devia trilhar. Logo no prefácio de *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*, Lima dá o tom da “conversa” que vai procurar estabelecer através de sua produção ficcional.

Como se fosse o humilde escrivão da coletoria do Espírito Santo, aponta o motivo da escrita das suas recordações da época em que viveu no Rio.

Eu me lembrei de escrever estas recordações, há dois anos⁸⁴, quando, um dia, por acaso, agarrei um fascículo de uma revista nacional, esquecida sobre o sofá de minha sala humilde, pelo promotor da comarca. Nela um dos seus colaboradores fazia multiplicadas considerações desfavoráveis à natureza da inteligência das pessoas do meu nascimento, notando a sua brilhante pujança nas primeiras idades, desmentida mais tarde, na madureza, com a fraqueza dos produtos, quando os havia, ou regra em regra geral, pela ausência deles. Li-o a primeira vez com ódio, tive desejo de rasgar as páginas e escrever algumas verrinas contra o autor. Considerei melhor e vi que verrinas nada adiantam, não destroem; se, acaso, conseguem afugentar, magoar o adversário, os argumentos deste ficam vivos, de pé. O melhor pensei, seria opor argumentos a argumentos, pois se uns não destruíssem o outro, ficariam ambos face a face, à mão de adeptos de um e de outro partido.⁸⁵

Diante disso, passou a relembrar sua vida desde o nascimento até a mocidade, chegando a concordar com o “autor do escrito” objeto de sua crítica. Contudo, ao analisar mais detidamente os fatos de seu passado (em muitos aspectos, esses fatos são parecidos com os da trajetória do próprio Lima), conclui que, quando se dispunha “a tomar na vida o lugar que parecia de” seu “dever ocupar”, encontrava “hostilidade”, “estúpida má vontade” lhe vinha ao encontro, levando-o ao abatimento e à sensação de fuga de toda “aquela soma de idéias e crenças” que o alentaram na sua “adolescência e puerícia”.

E foram tantos os casos dos quais essa minha conclusão ressaltava, que resolvi narrar trechos de minha vida, sem reservas, nem perífrases, para de algum modo mostrar ao tal autor do artigo, que, sendo verdadeiras as suas observações, a sentença geral que tirava, não estava em nós, na nossa carne e no nosso sangue, mas fora de nós, *na sociedade que nos cercava*⁸⁶, as causas de tão feios fins de tão belos começos.

⁸⁴ O suposto prefácio escrito por Isaias tem a seguinte data: 12 de julho de 1905.

⁸⁵ BARRETO, Lima. Op.cit. p.9

⁸⁶ Grifo nosso.

Com isso, não foi minha tenção fazer obra d'arte, romance, embora aquele Taine [...] dissesse que a obra d'arte tem por fim dizer aquilo que os simples fatos não dizem.

[...] é meu propósito [...] fazer [...] uma defesa a acusações deduzidas superficialmente de aparências cuja essência explicadora, as mais das vezes, está na sociedade e não no indivíduo desprovido de tudo, de família, de afetos, de simpatias, de fortuna, isolado contra inimigos que o rodeiam, armados da velocidade da bala e da insídia do veneno.⁸⁷

Vemos, nesse prefácio, o mulato Lima Barreto estabelecendo a forma que considerava mais eficaz de debates entre os intelectuais e o critério mais apropriado para a análise da situação dos negros na sociedade brasileira, sendo seus argumentos uma crítica lançada, principalmente, aos literatos “intoxicados” pela perspectiva cientificizante presente na apropriação dos modelos evolucionistas e deterministas.

Esse ideário cientificizante era buscado na tentativa de propiciar uma reforma no país no sentido de levá-lo ao grau de civilidade europeu e evitar, o que era um receio extremamente difundido, uma possível invasão das potências imperialistas.⁸⁸ A crença na ciência era o que ditava os procedimentos mais eficazes para o domínio da realidade, reduzindo-a a “leis, conceitos e informações objetivas”.⁸⁹ Dessa forma, seu conhecimento e a aplicação de seus fundamentos eram considerados um dos critérios importantes no estabelecimento do estágio civilizacional em que se encontrava uma determinada nação, o que fez com que muitos intelectuais brasileiros a seguissem, principalmente a partir dos acontecimentos que promoveram a abolição da escravidão e a substituição da monarquia pelo regime republicano.

No entanto, esse contato com o conhecimento científico da época se deu de forma “crítica e seletiva”⁹⁰, servindo também como um “instrumento conservador e mesmo autoritário na definição de uma identidade nacional e no respaldo a hierarquias sociais já bastante cristalizadas”.⁹¹ Daí a acolhida por intelectuais como Silvio Romero, Afrânio Peixoto, João Batista Lacerda e Joaquim Nabuco de teses que preconizam a hierarquia entre as “raças humanas”.

A reorganização política e social advinda dos fins da escravidão e da monarquia fez com que a categoria cidadão fosse estendida a um maior contingente populacional,

⁸⁷ BARRETO, Lima. op.cit., p. 10-11.

⁸⁸ SEVCENKO, Nicolau. op.cit., p. 104-105.

⁸⁹ Id., Ibid., p. 105.

⁹⁰ Ver VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914*. São Paulo: Cia da Letras, 2000.

⁹¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

incluindo aí os negros libertos. Como, diante daquele objetivo de tentar igualar o Brasil às nações civilizadas, lidar com a presença dos negros na sociedade brasileira, um grupo humano visto, principalmente, pela perspectiva científica europeia como inferior?

A miscigenação tornou-se um ponto central nessa questão. Silvio Romero foi um personagem que se destacou nessa discussão tanto pela forma como discutiu esse assunto com seus contemporâneos quanto pelo modo como assimilou as teorias raciais. Apegado ao naturalismo evolucionista, Romero trouxe para a crítica literária o racismo científico como base norteadora, travando polêmicas, iniciadas em fins do século XIX, com Araripe Júnior e Manoel Bonfim que apresentavam muitas vezes caráter personalista, chegando ao ponto de por em xeque a honra e a capacidade intelectual dos envolvidos.⁹² Ou seja, um tipo de discussão que não era considerado adequado por Lima Barreto para se atingir a compreensão da realidade, pois, como argumentava, “verrinas nada adiantam”.

Romero via na miscigenação a possibilidade de extinção dos grupos africanos e indígenas pela sua incorporação à raça branca e a uma cultura brasileira de base europeia.

[...] Sua teoria do branqueamento se baseia no “cruzamento” entre os princípios racistas e as leis darwinistas e evolucionistas: “Aplicando as leis de Darwin à literatura e ao povo brasileiro, é fácil perceber que a raça que há de triunfar na luta pela vida, neste país, é a raça branca”. Ainda que negasse a superioridade absoluta do mestiço, considerava-o um ganho evolutivo, por ter ajudado o colonizador branco a se adaptar à “luta pela sobrevivência” nos trópicos, ao mesmo tempo que incorporava o negro e o indígena à civilização. A mescla entre portugueses, negros, índios e imigrantes traria, em três ou quatro séculos, uma população brasileira branca e homogênea, já que as leis evolucionistas tornavam “inevitável” a vitória do branco.⁹³

Temos, nesse pensamento, a realidade reduzida a conceitos, evadindo-se das condições concretas de sobrevivência e apresentando a ação humana como nula uma vez que é impossível qualquer tentativa de mudança que não estivesse em concordância com as leis da “seleção natural”. Lima Barreto propõe um caminho diferente, destacando que a causa que levava o negro a não alcançar uma posição de destaque na sociedade devia ser buscada nas relações sociais historicamente estabelecidas e não numa suposta inferioridade do negro.

⁹² Ver VENTURA, Roberto. op.cit., passim.

⁹³ Id., Ibid., p. 64.

Daí, naquele mesmo prefácio, Isaias afirmar que, ao recordar de acontecimentos passados de sua vida, percebe que ele não havia conseguido atingir seu objetivo por causa da forma como a sociedade em que vivia o percebia, dificultando sua melhor inserção nela. Essa preocupação de Lima Barreto quanto à estigmatização dos “homens de cor” já era uma constante no seu pensamento. Já vimos na primeira versão de *Clara dos Anjos* e ainda temos nas suas correspondências elementos que trazem de forma mais clara sua “resposta” aos intelectuais que se norteavam pelo racismo científico.

Em 1906, Lima Barreto escreve uma carta ao sociólogo francês Célestin Bouglé⁹⁴ em virtude da leitura que realizara de sua obra intitulada *A democracia diante da Ciência (La Démocratie devant la Science)*. Nesta carta, Lima observa que Bouglé “está a par das coisas da Índia e pouco sabe sobre os mulatos do Brasil”, citando nomes de mulatos brasileiros que se destacaram na literatura, música, jornalismo entre outras áreas. Diante desse desconhecimento do francês, ele conclui:

Se desejar informações mais desenvolvidas, poderei fornecer-lhe em outra carta. Peço-lhe desculpas de me exprimir mal em sua língua, coisa que impus a mim mesmo para apontar certos juízos falsos com que o mundo civilizado envolve os homens de cor.

Espero, Senhor Bouglé, que o senhor saiba perceber nesta carta um desejo muito puro de verdade e justiça, que sai de uma pequena alma sofredora.⁹⁵

Lima Barreto, que no início da carta se apresenta como mulato e literato, “tendo estudo na Escola Politécnica do Rio”, novamente busca, a partir de dados da realidade concreta, demonstrar o equívoco em se considerar “os homens de cor” como inferiores. Com o tempo, Lima vai aprofundar sua postura crítica em relação a esse cientificismo que se utilizava de argumentos de Darwin acerca da seleção natural das espécies para justificar a hierarquização social a partir das diferenças raciais, como explicita através da alusão elaborada no artigo em que discute sobre a literatura militante publicado na revista A.B.C. (07/09/1918):

Um doido que andou na moda e cujo nome não cito, proclamou a sua grande admiração pelos leões, tigres e jaguares; mas, à proporção que essas feras desaparecem, os homens, os bois e os carneiros conquistam o mundo com a solidariedade entre eles.⁹⁶

⁹⁴ Esse autor foi discípulo de Durkheim, professor de Sociologia na Sorbonne e diretor da Escola Normal Superior.

⁹⁵ BARRETO, Lima. Correspondência. Tomo I. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 158.

⁹⁶ Id., Impressões de Leitura. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 74.

Nesse ponto, Lima Barreto parece evocar o próprio Darwin quando este declarou que empregava “o termo luta pela sobrevivência em sentido lato e metafórico, o que implica relações mútuas de dependência dos seres organizados”.⁹⁷ Essa postura de Lima contra a visão naturalista pode ser encontrada também, naquele princípio do século XX, no pensamento do sergipano Manoel Bomfim desenvolvido na obra *A América Latina: males de origem* de 1903. Nesta obra, Bomfim procura demonstrar os motivos do atraso da América em relação à Europa.

Sua demonstração, apesar do uso de termos retirados da Biologia, baseia-se na refutação do emprego de teorias relacionadas ao estudo dos organismos biológicos na análise da sociedade.

Está um tanto desacreditado, em sociologia, esse vício de assimilar, em tudo e para tudo, as sociedades aos organismos biológicos. Muito se tem abusado deste processo de crítica, cujo vício, em verdade, não consiste em considerar as sociedades – digamos os grupos sociais – como organismos vivos, sujeitos, por conseguinte, a todas as leis que regem a vida e a evolução dos seres, mas em considerá-los como simples organismos biológicos. Em suma, não é o conceito que é condenável, e sim a estreiteza de vistas com que aplicam à crítica dos fatos sociais, mais complexos, sem dúvida, que os fatos biológicos, pois dependem das leis biológicas, e ainda das leis sociais, peculiares a ele. [...] ⁹⁸

Diante disso, Bomfim argumenta que a causa do atraso da América em relação à Europa “é toda de ordem política; ela deriva exclusivamente das condições históricas da colonização”. Nesse sentido, ele procura examinar o argumento de alguns sociólogos que “indicam” a inferioridade das nações sul-americanas devida ao cruzamento racial aí ocorrido, afirmando, a partir dos argumentos de Darwin, que o estado de degradação em que se encontram os mestiços “tem uma causa moral-social” e considerando-os, “hoje, infinitamente melhores do que era de esperar”.⁹⁹

Não há registro que indique o contato de Lima Barreto com Bomfim nem com sua obra, mas se compararmos a ignorância ou silêncio em relação às obras desses pensadores, vemos o quanto era dominante aquele ideário racista na sociedade brasileira da época, assim como urgente a sua contestação. Lima, em carta enviada a Esmaragdo da Veiga (15/10/1911), deixa ainda mais claro o propósito de chamar a atenção para a

⁹⁷ DARWIN, Charles apud VENTURA. op. cit., p. 158.

⁹⁸ BOMFIN, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2005. (Edição do Centenário), p. 57.

⁹⁹ Id., *Ibid.*, p. 286-290.

influência do racismo científico na sociedade brasileira com o romance *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*.

Nesta carta, Lima responde os comentários feitos por Esmaraldo em relação ao *Isaias* e nas últimas linhas esclarece em que medida o ideário racista influenciou algumas decisões de seu personagem principal.

Há uma outra coisa no seu artigo que eu queria falar longamente: é sobre o casamento de Isaias. Ele se casou com uma rapariga branca, como o senhor supôs. Aceito e explico por diversos motivos: a) para que os filhos saíssem mais branco que ele; b) porque, devido a causas sociais, os pais não se esmeram na educação das raparigas de cor, e não encontrou uma na altura de suas delicadeza.¹⁰⁰

Lima salienta, nesse trecho, como Isaias sucumbe diante do preconceito racial e procura proteger seus descendentes dos efeitos do problema. Isso nos leva a perceber que, se retornamos para aquele prefácio do romance, para esse autor, a luta contra as injustiças oriundas das “acusações deduzidas superficialmente de aparências” deveria ser travada através de uma literatura desafiadora da ordem estabelecida e divulgadora, a partir da experiência dos oprimidos por esta, dos equívocos da percepção da realidade segundo perspectivas naturalistas.

Contudo, Lima Barreto não se desvencilhava totalmente das bases do naturalismo. Se retornarmos àquele prefácio, veremos que Lima apresenta, como referência para a explicação dos fins da obra de arte, o crítico naturalista Taine. Este foi de grande influência para naturalistas brasileiros como o conhecido Silvio Romero e Araripe Júnior.

Segundo Taine, três fatores determinariam o estado moral elementar e a atividade espiritual: a raça (disposições inatas e hereditárias do homem), o meio (ambiente físico e geográfico em que vive uma raça ou um povo) e o momento (a obra já realizada pelas duas primeiras causas ou fatores). Temos, então, condições naturais e sociais em interação para serem analisadas a fim de percebemos as causas que levaram um povo ou uma época a determinado estado moral, sendo o texto literário o reflexo daquelas condições, permitindo, por sua vez, a percepção de “uma psicologia de um século ou raça”.¹⁰¹

¹⁰⁰ BARRETO, Lima. Correspondência. Tomo I. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 239.

¹⁰¹ VENTURA, Roberto. op.cit., p. 87-88.

Dessa forma, percebemos que Lima Barreto também realizou uma assimilação de forma “crítica e seletiva” do pensamento europeu daquele momento¹⁰², apresentando as condições sociais como fator primordial, nos diálogos estabelecidos com seus contemporâneos, para a produção de uma literatura que manifestasse interesse por uma representação mais crítica da realidade brasileira.

Nesse sentido, Lima combate os literatos que se enveredavam pela herança da cultura clássica grega e apontavam os aspectos estéticos e retóricos como os mais importantes para a “boa” produção literária. No prefácio de sua coletânea de contos *Histórias e Sonhos* de 1920, ele indica o que o incomodava numa carta anônima que havia recebido na qual eram tecidos “reparos sagazes e originais” ao seu romance *Policarpo*.

Apesar de toda a inteligência que ressuma das palavras que a epístola contém, não me parece que o autor estivesse, em certos quarteirões, muito fora do modo de ver da nossa retórica usual.

[...]

O que, porém, me faz contestar o meu amável correspondente anônimo, é a sua insistência em me falar na Grécia, na Hélade sagrada etc., etc.

Implico solenemente com a Grécia, ou melhor: implico solenemente com os nossos cloróticos gregos da Barra da Corda e pançudos helenos da praia do Flamengo (vide banhos e mar).

Sainte-Beuve disse algures que, de cinqüenta em cinquenta anos, fazíamos da Grécia uma idéia nova. Tinha razão.¹⁰³

A partir disso, Lima expõe exemplos de estudos acerca da cultura grega que indicam o quanto a “idéia” de Grécia era muito “instável”, afirmando que o seu correspondente “está preso a idéias mortas; e, em matéria de novela, [...], se não está jungida a um pensamento morto, deixou-se prender por uma generalização que a experiência do gênero não legitima”. Nesse ponto, Lima, numa perspectiva moderna, indica ao seu correspondente como deveria ser a literatura contemporânea.

Parece-me que o nosso dever de escritores sinceros e honestos é deixar de lado todas as velhas regras, toda a disciplina exterior dos gêneros, e aproveitar de cada um deles o que puder e procurar, conforme a inspiração própria, para tentar reformar certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos, difundir as nossas grandes e altas emoções em face do mundo e do sofrimento dos homens, para soldar, ligar a humanidade em uma maior, em que caibam todas, pela revelação das almas individuais e do que elas têm de comum e dependente entre si.

¹⁰² Romero deu importância ao fator raça, enquanto Araripe se posicionou a favor do meio como fator preponderante na análise da literatura e realidade nacionais.

¹⁰³ BARRETO, Lima. Contos reunidos. Org. FERRAZ, Oséias Silas. Belo Horizonte: Crisálida, 2005, p. 92.

[...]

É ideal dos nossos dias que é ainda beleza a palpitar nas suas mais altas manifestações espirituais; e não, como o meu correspondente pensa, o ressurgimento de concepções desaparecidas, de que só podem entorpecer a marcha da nossa triste humanidade para uma exata e mais perfeita compreensão dela mesma.¹⁰⁴

Essas afirmações de Lima Barreto indicam a separação que procurava estabelecer entre sua produção e, principalmente, a dos parnasianos. E isso não se devia à vaidade pura e simples de Barreto ou a uma possível tentativa de “erigir” mais uma “igrejinha”¹⁰⁵ literária.

Pelo contrário, Lima demonstra estar aberto à apropriação dos “recursos” literários disponíveis para viabilizar seus objetivos com a literatura que, pelos fragmentos acima, tinha bases humanistas e, de certa forma, evolucionista, porém com fins diferentes da superação de um grupo humano por outro. O que parece é que Lima acreditava na evolução da humanidade para um estágio em que a compreensão e a solidariedade entre os homens (independente de classes e raças) seriam os valores considerados mais civilizados e a literatura seria a ferramenta mais eficaz na abertura do caminho para esse momento.

A implicância de Lima Barreto com o helenismo de muitos literatos estava também inserida naquela discussão do desejo de “igualar” o Brasil às nações ditas civilizadas, procurando, muitas vezes, evadir-se da realidade nacional. Brito Broca afirma que a mania da Grécia entre nós, como também da latinidade, “era um meio, por vezes inconsciente, de muitos intelectuais brasileiros reagirem contra a increpação de mestiçagem, escamoteando as verdadeiras origens raciais [...]”.¹⁰⁶

Lima Barreto, ao argumentar sobre a descontextualização do uso da herança grega, retoma o desafio que havia lançado aos naturalistas de atentar para as condições historicamente determinadas que nos conformaram enquanto nação e buscar na solidariedade entre os homens um caminho mais justo para o país. Esse desafio favorecia ainda mais a marginalização intelectual de Lima Barreto se atentarmos para o fato de que, naquela conjuntura, a paisagem parisiense povoava a mente dos escritores reconhecidos da época.

¹⁰⁴ BARRETO, Lima. op.cit., p. 94.

¹⁰⁵ MACHADO, Maria Cristina Teixeira. op. cit., p. 66.

¹⁰⁶ BROCA, Brito. op.cit., p. 157.

Nomes como os de João do Rio, Olavo Bilac, Theo Filho, por exemplo, realizavam idas frequentes à capital francesa e retornavam entorpecidos pelo seu perfume, trazendo em suas bagagens os hábitos chics da vida parisiense e personagens e ambientes que comporiam muitos de seus escritos.

Como expressão desse parisiense floresceu entre nós uma literatura de viagem toda epidérmica, que teve seu desdobramento na ficção. Romances e contos com personagens estranhos a nosso ambiente, intrigas em hotéis de luxo com mulheres vampirescas, príncipes decaídos, escroques internacionais, onde aparecem vícios elegantes como a cocaína e a morfina. Tais os romances de Theo Filho, *Dona Dolorosa*, *Bruno Pagaz*, *Anarquista*, *Mme. Bifteck Paff*, principalmente *Anita e Plomark*, *aventureiros*, escrito de colaboração com o francês Robert de Bedarieux e dedicado a Henri de Régnier; os contos de Tomás e Oscar Lopes, de João do Rio e do próprio José do Patrocínio Filho.¹⁰⁷

Essa atitude dos literatos oferecia mais um obstáculo para Lima Barreto em sua tentativa de propagar uma literatura voltada para a compreensão da realidade nacional. Mesmo assim, Lima continuava seu caminho, estabelecendo as diferenças de seu trabalho, inclusive em relação ao do considerado maior escritor brasileiro: Machado de Assis. Em carta ao ex-seminarista e escritor Austregésilo de Ataíde de 19/01/1921, agradece à diferenciação que este faz entre ele e Machado de Assis, numa carta aberta publicada na *A Tribuna* do dia anterior.

Gostei que o senhor me separasse de Machado de Assis. Não lhe negando os méritos de grande escritor, sempre achei no Machado muita secura de alma, muita falta de simpatia, falta de entusiasmos generosos, uma porção de sestros pueris. Jamais o imitei e jamais me inspirou. Que me falem de Maupassant, de Dickens, de Swift, de Balzac, de Daudet – vá lá; mas Machado, Nunca! Até em Turguênieff, em Tolstoi podiam ir buscar os meus modelos; mas em Machado, não! “Lê moi...” Machado escrevia com medo do Castilho e escondendo o que sentia, para não se rebaixar; eu não tenho medo da palmatória do Feliciano e escrevo com muito temor de não dizer tudo o que quero e sinto, sem calcular se me rebaixo ou se me exalto.¹⁰⁸

Essa declaração de Lima Barreto pode ser vista por dois ângulos. O primeiro diz respeito à sua oposição ao grupo fundador da Academia Brasileira de Letras do qual Machado de Assis era o maior representante. Acompanhamos em linhas anteriores a frustração de Lima Barreto com a sua tentativa de ingressar na ABL, o que deve ter influenciado bastante sua visão negativa sobre essa instituição.

¹⁰⁷ BROCA, Brito. op.cit., p. 149.

¹⁰⁸ BARRETO, Lima. Correspondência. Tomo II. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 256-257.

Além disso, a ABL representava “as tendências estéticas e as perspectivas de profissionalização do escritor” bem como a decadência das “concepções engajadas e combatentes da “geração de 70” que visavam uma “regeneração nacional”, sendo seu formato baseado – mais um exemplo do parisiense – no modelo da Academia Francesa.¹⁰⁹ Ideais literários que contrapunham-se aos objetivos de Lima Barreto de realizar uma produção literária que revelasse as “almas individuais” e o “que elas têm de comum e dependente entre si”.¹¹⁰

Já sob o segundo ângulo, a desconsideração pelo estilo “sereno e equilibrado” de Machado por Barreto pode estar relacionado ao objetivo deste em destacar as funções sociais e humanistas da literatura que, na sua opinião, eram ausentes em Machado. Injustiça à parte, Lima percebia que os “novos tempos” impunham um estilo diferente daquele com o qual Machado “demolira as formas insensatas da época do Segundo Reinado”.¹¹¹

Carlos Coutinho aponta que, ao lado do esvaziamento sofrido pelo estilo sereno de Machado nas mãos dos imitadores parnasianos, o aumento das contradições sociais iniciado com a República indicava que a sutil ironia machadiana deveria ser substituída por um estilo satírico contra os poderosos.¹¹² Daí Lima Barreto indicar aqueles autores estrangeiros como modelos, uma vez que, como temos visto, os autores de sua época estavam mais preocupados em assegurar posições de prestígio e produzir uma ficção que procurasse voltar o olhar dos seus leitores para a possível chegada da “civilização nos trópicos”, obscurecendo certos traços da realidade nacional e mantendo o privilégio das elites econômicas e políticas.

A primeira e única conferência que proferiu é um documento que melhor esclarece sua perspectiva de literatura. Essa teve como palco a cidade de Rio Preto no estado de São Paulo, no ano de 1921, sendo publicada, originalmente, no mesmo ano na revista *Souza Cruz* do Rio de Janeiro. Inicialmente, Lima justifica que não possui as características que tal gênero pede como “distinção de pessoa, capricho no vestuário [...], beleza física e sedução pessoal”, segundo a “opinião geral da gente carioca”.

¹⁰⁹ VENTURA, Roberto. op.cit., p. 112-113.

¹¹⁰ BARRETO, Lima. Contos reunidos. Org. FERRAZ, Oséias Silas. Belo Horizonte: Crisálida, 2005, p. 92.

¹¹¹ COUTINHO, Carlos Nelson. O significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira. In: HENRIQUES, Luiz et.al. Realismo e anti-realismo na literatura brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974 (Série Estudos sobre o Brasil e a América Latina), p. 15

¹¹² Id., Ibid., p. 15-16.

Dessa forma, ele logo se apresenta numa posição oposta aos literatos que se serviam da conferência para obter lucro financeiro – esse gênero, mais um hábito importado da França, normalmente tinha sua execução paga – e chamar a atenção para sua pessoa, servindo também como publicidade para sua produção literária.¹¹³ Diferentemente desses literatos que, muitas vezes, tratavam de temas mundanos e pueris a fim de agradar o público pagante, Lima, em sua conferência, procurou discutir a utilidade da literatura ou da arte “para a felicidade de um povo, de uma nação, da humanidade”.

Para Lima Barreto, “o debate a esse respeito não está encerrado, e nunca ficará encerrado enquanto não concordarem os sábios e as autoridades no assunto que o fenômeno artístico é um fenômeno social e o da Arte é social para não dizer sociológico”.¹¹⁴ Sendo assim, ele afirma:

[...] a importância da obra literária que se quer bela sem desprezar os atributos externos de perfeição de forma, de estilo, de correção gramatical, de ritmo vocabular, de jogo e equilíbrio das partes em vista de um fim, de obter unidade na variedade; uma tal importância, dizia eu, deve residir na exteriorização de um certo e determinado pensamento de interesse humano, que fale do Infinito e do Mistério que nos cerca, e alude às questões de nossa conduta na vida.¹¹⁵

A fim de solidificar seu pensamento, Lima oferece como exemplo a obra *Crime e Castigo* de Dostoiévski, ressaltando que a arte literária tem o poder de transformar “a idéia, o preceito, a regra em sentimento; e mais do que isso, torná-lo assimilável à memória, de incorporá-lo ao leitor, em auxílio dos seus recursos próprios, em auxílio de sua técnica”.¹¹⁶ Esse poder da literatura, segundo Lima, reforça “o nosso natural sentimento de solidariedade com os nossos semelhantes, explicando-lhes os defeitos, realçando-lhes as qualidades e zombando dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros. [...]”.¹¹⁷

A produção literária que tivesse como escopo esses preceitos era considerada por Lima como uma literatura militante. Com essa perspectiva de literatura que procurava “reformular certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos”, Lima

¹¹³ BROCA, Brito. op.cit., p. 193-200.

¹¹⁴ BARRETO, Lima. Impressões de leitura. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 56.

¹¹⁵ Id., Ibid., p. 58-59.

¹¹⁶ BARRETO, Lima. op.cit., p. 61-62.

¹¹⁷ Id., Ibid., p. 67-68.

empreendeu uma representação do passado com vistas a atualizá-lo, salvando do esquecimento aquilo sobre o que a memória do vencedor, tornada coletiva, silenciava.

Isso aconteceu em *Triste de Fim de Policarpo Quaresma* cujo enredo apresentava aspectos da Revolta da Armada ocorrida durante o governo de Floriano Peixoto; no romance *Recordações do Escrivão Isaias Caminha* com a alusão à Revolta da Vacina de 1904 e em *Numa e a Ninfa* que retratava algumas experiências vivenciadas durante a disputa pela presidência da República entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa em 1909 (a campanha civilista). Contudo, a discussão realizada por Lima da História nacional também se referia ao modo como a historiografia oficial de sua época era produzida.

Na obra *Os Bruzundangas*, publicada postumamente em 1923, Lima narra o que seria os “costumes e hábitos” da República da Bruzundanga com o intuito de aprendermos a livrar-nos dos nossos males.¹¹⁸ O capítulo XII dessa obra intitulado *Os heróis* apresenta reflexões acerca da “história bruzundanguense” a partir das características de seus heróis para os quais a pátria tinha sido feita, cobrindo e desculpando o que ela tinha de “sindicato declarado”.¹¹⁹

Nesse sentido, ao comentar sobre o herói Visconde de Pancome, Lima Barreto assinala:

Este senhor era de fato um homem inteligente, mesmo de talento; mas lhe faltava o senso do tempo e o sentimento do seu país. Era um historiográfico; mas não era um historiador. As suas idéias sobre história eram as mais estreitas possíveis: datas, fatos, estes mesmos políticos. A história social, ele não a sentia e não a estudava. Tudo nele se norteava para a ação política e, sobretudo, diplomática. Para ele (os seus atos deram a entender isto) um país só existe para ter importância diplomática nos meios internacionais. Não se voltava para o interior do país, não lhe via a população com as suas necessidades e desejos. Pancome sempre tinha em mira saber como havia de pesar, lá fora, e ter o aplauso dos estrangeiros.

Sabendo bem a história política da Bruzundanga, julgava conhecer bem a nação. Sabendo bem a geografia da Bruzundanga, imaginava ter o país no coração.

Entretanto, forçoso é dizer que Pancome desconhecia as ânsias, as dificuldades, as qualidades e defeitos de seu povo. A história econômica e social da Bruzundanga ainda está por fazer, mas um estadista (critério clássico) deve tê-la no sentimento. Pancome não a tinha absolutamente. A sua visão era unicamente diplomática e tradicionalista.¹²⁰

Com essa apresentação de um dos heróis de Bruzundanga, Lima claramente expõe sua insatisfação com a política do ministro das relações exteriores o Barão do Rio

¹¹⁸ BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 30

¹¹⁹ Id., *Ibid.*, p. 103.

¹²⁰ BARRETO, Lima. *op.cit.*, p. 105-106.

Branco que, como vimos no item anterior, chegou a empregar muitos intelectuais no seu ministério com vistas a dar um feição de nação “cultura”, civilizada para o Brasil aos olhares estrangeiros. Além disso, esse ministro foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), na capital federal, exercendo o cargo de presidente que tinha por função apresentar e representar o instituto, estabelecendo “vínculos entre a associação e as grandes diretrizes da política oficial”.¹²¹

A produção historiográfica do IHGB, desde seu início, era voltada para os temas políticos, tendo destaque a escrita de biografias de brasileiros “distintos por letras, armas e virtudes” (leia-se de grande influência política e econômica, membro de famílias tradicionais) que constituía uma forma de fazer história pautada em “nomes e personagens”. Outros temas presentes nas publicações do IHGB eram os relacionados à geografia, tratando de questões territoriais e de demarcação de limites.¹²²

Contudo, a partir de 1890 temos no IHGB um interesse maior por uma história social. Esta estava voltada para “os problemas do momento e as incertezas do futuro”¹²³ (reorganização social, posição do país frente às potências imperialistas e modernização da nação) e a assimilação dos avanços científicos da época, imperando nas suas discussões preceitos positivistas e naturalistas¹²⁴ contra os quais Lima Barreto lançou duros golpes através de sua literatura militante.

Os Bruzundangas, no plano geral, constitui-se, portanto, numa sátira da realidade brasileira, e sendo o capítulo *Os heróis*, especificamente, uma avaliação crítica da historiografia oficial. Desse modo, percebemos na construção dos enredos de suas obras, um Lima Barreto interessado em desconstruir as bases do discurso oficial, propondo meios de contar nossa história pela perspectiva dos supostamente vencidos.

Os seus personagens principais são geralmente mulatos e/ou de uma camada social inferior e, mesmo quando o “papel principal” pertence a sujeitos brancos e elitizados, há um certo destaque para os “mais simples” como no caso de *Numa e a Ninfa* em que são destacadas as ações do mulato Lucrécio Barba-de-Bode que

¹²¹ SCHWARCZ. Lilia Moritz. op.cit., p. 109.

¹²² Id., Ibid., p. 110.

¹²³ Id., Ibid., p. 114-116.

¹²⁴ Euclides da Cunha e Silvio Romero, por exemplo, eram membros do IHGB.

participava do grupo político do deputado Numa Pompílio, “ligando-o às classes populares” (uma espécie de jagunço).¹²⁵

No caso dos personagens Isaias Caminha e Augusto Machado, Lima Barreto vai além, pois os colocam como os próprios narradores das histórias (talvez o sobrenome de Isaias seja até uma alusão a Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota de Cabral, o que poderia sugerir uma reescrita da história nacional com o seu personagem). Já vimos como Lima, através de Isaias, combate a estigmatização dos negros e de seus descendentes realizada pelos intelectuais seguidores da perspectiva naturalista, apontando como causa da situação de “depreciação” social daquele grupo humano a sociedade que os cercava.

Com Augusto Machado, Lima indica outra utilização das tão reconhecidas biografias oficiais, sugerindo também a necessidade da presença das outras camadas sociais na narração dos fatos de nossa história. No prefácio de *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* intitulado Explicação Necessária, apresenta-se a seguinte justificativa:

A idéia de escrever esta monografia nasceu-me da leitura diurna e noturna das biografias do doutor Pelino Guedes. São biografias de ministros, todas elas, e eu entendi fazer dos escribas ministeriais. Por ora, dou unicamente subsídios para uma; mais tarde, talvez escreva as duas dúzias que planejo.

Não há neste tentâmen nenhuma censura ao ilustre biógrafo, nem tampouco propósito socialista ou revolucionário de qualquer natureza. Absolutamente não! Obedeci, aliás muito inconscientemente em começo, à lei da divisão do trabalho; e, com isso, sem falsa modesta o digo, fiz uma importante descoberta que o mundo me vai agradecer.

[...] era fácil de ver que, exigindo a ordem obscura do mundo humano um doutor que cure, outro que advogue, forçoso era também que houvesse um biográfico para os ministros e outro para os amanuenses.

[...] longe de ser um capricho, a publicação deste opúsculo é manifestação de uma grande e inevitável lei, a que me curvei e me curvo, como a todas as leis, independentemente da minha vontade.

[...]

Contudo, não me julgo com a verdade. Deus me livre de tal cousa! [...]

É um estimulante que procuro, e uma imitação que tento, Plutarco e o doutor Pelino, mestres ambos no gênero, hão de perdoar esse meu plebeu intento, de querer transformar tão excelso gênero de literatura moral – a biografia – em específico de botica.¹²⁶

Lima ironiza, nesse trecho, o trabalho daqueles intelectuais que produziam suas versões dos fatos ocorridos na sociedade brasileira a partir de critérios evolucionistas e deterministas pelos quais a verdade científica era infalível. Para isso, ele recolhe dados da sua realidade a fim de “dessacralizar” a forma considerada exemplar no registro de

¹²⁵ Ver BARRETO, Lima. Numa e a Ninfa. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

¹²⁶ BARRETO, Lima. Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 29-31.

nosso passado. Isto se evidencia na referência acima realizada a Pelino Guedes que era o diretor geral da Diretoria da Justiça com quem teve de tratar para aposentar seu pai e, considerado pelo autor, o tipo de funcionário público que bajula os poderosos e oprime os fracos. Além disso, não podemos perder de vista que Lima ocupava o mesmo cargo dos sujeitos sobre os quais pretendia escrever biografias (lembramos que Lima foi amanuense da Secretaria de Guerra).

Esses diálogos e desafios estabelecidos por Lima Barreto vão se refletir na sua forma de questionar os poderes públicos e, principalmente, os literatos quanto à conformação da imagem da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, que, no início do século XX, era considerada o palco principal para a concretização de toda uma transformação modernizante, a qual elevaria o país à categoria de nação moderna e civilizada.

CAPÍTULO 2 – LIMA BARRETO E A “CIDADE MARAVILHOSA”

2.1 – As (re)construções material e simbólica da cidade

Para compreendermos como Lima Barreto estabeleceu um tenso e intenso debate com os poderes públicos e os literatos acerca da construção da imagem da cidade do Rio de Janeiro, precisaremos, inicialmente, reportarmos-nos às transformações pelas quais passou essa cidade antes e durante as gestões federal e municipal de, respectivamente, Rodrigues Alves (1902-1906) e Pereira Passos (1902-1906) como também aos anseios iniciais por medidas modernizadoras expressos pela imprensa e pelos literatos. Dessa forma, teremos condições de compreender as referências materiais a partir das quais foi possível a criação de representações literárias orientadas para a configuração de uma imagem de cidade higiênica, bela e civilizada para a capital federal.

Antes de receber o epíteto Cidade Maravilhosa da poetisa francesa Jeanne Catulle Mendes durante sua visita em 1912¹, a capital federal foi inundada por uma grande onda modernizante. Ainda no século XIX, a cidade passou por alguns melhoramentos que foram frutos de projetos pontuais. Estes se destinavam à solução de necessidades mais prementes da cidade como aterro de pântanos e das lagoas, drenagens, desmontes de morros e nivelamento do solo para melhor escoamento da água da chuva.

Como podemos ver, eram preocupações com a salubridade que norteavam aquelas intervenções no espaço urbano, não provocando maiores mudanças na fisionomia da cidade.² Há de se levar em consideração que, para a medicina praticada na época, os pântanos eram considerados principais focos de exalação de miasmas (gases pestíferos causadores de doenças epidêmicas) e os morros, por sua vez, impediam a circulação de

¹ GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 103.

² A principal mudança na cidade do Rio de Janeiro em inícios do século XIX se deu com a vinda da família real em 1808 (a cidade era desde 1763 a capital da colônia) que determinou melhorias nas construções e prolongamento da área urbana em direção ao norte, dando origem ao bairro da Cidade Nova, até chegar a São Cristóvão e para o sul, atingindo Botafogo. Contudo, as ruas permaneceram estreitas e seu centro com estrutura e paisagem de caráter colonial. Ver PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: EDUFBA, 2002, p. 104-105.

ventos capazes de dissipá-los, sendo que as águas das chuvas e rios que deles desciam “estagnavam na planície sobre a qual se erguia a maior parte construída da cidade”.³

Em meados do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro recebe um grande impulso devido à concentração de recursos financeiros oriundos da produção cafeeira do Vale do Paraíba.⁴ Essa situação favorece a intensificação de seu crescimento, ampliação dos melhoramentos – muitos dos quais financiados pelo capital estrangeiro -, atração populacional para sua área urbana⁵ e aumento de sua importância política e econômica.

O acelerado crescimento da cidade promoveu o aparecimento de meios de deslocamentos mais adequados como os bondes e os trens. Essa situação fez com que os habitantes de poder aquisitivo suficiente para utilizar os novos meios de transporte se mudassem para bairros longe do centro, especialmente nas áreas junto ao mar, consideradas mais agradáveis e salubres. Enquanto isso, as camadas menos favorecidas permaneceram no centro que ia, gradativamente, degradando-se.⁶

Essa expansão da cidade foi favorecida ainda pela continuidade dos aterros de lagoas e alagadiços e até pela abertura de um túnel, o Túnel Velho (hoje Alaor Prata) aberto em 1892, o que possibilitou uma maior ocupação de planícies e praias. Também se contornaram “os sopés do interior do maciço costeiro no sentido norte”,⁷ impulsionando o crescimento dos subúrbios - o próprio aumento da malha ferroviária foi outro fator para esse crescimento.

Os serviços de abastecimento de água e de rede de esgoto, a entrega postal em domicílio, a implantação do telégrafo e da iluminação, a pavimentação de ruas centrais e o funcionamento do telefone foram outras melhorias ocorridas na cidade durante o século XIX, embora não fossem satisfatórios e seu estabelecimento priorizasse áreas consideradas nobres ou importantes para a sua administração.

³ As epidemias de febre amarela e varíola, por exemplo, foram um martírio para a população carioca no século XIX, sendo no verão o período que se dava a primeira e, no inverno, a segunda. Ver BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucílio. O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 239.

⁴ MORAES, José Geraldo de. Cidade e cultura urbana na Primeira República. 2 ed. São Paulo: Atual, 1995, p. 55-56.

⁵ Entre 1872 e 1890, a população do Rio passou de 274.972 para 522.651 habitantes. Ver BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucílio. op.cit., p. 243.

⁶ PINHEIRO, Eloísa Petti. op.cit., p. 106.

⁷ Id., Ibid., loc.cit.

Nota-se, desse modo, que tanto a expansão da cidade quanto o início da oferta de determinados serviços refletiam a sua divisão social e os interesses dos governantes e das empresas responsáveis pela implantação daqueles serviços, favorecendo a especulação imobiliária. Contudo, essas mudanças não se orientavam por um plano preconcebido, mas pelas “circunstâncias do momento”⁸, adaptando-se ao traçado do lugar para o qual a cidade se expandia.

Apesar disso, a preocupação com a condição urbana do Rio de Janeiro se torna mais intensa em decorrência de seu progressivo crescimento e do interesse de seus dirigentes em atender às exigências do capital oriundo da exportação do café que demandava uma melhor infra-estrutura.⁹ Some-se a essa preocupação, o questionamento pelas elites brasileiras da imagem do país no exterior que se intensificou com o conhecimento dos avanços da ciência européia e das experiências de intervenção urbana realizadas, principalmente, nas cidades norte-americanas de Chicago e Nova York e na capital francesa durante a administração de Hausmann.¹⁰

Esse questionamento está também relacionado à participação brasileira nas exposições universais.¹¹ Nas últimas décadas do século XIX, o porto do Rio apresentava um desenvolvimento cada vez maior juntamente com a crescente demanda de braços para o café, o que, por sua vez, incentivava a imigração. Isso reforçava as relações externas do país, constituindo-se as exposições universais, dentro dessa conjuntura, numa grande oportunidade para apresentar o Brasil como uma nação moderna às nações imperialistas.

Como as exposições eram “espetáculos de exaltação ao progresso”, à civilização, onde se exibiam “os mais recentes inventos”,¹² a “elite cultivada brasileira” não se satisfazia com a imagem de país exótico que era destinada ao Brasil nesses eventos. Segundo Pesavento, “assumir a assertiva de que o que nos sobrava em natureza nos

⁸ PINHEIRO, Eloísa Petti, op.cit., p. 107.

⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 167.

¹⁰ Ver PINHEIRO, Eloísa Petti. op.cit., p. 119.

¹¹ O Brasil participou das exposições de 1862 (Londres), 1867 (Paris), 1873 (Viena), 1876 (Filadélfia), 1879 (Paris), 1882 (Buenos Aires) e 1884 (São Petersburgo), sediando eventos de grandeza semelhante à dos internacionais nos anos de 1861, 1866, 1873 e 1875. O próprio Imperador D. Pedro II era assíduo freqüentador de exposições e apegado às vogas científicas, principalmente européias. Ver SCHWARCZ, Lília Moritz. op. cit., p. 31 e p. 253.

¹² OLIVEIRA, Márcia & PACHECO, Susana. O Rio de Janeiro e o “Espetáculo da Modernidade”. Anais do VIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IV Encontro Latino Americano de pós-graduação do Vale do Paraíba. p. 1112. Disponível em: www.inicep.univap.br Acesso em: 13 dez. 2008.

faltava em cultura, resignar-se à classificação de *pays exotique* implicava restar colonial mesmo depois de nação independente...”¹³ E eram justamente os aspectos considerados mais primitivos da mostra brasileira no exterior os ressaltados nos jornais europeus, sendo que muitas crônicas mencionavam “a feiúra da capital do país, cidade cheia de negros e doenças”.¹⁴

Desse modo, o Imperador D. Pedro II designa uma comissão para elaborar um plano urbanístico para a cidade do Rio de Janeiro em 1874, momento no qual o cultivo do café atingia seu apogeu e a capital do país se impunha como grande centro comercial.¹⁵ A Comissão de Melhoramentos, composta pelos engenheiros Jerônimo Moraes Jardim, Marcelino Ramos e Francisco Pereira Passos,¹⁶ tinha um plano de reformas para a cidade que focava a abertura de avenidas e ruas largas e novas praças, apresentando um alinhamento com as novas concepções urbanísticas em prática nas cidades européias, especialmente as presentes em Paris.¹⁷

Essas mudanças objetivavam propiciar melhores condições higiênicas, facilitando “a circulação do ar, da água, de pessoas e de carros”,¹⁸ como também embelezar a cidade. Pela proposta da comissão, o Estado não devia custear as intervenções, uma vez que se previa oposição à execução do plano devido aos altos custos, devendo ser a tarefa confiada a uma empresa. O plano da comissão fracassou, sendo os custos criticados pelo próprio governo e não atraindo o capital privado.

Em termos práticos, o resultado obtido foi mais de natureza estética e restrito à transformação do Campo de Santana no qual foi implantado um jardim do tipo inglês com “veredas, grutas, pontes e riachos”,¹⁹ sendo que o paisagista francês Glaziou,

¹³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. op.cit., p. 168

¹⁴ Id., Ibid., loc.cit.

¹⁵ PINHEIRO, Eloísa Petti. op.cit., p. 120.

¹⁶ Este último havia ingressado na carreira diplomática e sido nomeado adido à legação brasileira em Paris, permanecendo aí de 1857 até fins de 1860. Além disso, freqüentou cursos acerca de implantação de melhoramentos no espaço urbano e participou como engenheiro da construção da ferrovia entre Paris e Lyon, das obras do porto de Marselha e da abertura do túnel no monte Cennis. Com essa experiência, pôde também presenciar a destruição de bairros populares em Paris e o surgimento da nova metrópole realizados durante a gestão do prefeito Georges Hausmann (1853-1870) que influenciaria reformas urbanas em outras partes do mundo. Ver BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucílio. op.cit., p. 241.

¹⁷ A influência francesa no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro no século XIX vem desde a vinda da missão artística francesa em 1816.

¹⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. op.cit., p. 168

¹⁹ PINHEIRO, Eloísa Petti. op.cit., p. 110

responsável pelo trabalho, orçara a modificação em 1500 contos e gastara 1102.²⁰ Mesmo assim, o projeto da comissão estimulou a apresentação de outras propostas de intervenções na cidade que tinham como tendência comum o interesse de se voltarem para a parte antiga da cidade – área central situada entre os morros do Castelo, de São Bento, da Conceição e de Santo Antonio (ver abaixo esta área) – e promover a abertura de grandes avenidas em sentido norte-sul ou leste-oeste.



Figura 1. Fonte: apud PINHEIRO, Eloísa Petti. Op.cit. p. 105.

Com a passagem do Império para o regime republicano, a cidade do Rio de Janeiro passa a ser o Distrito Federal, sede do Governo do Brasil. Essa mudança vem acompanhada da ascensão de novos grupos que se beneficiavam da queima de fortunas ocorrida durante a política do Encilhamento,²¹ gerando uma prática especulativa que não se encerrou mesmo com o fim daquela política.

Diante dessa situação, esses novos grupos marcaram o iniciante regime republicano com o timbre do arrivismo, ocupando cargos “rendosos e decisórios” e elegendo o modelo do burguês argentário como padrão de prestígio social, o qual recebeu a adesão até de grupos remanescentes do Império. Um cenário que estimulou,

²⁰ GERSON, Brasil. História das ruas do Rio: e de sua liderança na história política do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, p. 190.

²¹ Reforma financeira executada pelo ministro da fazenda Rui Barbosa a partir de janeiro de 1890. Seu objetivo era incentivar o crescimento econômico nacional, permitindo uma grande emissão de dinheiro por bancos espalhados pelo país, facilitando, por exemplo, o crédito na implantação de novas indústrias e o atendimento ao pagamento dos salários dos operários.

Contudo, a enorme quantidade de dinheiro em circulação não correspondia com a produção real da economia, resultando em inflação. Além disso, esse dinheiro fácil incentivou a criação de empresas-fantasmas com o intuito de apenas obter o crédito dos bancos, gerando na Bolsa de Valores do Rio grande agitação e especulação financeira.

portanto, a necessidade de “ajustar a ampliação local dos recursos pecuniários com a expansão geral do comércio europeu [...]”,²² aumentando o consumo das novidades vindas, principalmente, de Paris e alimentando o desejo de remodelação de hábitos sociais.

Os rumos iniciais da jovem república brasileira propiciaram também a potencialização daqueles anseios de transformar a imagem da nação pela reforma de sua capital, uma vez que uma cidade insalubre com uma população heterogênea vivendo no seu centro em condições precárias como era o Rio de Janeiro, na última década do século XIX, acabava por dificultar a entrada de capitais e a imigração.

Essa visão negativa aos olhos europeus e das elites brasileiras foi ainda agravada pela instabilidade política do início republicano que, juntamente com a crise financeira provocada pelo Encilhamento, exauriu o Tesouro Nacional. Atrelado a isso, havia a urgência dos dirigentes do regime republicano, inspirado nas idéias tecnocráticas de governo, de retirar da cidade o aspecto letárgico e inoperante, o qual era atribuído ao regime imperial.²³

O combate institucional às moradias populares se tornou, nesse contexto, uma prioridade. Os cortiços eram considerados os principais focos de dispersão das epidemias pela cidade. Como ato inaugural desse combate, tivemos a destruição do mais famoso cortiço carioca do século XIX, o Cabeça de Porco, localizado nas proximidades do morro da Providência.

Então sob a administração do prefeito Barata Ribeiro, essa destruição, ocorrida no ano 1893, transformou-se, segundo o historiador Nicolau Sevcenko, num verdadeiro mito de origem de “toda uma forma de conceber a gestão das diferenças sociais na cidade”²⁴ pela qual o importante era afastar os grupos indesejáveis das áreas principais sem lhe oferecer a mínima assistência. Por outro lado, a demolição do Cabeça de Porco sinaliza também a ineficácia das medidas que visavam reorientar para longe a moradia das populações expulsas. Essa afirmação se justifica pela migração dos habitantes do

²² SEVCENKO, Nicolau. op. cit., p. 40.

²³ MARTINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 140.

²⁴ CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 19.

cortiço para o morro da Providência no qual construíram barracos com a madeira da demolição, dando origem ao que mais tarde se convencionou chamar de favela.²⁵

As dificuldades enfrentadas pelas elites e dirigentes da cidade do Rio de Janeiro não passaram despercebidas aos olhos da imprensa e dos escritores da época que procuravam apresentar à população caminhos que pudessem elevar a capital federal ao status de cidade civilizada. Nesse sentido, constituíram-se como um dos instrumentos na tentativa dessa realização o anúncio da presença de novidades vindas do exterior na cidade e o incentivo para que os cariocas fossem apreciá-las. Isso se deu, por exemplo, com a abertura da primeira sala de exibição cinematográfica do país, o “Salão Novidades de Paris”, promovida pelos empresários Cunha Sales e Paschoal Segreto na Rua do Ouvidor, nº 141, em 1897.²⁶ Com muito entusiasmo, o periódico *Folha da Tarde* de 9 de agosto de 1897 assim anuncia a novidade:

Salve Século XIX Salve Amimatógrafo Lumière - A última palavra do engenho humano. A mais sublime maravilha de todos os séculos. Pinturas moverem-se, andarem-se, trabalharem, ouvirem, chorarem, morrerem, com tanta perfeição e nitidez, como se Homens, Animais e Coisas Naturais fossem, é o assombro dos assombros. Salve Lumière! O Animatógrafo Lumière é invento tão magestoso, soberbo e imponente, que a própria natureza, que privilegiou o seu autor, conserva-se estática diante de sua pasmosa contemplação!

A exibição dos diversos quadros, que serão expostos à admiração do público, é tão primoroso e sedutor atrativo, que, quem por ela é uma vez surpreendido, procura irresistivelmente emergir sempre o seu espírito observador da deliciosa admiração desse assombroso espetáculo!

As Exmas. famílias desta capital encontrarão à Rua do Ouvidor no 141, um salão de espera digno de sua recepção e iluminado à luz elétrica, das 12 horas às 10 da noite. Ao Animatógrafo, pois, de Lumière cabem hoje, de todo o mundo civilizado os aplausos bem merecidos de uma admiração, sem limites.
141 Rua do Ouvidor.²⁷

Convém notar que o entusiasmo é extensivo a uma época (“Salve Século XIX”) representativa de muitos avanços tecnológicos e a introdução de um deles (ou melhor, a “mais sublima maravilha de todos os séculos”), no caso, “o Animatografo Lumière” ali na Rua do Ouvidor, centro do Rio de Janeiro, parece ser considerada a via de acesso da cidade ao mundo civilizado. Entretanto, esse acesso, para o jornal, não é para toda a população carioca, uma vez que o convite é feito às “Exmas. famílias” da capital para as quais há “um salão de espera digno de sua recepção e iluminado à luz elétrica”!

²⁵ MARTINS, Paulo César Garcez. op.cit., p. 141.

²⁶ No dia 8 julho de 1896, apenas sete meses após os irmãos Lumière projetarem os primeiros filmes da história em Paris, Segreto e Cunha Sales fizeram, na capital da República, a estréia da nova arte no Brasil. Ver MARTINS, William. O ministro das diversões. Revista Nossa História. Novembro de 2004, p. 82.

²⁷ Jornal *Folha da Tarde*, 09/08/1897. Disponível em: <http://www.uol.com.br/rionosjornais>. Acesso em: 08 ago. 2008.

Vale destacar que a referência à capital francesa, a partir da instalação do animatógrafo, ia além da presença de seu nome na denominação daquela sala de sessões cinematográficas. Para a imprensa da última década do século XIX, “a própria Paris estava no Rio de Janeiro” como noticiavam os jornais *Cidade do Rio* e *Gazeta da Tarde* no início de seus anúncios da sala de exibição da Rua do Ouvidor: “Paris no Rio!”. O segundo jornal era bem mais enfático, revelando o anseio de ver a imagem da cidade francesa considerada parâmetro de espaço urbano moderno: “Paris no Rio! Esta ficção é hoje realidade, graças ao animatógrafo que funciona alí, quase em frente à nossa redação. São dez tostões que valem mil francos, e satisfaz-se um ideal muito ambicionado: ver Paris”.²⁸

O escritor Arthur Azevedo (1855-1908) também manifestou sua satisfação com as exibições realizadas no Salão Paris, indicando que “aquilo é bom... e é barato” e cabia “ao público animar o animatógrafo”.²⁹ Com a comédia-opereta de costumes brasileiros *A Capital Federal*, escrita em 1897, esse autor apresentou - assim como fez a imprensa com o Salão Paris -, os desejos das elites em ver a cidade do Rio de Janeiro com um aspecto civilizado e salubre. O momento da comédia que expressa bem esses desejos é o seu início, o qual é ambientado num grande hotel: o Grande Hotel da Capital Federal.

A primeira cena mostra uma enorme movimentação dos hóspedes do hotel que queriam ser atendidos. Diante disso, o gerente pede paciência, cantando a seguir:

Este hotel está na berra!
 Coisa é muito natural!
 Jamais houve nessa terra
 Um hotel assim mais tal!
 Toda a gente, meus senhores,
 Toda a gente ao vê-lo diz:
 Que os não há superiores
 Na cidade de Paris!
 Que belo hotel excepcional!
 O Grande Hotel da Capital
 Federal!
 [...]
 Nesta casa não é raro
 Protestar algum freguês:
 Acha bom, mas acha caro
 Quando chega o fim do mês,
 Por ser bom precisamente,
 Se o freguês é do bom-tom

²⁸ Jornais *Cidade do Rio*, 04/08/1897 e *Gazeta da Tarde*, 04/09/1897. Disponíveis em: <http://www.uol.com.br/rionosjornais>. Acesso em: 08 ago. 2008.

²⁹ Jornal *O Paiz*, 24/12/1897. Disponível em: <http://www.uol.com.br/rionosjornais>. Acesso em: 08 ago. 2008.

Vai dizendo a toda a gente
 Que isto é caro mas é bom
 Que belo hotel excepcional!
 O Grande Hotel da Capital
 Federal!³⁰

Através do gerente, Arthur Azevedo sinaliza o desconcerto e a ânsia ainda presentes na população diante do acesso às novidades, representada, nesse trecho, pelo grande hotel. Novamente, temos Paris como referência do belo, moderno e civilizado e a cidade do Rio de Janeiro na trilha desse referencial. Além disso, Azevedo orienta o público a ser de “bom-tom”, chic ao reconhecer que, apesar de caro, uma novidade como aquele hotel é algo positivo, uma vez que, como vimos, havia a necessidade de remodelar os hábitos sociais.

Já Olavo Bilac (1865-1918) apresentou argumentos mais contundentes e direcionados à administração municipal acerca do que deveria ser realizado na cidade do Rio de Janeiro. Para tal, Bilac tinha à disposição as páginas do renomado jornal *Gazeta de Notícias*, sendo que sua importância dentro desse periódico aumentou por volta de 1897 quando substituiu Machado de Assis na coluna “Crônica”. Dessa sua participação na *Gazeta de Notícias* durante os últimos anos do século XIX, podemos destacar três crônicas que indicam ao governo medidas que deveriam ser tomadas para sanear a cidade bem como hábitos e locais a serem adotados para representar a entrada da nação na cobiçada modernidade.

A primeira delas, intitulada “Entre a febre e o teatro” (29/02/1896), é uma discussão sobre qual a prioridade para a cidade deveria ser definida pelo Conselho Municipal. As opções em disputa eram a criação de um teatro para fomento da civilização e o saneamento da cidade para torná-la salubre e atrativa. Bilac considera um contra-senso o Conselho “regenerar o teatro” antes de sanear a cidade³¹, declarando:

Os poderes municipais que fazem para sanear a cidade, para matar essa hedionda febre amarela³² que está insaciavelmente agarrada ao nosso peito, a mamar-nos a vida, o crédito, a reputação? O Rio de Janeiro está cada vez mais sujo. Há ruas que têm a vegetação das florestas virgens, e outras que pela sua porcaria fazem lembrar as ruas porquíssimas de Fez. Nos aterros que se estão fazendo no cais, vão, de cambulhada, com a terra, cadáveres de burros e de cachorros. E toda a cidade cheira mal. E os poderes municipais

³⁰ AZEVEDO, Arthur. *A Capital Federal*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002, p. 18-19.

³¹ BILAC, Olavo. *Op.cit.*, p. 212.

³² O ano anterior ao dessa crônica (1885) foi um dos momentos de surto da febre amarela no Rio de Janeiro. Ver EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, p. 29.

cuidam em plantar o meio dela um Teatro Normal – flor de arte e civilização no meio de um atoleiro.

[...]

Santo Deus! Venha o teatro, mas faça-se antes o possível para não ter a febre amarela. Os poderes municipais terão tempo de sobra para fomentar a arte dramática: limpem a cidade primeiro, porque ela, coitadinha, está convertida em um monturo!³³

Percebe-se que o interesse de Bilac com o fim da febre amarela vai além da conservação da vida dos habitantes da cidade. Ele se preocupa com a imagem negativa do Rio e o quanto esta poderia dificultar a atração de capital. Em seguida, o autor critica o modo com estão sendo realizados os aterros, uma das medidas encontradas naquela época para combater a proliferação de doenças e expandir a cidade.

Por último, Bilac reconhece que a criação de um teatro na cidade seria interessante para lhe dar um tom civilizado, mas, para que isso fosse melhor aproveitado, devia-se antes sanear adequadamente o Rio de Janeiro. Diante dessas preocupações, Olavo Bilac, no ano seguinte, aponta o que seria o ambiente adequado para uma existência civilizada.

Esse era encontrado na região serrana fluminense, mais precisamente na cidade de Petrópolis. A crônica “Petrópolis” (13/02/1897), na qual Bilac apresenta o “ambiente ideal”, inicia-se com o protesto do autor diante de noticiários acerca daquela cidade através dos quais é informado que nela estava se dando eventos relacionados à política como, por exemplo, “conferência política”, presença do “presidente do estado...”.

Todas essas cousas chatas e vulgares deviam ficar em Niterói, à beira-mar, nas ruas baixas e feias: a política dá-se bem, ali, com o cheiro de maresia, com a umidade, com o calor, com o suor, com os bondes da Cantareira!

Mas em Petrópolis! A oitocentos metros acima do mar, no pináculo verde da serra da Estrela, perto do céu, perto dos astros, perto de Deus! naquela altura abençoada que possui todas as manhãs os primeiros bafejos de luz! [...] A política ali [...] É horrível!

Quisera eu, que todo mundo, ao subir a serra, ao chegar à estação de Petrópolis, sentisse, completa e cabal, uma verdadeira ressurreição da alma – lembrando-se de que todas as cousas tristes da vida, os negócios, o trabalho, a política, a ambição, a hepatite, a dispepsia, o mexerico, ficaram lá embaixo, no atoleiro mercantil da cidade, sem asas para poder galgar a montanha verde, em que a Natureza irradia com tanta beleza, e onde há o culto do conforto e do luxo.³⁴

Por esse trecho, Bilac deixa claro que, na sua concepção, uma cidade bela e civilizada devia ser despolidizada e, contrariando a sua preocupação expressa na crônica

³³ BILAC, Olavo. op.cit., p. 213.

³⁴ Id., Ibid., p. 215-216.

anterior, afastada de todo interesse mercantil que tanto impregnava a capital federal, ainda sob os efeitos do Encilhamento. O autor parece que esqueceu ou procurou ocultar, para melhor depurar Petrópolis de qualquer vício, a origem do conforto e do luxo gozados na cidade serrana, local escolhido pelas elites para fugir do calor do verão carioca e das epidemias que o acompanhavam. Muitos dos componentes dessas elites são justamente aqueles “grupos novos”, como vimos acima, enriquecidos com a política do Encilhamento e as oscilações políticas do início do regime republicano.

Ao nos debruçarmos para outros detalhes da crônica “Petrópolis”, notamos também que há uma grande referência à natureza como algo positivo (“montanha verde, em que a natureza irradia tanta beleza”) presente naquela cidade serrana. Contudo, a natureza a que aplaude Bilac é diferente daquela dos autores românticos, como fica explícito nas seguintes linhas:

Mas Deus é grande! A burocracia, mais cedo ou mais tarde, se há de aborrecer da pureza daquele ar, e há de descer à sua rasa e abominável planície. Nesse dia, Petrópolis não terá nenhum defeito...

Há quem prefira Teresópolis ou Friburgo; há quem, meu amigo ainda a mata virgem, prefira o mato cerrado, o campo autêntico, a autêntica vida rústica. Para mim, Petrópolis é o ideal.

Amo devidamente o mato cerrado, quando o vejo celebrado em bons versos; e devidamente amo a autêntica vida rústica, quando a vejo descrita em livros de arte, como *O sertão* de Coelho Neto. Mas na vida prática, meus amigos, confesso que só amo a natureza civilizada, tratada com arte e carinho pela mão do homem.

[...] Para o um homem civilizado, só há um lugar habitável: é o lugar onde se pode conservar a roupa limpa, os sapatos lustrosos e as mãos sem calos [...].

Os homens querem-se na cidade, pisando paralelepípedos. [...].

No tocante a florestas, só amo as florestas como a da Tijuca – de entradas planas e cuidadas, varridas duas vezes por semana, como se fossem corredores de casa, dando cômodo trânsito a carros [...].

Assim, amo a vida civilizada encaixada na moldura rústica da natureza primitiva. [...]

Por isso, prefiro Petrópolis! [...]

Salve Petrópolis! pequeno e esplêndido trecho, asseado e suave, da civilização, engravado no vasto seio bruto da Natureza [...]. Salve, Petrópolis fidalga! mansão do Bom Gosto, onde o ar é puro e a gente é bem-educada!³⁵

Bilac mostra bem como incorporou o modo de vida urbano da Belle Èpoque européia. Contudo, ele acrescenta o ingrediente natureza ao ambiente civilizado que seria o diferencial a ser apresentado pelo Brasil ao mundo. A incorporação daquele modo de vida, aliás, parece ser um desejo muito presente nessas crônicas, levando o autor a assiná-las com o nome “Fantasio” como se estivesse em pleno sonho encantado no qual o país atingiria, finalmente, o progresso. Tanto que um acontecimento que mude

³⁵ BILAC. Olavo. op.cit., p. 217-222.

a rotina da capital federal se torna motivo para que Bilac indique ao leitor a possibilidade de realização daquele sonho. Assim acontece com a publicação da crônica “Cidade de mesentéricos” (30/07/1899).

Inicialmente, Bilac compara a cidade a um palácio desabitado, fechado e triste feito um túmulo, demonstrando incompreensão diante da melancolia do Rio haja vista estar metido “no eterno banho da luz do sol – luz que se desfaz em beijos e sorrisos pelas copas das árvores, pelas fachadas das casas, pelos buracos das ruas [...]”.³⁶ Essa rotina é interrompida durante a preparação para a chegada de pessoas ilustres como o presidente argentino e o governador Viana.

[...] Que alegria, quando, depois de longo luto, abrem-se as janelas do prédio à luz e ao ar, e espanam-se os móveis, e sacodem-se as cortinas, e o piano acorda cantando uma valsa leve, e as crianças se espalham pelos corredores, correndo e chalrando!

Assim, o Rio de Janeiro, atualmente, nestes dias de festas. Antes da chegada do presidente Rocca, a chegada do governador Viana...

Passateas, banquetes, espetáculos de gala, corridas – as costureiras trabalhando sem descanso, todo o comércio rejubilando -, uma delícia para todo mundo!

Ah! quem dera fosse sempre assim, Sebastianópolis!

E por que não és tu sempre assim, uma feira franca do riso e do pagode? Talvez porque o nosso temperamento seja realmente mais sujeito à melancolia do que à jovialidade? Não! há quem diga que a nossa tristeza depende exclusivamente da nossa imundície.

[...]

Ah! quem poderá viver bastante para te ver saneada, ó cidade do Rio de Janeiro?³⁷

Novamente, Bilac se volta para a questão do saneamento, apresentando-a como a salvação da cidade e a chave que daria acesso ao mundo civilizado. Dessa forma, encerra a crônica com um pedido aos médicos: “[...] economizem palavras, porque não há de ser com elas que a municipalidade saneará o Rio de Janeiro”.³⁸

Apesar dessas reivindicações, indicações e das perspectivas promissoras que apresentava a cidade do Rio de Janeiro na passagem para o século XX, as elites não dispunham de um ambiente “civilizado”, uma versão nos trópicos de uma cidade nos moldes urbanos europeu e norte-americano. O local da cidade que mais se aproximava daquele tipo de ambiente era a rua do Ouvidor.

³⁶ Id., Ibid., p. 227.

³⁷ BILAC, Olavo. op.cit., p. 227-228.

³⁸ Id., Ibid., p. 231.

Mesmo assim, essa rua, que era a mais elegante, limpa e de aspecto menos colonial da cidade, apresentava trechos considerados precários pelas elites. Luis Edmundo assim a descreve em suas memórias publicadas em 1938:

A rua, que a Municipalidade de então chama Moreira Cezar e o povo, como sempre, rua do Ouvidor, é apenas um pobre corredor entre tantos corredores da cidade, embora menos rústico que os outros, embora mais festivo, e, sobretudo, muito mais freqüentado.

A parte de maior animação e maior vida é a que se fixa entre os quarteirões que se estendem do Largo do S. Francisco [...] até a rua do Ourives. Ahi estão as lojas de mais requintado luxo e aparato, de melhor clientela e consideração. [...].

Nesse trecho, com pouco mais de cem metros de extensão, é que palpita a vida elegante da cidade, transito obrigatório dos que chegam dos arrebaldes á parte central da *urbs*, a compras ou a passeio.

[...]

[...] E, se descemos, [...], em caminho do mar, Santo Deus! Em vez de vitrines ou de lojas, mesmo de apparencia regular, o que se vê é o armazém mal arranjado e sujo, com as resteas de cebola dependuradas pelos tectos, mantas de carne secca enodoando portaes, o toucinho de fumeiro [...] e, meio a todo esse mostruário de comestíveis, [...] a infallivel ruma de tamancos!³⁹

À parte a perspectiva elitista do autor, podemos perceber o quanto era diminuto e precário o ambiente “civilizado” que dispunha as elites na cidade do Rio de Janeiro da época. O próprio calçamento do centro da cidade não apresentava boas condições, sendo feito de paralelepípedos alinhados que esquentavam com muita rapidez nos dias em que “o sol dardeja forte”.

Além disso, “por causa das chuvas e do transito continuo de vehiculos”⁴⁰, era freqüente o aparecimento de “covas e buracos”. Isso representava uma grande dificuldade, uma vez que, na passagem do século, o Rio possuía o 15º porto do mundo em volume de comércio,⁴¹ gerando um grande tráfego de mercadorias pelo centro da cidade.

Contudo, depois do saneamento das finanças e da estabilização política do país⁴² ocorridos durante o governo Campos Salles (1898-1902), surgiram as condições para

³⁹ EDMUNDO, Luis. op.cit., p. 72-76.

⁴⁰ Essa situação era pior nas ruas de menor importância nas quais o calçamento era constituído por pedras arredondadas postas em relevo por sobre a terra dura, mostrando em torno capim, grama ou nem isso possuíam. EDMUNDO, Luis. op.cit., p. 53.

⁴¹ SEVCENKO, Nicolau. op.cit., p. 39.

⁴² Campos Salles assinou, em 1898, um acordo com os Rothschild pelo qual o Brasil receberia um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas, comprometendo-se a ter um austero controle das suas finanças e garantindo, caso fosse necessário, a hipoteca das rendas alfandegárias do Rio de Janeiro e dos outros portos. Já para evitar choques políticos, o presidente estabeleceu a política dos governadores que consistia no respeito e apoio pelo governo federal das decisões dos governos estaduais, sendo estes, por

que a cidade do Rio de Janeiro sofresse as transformações almeçadas pelos seus dirigentes, elites e escritores comprometidos com a modernização do país. O presidente eleito Rodrigues Alves, representante das elites paulistas (como seu antecessor Campos Salles) que já haviam promovido medidas sanitárias na capital do estado de São Paulo, pôde, então, promover as mudanças destacadas no seu Manifesto à Nação de 15 de novembro de 1902.⁴³

Nessa declaração, o saneamento da capital federal foi considerado a prioridade para a transformação do país numa auspiciosa economia capitalista. Para que isso se realizasse, foi tomado pelo governo federal um empréstimo de 8.500.000 libras aos banqueiros Rothschild e designado para a prefeitura da cidade do Rio o engenheiro Pereira Passos que, assim como Haussmann em Paris de meados do século XIX, dispôs de plenos poderes para intervir no espaço urbano.⁴⁴

Os governos federal e municipal procuraram efetuar a reforma da cidade com a colaboração de empresas privadas que haviam recebido concessões para a execução das obras. Ao governo federal coube a tarefa da abertura de uma avenida central e a modernização do porto, juntamente com avenidas complementares. Para isso, criou a Comissão Construtora da Avenida Central sob a chefia de Paulo de Frontin cujos planos de sua Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil serviram de base às obras projetadas e supervisionadas pela Comissão das Obras do Porto, nomeada pelo ministro da Viação Lauro Muller e chefiada por Francisco Bicalho,⁴⁵ o mesmo engenheiro que terminou a construção da planejada cidade de Belo Horizonte em 1897.

Já a prefeitura do Rio se responsabilizou pela abertura de vias de comunicação duplas e arejadas em substituição das ruas estreitas a fim de produzir espaços mais “higiênicos” e meios que possibilitassem uma melhor comunicação entre os diversos bairros da cidade. Além disso, a municipalidade se encarregou da “canalização de diversos riachos, o ajardinamento e arborização de praças e ruas, a abertura de novas praças, a construção de três novos mercados, do Teatro Municipal, a remodelação do Paço Municipal, entre outras”.⁴⁶

sua vez, incumbidos de ajudar a eleger para o Congresso Nacional somente parlamentares que fossem simpatizantes do presidente da república.

⁴³ BENCHIMOL, Jaime. op.cit., p. 255.

⁴⁴ PINHEIRO, Eloísa. op.cit., p. 129.

⁴⁵ Para a execução dos trabalhos do porto foi contratada a firma britânica C. H. Walker, que construíra as docas em Buenos Aires. Ver BENCHIMOL, Jaime. op.cit., p. 256.

⁴⁶ PINHEIRO, Eloísa. op.cit., p. 136.

representantes do regime republicano, que naquele momento tentavam imprimir sua marca no espaço urbano carioca, haviam conseguido, através do conhecido Encilhamento, ocupar posições sociais e políticas vantajosas.

Pederneiras faz alusão também à exclusão social realizada pelo regime republicano com sua política de combate às habitações coletivas iniciada em fins do século XIX (lembramos que o “Cabeça de Porco” era próximo do morro da Providência) e às territorialidades culturais populares, uma vez que as ruas próximas ao morro do Pinto traduzem a idéia de musicalidade onde a seresta constituía “um dos traços marcantes da sociabilidade dos grupos pobres”.⁴⁹

Desse modo, o autor apresenta a cidade como metáfora do regime republicano, desconstruindo a imagem de austeridade e progresso que os projetos de reforma urbana procuravam transmitir aos habitantes da cidade e estrangeiros que a visitassem. E aquele progresso, para os dirigentes da cidade, viria, inicialmente, com a demolição do casario colonial do centro do Rio e com medidas que erradicassem o mal da febre amarela e outras doenças comprometedoras da reputação da capital federal.

A reforma, como vimos, procurava abrir, alargar e prolongar ruas e avenidas, sendo a Avenida Central a principal artéria a ser construída para viabilizar a circulação de mercadorias do porto até às outras áreas da cidade (o intrincado traçado das ruas do centro era um obstáculo) e embelezar a cidade. Diante disso, promoveu-se, a partir de 26 de fevereiro de 1904,⁵⁰ as demolições de quarteirões inteiros, levando a população pobre e trabalhadora que aí residia a se mudar para os morros próximos do centro, algumas áreas que não foram alvo da reforma perto do cais e subúrbios (acessível para funcionários públicos de baixo escalão e outros profissionais que tivessem condições de arcar com as despesas com transporte).⁵¹

Isso nos leva a perceber que, além da arquitetura e traçado das ruas coloniais, existia o interesse de esconder também os sinais de pobreza da cidade e de uma população negra e mestiça, pois muitos desses pobres do centro da cidade eram negros de origem urbana ou rural, nordestinos fugidos das secas e imigrantes empobrecidos.

⁴⁹ VELLOSO, Mônica Pimenta. Falas da cidade: conflitos e negociações em torno da identidade cultural no Rio de Janeiro. Revista Artcultura. V. 7, N. 11 Jun-dez, 2005, p. 165.

⁵⁰ BENCHIMOL, Jaime. op.cit., p. 258

⁵¹ MORAES, José Geraldo V. de. op.cit. p. 58.

A fim de influenciar a opinião pública acerca da necessidade dessas transformações realizadas na cidade, segmentos das elites procuravam construir representações do Rio de Janeiro que apontassem nela a carência de determinados atributos favoráveis à sua inserção no quadro das cidades modernas. A revista mensal *O Commentario* realizou de forma contundente esse papel, declarando-se responsável pela “divulgação de todos os acontecimentos que interessem à história da civilização no Brasil” e “indispensável a todas as pessoas que tenham amor à verdade e ao progresso moral da Sociedade brasileira”.⁵²

A crônica “Impressões desoladoras I”, publicada no número do mês de setembro de 1904 desse periódico, compara a cidade do Rio de Janeiro a cidades européias e norte-americanas através da narração do desembarque no seu cais realizado pelo próprio cronista.

Acabo de percorrer as cidades de Lisboa, Paris, Berlim, Londres, New-York, Chicago, Búfalo, S. Luiz, Philadelphia, e recolho-me envergonhado à minha cidade natal.

Chego a ter duvidas sobre as vantagens da excursão que fiz pelo antigo e novo continente: condemnado a viver aqui, não podendo reformar o meio ambiente, antes não conhecesse o que vai por esse mundo de Progresso e de Civilização!⁵³

Em seguida, salientando a vantagem do industrial que pode trazer para sua fábrica o que viu de melhoramentos no exterior, lastima:

Ao contrario do industrial, [...] eu, simples *dibtantti*, percorrendo o mundo civilisado, gosei a excellencia dos transatlânticos que comunicam os continentes no hemispherio norte, a superioridade dos caminhos de ferro internacionaes, a irreprehensível conducta dos funcionários aduaneiros, o asseio e beleza das cidades, a grandeza de sua architectura, a sumptuosidade de seus monumentos, a educação do povo, a fidalga disciplina dos seus policiaes, e d’essa lição de vinte e sete mezes, nada, absolutamente nada posso aproveitar em bem da cidade onde nasci!⁵⁴

A partir dessa referência de modernidade observada no exterior, o cronista aponta a suposta inferioridade da cidade do Rio de Janeiro em relação ao “mundo civilisado”, exemplificando-a, primeiramente, com o mau serviço prestado pela Alfândega brasileira.

⁵² Revista *O Commentario*. N. 5 2ª série. Set. 1904. & N. 9 3ª série. Jan.1906. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁵³ Revista *O Commentario*. N. 5 2ª série. Set. 1904, p. 46. . Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁵⁴ Id., *Ibid.*, loc.cit.

Chego ao Rio de Janeiro, e verifico que temos enfim um caes ajardinado, onde ao partir eu deixara um acampamento de mascates syrios; mas foi com grande pezar que só despachei a minha bagagem, aborrecidamente, e ao cabo de 24 horas, lembrando-me de que em New-York atracara às 8 horas da noite o vapor que me conduzio [...] [e] a 1 hora da madrugada tinha cada viajante seguido seu destino, sem ser soffrido a menor contrariedade dessa repartição fiscal.

[...] De que me servio, porém, ver tudo que se faz lá fora, se no Rio tenho de me sujeitar como qualquer ignorante à tyrannia da ignorancia e do atrazo!⁵⁵

Depois é a vez da guarda civil carioca que o autor considera horrorosa se comparada à de Lisboa que possui bom “porte”, “asseio” e “urbanidade”, sendo composta por “homens escolhidos entre os melhores que têm baixa do Exercito portuguez [...]”.⁵⁶ Para finalizar, comenta o que ouviu das pessoas na “Europa e na América” acerca do Brasil e da sua capital, destacando as opiniões sobre a falta de saneamento do Rio e as dificuldades encontradas no Brasil para investimento de capitais.

Nem mais para ganhar dinheiro presta o Brazil! O Rio de Janeiro é uma grande ratoeira armada pelo Fisco ao fructo dos que trabalham’. Eu estremeia diante destes conceitos; mas o facto é que não encontrei um só europeu com um sacco de libras disposto a emigrar para o Brasil, ao passo que vi embarcarem muitos para a Republica Argentina. Se me entregava a indagações a respeito dos motivos da preferênciã, diziam-me uns: <<E’ que no Rio da Prata o estado sanitário é melhor>> [...].⁵⁷

O cronista indica, no seu texto, aspectos das cidades do “mundo civilizado” que ainda não havia no Rio de Janeiro. Um simples melhoramento, como o cais ajardinado, na cidade já lhe chama atenção para a possibilidade de uma modernização futura. Além disso, toca na necessidade de saneamento e da criação de melhores condições para a atração de capitais internacionais pelo país como urgentes para a inserção brasileira na economia capitalista.

Esse texto da revista *O Commentario* oferece, portanto, argumentos que incentivam, de certa maneira, o prosseguimento da reforma diante de vozes contrárias como a do caricaturista Raul Pederneiras. A sua edição de outubro de 1904, retoma esse argumentos com a presença da crônica “Impressões desoladoras II”. Esta se inicia com

⁵⁵ Revista *O Commentario*. N. 5 2ª série. Set. 1904, p. 46-47. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁵⁶ Id., *Ibid.*, p. 47

⁵⁷ Id., *Ibid.*, p. 48.

o pedido do cronista à própria revista para publicar a carta de um ilustre professor escrita no Rio de Janeiro, da qual teve conhecimento quando “ia partir de Washington”.

O desolador confronto que eu fazia entre os theatros da actividade humana por que passava e a minha Rio de Janeiro ganharam a leitura dessa carta um contraste afflictivo. Eu peço que a reproduzam. E’ uma lição que se não deve ocultar. Faz-nos mais que bem quem nos mostra a nossa vergonhosa situação do que se illude comnosco cerrando os olhos à evidencia do nosso retrogradar.

Desse modo, o autor sugere prudência para aqueles que viam com entusiasmo a situação do Rio de Janeiro que, pela data de publicação, estava passando pelas obras iniciais da reforma. Sua argumentação se direciona, em seguida, para a forma violenta como a administração da cidade vem tratando “o povo”: “[...] administrar não é exercer pressão, não é praticar violência. O Povo precisa ser chamado a colaborar com o Governo no engrandecimento do paiz, e não há de ser desgostando-o que se há de contar com a sua colaboração”.

O cronista parece estar a par dos decretos expedidos pelo prefeito Pereira Passos que regulavam as desapropriações, mudando os cálculos das indenizações e facilitando a demolição em série. Criavam, ainda, instrumentos de fiscalização e cobrança, como o corpo de guardas e agentes municipais que atuavam nas ruas, reprimindo as atividades que deviam ser banidas em nome da civilização. Para completar, impunham uma forte política fiscal que atingia as camadas menos favorecidas da população através, por exemplo, “do imposto de licenças, do imposto sobre cães e das multas por infrações de posturas”, triplicados já no primeiro ano de governo.⁵⁸

Diante dessa situação, ela continua a recitar suas recomendações e tece, ao mesmo tempo, elogios a algumas realizações da administração municipal.

Os funcionários públicos devem ser amigos do Povo, trabalhador que produz e fornece os meios com que se lhe paga o trabalho. Associar-se o Fisco, prepotentemente, ao industrial, ao commerciante, ao lavrador, é usurpação que desafia reprezallias; e onde o homem não goza o fructo de seus labores, o homem não está satisfeito. Saneada a cidade, educado o Povo e contida a ganância dos governos, o Brazil prosperará.

Em matéria de saneamento muito se está conseguindo. Segundo estou informado triplicou o volume diário do lixo repellido pela cidade. E’ indiscritivelmente obra da policia sanitária, que aliás, ainda tem muito que fazer para normalizar os hábitos de asseio. Ao Prefeito se deve uma somma

⁵⁸ Essa política fiscal foi a contrapartida daquele empréstimo contraído pelo governo federal aos banqueiros ingleses para iniciar as obras que transformariam a cidade numa cidade moderna.

avultada de melhoramentos. Ainda bem! Não encontrei legisladores, mas encontrei administrador municipal. [...].⁵⁹

O autor apresenta o caminho para a modernização da cidade como algo natural que ocorrerá apenas seguindo uma lei inalterável: saneamento, educação do povo e contenção da ganância do governo. Ele, mesmo apontando o tom autoritário da administração municipal, não observa, em seu texto, as possíveis contradições e tensões que uma modernização realizada de forma compulsória, visando atender interesses das elites econômicas, políticas e culturais do país e de empresas estrangeiras, poderia conter. Entretanto, sinaliza, com satisfação, os primeiros passos dados pela administração municipal na caminhada para concretização da modernização.

Mais adiante, condena os que criticavam os melhoramentos: “[...] Que inferioridade de caracter! Que forte estreiteza mental! [...] Só o bugre, só o cafre deve-se revoltar hoje com a transformação de sua aldêa em cidade calçada e artisticamente edificada”.⁶⁰ Sendo assim, para apontar que a transformação está no caminho correto, retoma as indicações das características das cidades modernas, já citadas na crônica anterior, dentre as quais se destacam a presença de lindas avenidas, “jardins e passeios de todo o gênero, onde nada se paga para ouvir optimos concertos e, até, espectaculos divertidos”.⁶¹

Diante disso, o cronista conclui as suas recomendações para uma nação evoluída, apontando que, se “o Brazil quizer ter população”, “deve pensar em cativar o imigrante, [...] oferecendo-lhe salubridade, affecto, e meio fácil de ganhar o pão”.⁶² Um pensamento, portanto, que o aproxima daquela perspectiva evolucionista e discriminatória de alguns intelectuais brasileiros, vista no capítulo anterior, e em sintonia com os propósitos dos reformadores da cidade em imprimir uma imagem de civilidade através da presença de uma população com traços europeus num espaço urbano modernizado.

Mas, quais teriam sido as impressões de Lima Barreto acerca desse início de reforma urbana?

⁵⁹ Revista O Commentario. N. 06 2ª série. Out. 1904, p.109-110. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁶⁰ Id., Ibid., p. 110.

⁶¹ Id., Ibid., p. 111.

⁶² Id., Ibid., loc.cit.

2.2 – Lima Barreto e as suas primeiras impressões

Com um tom diferente das crônicas da revista *O Comenentario*, Lima Barreto, ainda um escritor iniciante, registra as suas primeiras impressões sobre as reformas que estavam em andamento em janeiro de 1905. Esse registro, presente nas suas anotações pessoais do dia 27 de janeiro, refere-se à sua passagem pelo centro da cidade realizada no dia anterior.

Ontem, ao sair da secretaria, passei pela Rua do Ouvidor e não vi a Palhares. Acho-a curiosa por causa do mestiçamento que nela há, disfarçado pelos cuidados meticulosos da toilette: perfumes, pomadas, pós, etc. Isso aborreceu-me mais do que estava aborrecido e na botica tive sono. Saí e tomei um bonde e fui à Prainha. A rua está outra, não a conheci bem. Se os prédios fossem mais altos, eu me acreditaria em outra cidade. Estive na esquina dela com a avenida, a famosa avenida das indenizações, subi-a a pé, tomei pelo que resta de beco da Rua da Prainha, agora em alargamento, e segui pela Rua Larga de São Joaquim, prolongada e alargada até o Largo de Santa Rita. A rua quebra um pouco do primitivo alinhamento, mas mesmo assim ficará bela. Entretanto, como vêm de boa administração essas modificações, acredito que o Rio, o meu tolerante Rio, bom e relaxado, belo e sujo, esquisito e harmônico, o meu Rio vai perder, se não lhe vier em troca um grande surto industrial e comercial; com ruas largas e sem ele, será uma aldeia pretensiosa de galante e distinta, como é o tal de São Paulo.⁶³

Note-se que, na rua que mais irradiava modernidade e civilidade antes da inauguração da Avenida Central, Lima faz referência à tentativa de uma das mulheres elegantes da época⁶⁴ em escamotear sua origem mestiça através do uso de produtos de beleza. Como vimos, a *O Comenentario* indicava a atração do imigrante benéfica para que o Brasil pudesse ter população “evoluída”, indicando o tipo de pessoa adequado para forjar uma imagem de nação moderna. No ano seguinte, aparece Lima Barreto sinalizando “meios” encontrados por uma pessoa para se enquadrar naquela imagem.

O que observamos, nessa parte inicial do registro de Lima, portanto, é a sua percepção do quanto estava impregnada de discriminação étnica a idéia de civilização representada pelos lugares elegantes da cidade e os modos de se apresentar neles. Outros pontos que merecem destaque nessas impressões são o não reconhecimento por parte do autor de sua cidade em função das transformações pelas quais passava e a forma como representa o Rio, segundo a qual, a cidade aparece tolerante e harmônica com a sua sujeira, beleza e relaxamento.

⁶³ BARRETO, Lima. Diário íntimo. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 91-92.

⁶⁴ Id., Ibid., p. 113. Nota explicativa N. 11.

O primeiro ponto denota a sua constatação da rapidez com que procuravam modificar a cidade, embora reconheça a beleza das alterações nas ruas. Já o segundo demonstra a sua discordância em relação à forma negativa como apresentavam a cidade a fim de evidenciar a necessidade de reformá-la realizada, por exemplo, por Bilac ainda no século XIX e, mais recentemente, pela própria revista *O Comenentario*.

Além disso, podemos perceber a hesitação do autor quanto aquela reforma, temendo que acontecesse no Rio a mesma modernização realizada em São Paulo onde surgiram zonas destinadas à residência das elites (a avenida Paulista, inaugurada em 1891, foi uma dessas zonas) enquanto aos grupos menos favorecidos restaram as piores áreas e precárias condições de sobrevivência.⁶⁵

Ainda em 1905, Lima Barreto publica, de abril a junho, uma série de reportagens sobre as escavações no morro do Castelo no *Correio da Manhã*, periódico de orientação essencialmente polêmica, responsável por muitas críticas aos políticos da época.⁶⁶ Com essas reportagens, Lima conseguiu direcionar a atenção do público para o local em que foi fundada a cidade do Rio de Janeiro, sendo que, para isso, serviu-se de acontecimentos relacionados com as obras modernizadoras cujos desdobramentos até então atraíam mais a curiosidade dos cariocas.

Na primeira reportagem (28/04/1905), Lima relata o retorno da histórica polêmica acerca da existência de um tesouro no morro do Castelo, “sob as fundações do vasto e velho convento dos jesuítas”.

Estes fatos já estavam quase totalmente esquecidos, quando ontem novamente se voltou a atenção pública para o desgraçado morro condenado a ruir em breve aos golpes da picareta demolidora dos construtores da Avenida. Anteontem, ao cair da noite, era grande a azafama naquele trecho das obras. A turma de trabalhadores, em golpes isócronos brandiam os alviões contra o terreno multissecular, e a cada golpe, um bloco de terra negra se deslocava, indo rolar, desfazendo-se, pelo talude natural do terreno revolvido.

Em certo momento, o trabalhador Nelson, ao descarregar com pulso forte a picareta sobre as últimas pedras de um alicerce, notou com surpresa que o terreno cedia, desobstruindo a entrada de uma vasta galeria.

[...]

O trabalho foi suspenso a fim de que dessem as providências convenientes em tão estranho caso; uma sentinela foi colocada à porta do subterrâneo que guarda uma grande fortuna ou uma enorme e secular pilhéria; e, como era natural, o Sr. Ministro da Fazenda, que já tem habituada a pituitária aos perfumes do dinheiro, lá compareceu, com o Dr. Frontin e outros engenheiros, a fim, talvez, de informar à curiosa comissão se achava aquilo com cheiro de casa-forte... O comparecimento de S. Exa., bem como a

⁶⁵ MARTINS, Paulo César Garcez. op.cit., p. 175-176.

⁶⁶ BROCA, Brito. op.cit., p. 294.

conferência que hoje se deve realizar entre o Dr. Frontin e o Dr. Lauro Muller, levam-nos a supor que nas altas camadas se acredita na existência dos tesouros dos jesuítas no subterrâneo do morro do Castelo.

[...]

Pelo que vêem, eis aí farta messe de assunto para os amadores de literatura fantástica e para os megalômanos, candidatos a um aposento na Praia da Saudade.⁶⁷

A forma como Lima narra a descoberta de uma galeria subterrânea no morro do Castelo, num ponto afetado pelas obras da avenida Central, procura expressar a seus leitores o interesse financeiro que envolvia a reforma da cidade, muitas vezes encoberto pelo discurso em prol do saneamento e embelezamento. Daí vemos as referências às autoridades responsáveis pelas obras modernizadoras e sua curiosidade em saber se havia algum tesouro sob o morro.

Ao finalizar essa primeira reportagem, Barreto faz menção à especulação imobiliária que atingia a zona sul da cidade, levando elementos da elite a residirem nessa área litorânea distante do grande movimento do centro e da pobreza que aí existia. Com a possibilidade da descoberta do tesouro dos jesuítas, segundo sugere a reportagem, o desejo de garantir uma residência naquela área teria recebido uma maior motivação para os interessados em desfrutar de um ambiente elitizado (“candidatos a um aposento na Praia da Saudade”).

Dessa forma, a cada descoberta de uma nova galeria subterrânea, Lima relata, através de suas reportagens, a crescente expectativa em encontrar o tesouro, chegando a denominar aquelas autoridades de “novos bandeirantes”.⁶⁸ Para salientar ainda mais essa expectativa e, indiretamente, o interesse financeiro que cercava a reforma da cidade, o autor ironiza, afirmando:

Um dia destes foi num dos flancos que se abriu a boca silenciosa de um corredor escuro que os homens interrogam entre curiosos e assustados; hoje é a própria cripta do morro que se parte como querer bradar para o céu o seu protesto contra a irreverência e avidez dos homens!⁶⁹

A partir de maio, Lima começa a mesclar às reportagens acerca das escavações no morro textos ficcionais relacionados ao fato histórico da tomada da cidade por piratas franceses em 1709. Isso se deu após Lima ter entrevistado um suposto estudioso dos subterrâneos do Rio de Janeiro que possuía documentos comprovadores da existência

⁶⁷ BARRETO, Lima. O subterrâneo do morro do Castelo, p. 4-5. Disponível em: www.virtualbooks.com.br. Acesso em: 17 agosto de 2008.

⁶⁸ Id., Ibid., p. 8.

⁶⁹ BARRETO, Lima. op.cit., p. 10.

do tesouro guardado pelos jesuítas sob o morro do Castelo. Interessa-nos destacar que a versão dessa entrevista e dos fatos que “coletou” dos documentos do estudioso, publicada por Lima Barreto, fornece ao leitor uma releitura da história brasileira no que se refere à expropriação dos recursos da população.

Durante a entrevista, o estudioso afirma que a pessoa mais adequada para encontrar o tesouro é “o Marquês de Pombal ou o Dr. Frontin, que são a mesma pessoa”,⁷⁰ pois isso foi descoberto numa sessão espírita para a qual um amigo levou Frontin – na época diretor da Estrada de Ferro Central - a fim de resolver os problemas deste com os desastres ocorridos na construção da ferrovia.⁷¹

Como sabemos, o Marquês de Pombal foi ministro de Portugal durante o reinado de D. José I (1750-1777), sendo responsável pela modernização do estado português, o que, por sua vez, exigiu uma cobrança maior dos tributos oriundos da mineração e a expulsão dos jesuítas de Portugal e do Brasil com a conseqüente apropriação de seus recursos que foram transferidos para os amigos da coroa. Muito dessa riqueza dos jesuítas foi, contudo, obtida através de sua atuação no Brasil desde os primeiros tempos da colonização, concluindo-se que a política pombalina transferiu a posse de recursos gerados pelo trabalho cativo de indígenas e escravos a determinados componentes das elites portuguesa e brasileira.

Ao apresentar o chefe da Comissão Construtora da Avenida Central, o “Dr. Frontin”, como encarnação do Marquês de Pombal, Lima sugere a continuidade da apropriação de nossos recursos, pois, como vimos em linhas anteriores, o empréstimo contraído para reformar a cidade proporcionou uma forte política fiscal em que as camadas mais baixas foram prejudicadas. Isso aparece melhor expresso no trecho da reportagem do dia 28 de agosto de 1905, na qual Lima critica a posse pelo presidente da República Rodrigues Alves e por Paulo de Frontin de objetos encontrados nos subterrâneos do morro.

O Sr. Rodrigues Alves, logo ao saber do encontro do crucifixo de ouro, numa das galerias do morro do Castelo, foi pronunciando o venha a nós [...]. Por seu lado, o Dr. Frontin, que para estas coisas não é mole, foi se apossando do candieiro de ferro, encontrado na sala abobadada.

[...]

Que isso é torto como qualquer das galerias não pode haver a menor dúvida: tudo o que ali dentro possa estar guardado e que na opinião de Sr. Léo Junius

⁷⁰ Id., *Ibid.*, p. 18.

⁷¹ BARRETO, Lima. *op.cit.*, p. 19.

representa riquezas fabulosas, pertence de direito ao povo, único soberano – em doutrina e em imagem de retórica, é verdade.

Qualquer cidadão tem tanto direito ao crucifixo e ao candieiro como os srs. Rodrigues Alves ou Frontin.

Ora, como é impossível dividir os objetos em partes iguais pelos milhões de almas que habitam o país [...] ficam eles sendo de propriedade de todos em geral, sem ser da cada um em particular.

Todo cidadão pode apreciá-los de longe, com a vista unicamente.

Ninguém afirmará, agora, que nos lugares onde se acham atualmente possam os objetos ser admirados pelo povo. Além de ser um pouco cacete, pela formalidade, entrar no Palácio de Friburgo, não há tolo nenhum que acredite ser o Sr. Rodrigues Alves capaz de mostrar o crucifixo a quem deseje vê-lo.

Sendo assim, qual deve ser a conclusão a tirar? [...]

[...] o Museu Nacional.

Por que não mandaram para lá o crucifixo e o candieiro?

Então o Sr. Rodrigues Alves ou o Dr. Frontin, numa terra em que todos são iguais, podem se apossar de objetos encontrados em terrenos do Estado e encontrados quando se fazem escavações por conta desse mesmo Estado?

Se assim é, mandemos plantar batatas a tal igualdade, porque nenhum deles é melhor do que qualquer homem do povo, único pagante dos trabalhos feitos no morro do Castelo.

Vamos lá, Sr, Rodrigues Alves e Dr. Frontin, entreguem ao Museu Nacional o que lhes não pertence: isto aqui não é, positivamente, a casa da mãe Joana.⁷²

Desse modo, Lima Barreto denuncia o modo antidemocrático de gerir os recursos da cidade realizado por aqueles que representavam a introdução da civilização no país. Além disso, a mescla das notícias das escavações no morro do Castelo com histórias de amor entre um jesuíta e uma estrangeira casada com o almoxarife do paiol da alfândega no Rio de Janeiro de inícios do século XVIII, atrai ainda mais a atenção do público para o palco da fundação da cidade e áreas próximas, mostrando uma faceta que estava para ser relegada da memória de seus habitantes em favor da futura área modernizada adornada por grandes avenidas.

Estas, por sua vez, constituíam o principal instrumento de remodelação da cidade, atendendo os objetivos complementares de “saúde pública, circulação urbana e transformação das formas sociais de ocupação dos espaços atravessados pelas novas artérias”.⁷³ Para que as funções das avenidas fiquem mais compreensíveis, observemos a planta da cidade que indica os melhoramentos executados e em execução no período 1904-1908:

⁷² BARRETO, Lima. op.cit., p. 49-51.

⁷³ BENCHIMOL, Jaime. op.cit., p. 259.

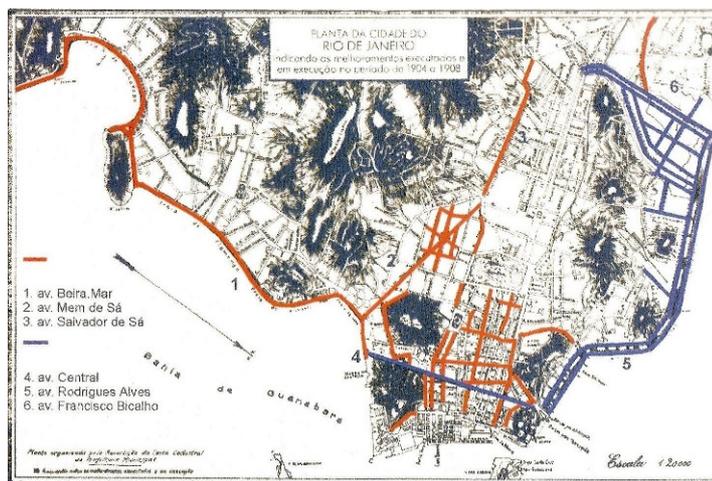


Figura 3. Fonte: apud PINHEIRO, Eloísa. op.cit., p. 133.

As avenidas construídas pelo governo federal (apresentadas na planta pela cor azul), juntamente com ruas alargadas, permitem a articulação do porto⁷⁴ com todas as áreas da cidade. A avenida Rodrigues Alves conecta o porto com a zona industrial (em implantação) e os eixos ferroviários que se dirigem aos subúrbios. A avenida Francisco Bicalho, auxiliada pela retificação do canal do Mangue, possibilita a articulação do porto com a área industrial e o centro e, finalmente, a avenida Central que une o porto à zona sul, abrigando as companhias marítimas, as atividades administrativas, comerciais e financeiras.⁷⁵

As outras avenidas, construídas pela administração municipal (apresentadas na planta pela cor vermelha), são Beira-Mar, Mem de Sá e Salvador de Sá. A primeira contorna a baía da Guanabara em direção à zona sul, articulando esta área ao centro da cidade. Da extremidade dela, saem as avenidas Mem de Sá e Salvador de Sá, passando aquela em direção ao oeste (onde antes existia o morro do Senado) até se juntar a essa que se direciona para a rua Estácio de Sá, seguindo para a zona norte.⁷⁶

Dessa forma, percebemos que a cidade se tornava fracionada, possibilitando a distinção dos bairros por sua função e por sua população. Além disso, a abertura daquelas vias estabelecia o intercâmbio fundamental com o centro, uma vez que, cada vez mais pessoas passavam a viver e trabalhar em locais distintos e as mercadorias

⁷⁴ Neste foi edificado um cais com 3.500m de extensão, resultado do aterro da Baía da Guanabara no qual se utilizou da terra do desmonte do Morro do Senado e parte do Castelo. As obras nesse local se encerraram em 1911. Ver PINHEIRO, Eloísa. op.cit., p. 145.

⁷⁵ Id., Ibid., p. 145.

⁷⁶ A conexão dessas avenidas formava uma das radiais leste-oeste. A outra era constituída mais ao norte do centro pelo alargamento de ruas existentes. Ver PINHEIRO, Eloísa. op.cit., p. 136.

deveriam circular para abastecer o comércio localizado em pontos distantes de sua origem.

Como o efeito da representação faz com que o elemento isolado, o detalhe seja tomado como expressão do conjunto ou comparável a uma situação desejada,⁷⁷ os escritores interessados em forjar uma imagem de cidade moderna e civilizada, durante a reforma e depois dela, dão um grande destaque a duas daquelas avenidas: as avenidas Central e Beira-Mar.

Em relação à avenida Central, o tom de otimismo predominava nas representações de sua inauguração ocorrida em 15 de novembro de 1905, diferentemente daquelas impressões de Lima Barreto acerca das obras de remodelação da cidade em que sobressaiam a dúvida e a crítica. O jornal *A Tribuna* aponta a inauguração da “monumental Avenida” como algo que bem caracteriza o aniversário da República e “a aurora luminosa de um futuro grandioso”, lamentando apenas que o entusiasmo popular não pôde corresponder às expectativas devido a forte chuva que caiu no dia da inauguração.⁷⁸

Dessa notícia da *Tribuna*, podemos perceber a tentativa de alicerçar uma imagem de um futuro promissor a partir da associação do regime republicano com sua marca na cidade através da inauguração da avenida Central. Parecia que a modificação do espaço urbano por si só pudesse promover a ascensão de todo o povo a um nível mais elevado de civilidade. Além disso, aquela associação sugere que o período anterior à República representou um momento de atraso para o país.

Bilac, através de sua coluna na *Gazeta de Notícias*, concorda com a visão da *Tribuna* acerca da avenida (“aurora luminosa de um futuro grandioso”), afirmando que pensava “na revolução moral e intelectual que se vai operar na população, em virtude da reforma material da cidade”.⁷⁹ Ainda nessa crônica, publicada quatro dias após a inauguração, Olavo Bilac, talvez querendo justificar a falta de entusiasmo que a *Tribuna* constatou na população durante a inauguração, explica que o motivo da falta de aclamações era o choque que aquele ambiente moderno provocara no povo.⁸⁰

⁷⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. op.cit., p. 161.

⁷⁸ *A Tribuna*, 16.11.1905. Disponível em: <http://www.uol.com.br/rionosjornais>. Acesso em: 08 ago. 2008.

⁷⁹ BILAC, Olavo. op.cit., p. 265-266.

⁸⁰ Id., Ibid., p. 264.

Parece que, tanto para *A Tribuna* quanto para Bilac, a falta de entusiasmo do povo na inauguração da avenida Central deveria ser esclarecida de modo a não imacular a idéia de unanimidade quanto à aceitação dos possíveis benefícios que a reforma da cidade traria para sua população e, numa perspectiva maior, para a imagem do país no exterior. Mas o que havia nessa avenida para que a representassem daquela forma tão auspiciosa?

No dia de sua inauguração, a avenida Central apresentava, em seus 33m de largura (dos quais 7,50m para cada lado eram passeios) e quase 2Km de comprimento, pavimentação de asfalto; lâmpadas elétricas ao centro e lampiões a gás dos lados; calçadas concluídas; 30 edifícios acabados e 85 em construção cujas fachadas foram selecionadas num concurso no qual predominou o estilo eclético francês. A avenida comportava ainda, como em Paris, monumentos nas suas extremidades para obter boas perspectivas: uma estátua do Visconde de Mauá na sua extremidade norte e um obelisco comemorativo à sua conclusão ao sul (ver anexos).⁸¹

Por esses dados, vemos que a intenção dos construtores da avenida era aproximar o quanto possível aquele trecho central do Rio de Janeiro da paisagem parisiense. Também observamos que, pela sua divisão, era um local, dentre outras funções, destinado ao passeio. Este, por sua vez, permitiria aos passantes uma internalização de modelos de arquitetura e distribuição espacial modernos, o que nos permite, em certo sentido, compreender a expectativa de Bilac com a futura “revolução moral e intelectual” da população que a reforma da cidade propiciaria.

Essa expectativa de Bilac pode ter sido potencializada quando, nos anos seguintes, instalaram-se edifícios monumentais como o Palácio Monroe (1906), sede do Senado Federal; a Escola Nacional de Belas Artes (1908) inspirada nas alas de Lefuel e Visconti do Louvre; o Teatro Municipal (1909) baseado na Opéra de Paris e a Biblioteca Nacional (1910) na parte mais ao sul da avenida (da avenida Beira-Mar até Rua São José).⁸²

Nessa zona da avenida Central, o objetivo das elites e dos responsáveis pela reforma urbana de apresentar uma cidade portadora de uma sociedade cultivada, interessada em artes e ciências como as nações civilizadas parece ter sido contemplado, embora seja apenas uma “ilha moderna” dentro da grandeza da cidade do Rio de Janeiro

⁸¹ PINHEIRO, Eloísa. op.cit., p. 141

⁸² Id., Ibid., p. 139

de inícios do século XX. Percebe-se ainda nesse trecho, a proximidade das sedes de representações dos poderes legislativos federal e municipal como o Senado Federal e o Conselho Municipal daqueles edifícios símbolos de incentivo à cultura, sugerindo talvez a responsabilidade do regime republicano pela entrada do país numa nova era como indicava a notícia do *A Tribuna*, vista anteriormente.

Já na zona central da avenida, entre as ruas São José e General Câmara, encontravam-se grandes lojas de moda, confeitarias, cafés, jornais e bancos,⁸³ o que atraía ainda mais as pessoas para a avenida e incentivava o comércio, principalmente o de luxo destinado às elites.

Por último, na parte mais ao norte da avenida (da rua General Câmara até a Praça Mauá), encontramos satisfeitos os desejos, principalmente das elites financeiras, pois aí, bem próximo do porto, foram instaladas as casas de comércio de exportação e importação bem como grandes bancos do mercado financeiro.⁸⁴ Como vemos, embelezamento, saneamento, interesses financeiros e de construção de imagem de nação cultivada e moderna foram os ingredientes utilizados na construção da avenida Central.

Já a avenida Beira-Mar, antes mesmo de sua inauguração em 1906, povoava a mente dos entusiastas da modernização da cidade. Em outubro de 1904, a revista *O Commentario* expressava sua preocupação acerca do traçado da avenida, pois este deveria evitar passar por detrás do morro da Viúva, localizado entre a praia de Botafogo e do Flamengo, como indicava um projeto de 1894.

A Avenida à beira mar não se enfiava esgueirando-se por detraz do Morro da Viúva. Quem pudesse demover a actual Directoria de obras de tamanho erro! Não há crime que se compare de abandonar o costão do Morro da Viúva por um corte, um becco, do Flamengo á Praia de Botafogo, por detraz do morro. Não há economia que justifique esse acto de lesa bom gosto.

E' preciso nunca ter subido ao morro da Viúva [...] para não estar enamorado d'aquelle sumptuoso panorama, quando indescriptivel, inteiramente estranho, que parece de outra natureza. A fortaleza de S. João avisinha-se, toda a bahia do Rio de Janeiro offerece uma perspectiva só, Botafogo tem um golpe de vista novo, o espetáculo é dos mais empolgantes. Não há cidade que possa proporcioná-lo igual. Desprezar essa belleza por uma economia de alguns contos de réis é imperdoavel.

A Avenida á beira mar impõe-se. Se não desapareceram da Prefeitura os planos organizados pelo Dr. Vieira Souto, o nome deste Engenheiro está por justiça ligado a esse empreendimento actual. E' preciso, porém, que a

⁸³ Id., *Ibid.*, loc.cit.

⁸⁴ Id., *Ibid.*, loc.cit

administração actual, poderosa, honesta, cheia de brio não faça obra inferior á primitivamente projectada.⁸⁵

A preocupação da revista é, portanto, com a estética da avenida que, se seguisse o projeto antigo, poderia proporcionar à cidade um melhoramento que superaria em beleza o das outras cidades. Contudo, esse pedido de mudança do traçado da avenida, implicitamente, envolvia outros interesses. Além de proporcionar o diferencial do Brasil dentro do mundo civilizado, a possível passagem da avenida Beira-Mar pelo costão do morro da Viúva conotaria uma imagem de país nos trilhos do progresso que contrariava o imaginário forjado em séculos anteriores pelos estrangeiros pelo qual o país era apresentado como um paraíso terrestre, sendo a natureza dominante.

A possível passagem da avenida pelo costão do morro da Viúva, passaria uma idéia do homem não se rendendo aos obstáculos da natureza e sim disciplinando-a pela sua “mão engenhosa, higiênica e estetizante”.⁸⁶ Apesar do apelo da revista *O Commentario*, o governo municipal optou pela economia e a avenida passou mesmo por detrás do morro, como podemos ver na parte da planta da cidade de 1907 correspondente à zona sul a seguir:



Figura 4. Fonte: Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro.

⁸⁵ Revista *O Commentario*. N. 06 2ª série. Out. 1904, p.122-123. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁸⁶ BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do Brasil Moderno para ler, ver ouvir no circuito dos Museus Comerciais Europeus, 1906 a 1908. *Revista História* (online), São Paulo, V. 26 N. 2, 2007, p. 94-95. Disponível em: www.scielo.br/pdf/his Acesso em: 13 dez. 2008.

Em 1906, a revista *O Commentario* faz outro pedido ao prefeito relacionado à Avenida Beira-Mar. Dessa vez, a preocupação é com a pouca frequência da população na avenida. Com belos jardins e palacetes a avenida, segundo a revista, tinha que possuir também uma banda de música, pois “é pueril pensar que basta a beleza do passeio para atrair a volubilidade do publico, tanto mais quando é sabido que a própria beleza é monótona se não contém em si tributos”.⁸⁷

Novamente, temos a revista utilizando como referencial de civilidade aspectos da realidade européia e norte-americana, uma vez que, como vimos um dos seus cronistas afirmar, no ano de 1904, cidades como Londres, Paris, New York têm a presença de lindas avenidas, “jardins e passeios de todo o gênero, onde nada se paga para ouvir optimos concertos e, até, espectaculos divertidos”.⁸⁸ Um outro momento marcante desse artigo da revista, o qual evidencia ainda mais a perspectiva elitista do seu autor, é a expressão do seu receio de que “muito em breve a Avenida Beira-Mar deixe de ser ponto de encontro da elite social”.⁸⁹

Desse modo, vemos que, mesmo após sua abertura, a avenida Beira-Mar era alvo de observações que procuravam manter ou até mesmo “aperfeiçoar” o que nela havia de parecido com os cenários existentes nas nações civilizadas. Talvez aí, na zona sul ornamentada pela avenida Beira-Mar, aquele desejo de Bilac, latente desde fins do século XIX, de ver o Rio de Janeiro com um tom civilizado como havia em Petrópolis tenha começado a ser satisfeito.

Entretanto, o suburbano Lima Barreto via com ironia essas representações da cidade do Rio de Janeiro que procuravam aproximá-la dos cenários ditos civilizados. A expressão dessa ironia já se apresentava em 1906, demonstrando, juntamente com os textos do autor explorados nesse capítulo, a sua intensa capacidade de observação e interpretação das modificações pelas quais passava o Rio.

⁸⁷ Revista *O Commentario*. N. 09 3ª série. Jan. 1906, p.36. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁸⁸ Ver Revista *O Commentario*. N. 06 2ª série. Out. 1904, p. 111. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁸⁹ Revista *O Commentario*. N. 09 3ª série. Jan. 1906, p.36. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Primeiramente, Lima, através de uma carta a Inglês de Sousa (29/03/1906) que se encontrava em New York, escreve que o Rio “continua na senda do progresso, e velozmente!”.⁹⁰ Para justificar tal afirmação ao amigo, narra:

[...] O governo, conhecendo que é uma falta grave à nossa cidade de um rio que o corte, como acontece em Paris, Londres, com as principais capitais européias, enfim, cujo efeito estético ninguém discute, pretende desviar o curso do Paraíba para a nossa baía. Os estudos ainda não estão feitos; mas a comissão já está indicada e já se fala nas indenizações. [...].⁹¹

Já no esboço do romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*⁹² escrito também em 1906, encontramos um diálogo entre o apresentador fictício do romance, Augusto Machado, e o personagem Gonzaga de Sá, “oficial da Secretaria dos Cultos”,⁹³ quando este passeava na Avenida Beira-Mar que acaba, como na carta acima, por ironizar a tentativa de aproximar a paisagem do Rio dos cenários civilizados. O diálogo se inicia com uma opinião cética de Gonzaga de Sá acerca do embelezamento da cidade trazido pela avenida Beira-Mar.

- Passeando, heim?
 - Exato
 - É uma bela avenida, esta!
 O meu amigo olhou-me um pouco como que experimentando a minha lealdade.
 - Não acho, meu caro. Notei as minhas sensações e creio poder resumir o meu exame introspectivo da seguinte maneira: - é o cais da Lapa alargado. Os americanos têm como critério de beleza – a altura; é possível que o nosso venha a ser a largura...
 - Ainda não está acabada...
 - Quando estiver, a mais só haverá os passeios, o que é insignificante.
 - As paisagens? Os pontos de vista?
 - Não são a avenida propriamente, e já o cais me oferecia o mesmo espetáculo.
 [...]
 - Creio que o senhor não maldiz os melhoramentos?
 - Absolutamente não! Pelo contrário, tenho projeto de novos. Dizendo isto, tirou da algibeira do velho paletó algumas tiras que deu.⁹⁴

Nessas, Augusto leu que Gonzaga, inicialmente, apontava um diferencial do Rio em relação às cidades européias que era o “fundo de cordilheira”, sendo assim, para o

⁹⁰ BARRETO, Lima. Correspondência. Tomo I.2 ed.São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 146.

⁹¹ BARRETO, Lima. op.cit., p. 146.

⁹² Este romance só seria publicado em 1919. Ver capítulo 1 dessa dissertação.

⁹³ BARRETO, Lima. Diário Íntimo: memórias. 2 ed.São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 76.

⁹⁴ Id., Ibid.,. loc.cit.

Rio “ser das grandes à européia, deve arrasar as montanhas”.⁹⁵ E continuava o escrito de Gonzaga:

Não há prejuízo algum com isso. A desvantagem única seria a supressão do Corcovado, montanha internacional e muito procurada pelos estrangeiros. Em substituição, pode-se erguer uma torre semelhante à Eiffel, em Paris. Até será melhor, pois ficará o Rio muito parecido com a capital da França. O aterro, proveniente dos desmonte dos morros, servirá para alterar a baía, um incômodo, sepulcro de crimes e cuja beleza, no juízo dos políticos, é uma vazia banalidade de retórica.

[...]

Nota-se também que as grandes metrópoles ficam sobre rios mais ou menos consideráveis (Paris, Berlim, Londres, New York, Viena, etc.) – logo se o Rio que ser grande metrópole deve ficar à margem de um rio respeitável.

Poder-se-ia transformar o Maracanã em Rio considerável. Com canalizações suplementares às nascentes, o aumento do seu volume d’água poderia ser obtido; mas seria falsificar. O melhor é um rio autêntico e bem catalogado nas geografias.

Nenhum mais adequado do que o Paraíba, para preencher um fim tão civilizador.⁹⁶

Ao cruzarmos aquela carta com esse texto, percebemos em Lima Barreto uma tentativa de mostrar o exagero daquelas reformas, seu artificialismo em transformar a cidade do Rio numa metrópole e, como já havia feito nas reportagens sobre as escavações no morro do Castelo, o espírito usurário dos envolvidos nas obras como os donos de empresas contratadas para sua execução e do próprio poder público em suas esferas municipal e federal (“a comissão já está indicada e já se fala em indenizações”).

Para isso, Lima apresenta uma representação da avenida Beira-Mar que se contrapõe aos interesses apresentados pela revista *O Commentario*, por exemplo, que, como vimos, procurava justificar a necessidade da construção daquela avenida com detalhes que a tornassem um ambiente belo e civilizado. Uma outra forma encontrada por Lima foi parodiar o discurso dos entusiastas da modernização como representou através dos projetos de Gonzaga de Sá.

Com o passar dos anos, Lima Barreto, já contando com condições um pouco melhores de publicação, vai amadurecer suas críticas ao poder público, analisar com mais acuidade as representações de seus companheiros escritores expressas na imprensa e em obras acerca da modernização da cidade bem como sugerir alternativas e resistências ao modelo adotado de inserção do país no chamado mundo civilizado. Muito desse trabalho de Lima, vai se dar a partir de sua observação de determinados

⁹⁵ Id., *Ibid.*, loc.cit.

⁹⁶ Id., *Ibid.*, p. 76-77.

símbolos que representavam a chegada da modernidade na cidade e a tensão existente entre as suas camadas sociais, percebida em fragmentos do cotidiano, como analisaremos a seguir.

CAPÍTULO 3 – LIMA BARRETO E A MODERNIDADE QUESTIONADA

3.1 – Símbolos da modernidade: rua, bonde, automóvel, teatro e vida mundana

Marshall Berman considera que a aceleração da vitalidade urbana, de sua diversidade e plenitude cristalizou-se em torno da rua, o que a fez emergir como símbolo fundamental da vida moderna.¹ Os detalhes e objetivos da reforma da cidade do Rio de Janeiro vistos, anteriormente, ratificam essa afirmação, pois o desejo dos responsáveis pela transformação do espaço urbano carioca em dotá-lo de vias públicas convidativas ao passeio e facilitadoras da conexão entre as várias áreas da cidade foi uma constante.

Dessa forma, temos, no Rio modernizado do início do século XX, a rua como palco principal dos desdobramentos da vida social e cenário predominante nos romances, contos e crônicas dos literatos da época. João do Rio (1881-1921), pseudônimo de Paulo Barreto, realizou uma verdadeira exaltação da rua na abertura da sua obra sugestivamente intitulada *A alma encantadora das ruas*, a qual, na verdade, constituía-se numa coletânea de suas crônicas publicadas nos periódicos elitistas *Gazeta de Notícias* e *Revista Kosmos*. Nessa parte de sua obra, originalmente publicada como conferência na *Gazeta de Notícias* (29/10/1905), João do Rio apresentou, inicialmente, o amor que todos possuíam pela rua.

Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprezares da política, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua. [...].²

Em seguida, procura definir a rua, afirmando que esta “é uma fator da vida das cidades, a rua tem alma!” e, como o homem, nasce do “soluço, do espasmo”. A sua criação exige “esforço exaustivo de muitos seres” e, por sentir essa miséria da criação nos nervos, a rua “é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras

¹ Ver BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 180-181. Gomes, Renato Cordeiro. Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 147.

² Rio, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007, p. 25.

humanas”.³ Com essas palavras, João do Rio apresenta a rua como um centro aglutinador dos sentimentos e esforços humanos capaz de igualar todas as pessoas.

Se pensarmos que a expectativa da época era, para muitos literatos e as elites, igualar o país às nações civilizadas, temos mais um aspecto que nos aproximava delas nessa argumentação de João do Rio: o compartilhamento da vida nas ruas. E, continuando sua exaltação da rua como palco principal da vida, esse autor aponta outra característica da rua bem humana que é a reprodução.

A rua faz as celebridades e as revoltas, a rua criou um tipo universal, tipo que vive em cada aspecto, em cada detalhe, em cada praça, tipo diabólico [...], feito de patifarias e de crimes irresponsáveis, de abandono [...] – a rua criou o garoto!⁴

O autor está se referindo ao menino de rua, “o pivete”, cuja presença é um dos sinais da existência da pobreza na cidade. Contudo, vale frisar que esse sinal é “um tipo universal” e não um problema existente apenas no Brasil e, em especial, na cidade do Rio, reformada para servir de espelho da nação. Isso nos leva a refletir acerca do modo como o autor representa a realidade com o objetivo de forjar uma imagem positiva do país mesmo diante de uma evidência que a contrarie.

A presença do garoto de rua mostra que, apesar da tentativa do prefeito Pereira Passos de afastar os pobres do centro da cidade através da transformação do espaço urbano e de proibições do exercício de atividades que garantiam sua sobrevivência,⁵ a pobreza ainda se apresentava, dificultando a construção da imagem de cidade civilizada. Ao enquadrar o garoto de rua na categoria “tipo universal”, João do Rio justificava, de certo modo, aquela presença indesejável e, ao mesmo tempo, mantinha a suposta igualdade entre o Brasil e o mundo civilizado, deixando entrever, ainda, que a civilização, com toda a sua prosperidade, também podia trazer a miséria.

João do Rio também realiza, nesse texto, uma tipologia das ruas. Ele afirma que desconhece o motivo do nascimento delas (as ruas), constatando apenas que:

Algumas dão para malandras, outras para austeras; umas são pretensiosas, outras riem aos transeuntes e o destino as conduz como conduz o homem, misteriosamente, fazendo-as nascer sob uma boa estrela ou sob um signo mau, dando-lhes glórias e sofrimentos, matando-as ao cabo de um tempo.⁶

³ RIO, João do. op.cit., p. 26-27.

⁴ Id., Ibid., p. 27

⁵ Ver BENCHIMOL, Jaime. op.cit., p. 263.

⁶ RIO, João. op.cit., p. 30.

Imerso nesse tom de mistério quanto ao surgimento das ruas, o autor parte para a descrição de algumas através da qual imprime rótulos que as acompanham perpetuamente, como acontece com a rua da Misericórdia, localizada nas proximidades do morro do Castelo, na parte antiga da cidade.

A Rua da Misericórdia [...], com suas hospedarias lóbregas, a miséria, a desgraça das casas velhas e a cair, os corredores bafientos, é perpetuamente lamentável. Foi a primeira rua do Rio. Dela partimos todos nós, nela passaram os escravos nus, [...]; nela vicejou a imundície [...]. Índios batidos, negros presos a ferro, [...] o primeiro grito balbucio da cidade foi um grito de misericórdia [...]. [...] dela decorreram, como de um corpo que sangra, os becos humildes e os coalhos de sangue, que são as praças, ribeirinhas ao mar. Mas, soluço de espancado, primeiro esforço de uma porção de infelizes, ela continuou pelos séculos afora sempre lamentável, e [...] ninguém se lembrou de lhe tirar das esquinas, aquela muda prece, aquele grito de mendiga velha: Misericórdia!⁷

O autor não procura considerar as implicações do processo de modernização da cidade que ofereceu traçado diferente a muitas ruas, impôs a transferência de população pobre para áreas distantes do centro e valorizou outras partes da cidade como a zona sul, destinada à moradia das elites. A transformação da cidade transparece, na sua argumentação, como algo espontâneo, embora considere acontecimentos da história das ruas que justificam sua denominação.

Além disso, vemos, na sua descrição da rua da Misericórdia, uma representação depreciativa da parte antiga da cidade, o que contribuía mais para o fomento do entusiasmo com a modernização e servia de justificativa para sua implementação. Entretanto, vale salientar, que aquela paisagem horrenda pintada por João do Rio, era próxima do cais Pharoux no qual desembarcavam os visitantes da cidade, principalmente os estrangeiros, denunciando, de certa forma, a parcialidade da modernização que, entre outros objetivos, procurava embelezar a cidade.

Lima Barreto, com sua ironia que fazia emergir faces da modernização silenciadas pelos seus defensores, parece ter encontrado uma explicação que ajudaria João do Rio a compreender o motivo que levou algumas ruas a se tornarem malandras ou austeras. Essa descoberta ocorreu em 1915 quando, fazendo-se passar por “um pai de família”, Lima escreve uma crônica, na revista humorística *Careta*, no formato de carta destinada “ao Doutor Chefe de Polícia”, questionando as razões que levaram a polícia a afastar as prostitutas das ruas novas.

⁷ Id., *Ibid.*, p. 31

Moro, Excelentíssimo Doutor, há quase trinta anos na Rua Joaquim Silva, aí nas fraldas de Santa Tereza, rua plácida, sossegada, [...] em casa própria, que foi a do pai de minha mulher e é agora nossa. De uma casa dessas [...], não se muda assim. [...].

Acontece, Excelência, que de uns dias para a esta parte vieram para a minha vizinhança umas “moças” que não são bem parecidas com as minhas filhas nem com as primas delas. [...], andei indagando de que pessoas se tratava e soube que eram “meninas”, moradoras das ruas novas, que a polícia, estava tocando de lá, por causa das famílias.

Mas, doutor, eu não tenho também família? Por que é que só as famílias daquelas ruas não podem ter semelhante vizinhança, e eu posso?⁸

Diante disso, o pai de família se justifica, afirmando que não tinha “ojeriza a essas “senhoras”, mas não compreendia o motivo da perseguição pela polícia e pela justiça a elas, pois, se era criminosa a atividade delas, “há penas e a pena não pode ser essa de domicílio coacto ou de interdição de residência, que não estão do código”.⁹ Em seguida, questiona o chefe de polícia quanto a um possível tratamento diferenciado dado a determinadas famílias pela polícia e defende o direito das prostitutas usufruírem das ruas novas.

Se as famílias da Rua Mem de Sá não podem ter por vizinhas tais “meninas”, muito menos as da Rua Joaquim Silva.

Demais, quando se fez a referida avenida, elas logo tomaram lugar. Há a favor delas o tal de *uti possidetis*, o que não acontece com a minha triste rua. Vossa Excelência deve meditar bem sobre o assunto, para não classificar as famílias da Rua São Joaquim abaixo das de Mem de Sá. Não há hierarquia familiar na nossa sociedade. Não é doutor? [...]

P.S. – Quando acabava de escrever esta a Vossa Excelência vieram oferecer-me 500\$000 de aluguel pela minha casa. Esta aí em que deu o ato de Vossa Excelência: valorizou as casas da Rua Joaquim Silva e naturalmente desvalorizou as da Avenida Mem de Sá. Não aceitei e espero que os tribunais superiores dêem a todos o direito de morar onde bem lhes parecer conveniente. [...].¹⁰

Por aí se ver como uma rua “plácida, sossegada” pode se transformar, de repente, numa zona de prostituição. Longe de ser ao acaso do destino, Lima Barreto aponta uma ação deliberada do poder público, nesse caso de seu órgão de segurança, como responsável pela modificação das características de uma rua. Ao lado disso, essa crônica de Lima também questiona o suposto igualitarismo que a rua propiciava, apresentado por João do Rio anteriormente.

⁸ BARRETO, Lima. Carta de um pai de família ao Doutor chefe de família. In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.). op.cit. Vol.1, p. 196-197.

⁹ Id., Ibid., p. 197.

¹⁰ Id., Ibid., loc.cit.

Pela crônica, as prostitutas estavam sendo impedidas de se estabelecerem na avenida Mem de Sá, um dos frutos da reforma de Pereira Passos, denotando o caráter disciplinador e excludente do processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro. A questão da prostituição, aliás, era um ponto de destaque do projeto civilizador republicano que tinha, dentre seus objetivos, defender os valores morais da família.¹¹ Sendo assim, como bem insinua Lima Barreto na crônica, havia uma distinção entre as famílias e as ruas onde as mais ricas fixavam residência não deveriam contar com a presença de determinados sujeitos que viessem comprometer sua suposta moral.

Nesse espaço urbano segregado, portanto, mesmo as prostitutas conseguindo afirmar na justiça seu direito de locomoção, enfrentavam a resistência da polícia, excetuando as de luxo que, em sua maioria, estavam inseridas no meio artístico ou até possuíam origem burguesa e eram sustentadas pelos homens da elite.¹² Talvez isso explique a possível proposta de aluguel recebida pelo pai de família retratado por Lima que acabou, ironicamente, por valorizar as casas de sua rua.

Em sentido mais amplo, podemos apreender ainda, nessa crônica, o esforço de Lima Barreto em denunciar os limites da cidadania proclamada pelo regime republicano que, mesmo dentro da lógica liberal, oferecia resistência à ampliação dos direitos civis.¹³ Além disso, evidencia a presença da rua como cenário principal para o desdobramento de suas discussões acerca da sociedade em que vivia.

Já no seu livro de estréia, *Recordações do Escrivão Isaias Caminha* de 1909, Lima insere seu personagem principal, um jovem mulato e interiorano, na grande cidade do Rio de Janeiro. Ao perambular pela cidade, Isaias não inicia uma exaltação ou declaração de amor à rua, mas apresenta uma atitude de estranhamento diante do comportamento das pessoas que nela circulavam e do seu intenso trânsito como também teve sua visão arrebatada pelos exemplos de elegância.

[...] Ainda pouco familiarizado com o trânsito pesado da rua, atravessei a Rua Direita cheio de susto, cercado-me de mil cautelas, olhando para aqui e para ali [...]. Aventurei-me pela Rua do Ouvidor [...] tinha rápidas recordações de casa. Por momentos, em face daquelas damas a arrastar toilettes de baile pela poeira da rua, lembrei-me dos tristes vestidos de minha mãe [...].

¹¹ ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 306.

¹² Id., *Ibid.*, p. 306-308.

¹³ Para maiores detalhes da resistência do regime republicano frente à ampliação da cidadania, ver CARVALHO, José Murilo de. *op.cit.*

Subi a rua. [...]. Cruzava com mulheres bonitas e feias, grandes e pequenas, de plumas e laçarotes, farfalhantes de sedas; eram como grandes e pequenas embarcações movidas por um vento brando que lhes enfunasse igualmente o velame. Se uma roçava por mim, eu ficava entontecido, agradavelmente entontecido dentro da atmosfera de perfumes que exalava. Era um gozo olhá-las, a elas e à rua como sombra protetora, marginada de altas vitrinas atapetadas de jóias e tecidos macios.

Parava diante de uma e de outra, fascinado por aquelas coisas frágeis e caras. As botinas, os chapéus petulantes, o linho das roupas brancas, as gravatas ligeiras, pareciam dizer-me: Veste-me, ó idiota! nós somos a civilização, a honestidade, a consideração, a beleza e o saber. Sem nós não há nada disso; nós somos, além de tudo, a majestade e o domínio!¹⁴

Lima Barreto, através desse personagem, chama a atenção para a forma como as pessoas, na movimentação das ruas, procuravam se diferenciar pela posse de artigos de luxo como as roupas elegantes usadas pelas mulheres que trafegavam pela rua do Ouvidor. Num período em que as camadas se misturavam pelas ruas e surgiam novos grupos de ricos, muitos dos quais oriundos ainda do Encilhamanto e sem tradição familiar, o uso daqueles artigos de origem européia ou norte-americana propiciava a distinção em relação aos menos afortunados e despossuídos.¹⁵

Vemos, então, que antes daquela crônica de 1915, Lima já não aceitava o suposto igualitarismo das ruas afirmado por João do Rio ou, pelo menos, percebia como isso poderia ser “desfeito” pelas camadas abastadas. Com aquela caminhada de Isaias pela rua do Ouvidor, o autor expõe também sua visão acerca da chegada da civilização no Brasil. No final do trecho acima destacado do seu primeiro romance, Lima põe seu personagem diante de uma vitrine, observando os objetos que poderiam levá-lo ao status de homem civilizado, sugerindo, assim, que a nossa modernidade era algo montado, uma fachada. Ou melhor, parecia-se com “uma mutação de teatro”, uma cenografia, como afirma o próprio autor em *Os Bruzundangas*¹⁶, esta reforma da cidade do Rio de Janeiro.

Para trazer ao leitor essa imagem textual do processo de modernização pelo qual passava a cidade, Lima utiliza um procedimento literário (presente em autores de sua preferência como Tolstoi e Dostoievski) denominado estranhamento que promove a superação das aparências de uma determinada realidade em foco no texto literário,

¹⁴ BARRETO, Lima. Recordações do Escrivão Isaias Caminha. Erichim: EDELBRA, s/d, p. 41-44.

¹⁵ SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau. op.cit., p. 533-538.

¹⁶ BARRETO, Lima. op.cit., p. 106.

favorecendo sua compreensão mais profunda.¹⁷ Isso se dá com a inserção de personagens estranhos ao meio escolhido para análise. Esses, por sua surpresa e distanciamento em relação àquela realidade, poderiam ter um olhar diferenciado e crítico se comparado com outros personagens e até leitores que conviviam, diariamente, com as situações ocorridas no ambiente representado. É o que se dá com Isaias, personagem vindo do interior e pela primeira vez no Rio e, de certo modo, também com o pai de família diante do aparecimento de prostitutas na sua rua.

Os personagens destacados acabam apontando, a partir do estranhamento da realidade com a qual têm contato, aspectos da modernização da cidade que contribuíam para a exclusão social. O próprio Lima Barreto, como vimos no primeiro capítulo, apesar de suburbano, sentia-se distanciando daquele mundo, o que talvez tenha favorecido a sua visão acerca da presença entre os suburbanos daquela necessidade de distinção observada antes no centro da cidade. Numa estação de trem suburbana, ele registra o seguinte diálogo entre dois funcionários públicos sobre seus vencimentos:

- Como é que eu, [...] alto funcionário do ***, posso ganhar o mesmo que ganhava há dez anos passados? Não é um absurdo? Tudo encareceu [...] Já não digo o armazém; mas, devido à minha posição, tenho que me apresentar decente na sociedade, eu e meus... No começo deste mês gastei – só em sapatos para a família – cento e oitenta e cinco mil-réis... Pode-se lá viver com oitocentos e poucos mil-réis? Não é possível.

O outro [...], com a farda [...] e um “livrão” de escritório debaixo, acode:

- É impossível, não há dúvida; mas que quer, coronel? [...] Nós que ainda temos os vencimentos de 1910, quando o câmbio era outro?

- Vocês requereram?

- Requeremos a nossa equiparação ao Senado.

Ele diz Senado como se referisse aos senadores, ou, pelo menos, aos oficiais da respectiva secretaria [...], mas não é. Trata-se dos contínuos do Senado, porque aquele manguari fardado é contínuo de uma repartição esquecida; mas esteja ele fardado ou não, a sua convicção de funcionário público dilui a humildade de sua posição e dá-lhe mais força para esticar o esqueleto, no que, afinal, se resume o seu corpo.¹⁸

Lima, com esse texto, deixa claro que via a distinção como algo predominante na sociedade de sua época e os suburbanos, ao irem trabalhar no centro da cidade, não queriam ser vistos como inferiores naquele cenário modernizado. Aliás, essa questão da aparência, do ser visto, vai permear os textos literários de autores reconhecidos desde fins do século XIX, principalmente se ações representadas nesses textos passarem em

¹⁷ Para maiores informações acerca desse procedimento, ver GINZBURG, Carlo. Estranhamento: pré-história de um procedimento literário. In: GINZBURG, Carlo. Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 15-41.

¹⁸ BARRETO, Lima. Feiras e Mafuás. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 149-150.

ambientes requintados da alta sociedade carioca como salões de festa ou teatro, ruas como a Ouvidor ou a avenida Central.

Dessa forma, se retomarmos aquele texto de Arthur Azevedo de 1897, *A capital federal*, veremos dois personagens, Figueiredo e Benvinda, envolvidos num diálogo sobre a maneira correta de caminhar pela rua. O primeiro personagem é um aproveitador de mulheres que as procura para encaminhá-las para a prostituição. Já a segunda é uma mulata interiorana convencida por Figueiredo a entrar naquele tipo de vida. O diálogo se inicia quando Figueiredo encontra Benvinda na rua, vestida “à última moda e cercada por muitas pessoas do povo, que lhe fazem elogios irônicos”.¹⁹

Diante disso, ele explica à mulata que isso ocorreu devido ao modo como ela caminhava e usava o “toalete”.

- [...] essa toalete é escandalosa! Esse chapéu é descomunal!
- Foi o sinhô que escolheu ele!
- Escolhi mal! Depois, tu abusas do face-en-main!
- Do... do quê?
- Disto da luneta! [...] Basta que te sirva disso lá uma vez por outra, e assim, olha, assim, com certo ar de sobrançeria. (Indica.) E não sorrias a todo instante, como uma bailarina [...].
- [...] Vai olhando sempre para frente! Não tires os olhos de um ponto fixo [...].²⁰

Em seguida, Figueiredo procura corrigir a linguagem de Benvinda, principalmente quanto esta afirma que vai para o rua do Ouvidor. Figueiredo, então, sugere até o uso de expressões francesas como “Au revoir!”.²¹ Olavo Bilac também se mostra interessado nessa questão da aparência, indicando uma educação visual. Naquela crônica acerca da inauguração da avenida Central, ele afirma que “a melhor educação é a que entra pelos olhos”, acreditando na mudança de gosto da população ao observar a nova arquitetura e na sua melhoria quando não existir mais vestígio da “velha cidade colonial, estupidamente conservada até agora como um pesadelo do passado [...]”.²²

Afrânio Peixoto (1876-1947), em seu romance *A esfinge* de 1910, é ainda mais contundente e didático em relação ao modo de se apresentar nos ambientes requintados da sociedade carioca, levando seu livro a obter um sucesso incomum. Essa obra, escrita

¹⁹ AZEVEDO, Arthur. op.cit., p. 67-70.

²⁰ Id., Ibid., p. 70-71.

²¹ Id., Ibid., p. 72-73.

²² BILAC, Olavo. op.cit., p. 266.

às pressas em decorrência da eleição de Peixoto para a Academia Brasileira de Letras,²³ remonta o ambiente sofisticado frequentado pelas altas camadas cariocas no qual se travava discussões sobre as relações amorosas, a política nacional, a imagem do país no exterior e até a última moda de Paris.

Dentre os encontros entre os membros da elite carioca representados no romance, podemos destacar o ocorrido num clube em pleno veraneio de Petrópolis. A princípio para a prática do tênis, o autor vai explicando ao leitor os reais objetivos da reunião no clube. Em meio aos comentários das pessoas sobre os sucessos “da pequena sociedade que se formava nos chás, nas visitas, [...] nas reuniões, em casa uns dos outros”, o autor insere o diálogo entre um velho aristocrático, O Dr. Lisboa, e o personagem principal Paulo de Andrade, escultor formado na Grécia.²⁴

Aquele explica a Paulo que a prática do tênis era apenas “ vaidade de esnobismo”, pois, num ambiente em que circulavam inclusive diplomatas estrangeiros, ser visto se divertindo numa atividade considerada moderna e fina como o tênis era de bom tom. O velho ainda acrescenta que o tênis “é pretexto: o esporte predileto aqui é o flerte”, algo necessário para a iniciação dos moços que mais tarde iam se casar.²⁵ Justifica o Dr. Lisboa:

[...] Das condições econômicas mais difíceis e do absurdo natural do casamento indissolúvel resulta hoje a gente casa bem menos: sem o flerte, espécie de escorva ou provocação necessária, reduzir-se-ia, então, lamentavelmente [...]. Por isso, os bailes, as recepções, as missas, os esportes, os passeios, que permitem as ocasiões. [...] o flerte é o aperitivo do prazer alheio. Os namorados acendem o fogo, e os maridos é que se aquecem nele. Já não são necessários enganos, traições, violências; a fórmula arcaica vai continuando, remediada, graças a esse derivativo, invenção antiga a que os ingleses puseram novo nome, depois de uma compostura civilizada [...].²⁶

Vê-se, nesse trecho, que o autor representa a apropriação de um hábito dito civilizado por determinados membros da sociedade carioca com o intuito de justificar a vida cada vez mais aristocratizada que levavam (“por isso os bailes, as recepções...”) e dar um tom de moralidade aos atos desses sujeitos (“não são necessários enganos,

²³ Essa eleição foi realizada a revelia do autor que se achava, nesse momento, no Egito. Como a eleição acadêmica impunha a escrita de uma obra literária e o autor, sendo médico, só havia publicado textos científicos, foi urgente que elaborasse o romance para ocupar a vaga de Euclides da Cunha. Ver SALES, Fernando. Afrânio Peixoto e seu primeiro romance (introdução). In: PEIXOTO, Afrânio. A Esfinge. 12 ed. São Paulo: Clube do Livro, 1978, p. 9.

²⁴ Id., Ibid., p. 36-38.

²⁵ Id., Ibid., p. 38-39.

²⁶ Id., Ibid., p. 39.

traições...”), representantes do projeto civilizador republicano. Afrânio Peixoto não parece estar preocupado com uma possível exclusão social que esses hábitos poderiam promover, mas sim com a sua rápida assimilação pelas elites a fim de dar uma feição civilizada à cidade.

As perspectivas de Arthur Azevedo, João do Rio, Bilac e Peixoto se mostram, diante do que observamos até o momento, conflitantes em relação à de Lima Barreto que procurava representar nos seus textos o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro como excludente e artificial. Contudo, Lima não é contrário à vida urbana, considerando que na cidade “há sempre uma ebulição de idéias, de sentimentos - coisa muito favorável ao desenvolvimento humano [...], a cidade é a evolução”.²⁷

Para compreendermos melhor essa postura de Lima Barreto e observarmos situações que o levava a tecer críticas a determinados aspectos da realidade urbana carioca, vamos nos debruçar sobre a sua perspectiva acerca de outros símbolos da vida moderna. A partir da explicação do senhor Gonzaga de Sá a seu companheiro Augusto Machado, presente no romance *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá*, sobre a distribuição espacial da cidade, Lima indica as implicações do bonde, símbolo do impulso da urbanização e do progresso:

Quem observa uma planta do Rio tem de sua antiga topografia modestas notícias, define perfeitamente as preguiçosas sinuosidades de suas ruas e a imprevistas dilatações que elas oferecem.

Ali, uma ponta de montanha empurrou-as; aqui, um alagadiço, dividiu-as em duas azinhagas simétricas, deixando-o intacto à espera de um lento aterro.

[...]

O bonde, porém, perturbou essa metódica distribuição de camadas. Hoje (ponho de parte os melhoramentos), o geólogo de cidades atormenta-se com o aspecto transtornado dos bairros. Não há terrenos mais ou menos paralelos; as estratificações misturam-se; os depósitos baralham-se; e a divisão da riqueza e novas instituições sociais ajudam o bonde nesse trabalho plutônico. No entanto, esse veículo alastra a cidade; mas serve aos caprichos de cada um, de forma a fazer o rico morar num bairro pobre e o pobre morar num bairro rico.

O mal é o isolamento entre eles; é a falta de penetração mútua, fazendo que sejam verdadeiras cidades próximas, pedindo, portanto, órgãos próprios para levarem até aos ouvidos das autoridades as suas necessidades e os seus anseios, mas o aperfeiçoamento da viação sanará tudo isto.²⁸

Lima representa o bonde como um invasor que alterou a configuração da cidade, promovendo um maior contato entre as suas camadas sociais. No entanto, destaca a questão da criação de linhas que dependiam dos interesses privados do capital e do

²⁷ BARRETO, Lima. Impressões de Leitura. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 105.

²⁸ BARRETO, Lima. Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 67-68.

poder da influência dos setores dominantes (“e a divisão de riquezas e novas instituições sociais ajudam o bonde...”). Isso fazia com que o serviço de bondes fosse melhor oferecido nas áreas das cidade onde residiam grupos mais abastados da sociedade carioca.

Mesmo indicando essa desigualdade no serviço de bondes, o autor acreditava na melhoria de seu funcionamento e até esboçava um certo otimismo (ou mais uma dose de sua ironia se fazia presente) ao afirmar que o pobre podia morar no bairro rico. A melhoria do serviço de bondes, por sinal, era uma reivindicação presente na imprensa da época como a que foi realizada na revista *Fon-Fon* através da crônica “As paradas da “Jardim” (13/04/1907).

O cronista denunciava a forma como estavam distribuídas as paradas dos bondes no centro da cidade que prejudicava, principalmente, quem se encontrava no Largo da Carioca, ponto melhor localizado para aqueles vindos da zona norte e que desejavam ir para outras partes centrais da cidade e até para a zona sul.²⁹

O portão do Passeio Publico não tem parada. Com certeza, a Companhia esqueceu-se de que diariamente afflue ao jardim mais de um milheiro de admiradores das curvas harmoniosas dos jacarés do mestre Valentim e, talvez, um parte deles viesse em seus bondes. Foi um esquecimento lastimável [...].

O bonde continua a andar...

A Academia de Letras e as outras tiveram sua paradinha. Quem vem do largo da Carioca, logar ainda plebeu, não a distingue logo, mas quem vem de Botafogo, imediatamente.

Pode acontecer que, vindo da Carioca, um cidadão qualquer queira parar em frente às Academias, e faça o signal fora de tempo, por não ter avistado a parada immortal.

O montoneiro não obedece; o bonde deslisa, corre e sacoleja e vae parar lá pelas bandas da Glória. E’ melhor, não há duvida; mas o pobre homem tem que andar a pé, e para traz, se teima em entrar na Academias. Precalços para quem vem do largo da Carioca...³⁰

A insatisfação do cronista vem mostrar o quanto as linhas de bonde da companhia Jardim Botânico privilegiava as áreas mais próximas da zona sul ou de instituições que representassem civilidade. Enquanto isso, as pessoas que se localizassem em lugares distantes encontrariam algumas dificuldades. Essa oferta desigual do serviço de bondes não é considerada por Bilac na sua crônica “O bonde”, publicada na *Gazeta de Notícias* (11/10/1903). O autor exalta esse meio de transporte, apresentando-o como um

²⁹ GERSON, Brasil. op.cit., p. 112.

³⁰ Revista Fon-Fon, 13/04/1907, p. 28. Disponível em: <http://www.bn.br>. Acesso: 17 de out. 2008.

destruidor de preconceitos que põe as classes no mesmo nível: “Tu és um grande socialista, ó bonde amável!”.³¹

Além disso, o bonde, segundo Bilac, obriga os homens “a ser polidos”, ter educação e tolerância, “alicerces da vida social...”.³² As únicas cobranças que faz ao bonde, nessa “declaração de amor” ao meio de transporte moderno, são o fim do sistema de comboios, a presença de “uma luz que não prejudique tanto os olhos de quem te frequente à noite” e mais velocidade.³³ Como se vê, nenhuma nota a respeito da extensão das linhas ou pontos de parada mais adequados às necessidades da população.

O bonde, para Bilac, é democrático e civilizador, mas, se retrocedermos alguns anos antes da publicação dessa crônica, veremos que foi criado em 1900 um bonde mais confortável para atender “às solicitações de distintas famílias e cavalheiros que desejavam um transporte especial para levar e trazer os freqüentadores do Teatro Lírico”,³⁴ localizado nas proximidades do morro de Santo Antonio, centro da cidade.

Contudo, a criação desse bonde especial, ocasionou a supressão das linhas com carros comuns que passavam pelos teatros, obrigando a população a utilizar aquele de luxo. Isso gerou protestos daqueles que não podiam pagar mais caro pelo serviço, chegando a desembocar em manifestações violentas.³⁵ Percebe-se, diante das situações relatadas, que a democracia dos bondes anunciada por Bilac era bem relativa e a sua forma de representá-la procurava dar um aspecto expansivo ao acesso a um dos símbolos da modernização da cidade, na tentativa de salientar os seus supostos benefícios.

Outro meio de transporte representativo da vida moderna observado por Lima foi o automóvel. Essa máquina, acessível a uma parcela bem reduzida da população carioca, transformava, quem nele passasse pelas ruas, o centro das atenções. Diante daquela necessidade de distinção que discutimos antes, um passeio pela avenida Central de automóvel constituía-se, portanto, numa amostra de prestígio e afinação com os tempos modernos.

³¹ BILAC, Olavo. op.cit., p. 323.

³² Id., Ibid., p. 326.

³³ Id., Ibid., p. 327-328.

³⁴ Esse bonde era chamado de “ceroula” devido à forma com era enfeitado, lembrando a peça íntima do vestuário masculino da época. Ver ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. op.cit., p. 291.

³⁵ Id., Ibid., p. 292.

Aqueles que não dispusessem dessa máquina, poderiam contar com um serviço de aluguel a preços baixos para passeio na avenida Central, inaugurado, em caráter de experiência, pela Companhia de Transporte e Carruagens em 1905.³⁶ Lima Barreto, atento às mudanças na sua cidade, soube expressar o desejo de realização daquele passeio através do conto “Um e outro” escrito em março de 1914.

Nesse texto, Lima não procura, como João do Rio fez numa crônica, narrar as sensações de vertigem e euforia das pessoas com a velocidade dos automóveis durante uma viagem até Copacabana.³⁷ Mas sim representar, a partir do relacionamento entre uma prostituta de luxo (*cocotte*) e um *chauffeur*, novamente a necessidade de distinção e, principalmente, o artificialismo das relações sociais durante o processo de modernização da cidade.

Desse modo, Lima conta a história de uma imigrante espanhola chamada Lola que, após começar a se prostituir e ter abandonado o marido, passa a ser amante de um burguês que a sustenta. Apesar da boa condição de sobrevivência que ele lhe dava, a espanhola o traía com um *chauffeur*. Este, na verdade, apenas lhe era atraente quando estava a bordo do automóvel.

[...] *Chauffeur* de “seu” Pope, o seu último amor, o ente sobre-humano que ela via coado através da beleza daquele “carro” negro, arrogante, insolente cortando a multidão das ruas orgulhoso como um deus.

Na imaginação, ambos, *chauffeur* e “carro”, não os podia separar um do outro; e a imagem dos dois era uma única de suprema beleza, tendo a seu dispor a força e a velocidade do vento.

[...]

Todo o seu pensamento era para o *chauffeur*, e o “carro”. O automóvel, aquela magnífica máquina, que passava pelas ruas que nem um triunfador, era bem a beleza do homem que o guiava; e, quando ela o tinha nos braços, não era bem ele quem a abraçava, era a beleza daquela máquina que punha nela ebriedade, sonho e alegria singular da velocidade. [...].

Entre ambos, o “carro” e o *chauffeur*, ela estabelecia um laço necessário, não só entre as imagens respectivas como entre os objetos. O “carro” era como os membros do outro e os dois completavam-se numa representação interna, maravilhosa de elegância, de beleza, de vida, de insolência, de orgulho e força.³⁸

Nota-se que Lima Barreto chega a ser redundante acerca da ligação que a espanhola estabelece entre o *chauffeur* e o carro, deixando claro a artificialidade daquela relação. Além disso, devemos destacar que o desejo pelo automóvel-chauffeur parte de uma *cocotte*, uma prostituta de luxo. Isso pode indicar que a inserção no modo

³⁶ Id., *Ibid.*, p. 328-329.

³⁷ RIO, João. Como se ouve a missa do “galo”. In: RIO, João. *op.cit.*, p. 120.

³⁸ BARRETO, Lima. *Contos reunidos*. Belo Horizonte: Crisálida, 2005, p. 54-55.

de vida moderno desejada na época pelas elites econômicas, políticas e culturais, aqui representada pelo uso do automóvel, era vista por Lima Barreto como uma prostituição, uma entrega de si mesmo a um estranho (hábitos, arquitetura, ciência européia) em troca de uma imagem civilizada.

Tanto é assim que quando o *chauffeur* deixa de guiar um carro de luxo, usado “unicamente” por “certos e determinados fregueses”,³⁹ e passa a andar de táxi, a cocotte resolver terminar o relacionamento.

- [...] Ando agora num “táxi”.

Quando o *chauffeur* lhe disse isso, Lola quase desmaiou; a sensação que teve foi de receber uma pancada na cabeça.

Pois então, aquele deus, aquele dominador, aquele supremo indivíduo descera a guiar um “táxi” sujo, chacoalhante, mal pintado, desses que parecem feitos de folha-de-flandres! [...] Então... E aquela abundante beleza do automóvel de luxo que tão alta ela via nele, em um instante, [...] de todo se esvaiu. [...]. Deitou-se a seu lado com muita repugnância, e pela última vez.⁴⁰

Ou seja, ao ficar comprometidas a distinção e a imagem de elegância e civilidade almeçadas, devia-se abandonar o caminho, até aquele momento percorrido, a fim de evitar a diferenciação em relação ao mundo civilizado. Assim como os executores da reforma urbana do início do século XX fizeram, abdicando de uma cidade de estilo colonial por uma mais próxima dos parâmetros das grandes cidades européias e norte-americanas.

A inserção no mundo civilizado também se dava, para as elites e a imprensa, pela frequência ao teatro que, como o cinema e as seções de moda dos periódicos, proporcionavam ao público o contato com o vestuário requintado e mais recente de Paris, principalmente. Antes mesmo da inauguração do Teatro Municipal, a revista *Fon-Fon*, por exemplo, já estimulava o interesse do leitor pelo teatro com as seguintes notas.

Cogita-se, entre os rapazes de alto valor intellectual, da criação de um theatro no gênero do Grand Guignol, de Paris.

Há peças em elaboração, em prosa e verso, tetricas umas, gaiatas outras.

Há esperanças, projectos...⁴¹

E: “Falla-se na próxima vinda de uma grande companhia Lyrica, com Zanatello en tête. Devem vir também a Berlind e o Renaud, da Opera de Paris. [...]”.⁴² Como se vê a

³⁹ BARRETO, Lima. op. cit., p. 55.

⁴⁰ Id., Ibid., p. 59-60.

⁴¹ Revista Fon-Fon, 13/04/1907, p. 9. Disponível em: <http://www.bn.br>. Acesso: 17 de out. 2008.

⁴² Id., Ibid.,. loc.cit.

referência dos espetáculos parisienses era predominante e o próprio Teatro Municipal teve seu formato baseado no da capital francesa. Esse teatro por sinal, construído na avenida Central (parte mais ao sul), foi o alvo de Lima Barreto quando este criticou o teatro nacional na revista *A Estação Teatral* no dia 22/04/1911.

O Teatro Municipal! É inviável. A razão é simples: é muito grande e luxuoso. Supondo que uma peça do mais acatado de nossos autores provoque uma enchente, repercute sobre a opinião, haverá no Rio de Janeiro e arredores, inclusive o Méier e Petrópolis, gente suficientemente encasacada para enchê-lo dez, vinte ou trinta vezes? Decerto, não. Se ele não se encher pelo menos dez vezes, por peça, a receita dará para custear a montagem, pagar o pessoal, etc? Também não.

[...]

Armaram um teatro, cheio de mármore, de complicações luxuosas, um teatro que exige casaca, altas toilettes [...], e querem com ele levantar a arte dramática, apelando para o povo do Rio de Janeiro.

Não se trata bem de povo [...]. Eternamente ele vive longe desses tentamens e não é mesmo nele que os governantes pensam quando cogitam dessas cousas; mas vá lá; não foi bem para o povo; foi para o chefe de seção, o médico da higiene, o engenheiro da prefeitura, gente entre seiscentos mil-réis mensais e cento e pouco. Pelo amor de Deus! [...].⁴³

Lima aponta, diretamente, o caráter elitista presente na criação do Teatro Municipal, chegando a cogitar a inviabilidade das apresentações nesse local. Mais uma vez, o aspecto cenográfico, de fachada, que antes o autor havia relacionado à nossa modernidade, é evocado, mas agora, especificadamente, para qualificar a tentativa dos governantes de fomentar a arte dramática no Brasil nos moldes europeus. Contudo, nesse texto, Lima indica possíveis caminhos para solucionar as situações equivocadas que criticou.

Para que o teatro se tornasse acessível a uma maior parcela da população, ele sugere a criação de pequenos teatros em áreas mais afastadas do centro como Saúde (zona portuária), Cidade Nova, Engenho de Dentro (subúrbio) e até em Botafogo (zona sul), mas nesse caso para “os criados, empregados”. “Nesse primeiro ciclo teatral”, seriam apresentadas peças mais simples, “mágicas, pequenas revistas e outras atrapalhadas” para a população local, contando com subvenções do governo municipal.⁴⁴

Já o segundo ciclo seria constituído por um pequeno teatro no centro, mas sem luxo no qual autores que apresentavam no Municipal iriam trabalhar, sem esquecer de

⁴³ BARRETO, Lima. Uma coisa puxa a outra...II. In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.). op.cit. Vol.1, p. 71.

⁴⁴ Id., Ibid., p. 72.

obras de autores portugueses e “traduções de outros da França e alhures” e da sua respectiva subvenção. Lima acreditava que com esses ciclos e o passar dos anos, o gosto pelo palco haveria de mudar, podendo o ensino superior teatral ser criado, pois as vocações iriam aparecer “como também o hábito de ir ao teatro espalharia o gosto pela casaca”.⁴⁵

Esse último nível de ensino seria constituído pelo estudo “da arte de representar, de cenografar” e pelas “representações de Shakespeare, de Racine, de Ibsen [...]”.⁴⁶ Por essas sugestões, percebemos que Lima queria que o teatro fosse popularizado, embora estabelecesse hierarquias quanto ao tipo de representação que deveria ser realizada em cada parte da cidade. E, como boa parte dos frequentadores do Teatro Municipal, considerava as obras teatrais estrangeiras superiores às nacionais.

Ao que parece, Lima Barreto comungava de alguns referenciais culturais das elites e continuava a se considerar, em relação às camadas populares, superior intelectualmente, embora mantivesse, pelas suas sugestões e críticas acima expostas, uma “simpatia pela gente pobre do Brasil”.⁴⁷ Outro traço de Lima que se mantinha era sua preocupação com a representação da realidade brasileira.

Ainda escrevendo para a revista *A Estação Teatral*, no mês seguinte àquelas sugestões para “democratizar” o teatro, Lima comenta o conteúdo dos trabalhos de alguns autores teatrais que poderiam “manter sempre vivo o interesse pelo teatro, no imenso Municipal”.⁴⁸ Dentre os nomes comentados, destacamos dois que Lima faz questão de apontar as dificuldades de seus trabalhos no que se refere à representação da realidade nacional e ao despertar do interesse da “massa de nossa população”.

[...] João Luso e Oscar Lopes. O primeiro é quem tinha mais chances de ir [fazer teatro]; mas há nele um defeito insanável. João Luso vive aqui há muitos anos, tem-se feito aqui, mas sua alma e o pensamento estão em Portugal. [...] a sua obra há de sempre ressentir-se desse seu estado d’alma. A vida do Brasil, já não direi a política, mas a social e sentimental, é-lhe indiferente; e isso faz com que as suas obras não se pareçam nada conosco, sejam coisas no ar [...].

[...] Oscar Lopes. Tem suas virtudes e tem seus talentos. Há um sério defeito nele: é de Botafogo. A sua visão da sociedade nacional é de um palacete de Botafogo.

⁴⁵ Id., *Ibid.*, p. 72.

⁴⁶ Id., *Ibid.*, loc.cit.

⁴⁷ BARRETO, Lima. *Um longo sonho de futuro: diários, cartas, entrevistas e discussões dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 44.

⁴⁸ BARRETO, Lima. *Impressões de Leitura*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 270.

Ora, aquilo não passa de uma macaqueação; não tem feito seu, não se parece com o resto do Brasil.

A sua obra fica assim sem caráter, não é mais o espelho da nossa vida, não exprime aquilo que “os simples fatos não dizem”.

[...]

Corrigindo-se desse defeito puramente botafogano, que consiste em não querer ver o Brasil tal qual é preciso, não vamos perdê-lo.⁴⁹

Tanto do ponto de vista estrutural quanto ao relacionado ao conteúdo de suas apresentações, Lima avalia o Teatro Municipal, portanto, como inviável. Um dos símbolos de que, no Brasil, havia uma sociedade cultivada era negado pelo autor que, fiel à sua concepção de literatura militante (cujo objetivo era reforçar “o nosso natural sentimento de solidariedade com os nossos semelhantes”⁵⁰), não tolerava qualquer ação que provocasse segregação social.

Essa segregação, como pudemos ver, dava-se também pela forma como era representada a realidade da cidade através da qual muitos autores privilegiavam áreas modernizadas e destinadas às elites, contribuindo para a solidificação de uma imagem de cidade civilizada e sem contradições sociais que era almejada também pelos poderes públicos municipal e federal. Estes são os exemplos de Bilac e João do Rio que representavam alguns símbolos daquela modernização como exemplos de igualitarismo e refinamento social.

Lima, a partir dos textos de sua autoria que observamos até o momento, seguiu um direcionamento contrário aos objetivos de seus companheiros de escrita. Os símbolos de modernidade observados por esse autor receberam, em sua produção textual, um tratamento diferenciado. Nessa produção, destacava-se o modo como a busca de distinção através da posse ou uso de determinados objetos, a distribuição de serviços de transporte e o acesso restrito ao entretenimento, no caso as apresentações do Teatro Municipal, expressavam a exclusão social perpetrada pelo projeto civilizador do regime republicano.

Essa postura de Lima Barreto não nos leva a vê-lo como contrário à vida urbana moderna. Como vimos, ele considerava a cidade uma evolução e; se observarmos a sua opinião acerca de Juiz de Fora, onde se encontrava em companhia do teatro ambulante de seu tio, numa carta a seu amigo Noronha Santos (24/09/1910), notaremos que são os aspectos do Rio de Janeiro os qualificadores de uma cidade atrativa: “sem ser feia, não é

⁴⁹ BARRETO, Lima. op.cit., p. 271-272.

⁵⁰ Id., Ibid., p. 67.

bonita, e falta-lhe completamente aspectos, monumentos e edifícios [...], poucas lojas de confecções e fantasias e ainda não vi, na rua, uma senhora de chapéu.[...]”.⁵¹

Certos aspectos da monumental Rio de Janeiro são considerados, portanto, como positivos por Lima Barreto. O que incomodava esse autor era a forma como algumas novidades trazidas pela modernização eram utilizadas, principalmente quando este uso provocava a discriminação da maior parte da população. Diante dessa realidade excludente, Lima vai procurar desenvolver nas suas narrativas maneiras de combater mais acidamente determinadas ações modernizadoras, as estratégias de outros autores na tentativa de alicerçar uma imagem de cidade civilizada bem como discutir os modelos de civilização adotados no Brasil.

3.2 – A contestação barretiana da “cenografia” urbana

Lima Barreto, no romance *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*, assim apresenta as impressões do jovem mulato e interiorano Isaias durante sua ida à cidade do Rio de Janeiro:

[...] Chegamos à estação terminal, mas não acabou aí a viagem. Passamo-nos para uma barca que atravessou vagorosamente por entre ilhotas até alcançar o largo da baía.

O espetáculo chocou-me. [...] Convergi todo o meu aparelho de exame para o espetáculo que me surpreendia. [...].

Quando saltei e me pus em plena cidade, na praça par onde dava a estação, tive uma decepção. Aquela praça inesperadamente feia, fechada em frente para um edifício sem gosto, ofendeu-me como se levasse uma bofetada. Enganaram-me os que me representavam a cidade bela e majestosa. Nas ruas havia muito pouca gente e do bonde em que as ia atravessando, pareciam-me feias, estreitas, lamacentas, marginadas de casas sujas e sem beleza alguma.⁵²

Numa época em que governantes e literatos procuravam traçar uma imagem civilizada, principalmente para os olhos estrangeiros, Lima constrói uma visão da cidade na qual são destacados prédios feios, ruas estreitas e sujas. Essa perspectiva era a que predominava entre os visitantes estrangeiros durante o século XIX e tanto incomodava as elites desejosas de uma cidade semelhante às européias.

Aqueles apresentavam, nas suas narrações, a Baía da Guanabara como um espetáculo maravilhoso, mas, quando se aproximavam da cidade do Rio, repudiavam

⁵¹ BARRETO, Lima. Correspondência. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961 (tomo I), p. 90-91.

⁵² BARRETO, Lima. Recordações do Escrivão Isaias Caminha. Erichim: EDELBRA, s/d, p. 25-27.

seu aspecto físico e a presença dos muitos negros pelas ruas.⁵³ Lima, como nessas narrações, procurou representar o Rio de Janeiro de forma negativa, uma cidade insalubre, feia e desagradável, excetuando o caráter discriminatório dos estrangeiros em relação à população já que ele próprio era mulato e contrário ao ideário racista da época.

O que podemos observar, dessa representação de Lima Barreto, é a sua apropriação de um discurso produzido no século XIX por aqueles a quem as elites brasileiras queriam convencer de nossa civilidade. Pelo trecho destacado, entendemos que a apropriação foi um caminho encontrado pelo autor de elaborar uma imagem da cidade que combatesse os interesses dos entusiastas da modernização, mostrando o quanto esta era parcial e insuficiente para uma construção de imagem do Rio próxima da das cidades ditas civilizadas.

Outro recurso utilizado por Lima Barreto foi a representação de outros cenários da cidade em suas obras. Esses cenários foram áreas distantes do centro modernizado e da aristocrática zona sul como a Cidade Nova e os subúrbios. Quanto à primeira, surgida ainda no século XIX com o prolongamento da área urbana em direção ao norte,⁵⁴ Lima, através da descrição da morada do personagem Lucrécio Barba-de-Bode (personagem já citado), apresenta a seguinte caracterização no romance *Numa e a Ninfa*:⁵⁵

Lucrécio morava na Cidade Nova, naquela triste parte da cidade, de longas ruas quase retas, com uma edificação muito igual de velhas casas de rótula, porta e janela, antigo charco, aterrado com detritos e sedimentos dos morros que a comprimem, bairro quase no coração da cidade, curioso por mais de um aspecto.

[...]

A cidade Nova não teve tempo de acabar de levantar-se do charco que era; não lhe deram tempo para que as águas trouxessem das alturas a quantidade necessária de sedimento; mas ficou sendo o depósito dos detritos da cidade nascente, das raças que nos vão povoando e foram trazidas para estas plagas pelos negreiros, pelos navios de imigrantes, à força e à vontade. A miséria uniu-as ou acalmou-as ali; eles lá afloram com evidência. Ela desfez muito sonho que partiu da Itália e Portugal em busca da riqueza; e, por contrapeso, muita fortuna se fez ali, para continuar a alimentar e excitar esses sonhos.⁵⁶

Lima não só apresenta um local diferente, fisicamente, do centro como também etnicamente. O bairro da Cidade Nova, atingido pelas conseqüências da reforma, foi levado, como sugere Lima Barreto (“não teve tempo de acabar de levantar-se do charco

⁵³ PINHEIRO, Eloísa. op.cit., p. 94-95.

⁵⁴ Id., Ibid., p. 104.

⁵⁵ Este texto começou a ser publicado, como folhetins, no jornal *A Noite* do ano de 1915 (15 de março a 26 de julho).

⁵⁶ BARRETO, Lima. *Numa e a Ninfa*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 82-83.

que era”), a colher pessoas não vistas pelos governantes como ideais para a imagem de civilização que o centro da cidade devia espelhar e isso sem infra-estrutura adequada. Daí Lima Barreto apresentar as origens de seus habitantes como os descendentes de africanos e imigrantes pobres.

Com respeito a esses últimos, Lima indica, no texto, a sua condição de vida difícil, contradizendo o discurso propagado pelo estado republicano acerca das boas possibilidades de ascensão social para os estrangeiros que se estabelecessem no Brasil. Contudo, a sua vinda objetiva satisfazer os interesses daqueles grupos sociais em substituir a mão-de-obra escrava nas lavouras de café em especial, formar um mercado de trabalho capitalista e promover, gradativamente, o branqueamento de nossa população.⁵⁷

Além disso, ao prosseguir com a sua apresentação da Cidade Nova, Lima critica outros escritores por não representarem em seus trabalhos a heterogeneidade étnica presente no local. Como justificativa para essa presença, o autor enfatiza a necessidade dos negros, em maior número, e dos imigrantes brancos de moradia barata e próxima do lugar de trabalho, o que evitava a despesa com a condução.⁵⁸ Mais uma vez, podemos observar, na produção literária de Lima Barreto, a denúncia da segregação social promovida pela transformação do espaço urbano carioca.

Depois de expor o bairro que Lucrécio vivia, o autor parte para a descrição do interior de sua residência, oferecendo outra imagem do espaço urbano⁵⁹ carioca que se contrapunha ao retratado no *A Esfinge* de Afrânio Peixoto.

A mobília era a mais reduzida possível. Na sala principal, havia duas ou três cadeiras de madeira, com espaldar de grades, a sair de quando em quando do encaixe [...]; havia também uma cômoda, com o oratório em cima, onde se acotovelavam muitas imagens de santos; e, cá do lado de fora, queimava uma lamparina e secavam em uma velha xícara ramos de arruda. Na sala de jantar, havia uma larga mesa de pinho, um armário com alguma louça, um grande banco e cromos e folhinhas adornavam as paredes.⁶⁰

⁵⁷ Ver CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001. VENTURA, Roberto. Op.cit., passim.

⁵⁸ BARRETO, Lima. op.cit., p. 83-84.

⁵⁹ Segundo Giulio Argan, a cidade não se restringe a “um traçado regular dentro de uma espaço, [...], um conjunto de edifícios representativos e utilitários. O espaço urbano tem seus interiores, o que engloba os ambientes das casas particulares. Ver. ARGAN, Giulio Carlo. A história da Arte. In: ARGAN, Giulio Carlo. História da Arte como História da Cidade. São Paulo: Martins Fonte, 1992.

⁶⁰ BARRETO, Lima. op.cit., p. 87.

Como se vê, uma casa com pouca mobília e em estado precário de conservação, sendo, talvez o maior luxo, a proteção “espiritual” representada pelos santos e arruda que poderiam livrar os habitantes da casa (Lucrécio, sua esposa e filho menor, sua irmã e um hóspede, o russo Bogóloff) dos possíveis infortúnios da vida. Já Afrânio Peixoto representava um ambiente muito diferente em anos anteriores a essa descrição de Barreto, no qual se encontrava objetos caros.

Era o interior da casa de uma baronesa em Petrópolis. Esta dava um baile e, ao receber o protagonista do romance, Paulo de Andrade, faz questão de lhe mostrar os objetos decorativos de sua residência, adquiridos “sem preocupação de conjunto”, como “uma aquarela de Madeleine Lemaire, [...], marfim chinês, [...], tapeçaria do século XIII”.⁶¹ Esse ambiente sugere aquela atitude de distinção já observada por Lima, principalmente entre os indivíduos recém-chegados ao nível mais elevado da sociedade.

Nesse caso, ao invés de chapéus e vestidos elegantes, a posse de objetos de variados estilos e épocas na residência disfarçava “a inconsistência de uma trajetória equívoca”.⁶² Lima, frente a esse ambiente, procura se aproximar do seu contrário como o faz em *Clara dos Anjos*. Nesse romance, cujo primeiro capítulo foi publicado em 1922 no periódico *Mundo Literário*, todo o desenrolar da narrativa se passa num subúrbio carioca. Logo nos capítulos iniciais, o autor já cobra do poder público ações que melhorem as condições de sobrevivência dos suburbanos, como no trecho abaixo destacado:

Há casas, [...], barracões, choças, por toda a parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. Todo o material para essas construções serve [...].

Há verdadeiros aldeamentos dessas barracas, nas coroas dos morros, que árvores e os bambuais escondem aos olhos dos transeuntes. Nelas, há quase sempre uma bica para todos os habitantes e nenhuma espécie de esgoto. Toda essa população, pobríssima, vive sob a ameaça constante da varíola e, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo.

[...]

Por esse intrincado labirinto de ruas e bibocas é que vive uma grande parte da população da cidade, a cuja existência o governo fecha os olhos, embora lhe cobre atrozes impostos, empregados em obras inúteis e suntuárias noutros pontos do Rio de Janeiro.⁶³

⁶¹ PEIXOTO, Afrânio. op.cit., p. 53-54.

⁶² SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). op.cit., p. 537.

⁶³ BARRETO, Lima. Clara do Anjos. São Paulo: Scipione, 1994, p. 52-53.

A atenção maior do governo para com as áreas centrais da cidade e residenciais das camadas altas da sociedade carioca em detrimento do fornecimento de serviços básicos para os suburbanos foi uma preocupação constante de Lima. Antes desse romance, ao acompanhar detidamente os problemas diários da cidade, o autor já criticava em suas crônicas as investidas modernizadoras do poder público e a falta de consideração pelas necessidades das camadas populares.

Nessas crônicas podemos observar, por exemplo, sua indignação em relação a não resolução de um problema considerado urgente (e esse de interesse geral da população) numa cidade “cercada de montanhas e entre montanhas, que recebe violentamente grandes precipitações atmosféricas”:⁶⁴ as inundações. Lima considerava que esse problema não era tão difícil de resolver, porém o “Prefeito Passos, que tanto se interessou pelo embelezamento da cidade, descurou [...] de solucionar esse defeito do nosso Rio”. O motivo desse descuido era, para Lima Barreto, a preocupação “com os aspectos externos, com as fachadas”.⁶⁵

Até mesmo as ações que, aparentemente, visavam proporcionar condições melhores de vida para os pobres foram alvos da escrita desafiadora de Lima como o controle da sua higiene. Não que Lima desconsiderasse a necessidade de uma vida higiênica. Contudo, ele via na urgência das camadas mais baixas disporem de “dinheiro para se ter boa alimentação, vestuário e domicílio, condições primordiais da mais elementar higiene”, recomendando aos higienistas, “antes de expedir regulamentos minuciosos sobre tantos atos da nossa vida doméstica,” [...] ter o cuidado de facultar-nos os meios de realizar as suas exigências”.⁶⁶

Outra questão que incomodou Lima foi o enriquecimento advindo da especulação imobiliária na zona sul da cidade. Esta teve como incentivadores a instalação das companhias de bonde, a inauguração do túnel do Leme em 1906 e outras melhorias realizadas na década seguinte que facilitaram a construção de residências para pessoas abastadas em Copacabana e Leblon.⁶⁷ Essa situação levou Lima a afirmar na crônica “A nossa situação”, publicada na revista *A.B.C* (1920):

⁶⁴ BARRETO, Lima. As enchentes. In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.). op.cit. Vol.1, p. 159.

⁶⁵ Id., Ibid., loc.cit.

⁶⁶ BARRETO, Lima. Os tais higienistas. In: Id., Ibid., vol 2, p. 237.

⁶⁷ Ver MARTINS, Paulo César Garcez. op.cit., p. 146. Desde fins do século XIX, o areal que era Copacabana já estava sendo loteado e ,em 1919, a Avenida Atlântica (iniciada na gestão de Passos) ganharia uma melhor aparência. Ver BRASIL, Gerson. op. cit., p. 319-321.

Tenho dito muitas vezes aqui e alhures que o princípio geral a que obedece a política republicana, é enriquecer cada vez mais os ricos e empobrecer cada vez mais os pobres.

[...]

As últimas obras municipais, os famigerados melhoramentos de Copacabana, Vidigal, Leblon [...], mostram ao mais incrédulo, como essas obras sem utilidade geral, sem alcance algum para a totalidade da população, são mais levadas a efeito para proteger certos e determinados indivíduos do que mesmo para embelezar, no mínimo, a cidade. [...].⁶⁸

Como conseqüência dessa especulação e segregação espacial promovidas pela modernização da cidade, ocorreu no Rio de Janeiro uma carestia dos aluguéis de casas que afetou, obviamente, as camadas pobres. Até Olavo Bilac, que tanto mostrou entusiasmo pela transformação da cidade, reconhece essa dificuldade.

Não há quem ignore que, com as demolições e reconstruções que o aformoseamento da cidade exigiu, houve no Rio uma verdadeira “crise de habitação”. O número de casas habitáveis diminuiu em geral, porque a reconstrução é morosa. Além disso, diminuiu especialmente, [...] o número de casas modestas, destinadas à moradia da gente pobre [...]. E que fizeram os proprietários dos casebres e dos cochicholos que as picaretas demolidoras pouparam? Viram na agonia da gente pobre uma boa fonte de renda, e aumentaram o preço dos seus prédios. [...].

[...]. A crise existe, e os que tudo podem, os que mandam e governam, os que têm dinheiro e força e nada querem fazer em favor dos que não acham onde morar. [...].⁶⁹

Apesar de cobrar dos mais afortunados apoio aos pobres e da indicação de que a reforma da cidade possibilitou a carestia de aluguel de casas, percebemos que Bilac responsabiliza mais os proprietários das casas destinadas à moradia dos pobres e à demora na reconstrução de novas habitações pela situação precária da habitação no Rio. Divergentemente, para Lima Barreto, como observado em trechos de *Numa e a Ninfa*, *Clara dos Anjos* e das críticas presentes em suas crônicas, a reforma da cidade, envolta nos interesses financeiros e disciplinadores de suas elites, era a principal causa das dificuldades enfrentadas pelas camadas populares.

Utilizando-se de sua ironia, Lima trata essa questão dos altos valores do aluguel a partir da desconstrução da imagem da “civilizada” cidade de Petrópolis construída por autores como o próprio Bilac, enquanto símbolo de vida elegante. Lima narra em duas crônicas a trajetória de um pai de família que não conseguia mais viver no Rio devido

⁶⁸ BARRETO, Lima. A nossa situação. In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.). op.cit. Vol.2, p. 255.

⁶⁹ BILAC, Olavo. op.cit., p. 292-295.

ao alto custo do aluguel, resolvendo se mudar com sua família para Petrópolis, pois lá havia encontrando uma casa mais em conta.

Lima encontra, após a mudança, o suposto pai de família que se mostrava desiludido com a vida petropolitana, afirmando que havia deixado a cidade serrana por não suportar o seu “espírito geral” que era de “fatuidade, frivolidade e desdém pela pobreza”. Essa desilusão teve como causa o mau atendimento de um médico da cidade prestado à sua sogra quando soube que esta era do Rio.⁷⁰ Diante dessa situação, o pai de família assim expressa sua opinião acerca de Petrópolis a Lima:

- [...] Foi uma grande asneira que fiz. Por causa de trinta ou quarenta mil-réis, é mesmo uma burrice deixar o meu meigo, generoso e franco Rio de Janeiro, para me meter num forno onde se fundem, em cadinhos de porcelana, a vaidade, a simulação, o egoísmo, a jactância e o rastequêrismo para dar esse pechisbeque de petropolismo. Este Rio [...] pode ter muitos defeitos, mas ainda não perdeu de todo a simplicidade e ainda tem muitos aspectos de generosidade. É uma grande aldeia, dizem os *snoobs*; admito. É porém, preferível uma grande aldeia com generosidade, caridade e simplicidade de gostos e modos do que uma aldeola com pretensões a altas elegâncias européias [...] como é o tal de Petrópolis, com seus verdadeiros e falsos ricos, cavadores nacionais, *escrocs* internacionais [...] e outros tais.⁷¹

Com isso, Lima apresenta uma imagem diferente daquele cenário eleito por Bilac, desde o século XIX, e Afrânio Peixoto como modelo de civilidade a ser seguido na cidade do Rio de Janeiro, salientando o seu artificialismo e descaso com a vida das pessoas pobres. Lima também, nessa luta de representações, procurou combater as ações modernizadoras impregnadas de uma perspectiva demolidora dos sinais do passado da cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a forma como esse autor se referiu, na *Gazeta da Tarde* (21/07/1911), à venda e futura demolição do Convento da Ajuda pode ser considerado um dos momentos daquele combate. Lima declara na crônica “O convento” que havia percebido o “contentamento nos arraiais dos estetas urbanos” pela venda “a alguns ingleses e americanos” do Convento da Ajuda, “aquele ali da Avenida”, noticiada nos jornais “com pompa de fotogravuras e alarde de sabenças históricas”.⁷²

⁷⁰ BARRETO, Lima. Em Petrópolis. Egresso de Petrópolis. In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.). op.cit. Vol.2, p. 466, p. 472-473.

⁷¹ BARRETO, Lima. Egresso de Petrópolis. In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.). op.cit. Vol.2, p. 472.

⁷² Id. O convento. In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.). op.cit. Vol.1, p. 98.

[...] Vai-se o mostrengo, diziam eles: e ali, naquele canto, tão cheio de prédios bonitos, vão erguer um grande edifício, moderno, para hotel, com dez andares.

Eu sorri de tão santa crença, porque, se o Convento da Ajuda não é tão bonito como o Teatro Municipal, tanto um como outro não são belos. A beleza não se realizou em nenhum dos tais edifícios daquele funil elegante; e se deixo o Teatro Municipal, e olho o Club Militar, a monstruosa Biblioteca, a Escola de Belas-Artes, penso de mim para mim que eles são bonitos de fato, mas um bonito de nosso tempo, como o convento o foi dos meados do nosso século XVIII.

[...]

O bonito envelhece, e bem depressa; e eu creio que, daqui a cem anos, os estetas urbanos reclamarão a demolição do Teatro Municipal como o mesmo afã com que os meus contemporâneos reclamaram a do convento.⁷³

Lima, com essa negação da beleza dos prédios modernos da parte mais ao sul da Avenida Central, procura demonstrar a historicidade dos padrões arquitetônicos que contrariava a visão positivista dos reformadores da cidade que viam, no conjunto construído naquele trecho da Avenida, o sinal da chegada do Brasil ao estágio mais avançado da civilização humana. A partir dessa argumentação, ele esclarece que não tem grande admiração pelo convento “nem pelo estilo, nem pela gente, nem pelos preceitos americanos dos Estados Unidos”.⁷⁴

Muito menos, Lima gostava do passado (“não é pelo passado em si, mas pelo veneno que ele deposita em forma de preconceitos, de regras [...] nos nossos sentimentos”). Entretanto, o autor considerava que não se podia compreender “uma cidade sem esses marcos de sua vida anterior, sem anais de pedra que contam a sua história” e, enquanto cidadão carioca, “não posso deixar de querer de pé os atestados de sua vida anterior, as suas igrejas feias e os seus conventos hediondos”.⁷⁵ Ou seja, aspectos da cidade que lhe apontasse os caminhos de sua constituição física e identitária, preservando sua memória.

O embate de Lima Barreto com aquela perspectiva dos reformadores da cidade se dava também pela nomeação das ruas da cidade. Vimos que com a reforma de Pereira Passos algumas avenidas receberam o nome de pessoas envolvidas com o processo de modernização como as avenidas Francisco Bicalho (este foi chefe da Comissão das obras do porto), Rodrigues Alves (presidente da república durante a reforma) e até a Central que, com a morte do ministro das relações exteriores o Barão do Rio Branco ocorrida em 1912, passou a se chamar avenida Rio Branco.

⁷³ Id., Ibid., loc.cit.

⁷⁴ Id., Ibid., p. 99.

⁷⁵ Id., Ibid., p. 100.

Essa impressão da marca do regime republicano se deu até em antigos espaços da cidade como o Largo da Paço que passou a ser denominado, ainda em 1889, Praça Quinze de Novembro em homenagem à proclamação da República.⁷⁶ A resposta de Lima Barreto a essa nomenclatura ocorreu na sua coletânea de contos *Histórias e Sonhos* (1920) na qual, antes de contar a história do moleque Zeca que queria assustar com sua fantasia de carnaval os meninos que o vaiaram, comenta sobre certos aspectos do subúrbio de Inhaúma onde ele morava.

Esse comentário tem início com o pensamento do geógrafo Reclus acerca da “necessidade de conservarmos os nomes tupis dos lugares da terra”, pois estes possuíam um sentido mais claro, exprimindo algum fato da natureza [...]”. Diante disso, Lima afirma que os nomes tupis, “nos acidentes naturais das cercanias” da cidade do Rio de Janeiro, “são documentos mais antigos que ela possui das vidas que aqui floresceram e morreram”⁷⁷, denunciando que:

Mesmo os nomes índios [...] vão se apagando, para dar lugar a nomes banais de figurões ainda mais banais [...]
 [...] Sapopemba é já um general qualquer, e tantos outros lugares do Rio de Janeiro vão perdendo insensivelmente os seus nomes tupis.
 Inhaúma é ainda dos poucos lugares da cidade que conserva o seu primitivo nome caboclo, zombando dos esforços dos nossos edis para apagá-lo.⁷⁸

Lima se mostra preocupado, portanto, com a preservação dos vestígios das diversas referências culturais da cidade do Rio de Janeiro. Preocupação que, possivelmente, aprofundou-se com o anúncio do desmonte do morro do Castelo pelo prefeito Carlos Sampaio (1920-1922) realizado com as seguintes palavras:

A célebre montanha, histórica porque ali se fundou a cidade do Rio de Janeiro, sagrada com a existência de um convento e duas igrejas e lendária ou mesmo encantada em virtude dos túneis subterrâneos, onde dizia-se existirem tesouros consideráveis e de pedras preciosas, desafiava, há mais de um século, os médicos que aconselhavam a sua demolição para melhorar as condições higienicas da cidade, punha a prova a vontade dos engenheiros que viam nessa obra gigantesca um trabalho técnico de importância a par de uma operação lucrativa, já pela área da base do morro, já pela extensão da superfície ganha ao mar.⁷⁹

⁷⁶ Antes da república, o Largo do Paço era a sede governo imperial. Ver GERSON, Brasil. op.cit., p. 27-28.

⁷⁷ BARRETO, Lima. Contos reunidos. Belo Horizonte: Crisálida, 2005, p. 96.

⁷⁸ Id., Ibid., p. 97.

⁷⁹ Apud PINHEIRO, Eloísa. op.cit., p. 163.

O desmante iniciado em 1920 estava inserido na prática de destruição de qualquer vestígio que trouxesse à tona a imagem de uma cidade “arcaica” tão recorrente nesse período, pois, para além da justificativa do prefeito que mostra o uso especulativo do espaço urbano, temos uma medida que visava transformar um ponto da cidade que representava a história da sua formação (o próprio Sampaio deixa isso explícito).

Essa ação acarretou a destruição de sítios históricos (Igreja de São Sebastião, dos Capuchinhos, o colégio dos jesuítas e o túmulo de Estácio de Sá) e do bairro da Misericórdia, localizado na base do Morro com seus casebres, e a expulsão de prostitutas, lavadeiras e vagabundos que moravam lá.⁸⁰ Diante de uma área tão próxima do centro moderno da cidade não era admissível para as elites um empecilho deste. A sua destruição era como o último golpe para a morte do monstro do passado.

E isso é tão significativo que na área onde existia o morro foi utilizada para abrigar a Exposição Universal que ocorreu como evento comemorativo da Independência do Brasil em 1922⁸¹. Com a construção dos pavilhões da Exposição nesse local, o Rio passaria a representar para as elites não só a capital brasileira da modernidade como também a capital do progresso universal. Vê-se, então, com essa destruição do mais antigo núcleo residencial da cidade, uma continuidade dos objetivos propagados pelo prefeito Pereira Passos, no início do século, uma vez que priorizavam “a higiene, a facilidade de circulação, a criação de um parque às margens da baía e as razões estéticas”.⁸²

Lima vai reagir energicamente com sua escrita a mais esta investida modernizadora. Na crônica “Megalomania”, publicada na revista *Careta* (28/08/1920), ele afirma:

Tudo delira e todos nós estamos atacados de megalomania. De quando em quando, dá-nos essa moléstia e nós nos esquecemos de obras vistas, de utilidade geral e social, para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões cenográficas.

Não há casas, entretanto queremos arrasar o morro do Castelo, tirando habitações de alguns milhares de pessoas.

[...]

Remodelar o Rio! Mas como? Arrasando os morros... Mas não será mais o Rio de Janeiro; será toda outra qualquer cidade que não ele.⁸³

⁸⁰ PINHEIRO, Eloísa. op.cit., p. 163.

⁸¹ Nos anos seguintes, essa área é urbanizada com largas avenidas e edifícios monumentais. Ver PINHEIRO, Eloísa. op.cit., p. 165.

⁸² Id., Ibid., p. 164.

⁸³ BARRETO, Lima. *Megalomania*. In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.). op.cit. Vol. 2, p. 207.

Novamente, o autor destaca a condição da moradia para os pobres da cidade, demonstrando a incoerência da administração municipal que geraria mais exclusão social. Além disso, expõe a modernização do Rio como algo que o descaracterizava. Uma opinião, defendida já nos seus primeiros escritos (ver rascunho do romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* discutido no fim do item 2.1), que o levou a discutir os modelos de civilização adotados no Brasil das primeiras décadas do século XX.

O diálogo presente no capítulo XII do romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* de 1909 é um dos momentos em que Barreto realiza esse tipo de discussão. Como aparece no texto do romance, em plena redação do jornal *O Globo* (referência ao grande jornal da época *Correio da Manhã* do advogado Edmundo Bittencourt), estabelece-se uma discussão entre os jornalistas a respeito da “lei dos sapatos obrigatórios”.⁸⁴ Floc, um dos jornalistas, defende-a: “[...] a cousa é necessária... Causa má impressão ver essa gente descalça... Isso só nos países atrasados! Eu nunca vi isso na Europa...”⁸⁵. Gregoróvich, outro jornalista, contra-argumenta de forma contundente:

- Ora, deixa-te disso, Floc! Observou Gregoróvich que entrava. No norte, é justo, o clima, o gelo, mas no sul, em Nápoles, na Grécia, vê-se muito...
- Isso não é Europa
- Engraçado! Com que liberdade modificas a geografia... E em Londres?
- Que tem Londres?
- Que tem! Não há cidade do mundo em que a multidão seja mais andrajosa, mais repugnante...
- Andam de casaco e sapatos! Gritou triunfantemente Floc.
- Que casaco! Que sapatos! Naturalmente que hão de procurar coberturas para o frio, mas onde vão buscá-las? Ao lixo é um disparate! Se queres uma multidão catita, arranja meios de serem todos remediados. Vocês querem fazer disto uma Paris em que se chegue sem gastar a importância da passagem ao mesmo tempo ganhando dinheiro, e esquecer de que o deserto cerca a cidade, não há lavoura, não há trabalho enfim...⁸⁶

Esse diálogo evidencia a percepção de Lima Barreto da apropriação das elites brasileiras (simbolizada pelo discurso de Floc) de fragmentos da realidade européia – uma verdadeira seleção realizada daquela realidade – a fim de utilizá-la como referencial para a construção da imagem de país moderno para o Brasil. Outro momento

⁸⁴ Pela descrição do motim contra o uso obrigatório dos sapatos, percebemos claramente que Lima Barreto faz uma alusão à Revolta da Vacina. Para maiores detalhes e esclarecimentos disso, ver Gruner, Clovis. De uma revolta a outra: memória, história e ressentimento em Lima Barreto. Revista Artcultura, Uberlândia. V. 8, N. 13, p. 85-95, jul.-Dez.. 2006

⁸⁵ BARRETO, Lima. Recordações do Escrivão Isaías Caminha. Erichim: EDELBRA, s/d, p. 181.

⁸⁶ Id., Idid., loc.cit.

no qual Barreto reflete sobre essas questões é no artigo “O nosso ianquismo”, publicado originalmente na *Revista Contemporânea* (22/03/1919) ⁸⁷.

Nesse artigo, ele tece comentários acerca da imitação da arquitetura norte-americana na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, analisa o artigo de Breno Ferraz do Amaral que apresenta “um estudo algo apaixonado, entre os Estados Unidos e o Brasil”. A partir disso, Lima Barreto explicita que, se seguirem com as construções no estilo norte-americano, a cidade do Rio de Janeiro perderá suas características, igualando-se a qualquer outra cidade e enfeando-se, pois aquele estilo de construção era apropriado à topografia da cidade de Nova York e não à do Rio.

Nas linhas seguintes, considera “o fundo do espírito americano” como sendo “a brutalidade, o monstruoso, o arquigigantesco” e inspirador de um sentimento de “esmagamento e de opressão”, apontando que a “fascinação do modelo estrangeiro [...] entra sempre em algum grau na formação de qualquer sociedade, mas, para ser útil e progressiva, não deve substituir inteiramente o modelo próprio e ancestral”. ⁸⁸

Lima Barreto, com essas considerações, demonstra sua capacidade de contextualização e como determinada forma de se apropriar de modelos de civilização pode acarretar a descaracterização da capital federal, apresentado uma postura que sugere diálogo entre idéias vindas do estrangeiro e nossas “raízes culturais”. Como o próprio autor afirma nesse artigo “O nosso ianquismo”, “[...] o mundo não é sempre o mesmo [...]; e os homens, portanto, não o podem ser e devem variar com ele”. ⁸⁹

Diante desse cenário de adoção de modelos estrangeiros de civilização e exclusão da maior parcela da população da cidade do Rio de Janeiro, Lima propõe alternativas expostas em seus textos através de uma releitura do cotidiano das camadas populares e de indicações sobre observação e uso do espaço urbano carioca, como veremos no capítulo a seguir.

⁸⁷ BARRETO, Lima. Um longo sonho de futuro: diários, cartas, entrevistas e discussões dispersas. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993, p. 378-382.

⁸⁸ Id., *Ibid.*, p. 379

⁸⁹ Id., *Ibid.*, loc.cit.

CAPÍTULO 4 – LIMA BARRETO E A OUTRA FACE DA MODERNIDADE BRASILEIRA

4.1 – Lima Barreto e a transformação de sentidos na Belle Èpoque carioca

Com a modernização da cidade do Rio de Janeiro, percebemos que havia o interesse de forjar uma nova imagem para o país. Esta não comportava uma população com indivíduos negros exercendo atividades consideradas “arcaicas”¹, nem elementos que, independente da cor da pele, deixassem transparecer, a quem chegasse ao centro da cidade, miséria, malandragem, contravenção e desordem. Desse modo, ao lado da desapropriação e destruição de casarões e cortiços que serviam de moradia para aquela população indesejável, o prefeito Pereira Passos tomou as seguintes medidas:

Comecei por impedir a venda pelas ruas de vísceras de reses, expostas em tabuleiros cercados pelo vôo contínuo de insetos, o que constituía espetáculo repugnante. Aboli igualmente a prática de se ordenharem vacas leiteiras na via pública, que iam cobrindo com seus dejetos, cenas estas que ninguém certamente achará dignas de uma cidade civilizada. Mandei, também, desde logo, proceder à apanha e extinção de milhares de cães que vagavam pela cidade, dando-lhe o aspecto repugnante de certas cidades do Oriente [...] Tenho procurado pôr termo à praga de vendedores ambulantes de bilhetes de loteria que, por toda parte, perseguiram a população, incomodando-a com infernal grita e dando à cidade o aspecto de uma tavolagem. Muito me preocupei com a extinção da mendicidade pública [...] punindo os falsos mendigos e eximindo os verdadeiros de exporem pelas ruas sua infelicidade [...].²

Essas medidas foram bem recebidas pela imprensa, que fazia questão de relembrar ao público o início de sua implementação, procurando enaltecer a administração municipal e fixar uma memória positiva de seu trabalho. Assim, em fevereiro de 1906, a revista *O Commentario* publica, na sua seção “Os serviços do Prefeito”, uma lista daquelas medidas e de outras relacionadas à inserção de hábitos elegantes em comemoração aos dois primeiros anos da gestão de Pereira Passos.³

¹ É importante salientar que por atividades “arcaicas” estamos nos referindo desde os meios de sobrevivência até manifestações culturais.

² Boletim da Intendência Municipal da Capital Federal, julho/setembro 1903, p. 32-33. Apud BENCHIMOL, Jaime. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucílio (orgs.). op.cit., p. 263.

³ Revista *O Commentario*. N. 10 3ª série. Fev. 1906, p 135-136. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Uma comemoração que, possivelmente, não foi realizada por aqueles sujeitos que tiveram suas atividades condenadas e viam suas condições de sobrevivência se tornando cada vez mais difíceis nem por Lima Barreto. Este, através de seu trabalho na imprensa, escreve crônicas que refletem acerca daquelas medidas, anunciando a sua injustiça e a “atmosfera” conflitiva que estabeleceu no cotidiano da cidade. Em “O muambeiro”, publicada originalmente na revista *Careta* (07/08/1915), ele narra uma conversa que teve com um popular na qual este expõe sua situação:

Este operário não sei de que ofício, ficara sem emprego, mas, como tinha um pequeno sítio lá para as bandas do Timbó e algumas economias, não se atrapalhou em começo. As economias foram-se, mas ficou-lhe o sítio, com suas laranjeiras, com as suas tangerineiras, as suas bananeiras [...].⁴

Dessa forma, procurou vender os frutos daquela plantação que possuía no seu sítio, optando pela forma ambulante, uma vez que valorizaria o seu produto. Seu faturamento ia aumentando, mas, antes mesmo de chegar ao centro da cidade, ainda no subúrbio de Todos os Santos, “saiu-lhe ao encontro a lei, na pessoa de um guarda municipal”:

“- Quedê a licença!
- Que licença?
- Já sei, intimou o guarda. Você é “muambeiro”. Vamos para a agência. Tomaram-lhe o cesto, o dinheiro e, a muito custo, deixaram-no com a roupa do corpo. [...].⁵

Outra crônica que representa uma situação cotidiana de interdição pela polícia da circulação de determinados elementos é “O caso do mendigo”, publicada na *Gazeta da Tarde* (26/05/1911). Nesta crônica, Lima Barreto expõe a indignação da imprensa e de pessoas que conhecia diante do que era, para a sociedade “catita” da “cidade civilizada”, um escândalo: um mendigo cego preso pela polícia com uma respeitável quantia em dinheiro.⁶ Lima Barreto se mostra contrário àquela indignação que condenava o mendigo, apresentando possíveis motivos que o levaram à situação acima mencionada e desafiando a ordem estabelecida com o seguinte questionamento:

Tem ele, em face dos costumes, direito ou não a esmola? Vejam bem que eu não falo em leis; falo dos costumes. Não há quem não diga: sim. Embora a esmola tenha inimigos, e dos mais conspícuos, [...] ela ainda continua a ser o único meio de manifestação da nossa bondade em face da miséria dos outros.

⁴ BARRETO, Lima. O muambeiro. In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.). op.cit. Vol. 1, p. 224.

⁵ Id., Ibid., p. 225.

⁶ Id., O caso do mendigo. In: op.cit., p.80.

Os séculos a consagraram: e, penso, dada a nossa defeituosa organização social, ela tem grandes justificativas. Mas não é bem disso que eu quero falar. A minha questão é que, em face dos costumes, o homem tinha direito de esmolar. Isto está fora de dúvida.⁷

Em 1919, com a publicação na *Careta* (20/09/1919) da crônica “A carroça dos cachorros”, Lima Barreto representa novamente, de uma forma mais sutil e irônica, o aumento da vigilância e do controle sobre a circulação no espaço público. Desta vez, “as vítimas” são os cachorros. “Diz Dona Maroca a Dona Eugênia:

- Vizinha! Lá vem a carrocinha! Prenda o Jupi!

E toda a “Avenida” se agita e os cachorrinhos vão presos escondidos [...]”.⁸

Ao expressar como era vivenciada aquela situação, o autor novamente põe em questão a relação que, naquelas primeiras décadas do século XX, no Rio de Janeiro, torna-se um conflito latente: os costumes versus a lei. “A lei, com a sua cavalaria e guardas municipais, está no seu direito em persegui-los; elas [as mulheres pobres], porém, estão no dever em acoitá-los”.⁹

Esse conflito também pode ser observado na primeira narrativa – “O muambeiro” – no qual é apresentada uma atividade social que já era desenvolvida, costumeiramente, antes do período aqui contemplado: a venda ambulante.¹⁰ Nessa crônica, Lima Barreto procura explicitar a permanência de uma atividade social que tem sua execução restringida a determinados espaços – subúrbios – por não corresponder a um novo imaginário social forjado no sentido de assegurar práticas adequadas para a convivência numa cidade dita civilizada.

E aquela atividade representada na crônica ao fazer-se presente, evoca uma temporalidade relacionada a uma cidade do passado com uma população miserável. A imagem que aparece “nesse espelho” não satisfaz as elites. O mesmo pode ser percebido na segunda crônica – “O caso do mendigo -, pois num “país que se sonha em sintonia com o cosmopolitismo europeu, o capitalismo liberal e a modernidade, não cabem – senão à margem ou como mal ser extirpado – trabalhadores, imigrantes, negros, mendigos e desempregados [...]”.¹¹

⁷ BARRETO, Lima. O caso do mendigo. In: op.cit., p.80

⁸ Id., A carroça dos cachorros. In: op.cit., p.20.

⁹ Id., Ibid. lo.cit.

¹⁰ PINHEIRO, Eloísa. op.cit., p. 101.

¹¹ Id., Ibid., p. 151.

Mas será que todo esse controle era tão implacável? Lima Barreto sugere que não, através da história de um sujeito que conseguiu trabalhar na fiscalização de uma atividade vista de forma negativa: o jogo de azar. O combate ao mesmo e aos vícios que sua prática poderia trazer já era uma preocupação do Governo Imperial e se tornou uma política do estado republicano, sendo aceitos somente os jogos que não atentassem contra a moralidade pública e tivesse a finalidade de promover a recreação da população.¹²

Dessa forma, Lima, na crônica “Um fiscal de jogo” (*Careta*, 10/09/1921), apresenta um personagem denominado Bustamante que procurava de qualquer forma conseguir uma posição vantajosa na sociedade carioca. “Ele viera ao Rio para estudar qualquer coisa, mas não se formara em nada”. Através das “relações de amizade” que estabeleceu e de seu oportunismo, conseguiu um emprego.

Surgiu a regulamentação do jogo, com impostos sobre as respectivas casas, fiscais e todo um aparelho da sociedade, para tornar sério o pano verde e dar dinheiro ao Estado severo e paternal.

“Bustamante logo ambicionou um lugar de fiscal, cargo rendoso; e, para obtê-lo, pôs em campo, todas as suas relações e toda a sua tenacidade.

Interessou fulano na sua pretensão, rogou a beltrano, falou a sicrano e conseguiu a coisa.

Depois de nomeado, foi há dias que o encontrei; e, após os cumprimentos, perguntei-lhe

- Como te tens dado com o lugar?

- Magnificamente! Ceio lautamente todas as noites, vejo lindas mulheres e bebo *champagne* a rodo. Tudo isto de graça. Não é bom?¹³

Essa situação sugere que um agente responsável pela fiscalização poderia ser corrompido, aceitando certas “regalias” para que possíveis irregularidades não fossem notadas, apontando a dificuldade do estado republicano em dar conta da abrangência do que era considerado irregular pelo Código Penal, criado por ele mesmo em 1890, para estabelecer um maior controle sobre a população carioca, principalmente a parcela pobre e negra. Além disso, Lima insinua, no início do trecho acima destacado, que o interesse pela maior vigilância da sociedade era acompanhado do outro: o de arrecadar dinheiro com impostos.

Como já vimos, a criação de impostos servia ao governo republicano como contrapartida ao empréstimo que contraiu para a modernização da capital federal. Lima

¹² MAGALHÃES, Felipe Santos. Ganhou leva... Do vale o impresso ao vale o escrito: uma história social do jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890-1960). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005 (tese de doutorado), p. 20.

¹³ BARRETO, Lima. Um fiscal de jogo. In: op.cit. Vol. 2, p.410.

também percebia que a ordem perseguida pelo estado republicano se valia de uma certa desordem. As eleições, que já contavam com um número reduzido de eleitores, apresentavam fraudes e até o uso de violência por bandos de criminosos que intimidavam votantes contrários aos seus candidatos.¹⁴

Lima, através da descrição da passagem do personagem Lucrécio Barba-de-Bode do ofício de carpinteiro para a “política”, faz uma alusão à manutenção do poder no estado republicano pelo uso de bandos de criminosos, apontando as contradições das ações daquele estado em estabelecer “ordem e progresso”.

[...] Um conhecido, certo dia, disse-lhe que ele era bem tolo em estar trabalhando que nem um mouro; que isso de ofício não dá nada; que se metesse na política. [...].

[Sendo assim, Lucrécio] Fez-se eleitor e alistou-se no bando do Totonho, que trabalhava para o Campelo. Deu em faltar na oficina, começou a usar armas, a habituar-se a rolos eleitorais, auxiliar a soltura de conhecidos, pedindo e levando cartas deste ou daquele político para as autoridades. [...].¹⁵

Mesmo diante dessas “limitações”, o estado republicano constituiu um aparato repressivo e tomou medidas, como a própria transformação do espaço urbano carioca, que limitavam a participação popular no cenário moderno e civilizado que a cidade do Rio de Janeiro deveria espelhar. Contudo, ainda existia a cultura dos segmentos populares que lhes possibilitava a construção de suas identidades e de espaços de participação nas decisões de determinados aspectos de seu cotidiano como, por exemplo, maneiras de se divertir, curar-se e até de enfrentamento das dificuldades diárias relacionadas à obtenção de melhores condições de sobrevivência.

Diante desse potencial, a cultura popular constituiu-se, nesse período, num território de disputas, pois é através das suas manifestações, da sua repressão pela polícia e da forma como era analisada pelos intelectuais da época que ela se insere nos embates que procuravam configurar uma imagem de país moderno para o Brasil via capital federal.

A partir do final do Império, mais precisamente na década de 1870, há uma substancial mudança nos parâmetros utilizados até então para a análise da cultura brasileira. Com a geração científicista de 1870, a nossa cultura passa a ser avaliada por

¹⁴ Não eram considerados eleitores os menores de 21 anos, as mulheres, os analfabetos, os praças, os religiosos e os estrangeiros. Ver CARVALHO, José Murilo de. op.cit., p. 85-87.

¹⁵ BARRETO, Lima. Numa e a Ninfa. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 59.

uma escala de valores padronizada.¹⁶ Nesse momento, passam a ser consumidos no Brasil, como vimos no capítulo 1, modelos evolucionistas e social-darwinistas com o objetivo de forjar uma imagem de uma sociedade científica e moderna para o país.

Em decorrência dessa apropriação, os costumes e tradições populares passam a ser encarados como objeto de estudo científico, determinando uma fragmentação do conceito de cultura que “aparece como resultado de duas visões de mundo, dois saberes em franca oposição: o erudito e o popular”. Por essa perspectiva, o erudito era considerado o universal, estando em sintonia com a modernidade, o progresso. Já o popular seria representado como o arcaico que se encontrava em vias de extinção e para o qual cabia apenas fazer o inventário.¹⁷

Nesse sentido, temos acesso a mais um “componente” de que se serviram as elites políticas, econômicas e culturais para, dentro das relações de força presentes no país, em especial na cidade do Rio, qual seja, “postular um lugar suscetível de ser circunscrito como a base de onde se podiam gerir” aquelas relações.¹⁸ Em outras palavras, mais um componente da estratégia que visava tornar o Brasil um país moderno e civilizado.¹⁹ Esse componente era o saber científico que, conjugado com a força policial,²⁰ norteou ações higienizadoras, repressivas e discriminatórias cujos alvos foram as camadas populares.

Com o início do regime republicano, o qual se pautava pela crença positivista de progresso pela ciência, a relação entre os “os homens de ciência” e o poder público vieram a se tornar mais estreita.²¹ Sendo assim, especialistas como médicos,

¹⁶ VELLOSO, Mônica. Pimenta. As tradições populares na Belle Époque carioca. Rio de Janeiro: Funarte, 1988, p. 7.

¹⁷ Id., *Ibid.*, p. 8.

¹⁸ Sobre a noção de estratégia, ver CERTEAU, Michel. *op.cit.*, p. 99-102.

¹⁹ O outro componente foi a configuração do espaço urbano carioca que já discutimos no capítulo anterior. Vale salientar que esses “componentes” estão relacionados, pois a transformação do espaço urbano era norteado também por questões higiênicas oriundas dos estudos da medicina social.

²⁰ Durante a Primeira República brasileira, o controle social se apoiava mais na violência física da força policial e muitas das medidas postuladas pelos médicos higienistas, por exemplo, concretizavam-se devido a esse apoio. Por outro lado, a repressão policial se pautava em estudos de criminologia, os quais eram norteados pelos postulados do naturalismo. Ver PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Revista Estudos Avançados*, Vol. 13. N. 35, 1999, p. 167-198. SCHWARTZ, Lilia Moritz. *Op.cit.*

²¹ Apesar do interesse do imperador D. Pedro II pelo conhecimento científico, os “homens de ciência” não dispunham, durante o Império, de maiores poderes decisórios sobre os rumos da sociedade. Os médicos, em especial, foram protagonistas de críticas ao governo imperial justamente por este lhes negar “a capacidade de intervir adequadamente sobre o organismo social”. Ver SCHWARTZ, Lilia Moritz. *Op.cit.*, p. 30-31. CUNHA, Maria Clementina. Os bacamartes da República: saberes e poderes no Brasil da virada do século. In: SILVA, Fernando Teixeira da et alli (org.). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Ed. UNIMED, 2003, p. 119-120.

engenheiros, pedagogos e outros profissionais ganharam mais espaço e poderes para intervirem na sociedade brasileira,²² tendo, como exemplos significativos, o prefeito Pereira Passos (engenheiro) e o sanitarista Oswaldo Cruz, responsáveis pelo embelezamento e saneamento da cidade do Rio de Janeiro.

Dentre os acontecimentos que atestam essa crescente aproximação entre o Estado republicano e o saber científico, merecem destaque: a separação do Hospício D. Pedro II da Santa Casa da Misericórdia em 1890, passando a ser chamado Hospício Nacional de Alienados e administrado exclusivamente por médicos; a proliferação de instituições médicas após a Proclamação da República como em São Paulo, com a criação da Inspetoria de Higiene (1891); a oferta de cargos de peso na polícia para indivíduos cheios de fé na ciência como a chefia da Polícia do Rio de Janeiro ocupada pelo republicano radical Sampaio Feuz em 1899 e outros destinados a melhoramentos urbanos ocupados por engenheiros oriundos de escolas de Engenharia brasileiras ou com passagem pela França.²³

Essa aliança entre a ciência e o poder público foi possível também devido à formação do novo universo urbano com valores, comportamentos e relações sociais que escapavam cada vez mais aos instrumentos e às estratégias de disciplinarização criadas e mantidas “pela sociedade senhorial e pelo poder público monárquico”.²⁴ Dessa forma, a ciência atendia aos interesses republicanos, funcionando como mais um mecanismo de controle social que produzia critérios para determinar condutas e idéias aceitáveis e esperadas pelo novo regime.

A imprensa, por sua vez, procurava divulgar o ideário científicizante, corroborando para a representação negativa dos modos de vida das camadas populares. A *Revista da Semana*, na edição de 14 de julho de 1907, através da seção “Propaganda de higiene infantil”, expõe um quadro “encimado pelos seguintes dizeres: “Os amuletos e crendices prejudiciais”. Abaixo dele, aparece “fotos e ilustrações de breves, figas e amuletos”, tendo como conclusão a sentença de que as “crendices desta ordem são indício de ignorância e “muitas dessas bugigangas são perigosas e todas inúteis”.²⁵

²² HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 21-29.

²³ CUNHA, Maria Clementina Pereira. op.cit., p. 125-130.

²⁴ VERANI, Ana. O triste fim de Policarpo Quaresma: literatura, loucura e sociedade no Brasil da Belle Époque. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003, p. 84.

²⁵ Revista da Semana, 14/07/1907, p. 4932 apud VELLOSO, Mônica Pimenta. op.cit., p. 17.

Além disso, para complementar seu caráter pedagógico, aquele quadro era fixado no hall de entrada das escolas, o que evidencia a crescente proliferação do pensamento médico voltado para o controle de diversas esferas do cotidiano e sua tentativa de moldar a população da cidade pelos critérios considerados regeneradores da ciência da época.²⁶

Para que possamos entender a perspectiva de Lima Barreto acerca dessa desqualificação das camadas populares e as alternativas que representa nos seus textos em relação àquela estratégia de civilizar a população carioca, devemos, antes, perceber o modo como alguns escritores se posicionaram frente à cultura dos populares.

Meses antes da proclamação da República, podemos perceber a condenação de Coelho Neto às práticas populares, através, inicialmente, do Jornal *O Meio*, criado a partir da iniciativa dos antigos companheiros de boemia Paula Ney e Pardal Mallet, que teve a sua circulação iniciada em 17 de agosto de 1889. Coelho Neto considerava que a mudança do regime representaria um “passo no aprimoramento e civilização da Nação”.²⁷

Para que isso se concretizasse, Coelho Neto procurava, com seus companheiros, combater os chamados hábitos e tradições “viciosos” que representavam os resquícios de um passado nacional considerado inculto, incivilizado, atrasado. Já na estréia do *O Meio*, após justificar que o programa do jornal era “não ter programa”, inicia ataques a costumes vistos como indesejáveis como a capoeira, o entrudo²⁸ e a Festa da Penha. Contudo, “outros tipos de hábitos igualmente populares como a bebedeira” foram considerados justificáveis “por consistirem em costumes vindos da “velha e boa gente antiga”, estando já presentes nos festejos da Antiguidade clássica [...]”.²⁹

Nota-se aí aquela busca de identificação com a cultura européia, incentivada pelos parnasianos e que, como vimos, objetivava evadir-se da realidade nacional. As

²⁶ Desde o século XIX, no Brasil, os médicos já prescreviam mudanças na educação escolar com o intuito de higienizar o espaço escolar bem como os alunos através de exercícios físicos. Ver GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 519-550.

²⁷ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário. In: SILVA, Fernando Teixeira da et al (org.). República, Liberalismo, Cidadania. Piracicaba: Ed. UNIMED, 2003, p.56-59.

²⁸ A prática da capoeira passaria a ser proibida pelo Código Penal de 1890, sendo que os infratores sofreriam penas que iam desde castigos corporais ao desterro. O entrudo passou a ser proibido a partir da administração do prefeito Pereira Passos. Ver Revista *O Commentario*, jan. 1905. N. 09. 2ª Série, p. 68. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

²⁹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. op.cit., p. 60.

manifestações populares consideradas indesejáveis apresentavam aspectos que desafiavam a imagem de uma população homogênea, urbana e ordeira pretendida pelos defensores da necessidade de modernização da nação. A capoeira, por exemplo, evidenciava a presença dos descendentes de africanos e de sua cultura, como também a Festa da Penha que, além da missa católica, comportava o batuque dos negros e “as místicas do candomblé”.³⁰

A Festa da Penha ainda atraía grande quantidade de famílias vindas da zona rural, que horrorizava os ditos “civilizados” ao passar pelas ruas da cidade em suas carroças. Ela era palco de freqüentes brigas e reunia, durante sua realização, famílias (símbolos da moralidade) e prostitutas e cáftens (a parte imoral da cidade). Já o entrudo apresentava também aspectos de desordem e representava resquícios da sociedade passada, pois era a forma mais adotada nos festejos carnavalescos no século XIX, sendo sua origem portuguesa.³¹

João do Rio, por sua vez, vai ter uma postura ambígua em relação à cultura popular. Ao mesmo tempo que procurava expressar em suas crônicas o outro lado da cidade, com suas crendices, festas populares e sua resistência cultural, ele tinha uma postura que identificava o popular com o atraso e a barbárie. Através da crônica “Os tatuadores”, originalmente publicada como uma reportagem para a revista *Kosmos* (novembro de 1904), João do Rio apresenta os vários tipos de tatuagem usados pelas camadas populares, sendo que, em alguns momentos, ele recolhe depoimentos dos próprios populares acerca da motivação daquele uso.³²

Contudo, ao dar seu parecer ao leitor sobre a prática da tatuagem, o autor utiliza como referência um criminalista italiano que postulava uma teoria de determinismo biológico e um dos fatores apontados pelo naturalista Taine que determinaria o estado moral e a atividade espiritual de um povo (ver capítulo 1).

Lombroso diz que a religião, a imitação, o ócio, a vontade, o espírito de corpo ou de seita, as paixões nobres, as paixões eróticas e o atavismo são a causas mantenedoras dessa usança. Há uma outra – a sugestão do ambiente. Hoje toda a classe baixa da cidade é tatuada – tatuam-se marinheiros, e em alguns corpos há o romance imageográfico de inversões dramáticas; tatuam-se soldados, vagabundos, criminosos, barregãs, mas também portugueses

³⁰ ARAÚJO, Rosa Maria Barboza. op. cit., p. 359.

³¹ Id., Ibid., p. 359-362 e 370-371.

³² RIO, João do. op.cit., p. 56-58.

chegados da aldeia com a pele sem mancha, que a influência do meio obriga a incrustar no braço coroas do país.³³

Sobre os cordões, a contrapartida do carnaval das elites,³⁴ João do Rio relata sua passagem pela rua do Ouvidor, representando-os como um misto de “luxúria e barulho”, nos quais as pessoas vociferavam “frases cabeludas”, “entre gargalhadas, risos, berros, uivos, guinchos”. A essa “atmosfera pesada como chumbo”, o autor percebia também “um cheiro estranho” que “aquecia ainda mais o baixo instinto da promiscuidade”.³⁵

Por essa descrição, as camadas populares que “brincavam o carnaval” nos cordões estavam bem próximas de seres primitivos sem a menor noção do que seria civilidade. Há de se notar também que o ambiente daquele carnaval era associado pelo autor à insalubridade e imoralidade. Um ambiente, portanto, nocivo aos ideais de higiene e elegância pretendidos pelos defensores da transformação do Rio de Janeiro num espelho da chegada ao país da civilização.

Mas não só o lado profano da cidade era objeto da escrita de João do Rio, a religiosidade dos populares também mereceu sua atenção. A crônica “Orações”, publicada na revista *Kosmos* (dezembro de 1905), apresenta uma série de rezas. Nesse universo, que ele qualifica como “baixo mundo de crença”, “as orações são antes de tudo um meio de remediar o mal”.³⁶ O autor encontra a explicação para isso na antiguidade clássica, embora o seu relato deixe claro que os pedidos feitos através das orações eram voltados para resolução de dificuldades surgidas no contexto das relações sociais dos populares. Sendo assim, ele afirma:

Há na *Ilíada* um trecho muito citado e rico de verdades. Homero fala das orações e diz “As orações são filhas do grande Zeus, filho de Cronos. [...]. A fatalidade é robusta e ágil. Vai muito adiante fazendo aos homens um mal que as orações remedeiam”. É destino do homem rezar, pedir o auxílio do desconhecido para o bem e para o mal, é sina deste pobre animal, mais carregado de trabalho que qualquer outro bicho da terra ou do mar, ter medo e desconfiar das próprias forças. [...].³⁷

Apesar de se desvencilhar da apresentação de motivos mais próximos da realidade das camadas populares para a prática da oração, João não deixa de perceber aspectos de

³³ RIO, João do. op.cit., p. 60.

³⁴ O carnaval das elites era comemorado em bailes de máscaras realizados em hotéis e teatros como também através de desfiles em carros luxuosos (o curso). Além disso, havia a batalha das flores, inspirado no carnaval da cidade francesa de Nice. Ver ARAÚJO, Rosa Maria Barboza. op. cit., p. 370-379.

³⁵ RIO, João do. op.cit., p. 124-125.

³⁶ Id., Ibid., p. 65-67.

³⁷ Id., Ibid., p. 70-71.

sua cultura que revelam momentos de resistência. Em “Presepes”, texto originalmente publicado na *Gazeta de Notícias* (01/01/1905), João do Rio narra suas visitas a diversos pastores na cidade do Rio de Janeiro.

Nessas visitas, chama-lhe a atenção um boneco presente no “presepe” (presépio) organizado na Praia Formosa, centro de um cordão carnavalesco de negros baianos denominado Rei de Ouros.³⁸ Surpreso, ele indaga a um negro presente no local e recebe a seguinte resposta:

- Mas por que [...] põem vocês junto do rei Baltasar aquele boneco de cacete? Aquele é o rei da capoeiragem. Está perto de rei Baltazar porque deve estar. Rei preto também viu a estrela. Deus não esqueceu a gente. Ora não sei se V.S. conhece que Baltasar é pai da raça preta. Os negros da Angola quando vieram para a Bahia trouxeram uma dança chamada cingu, em que se ensinava a brigar. Cingu com o tempo virou mandiga e São Bento.
 - Mas que tem tudo isso?..
 - Isso, gente, são nomes antigos da capoeiragem. [...]
 Rei da capoeiragem tem seu lugar junto de Baltasar. Capoeiragem tem sua religião.³⁹

Nessa crônica de João do Rio, a capoeira aparece como uma forma de enfrentamento e afirmação da cultura negra na cada vez mais excludente sociedade carioca de inícios do século XX. E, nota-se, que esse enfrentamento se dava de forma indireta através da astúcia e coragem daqueles que mantinham a cultura negra na *Belle Époque* carioca, pois, devido ao aumento da repressão e do controle social perpetrados pelo estado republicano, um embate direto seria desvantajoso para as camadas pobres.

Já o baiano Mello Moraes Filho (1844-1919) representava a cultura popular como algo integrado à sociedade, pois, na sua visão, as festas e as manifestações populares estavam relacionadas com a construção positiva da nacionalidade. Segundo esse autor,

É na intimidade [do] povo inculto, na convivência direta com essa gente que conserva os seus usos adequados, que melhor se pode estudar a nossa índole, o nosso caráter nacional, deturpado nos grandes centros por uma pretendida e extemporânea civilização que tudo nos leva, desde as noites sem lágrimas até os dias sem combate.⁴⁰

³⁸ Id., *Ibid.*, p. 112-113.

³⁹ Id., *Ibid.*, p. 114-115.

⁴⁰ MELLO MORAES, Alexandre José de. *Festas e Tradições populares no Brasil*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1999, p. 15

Esse trecho de *Festas e Tradições Populares no Brasil*, obra de maior expressão referente à cultura popular do autor, que só apareceu completa em 1901,⁴¹ indica que Mello Moraes Filho percebia o projeto das elites em civilizar o país de forma negativa. Ao longo dessa obra, podemos destacar também a valorização e a incorporação das tradições culturais negras, embora o autor não deixasse de reproduzir “certas máximas racistas”.⁴²

Esse pensamento de Mello Moraes Filho se contrapõe àquela perspectiva cientificista da virada do século XIX para o XX⁴³, uma vez que a miscigenação não era vista como benéfica para a nação. Quando era considerada uma saída, como no caso de Silvio Romero, isso se dava pela possibilidade de um futuro branqueamento da população (como foi tratado no capítulo 1 desse trabalho). Além disso, Mello Moraes dava destaque, em seus relatos, para sujeitos considerados pela ótica científica como “perigosos”, “vadios” e “ociosos”, como, por exemplo, os loucos e capoeiras que vagavam pelas ruas do Rio de Janeiro.⁴⁴

Outro aspecto que merece destaque na obra desse memorialista é a sua abordagem do povo com suas tradições na capital do país – boa parte das festas e manifestações populares e tipos de rua registrados na sua obra são do Rio de Janeiro - e não no interior, onde, segundo os estudiosos da época, como Silvio Romero, o povo se apresentava de modo mais puro e original.⁴⁵ Essa perspectiva deve ser considerada uma vez que se contrapõe à representação da cidade do Rio de Janeiro como cenário estritamente cosmopolita e sintonizado com os valores europeus de sociabilidade forjados pelas elites.⁴⁶

Vale salientar ainda que, apesar da integração da cultura popular como elemento importante na constituição da nossa nacionalidade, Mello Moraes deixa explícito que as

⁴¹ ABREU, Martha. O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 145 e p. 166.

⁴² No seu relato histórico sobre “A coroação de um rei africano”, em 1749 no Rio de Janeiro, considera a manifestação um espetáculo “bárbaro” e, no relacionado à “Festa dos mortos” de Alagoas, aponta a raça negra como “afetiva” por excelência e “fetichista”, pois vinda de “civilizações rudimentares”. MELLO MORAES, Alexandre José de. op. cit., p. 207-213 e 225-228.

⁴³ Também a identificação da nação às tradições católicas por esse autor contrariava os cânones científicos europeizantes daquele momento adotado por outros pensadores.

⁴⁴ Ver a quarta parte da sua obra intitulada “Tipos de rua”. MELLO MORAES, Alexandre José de. op.cit., p. 257-276.

⁴⁵ ABREU, Martha. op.cit., p. 148.

⁴⁶ Apesar dessa obra de Mello Moraes está se referindo em muitos momentos ao Rio do século XIX, não devemos perder de vista que a sua publicação completa só se deu em 1901 (a primeira versão é de 1888), permitindo, talvez, a possibilidade de compreendermos como o autor estava vivenciando algumas mudanças no cenário cultural carioca na virada do século XIX para o XX.

manifestações culturais não se davam de forma harmônica, apontando que existiam identidades culturais e hierarquias sociais específicas.⁴⁷ Por último, percebemos na abordagem de Mello Moraes a representação do popular como algo ingênuo e em via de extinção, sendo um exemplo pertinente disso o seu relato da festa da Glória no Rio de Janeiro.

À semelhança de um pássaro abrigado sob a rama que cobre à terra de profunda sombra, o povo refugiava-se nas suas inocentes credices e não se preocupava inutilmente com as sombras subterrâneas de uma falsa ciência, nem se engolfava no indiferentismo que asfixia.

A festa da Glória era um exemplo palpitante: foi um ser que existiu e de que hoje vemos apenas o fantasma que se esvaece, coroado de rosas pálidas e fanadas das visões de Macbeth.⁴⁸

Afrânio Peixoto parece ir mais longe quanto à extinção do que era considerado cultura popular. Em sua obra *A esfinge* (1910), seguindo os postulados da tese de branqueamento da população pela introdução do imigrante europeu, Peixoto defende (lembramos que ele era médico e fora discípulo de Nina Rodrigues) o próprio desaparecimento dos negros e mestiços.

Estes representavam a maioria dos componentes das camadas populares e dos mantenedores das manifestações culturais que ofereciam um aspecto negativo da realidade carioca em sua pretensão de estabelecer a imagem de cidade civilizada. Desse modo, Afrânio Peixoto através da arte do escultor Paulo, personagem principal do romance, expressa a sua vontade de ver realizado aquele desaparecimento. No seu atelier do Rio de Janeiro, Paulo usava como modelo para uma das suas esculturas um garoto de rua, descrevendo-o da seguinte maneira:

[...] descalço, de camisa aberta e desgoelada, um boné à banda, o cabelo castanho e corrido, arrumado e repartido em trunfa... como um vagabundo precoce. E nesse aspecto de desleixo nacional havia uma criança de belas linhas clássicas, de tipo caucásico característico, alvo de pele, garço de olhos, filho sem dúvida de estrangeiros imigrados e perdidos na maré suja de nossa mal misturada nacionalidade... representando uma raça e um povo longínquo, transplantado e afeito ao nosso meio, relaxado e dissoluto em nossa desordem [...]. Na elegância do talhe e do gesto, na inteligência ladina do olhar, via-se entretanto que desse tipo devia vencer e dominar na concorrência com os indígenas sem estímulo e com os mestiços degenerados de outras descendências.⁴⁹

⁴⁷ Ver, especialmente, os relatos sobre o casamento na roça, e as festas do “ano-bom”, “véspera de São João”, da “moagem” e “O entrudo”. MELLO MORAES, Alexandre José de. op.cit.

⁴⁸ Id., Ibid., p. 151.

⁴⁹ PEIXOTO, Afrânio. op.cit., p. 111-112.

Com aquele garoto, que tinha sido visto por Paulo no Cais do Pharoux, o escultor pretendia fazer “obra de realismo”, que representaria “um momento étnico capital” na história da formação da “nacionalidade brasileira”,⁵⁰ indicando que:

[...] Sobre o humo decomposto de degenerados e de escravos, do crime e da bastardia, buscando a riqueza e achando a resignação, outras gentes viriam implantar-se para anular e substituir estes brasileiros de hoje pelos brasileiros de amanhã [...].⁵¹

Lima Barreto tem uma perspectiva diferente. Ele não vê a cultura popular como algo em via de extinção, reconhecendo que, devido à ação modernizadora de Estado republicano, as suas manifestações foram, forçosamente, restringidas aos subúrbios. Em “Feiras e Mafuás”, crônica publicada na *Gazeta de Notícias* (28/07/1921), apesar das imprecisões e alguns erros de sua memória,⁵² Lima Barreto deixa explícito a permanência das festas populares e a grande aglomeração de pessoas que surgia nos locais que ainda aconteciam tais manifestações.⁵³ Mas ele não estava somente atento às suas permanências, sua atenção estava voltada também para as transformações que permitiam essa permanência.

No caso do carnaval, por exemplo, Lima Barreto percebe modificações na tentativa de manter vivas certas tradições. Para acompanharmos como Lima demonstra essa percepção, vamos observar as impressões do Doutor Maximiliano, personagem do conto “Cló”. Este era um velho professor de música que se encontrava, em plena segunda-feira de carnaval, bebendo numa confeitaria e pensando como conseguiria dinheiro para levar para sua família.⁵⁴

Esse dinheiro seria empregado para comprar “bisnagas, confetes, serpentinas”, pagar o aluguel do automóvel e adquirir o vestido que seriam utilizados pela sua família e, em especial pela sua filha Cló, a qual pretendia “se mostrar sábado próximo, na rua do Ouvidor [...]”. Durante essa estadia na confeitaria, o velho Maximiliano observava a folia carnavalesca com suas “longas cantilenas dos cordões, os risos e as músicas lascivas” que “enchiam a rua de sons e ruídos desencontrados [...]”.⁵⁵

⁵⁰ Id., *Ibid.*, p. 112.

⁵¹ Id., *Ibid.*, loc.cit.

⁵² ABREU, Martha. *op.cit.*, p. 333-334.

⁵³ BARRETO, Lima. *Feiras e Mafuás*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 22-28.

⁵⁴ Id. *Contos reunidos*. Belo Horizonte: Crisálida, 2005, p. 124.

⁵⁵ Id., *Ibid.*, p. 124-125.

E aquele ambiente festivo que fazia “estremecer a cidade nos três dias de sua festa clássica, naquele momento, diminuía-lha muito as grandes mágoas”.⁵⁶ Para Lima Barreto, aliás, “o carnaval é a expressão de nossa alegria [...]”. Ele “nos tira do espírito as graves preocupações da nossa árdua vida”.⁵⁷ Mas, continuando sua observação, Maximiliano olha para cada um “daqueles homens e mulheres cheios de vícios e aleijões morais”, refletindo “se a nossa vida total, geral, seria possível sem os vícios que a estimulam, embora a degradem também”.⁵⁸

Nesse ponto da narração, percebemos que Lima concorda com a visão de João do Rio, discutida em linhas anteriores, que rotulava o ambiente carnavalesco como promíscuo. Contudo, Lima difere daquele autor no que diz respeito à condenação da degradação moral, pois, como vimos, põe em dúvida a normalidade da vida dos habitantes da cidade sem práticas viciosas e imorais.

Nas crônicas “Sobre o carnaval” e “O pré-carnaval”, por exemplo, Lima deixa claro que o preocupante no carnaval era apenas o aspecto intelectual e artístico das músicas de “nossos bardos carnavalescos” que enfraqueciam a mentalidade nacional e “obliterava o gosto popular”, favorecendo a perda da sua “espontaneidade e simplicidade”.⁵⁹ E, como uma última observação dos cordões que passavam, Maximiliano nota a presença de “restos de danças guerreiras ou religiosas dos selvagens de onde provinham a maioria dos “homens e mulheres de todas as cores” que deles participavam.⁶⁰

Certamente, durante os séculos de escravidão, nas cidades, os seus antepassados só se podiam lembrar daquelas cerimônias de suas aringas ou tabas, pelo carnaval. A tradição passou aos filhos, aos netos, e estes estavam ali a observá-la com as inevitáveis deturpações.⁶¹

Os cordões era uma forma permitida (e muito fiscalizada pela polícia) de participação das camadas populares no carnaval carioca.⁶² Lima, ao representar a inserção de tradições culturais consideradas condenáveis nos cordões, sugere o aproveitamento pelos populares de uma “falha” na estratégia dominante das elites para

⁵⁶ Id., *Ibid.*, p. 124.

⁵⁷ Id. O morcego. In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.). *op.cit.* Vol. 1, p. 137.

⁵⁸ Id. *Contos reunidos*. Belo Horizonte: Crisálida, 2005, p. 125.

⁵⁹ BARRETO, Lima. In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.). *op.cit.* Vol. 2, p. 137 e p. 490.

⁶⁰ Id. *Contos reunidos*. Belo Horizonte: Crisálida, 2005, p. 130.

⁶¹ Id., *Ibid.*, *loc.cit.*

⁶² CUNHA, Maria Clementina Pereira. *op.cit.*, p. 134-135.

apresentar a sua cultura numa das festas mais importantes da cidade do Rio, a qual se tornava mais discriminatória com o processo de modernização.

Esse aproveitamento pode ser considerado, conforme o pensamento de Certeau, acerca das práticas cotidianas, uma “tática”, ou seja, uma ação que visa utilizar, vigilante, as falhas que, por ventura, possam surgir na estratégia daqueles que detêm mais poder dentro das relações de força de uma dada sociedade.⁶³ Percebe-se, portanto, que Lima Barreto, apesar de reproduzir máximas racistas, tal como Mello Moraes,⁶⁴ representava a cultura popular como algo vivo, dinâmico que procurava alternativas de sobrevivência diante dos obstáculos que a estratégia modernizadora das elites impunha por meio de sua criatividade.

Ainda dentro do campo visual de Maximiliano, Lima também procura representar a arbitrariedade das medidas e suas deficiências em estabelecer, por decreto, territórios culturais distintos na cidade. Dessa forma, ao retornar para a casa, o doutor Maximiliano nota:

Atravessou o pequeno jardim, ouvindo o piano. Era sua mulher quem tocava; [...]. Como ela tocava aquele tango! Que paixão punha naquela música inferior!

Lembrou-se então dos “cordões”, dos “ranchos”, das suas cantilenas ingênuas e bárbaras, daquele ritmo especial a elas que também perturbava sua mulher e abrasava sua filha. Por que caminho lhes tinha chegado ao sangue e à carne aquele gosto, aquele pendor por tais músicas?

Não sabia ao certo; mas viu em toda a sociedade complicados movimentos de trocas e influências – trocas de idéias e sentimentos, de influências e paixões, de gostos e inclinações.⁶⁵

Um outro aspecto que deve ser observado em Lima Barreto é a forma como se posiciona diante da abordagem da cultura popular. Apesar do conhecimento e de comungar com determinados valores trazidos pelo cientificismo, ele não se enquadra como estudioso do folclore ou um suposto porta-voz dessa cultura, com a missão de “revelá-la” à sociedade (Mello Moraes Filho na sua obra em nenhum momento também se declara folclorista, nem recebe esta distinção de Silvio Romero, que prefaciou seu livro⁶⁶).

⁶³ Sobre a noção de tática, ver CERTEAU. Michel. op. cit., p. 100-101.

⁶⁴ Pela descrição do conteúdo da biblioteca do personagem Major Quaresma, que tinha a pretensão de atingir a “alma nacional”, percebemos que Lima Barreto foi leitor de Mello Moraes. Ver BARRETO, Lima. Triste fim de Policarpo Quaresma. São Paulo: Scipione, 1994, p. 7.

⁶⁵ BARRETO, Lima. Contos reunidos. Belo Horizonte: Crisálida, 2005, p. 130-131.

⁶⁶ MELLO MORAES, Alexandre José de. op. cit., p. 11-13.

Pela sua condição de intelectual, Lima Barreto se sente, de certa forma, distanciado das camadas populares. Mas isso não o põe contra elas, na prática considerava que não se via no direito de exercer “o papel de crítico da cultura popular”, pelo contrário, afirmava que possuía uma simpatia literária pelos pobres (ver capítulo desse trabalho). Desse modo, não se percebe, em sua abordagem da cultura popular, argumentos que procurassem desqualificá-la como algo retrógrado, fadado à extinção e empecilho para a construção de uma nação civilizada.

A justificativa apresentada no texto introdutório a uma coletânea de relatos de tradições e lendas populares publicada na revista *Hoje*, em 1919, e intitulada “Mágoas e sonhos do povo”, dá uma certa dimensão da forma como Lima Barreto percebia o seu contato com a cultura popular:

[...], devido à ignorância, já confessada que tenho dessas coisas de folclore, eu não me animo a asseverar que a minha generalização possa ser de qualquer forma certa; e o intuito dessas linhas não é esse. O que elas visam, é explicar as razões por que fui levado a procurar, na conversa com homens e raparigas do povo, obter narrações, contos etc. de origem popular, sem mesmo indagar se eles foram publicados, e dar nesta revista o resultado das minhas conversações com gente de toda a parte.⁶⁷

Lima Barreto, mostrava-se interessado em deixar a responsabilidade da apresentação da cultura popular nas mãos dos próprios populares. Mas os relatos escolhidos por esse autor e a forma como os apresentam revelam uma pretensão de representar as potencialidades que aquela cultura tem em criar possíveis condições de superação das estratégias dominantes que visavam sua opressão e desarticulação.

Isso se torna nítido quando observamos o destaque que Lima Barreto fornece aos contos narrados por populares nos quais os protagonistas são, geralmente, animais. Um animal que se destaca dessas narrações é o macaco. Este aparece como “símbolo de malignidade, da esperteza, da pessoa “boa na língua”, em luta com a onça, cheia de força, mas traiçoeira e ingrata [...]”.⁶⁸

Em “Histórias de Macaco”, publicado na *Revista Hoje*, em 16 de abril de 1919, o macaco vence várias dificuldades no seu cotidiano e frustra, muitas vezes, a vingança da toda poderosa onça, sempre à espera de um momento oportuno para pegá-lo. Ao analisar como aquele animal aparece nas narrativas populares, Lima Barreto esclarece que o povo o representa nas suas histórias como astuto e cheio de manhas, dos quais se

⁶⁷ BARRETO, Lima. *Coisas do Reino de Jambom*. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 246.

⁶⁸ Id., *Ibid.*, p. 245.

utiliza não só para vencer dificuldades como evitar as lutas desvantajosas.⁶⁹ Isso nos remete àquela perspectiva de João do Rio referente à capoeira, na qual a cultura negra consegue sobreviver evitando o confronto direto.

Contudo, nem sempre ele (o macaco-povo) consegue se sobressair, pois o oponente (a onça-elite) possui muito poder, restando para seu consolo o refúgio nas suas tradições e na sua arte, buscando narrar suas vitórias “subterrâneas” cotidianas.

[...] Continuou o caminho que, bem cedo, era cortado por um largo rio, que ele não podia atravessar. Pela primeira vez, depois de tantas aventuras, vencidas com facilidade, encontrava um obstáculo que a sua manha e a sua astúcia não podiam vencer. Para consolar-se, resolveu cantar as suas proezas com acompanhamento de viola. Assim cantou:
- Macaco com seu rabo arranhou navalha; com a navalha, arranhou peixe; com peixe, arranhou farinha; com farinha, arranjou menina, com menina arranjou viola...⁷⁰

Nota-se, nesse trecho, a importância que Lima Barreto dá a um dos hábitos condenados pelo critério utilitário de relacionamento social das elites, simbolizado pelo instrumento viola ou violão:⁷¹ a serenata. Esta, por sua vez, estava relacionada a outro hábito condenável que era a boêmia, pois aquele instrumento era presença constante nas rodas de estudantes boêmios.⁷²

Michel de Certeau, em *A invenção do cotidiano*, faz uma referência muito clara acerca desse potencial da cultura popular, a qual procuramos observar na forma como Lima Barreto apresenta aqueles contos populares.

[...] Uma formalidade de práticas cotidianas vem à tona nessas histórias, que invertem frequentemente as relações de força e, como as histórias de milagres, garantem ao oprimido a vitória num espaço maravilhoso, utópico. Este espaço protege as armas do fraco contra a realidade de ordem estabelecida. Oculta-as também às categorias sociais que “fazem história”, pois a dominam. E onde a historiografia narra no passado as estratégias de poderes instituídos, essas histórias “maravilhosas” oferecem a seu público (ao bom entendedor, um cumprimento) um possível de táticas disponíveis no futuro.⁷³

Além disso, a forma como são apresentadas essas “histórias populares” é bastante pertinente, uma vez que as condições materiais de sobrevivência, no momento de suas

⁶⁹ Id., *Ibid.*, p. 252.

⁷⁰ Id., *Ibid.*, p. 254.

⁷¹ Nos romances *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e *Clara dos Anjos*, Lima Barreto também traz a discussão acerca da simbologia da viola na cultura brasileira naquele momento.

⁷² SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2003, p. 46.

⁷³ CERTEAU, Michel. *op. cit.*, p. 85.

publicações, tornavam-se cada vez mais precárias, exigindo das camadas subalternas mais artimanhas para garantir sua sobrevivência.

Para compreendermos isso, basta nos lembrarmos das dificuldades geradas pela política econômica do governo, ainda no século XIX, com a emissão contínua e câmbio baixo, aliados à falta de regulamentação legal dos salários. Também podemos assinalar a falta de moradia e o aumento dos aluguéis, agravados com a derrubada dos casarões e cortiços do centro da cidade com a Reforma do prefeito Pereira Passos, no início do século XX, acompanhada pelo crescimento populacional da cidade. Tem-se ainda, os aumentos da tarifa de bonde; o monopólio da carne vermelha e, a partir de 1917, a excessiva especulação que se desenvolveu durante a guerra com os gêneros de primeira necessidade.⁷⁴

Diante dessa situação precária e geradora de muitas incertezas, o apego à religiosidade e a aposta no jogo do bicho são apresentados por Lima Barreto como fontes de esperança para a população pauperizada, embora fossem também, em certa medida, recursos utilizados pelas outras camadas da população. Nesse sentido, Lima Barreto procura desconstruir o discurso dos apologistas do progresso no Brasil que consideravam as superstições como atraso e símbolo de maus hábitos. Ele lança, então, um questionamento à ciência com suas generalizações na explicação de nossas credices. Num outro relato de “Mágoas e Sonhos do povo”, intitulado “Superstições domésticas” (27/03/1919), Lima Barreto assinala:

Na Europa, em qualquer dela, as superstições abundam. Todos nós sabemos disso, mas a idéia que é feita entre nós que só os italianos o sejam e um pouco os espanhóis. Dá-se lá o que se dá entre nós, onde os sociólogos profundos atribuem as nossas, que, às vezes são bem européias, a depósitos na nossa consciência de credices africanas, quando não tupaicas. É própria da nossa fraqueza mental essa pressa em explicar com criações arbitrárias o que não podemos cabalmente elucidar de outra forma; daí essas simplistas generalizações de nossos falsos sábios, quanto às origens das nossas credices e abusões.⁷⁵

Nesse trecho, Lima se refere aos intelectuais (“sociólogos”) que pautavam suas análises da realidade brasileira pela apropriação do conhecimento científico produzido na Europa que, como vimos, eram norteados por modelos social-darwinistas e evolucionistas. Além disso, destaca que aqueles intelectuais se apropriavam de aspectos

⁷⁴ SEVCENKO, Nicolau. op.cit., p. 73-78.

⁷⁵ BARRETO, Lima. Coisas do Reino de Jambom. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 279

da Europa que poderiam confirmar suas afirmativas sobre a necessidade de abolir traços da sociedade brasileira que evidenciassem nosso atraso.

A busca de algo que venha a amenizar os sofrimentos e afastar o azar é vista por Lima como uma prática generalizada, apontando a sua presença na imprensa. Sendo assim, ele procura evidenciar os diferentes usos que se faziam das crenças, representando um possível antagonismo de valores entre os habitantes da zona sul e dos subúrbios. Para tal, utiliza-se de um anúncio de jornal no qual um suposto curandeiro, residente em Botafogo, vendia soluções para “os males físicos e morais”.⁷⁶

[...] A credulidade humana, porém, não tem fundo; e a insistência com que este e outros apregoam, com a mais luxuosa publicidade, os seus poderes e as suas virtudes excepcionais, mostra bem que a clientela não lhes falta, apesar das perseguições legais da polícia.

Na roça carioca, [...], os “benzedores” e “rezadeiras” não são desse quilate. Têm fé no seu mister e a sua sinceridade comunica essa fé aos outros.⁷⁷

Esse trecho de “Rezas e Orações”, texto pertencente também à série “Mágoas e sonhos do povo”, ratifica a percepção de Lima Barreto de práticas cotidianas que visavam traçar outras relações sociais contrárias ao padrão burguês de comportamento social então fortemente difundido e, muitas vezes, imposto através da coação policial e da aprovação de legislação específica.⁷⁸ Outra prática muito presente na tentativa de vencer as dificuldades do dia-a-dia, como assinalamos em linhas anteriores, é o jogo do bicho. Iniciado no Jardim Zoológico de Vila Isabel, em 3 de julho de 1892, este jogo, após a sua proibição em 1895, ganha as ruas, onde encontra terreno fértil com o crescimento da cidade do Rio de Janeiro.

A sua permanência, apesar da proibição, é justificada por Felipe Magalhães com diversos elementos: pela prática comum que havia na época de comprar e vender bilhetes, pelo papel legitimador da imprensa com vários periódicos criados em função do jogo do bicho, a circular nas duas primeiras décadas do século XX, e pela incapacidade do poder público da capital federal em definir uma estratégia efetiva para o combate dos “bicheiros” e esclarecer o motivo da permissão de algumas loterias e outras não. A grande popularidade desse jogo fazia com que circulassem pela cidade

⁷⁶ BARRETO, Lima. op.cit., p. 285.

⁷⁷ Id., Ibid., loc.cit.

⁷⁸ O Código Penal de 1890, criminalizava a prática do curandeirismo. Somente quem fosse habilitado, segundo a legislação da época, poderia prescrever algo que pudesse restabelecer a saúde de um enfermo.

muitos vendedores ambulantes, licenciados ou não, atestando a vitória do “vicioso” jogo diante do projeto civilizador das elites.⁷⁹

Lima Barreto, na primeira e, com maior ênfase, na última narrativa de “Mágoas e Sonhos do Povo”, aponta a esperança e a agitação nos “espíritos” que o jogo do bicho promovia. Isso deixava transparecer que, juntamente com as credices populares, este jogo representava a persistência de outros modos de se buscar a sobrevivência que se contrapunha à alternativa do emprego assalariado tão propagado pelos setores da sociedade interessados em inserir o país no sistema capitalista internacional de uma forma mais efetiva.⁸⁰

Ao acompanharmos o cotidiano do personagem Lucrécio Barba-de-Bode, o jogo do bicho, como uma das alternativas para manter as condições de sobrevivência, aparece mais nitidamente. Esse personagem, antes de retornar para a sua residência no bairro da Cidade Nova, passa numa “casa de book-maker” e verifica que havia ganho no bicho.

[...] Poderia levar alguma coisa para casa. De que servia? Tinha tanta dívida... O melhor era aproveitar a “sorte”, a “maré”. Jantaria primeiro e depois arriscaria o restante. [...]. Acabado o jantar, adquiriu um charuto barato, deu umas voltas e, dentro em pouco, arriscava as sobras no jogo. Houve alternativas de ganho e de perda. Por fim ganhou, e, à uma hora, estava em casa.⁸¹

Na sua casa, o interesse pelo jogo continuava. O seu filho, logo na manhã seguinte, já saía para buscar “*O Talismã*, famoso jornal de palpites do “bicho”, em que toda a casa tinha fé”.⁸²

O jornal do “bicho” é procurado e lido; é o mensageiro da abundância, é a esperança de salvar compromissos e poderosamente concorre para a realização de casamentos e batizados. A nossa triste humanidade sempre pôs grandes esperanças no Acaso...⁸³

⁷⁹ MAGALHÃES, Felipe Santos. op.cit., passim.

⁸⁰ Em *Clara dos Anjos*, com a descrição das atividades que Cassi Jones e seus companheiros desenvolviam para sobreviver, Lima Barreto também representa os limites do projeto supostamente totalizante de transformação do país em uma nação “civilizada” com um mercado de trabalho capitalista plenamente constituído. Cassi Jones sobrevivia, principalmente, da venda de galos de briga; Ataliba do Timbó, dos proventos do jogo de dados e do futebol; Zezé Mateus procurava capinar, vender peixe e verdura com cesto à cabeça, apanhar e vender passarinhos e era servente de pedreiro; Franco Sousa dava golpes nas pessoas “menos informadas” se fazendo de advogado e, por último, Arnaldo que realizava furtos nos trens. Ver BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Scipione, 1994, p. 14-17.

⁸¹ BARRETO, Lima. *Numa e a Ninfa*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 82.

⁸² Id., *Ibid.*, p. 87.

⁸³ Id., *Ibid.*, p. 88.

Lima, então, a partir dessas narrativas, muda o sentido da imagem de prática viciosa, contravenção e mau hábito degenerador da moral que o estado e as elites atribuíam ao jogo do bicho. Lima, como fez com a apresentação das credices, representa o jogo do bicho como um meio utilizado, principalmente, pelos populares para melhorar as suas condições de sobrevivência numa cidade marcada pela desigualdade social.

Talvez no que se refere à apropriação do esporte pelos populares – o futebol – Lima Barreto tenha agido como os autores que não consideravam a perspectiva daqueles sujeitos acerca do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. O futebol ou a prática esportiva de um modo geral era considerado como uma prática moderna, introdutor de hábitos “sadios e civilizados” no país.

Inicialmente indicador de distinção, pois era praticado por pessoas endinheiradas, em clubes elegantes, o futebol já, em 1919, aparecia como o esporte “com maior número de adeptos” no Rio de Janeiro, segundo a revista *Época Sportiva* de 10 de maio do mesmo ano. Essa popularização do futebol tornou-se naquele momento um território de disputas entre os literatos, os quais com suas interpretações específicas expressavam seus diferentes projetos sociais.⁸⁴

De um lado, tínhamos os seus defensores, capitaneados pelos escritores Coelho Neto e Afrânio Peixoto. O primeiro via na popularização do futebol uma maneira interessante de promover uma “regeneração da raça brasileira”, pois a prática do futebol, além de tornar o corpo sadio e disciplinado, ensinava a seus praticantes e espectadores o senso de coletividade tão necessário para a formação de uma sociedade harmônica.

Afrânio Peixoto também apresentava argumentos similares aos de Coelho Neto, vendo o futebol como uma escola de solidariedade e coletivismo. Leonardo Pereira afirma que essa imagem do futebol ganhava contornos mais nítidos com Afrânio Peixoto.

[...] se Coelho Neto via no jogo um meio de consolidação de uma raça brasileira, dando à sua defesa do futebol um caráter cívico, o doutor Peixoto chegava mesmo a pensar a sociedade como um organismo social, cujo bom

⁸⁴ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. O jogo dos sentidos: os literatos e a popularização do futebol no Rio de Janeiro. In: CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 196-198.

funcionamento dependia da disciplina com que cada um desempenharia suas funções. [...]⁸⁵

Do outro lado, tínhamos aqueles que consideravam um grande problema essa popularização do futebol. Neste campo, encontramos como principais contestadores Lima Barreto e Carlos Sussekind de Mendonça. Aquele, juntamente com o Dr. Mario de Lima Valverde, chegou a tomar a iniciativa de fundar em 1919 uma “Liga Contra o Foot-ball” e, das suas crônicas, o futebol surge representado como um jogo brutal e sem sentido, sendo responsável pela maior distinção e segregação social.⁸⁶

Seja através da narração de brigas relacionadas às disputas futebolísticas, passando pelos palavrões pronunciados durante as partidas até ao preconceito racial que esse jogo promovia, Lima Barreto desenhava uma imagem extremamente negativa desse esporte, que contrariava os ideais propagados pelos seus defensores.⁸⁷

Sobre o preconceito racial é digno de nota o anúncio dos jornais em 1921 segundo o qual o próprio presidente da República, Epitácio Pessoa, havia proibido a participação de jogadores negros no selecionado brasileiro que ia à Argentina disputar um campeonato.⁸⁸ Dentre os dois artigos que Barreto escreveu acerca desse anúncio, podemos destacar o seguinte trecho:

A providência, conquanto perspicazmente eugênica e científica, traz no seu bojo ofensa a uma fração muito importante, quase a metade, da população do Brasil; deve naturalmente causar desgosto, mágoa e revolta; mas o que há de fazer? O papel do football, repito, é causar dissensões no seio da nossa vida social. É a sua alta função social. O que me admira, é que os impostos, de cujo produto se tiram as gordas subvenções com que são aquinhoadas as sociedades futebolísticas e seus tesoureiros infieis, não tragam a tisona, o estigma da origem, pois uma grande parte deles é paga pela gente de cor. [...]⁸⁹

O que percebemos de comum tanto entre os defensores quanto entre os críticos do futebol é a dificuldade em compreender a lógica própria dos grupos iletrados que o praticavam. Nesse sentido, aqueles literatos percebiam o futebol como instrumento de manipulação dos trabalhadores e os sentidos que atribuíam à prática desse esporte revelam uma maneira que encontraram de tentar moldar a sociedade segundo seus

⁸⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. op.cit., p. 203.

⁸⁶ Id., Ibid., p. 211.

⁸⁷ Ver as crônicas “O nosso esporte”, “Uma partida de football” e “Vantagens do football”. BARRETO, Lima. In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.). op.cit. Vol. 2.

⁸⁸ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. op.cit., p. 216.

⁸⁹ BARRETO, Lima. Bendito football. In: RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.). op.cit. Vol. 2, p. 433-434.

interesses. Parece que os literatos viam as camadas populares como uma criança que necessita de orientação para a decisão dos rumos que deveria tomar na sua vida.

Desse modo, ignoravam o desdobramento de clubes de futebol por trabalhadores em seus bairros e ruas em blocos de carnaval, tomando a feição de espaços de articulação e de definição de lazer. Nesses espaços se consolidava um campo de efetivação de suas próprias práticas e identidades sociais. Como exemplo, havia clubes formados em fábricas que acabavam sendo utilizados como um tipo de associação de classe, levando as próprias organizações sindicais “a fazer do jogo uma presença constante nas festividades operárias, como forma de atrair público”.⁹⁰

Victor de Melo aponta que as camadas populares procuravam também participar do esporte através das apostas, contrariando a imagem de saúde que se construía ao redor do esporte. Como vimos, a prática da aposta era comum na época e uma forma também de sobrevivência. A partir do pensamento de Alan Metcalfe, Melo deixa isso bem explícito.

Eu creio que a predominância de prêmios em dinheiros e jogo/apostas refletem alguns atributos fundamentais da cultura da classe trabalhadora. O esporte não era um veículo para a demonstração de qualidades sociais: era para ganhar. Em alguns aspectos, o esporte era a continuação do esforço para sobreviver, mas era um esforço que poderia proporcionar uma vitória momentânea.⁹¹

Outra forma de participação no esporte é apontada por Sevcenko, quando discute o papel da torcida:

A palavra torcida por si só é interessante [...]. Torcer por um atleta ou uma equipe significa, em sentido geral, atuar por meio sobretudo da agitação e ruído, de modo a comunicar a sua excitação aos atletas, estimulando-lhes com isso o desempenho. Mas a palavra é mais esclarecedora ainda. Ela implica torcer-se, contorcer-se, remoer-se, contrair-se e, no momento climático, expandir-se num êxtase catártico. Ou seja, o “torcedor não é um espectador passivo”. [...].⁹²

Melo acrescenta ainda que os torcedores tinham uma influência ainda maior. Como exemplo, esse autor indica a mudança dos percursos dos bondes para atendê-los, a influência na forma como os jornais mediavam às informações acerca dos jogos e até as denúncias das irregularidades dos jogos e as confusões decorrentes dessa constatação

⁹⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. op.cit., p. 220-221.

⁹¹ METCALFE, Alan Apud MELO, Victor. As camadas populares e o remo no Rio de Janeiro da transição dos séculos XIX/XX. Revista Movimento. Ano 6. N. 12, 2000, p. 68-69.

⁹² SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). op.cit., p. 570.

(tribofes) que iam até a agressão verbal e física e a destruição das instalações esportivas.⁹³

Mesmo assim, Lima consegue apresentar uma diferença em relação aos seus companheiros escritores. Ao descrever os modos encontrados de sobrevivência de um dos parceiros do malandro Cassi Jones, personagem do romance *Clara dos Anjos*, o suburbano Ataliba Timbó, Lima representa uma tática possível de ser realizada pelos populares que se constituía no uso do esporte, representativo de modernidade e disciplinarização, para outros fins: a obtenção de vantagens financeiras através da trapaça.

Tirava proventos do jogo de dados ou campista, e também do futebol, e que era considerado bom jogador – “plêiel”, como dizem lá. De vários clubes, havia sido expulso ou se havia demitido voluntariamente, porque os companheiros suspeitavam-no ser peitado pelos adversários, para facilitar estes fazer pontos. [...].⁹⁴

Essas observações de Lima acerca da manifestação da cultura dos populares no Rio de Janeiro de inícios do século XX acabam por representá-la como portadora de um caráter transformador. O autor propõe, em seus textos, a ressignificação de determinadas práticas cotidianas que deixam transparecer sua crítica às tentativas de padronização cultural e controle social das elites sobre as camadas subalternizadas, bem como sugestões de táticas voltadas para a criação de alternativas ao processo modernizador excludente que impregnava a cidade do Rio de Janeiro durante as primeiras décadas do século XX.

4.2 – A apropriação da cidade: as “caminhadas” de Lima Barreto

Uma outra forma de percebermos como Lima Barreto cria aquelas alternativas é acompanharmos a trajetória que ele elabora para seus personagens pelo espaço urbano carioca. Segundo Certeau,

[...] Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar – uma experiência, é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis e ínfimas (deslocamentos e caminhadas), compensada pelas relações e os cruzamentos desses êxodos que

⁹³ MELO, Victor. op.cit., p. 68.

⁹⁴ BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Scipione, 1994, p. 16.

se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a cidade. [...].⁹⁵

Tanto na sua biografia⁹⁶ quanto naquela “produzida” acerca de seu personagem mais caracteristicamente “caminhante” – Gonzaga de Sá – temos o registro dessa habitual atividade de Lima Barreto pela cidade do Rio de Janeiro. No romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, cujo narrador e suposto biógrafo de Gonzaga de Sá é o personagem Augusto Machado, encontramos a seguinte constatação:

O que me maravilhava em Gonzaga de Sá era o abuso que fazia da faculdade de locomoção. Encontrava-o em toda parte, e nas horas mais adiantadas. Uma vez, eu ia de trem, vi-o pelas tristes ruas que marginam o início da central; outra vez, era um domingo, encontrou-o na Praia das Flechas, em Niterói. Nas ruas da cidade, já não me causava surpresa vê-lo. Era em todas, pela manhã e pela tarde. [...].⁹⁷

E é justamente a partir dessa relação entre personagem e espaço, segundo Lins, que podemos localizar em Lima Barreto o conflito tradicionalmente estabelecido entre os personagens, sendo que o espaço aí considerado é o social, ou seja, “os costumes e sua evolução, os valores em curso, a situação dos indivíduos e das classes, a atitude mental das coletividades [...]”,⁹⁸ que se manifestava, principalmente, em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, desde as considerações sobre a arquitetura dos subúrbios até na observação de determinados sujeitos que cruzavam as ruas.

Além dessa relação apontada por Lins, podemos analisar nas “caminhadas” de Lima Barreto a sua tentativa de apropriar-se do espaço percorrido. Ao retomarmos o pensamento de Certeau acerca do ato de “caminhar” pela cidade, notamos que esse considera que,

[...] se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, por um local por onde é permitido circular) e proibições (por exemplo, por um muro que impede prosseguir), o caminhante atualiza algumas delas. Deste modo, ele tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais [...]. Seleciona portanto [...] Cria assim algo descontínuo, seja efetuando triagens nos significantes da “língua” espacial, seja deslocando-os pelo uso que faz deles [...].⁹⁹

⁹⁵ CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 183.

⁹⁶ BARBOSA, Francisco de Assis. op.cit.

⁹⁷ BARRETO, Lima. op.cit., p. 63.

⁹⁸ LINS, Osman. Lima Barreto e o espaço romanesco. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 122.

⁹⁹ CERTEAU, Michel. op. cit., p. 178.

Contudo, para observarmos se isso acontece de fato na narrativa barretiana, precisamos estabelecer um itinerário. Este será as idas e vindas dos personagens desse autor pelos subúrbios e pelo centro da cidade do Rio de Janeiro do início do século XX.

Isso se justifica pela própria configuração espacial que a cidade toma com a reforma de Passos, tornando o seu centro um local reservado para atividades administrativas, comerciais e financeiras (local de trabalho); os seus subúrbios e morros perto do centro, o espaço reservado para residência dos trabalhadores que iam cotidianamente ao centro para executar suas atividades profissionais (o próprio Lima cumpria esse itinerário diariamente), assim como também para as figuras “indesejáveis”; e as zonas sul e norte (esta em parte) ficando à disposição da classe abastada.¹⁰⁰

A fim de evitarmos mais “atrasos”, vamos iniciar essa “caminhada”. Ela tem início com o senhor Gonzaga de Sá convidando seu amigo Augusto Machado (ambos funcionários públicos como Lima o foi por mais de uma década) a ir ao subúrbio do Engenho da Penha. Ao desconhecimento de Augusto Machado dessa localidade, Gonzaga de Sá responde em tom de repreensão: “Vocês só conhecem a Tijuca e o Botafogo. O Rio tem mais coisas belas... É ali. E apontou para o lado dos Órgãos. [...]”.¹⁰¹

Dessa forma, Gonzaga procura deslocar o olhar de seu amigo para outra área da cidade. Para que possamos compreender melhor a seleção espacial que Gonzaga de Sá procura realizar, vamos nos deter, inicialmente, em alguns aspectos daquela parte do Rio que esse personagem quer tirar do foco de seu amigo. A Tijuca, localizada na zona norte da cidade, ainda no século XIX, era uma área com muitas chácaras pertencentes a membros da aristocracia imperial e visitada por muitos estrangeiros, principalmente por suas partes altas, que serviam como mirantes para apreciação de algumas belezas naturais da cidade.¹⁰²

Essas visitas na Tijuca receberam, no início do século XX, o incentivo do prefeito Pereira Passos que reconstruiu a velha estrada que dava acesso ao mirante do Alto da Boa Vista (embora de saibro) e providenciou um quiosque de estilo chinês para o mirante da Vista Chinesa. A localidade da Tijuca, nesse início de século XX, também

¹⁰⁰ PINHEIRO, Eloísa. op.cit., p. 151.

¹⁰¹ BARRETO, Lima. op.cit., 58.

¹⁰² GERSON, Brasil. op.cit., p. 348-349.

manteve seu “quê de aristocrático”, possuindo “um importante clube recreativo e esportivo”: o Tijuca Law-Tenis Club, fundado em 1915.¹⁰³

Já Botafogo, na zona sul do Rio, foi uma das áreas de especulação imobiliária e atrativa das altas camadas da sociedade carioca, que, como vimos, beneficiou-se de linha de bondes e da construção da avenida Beira – Mar com seus belos jardins, praças e palacetes modernos nos quais se davam bailes elegantes.



Figura 5: Vista da Avenida Beira-Mar. Apud PINHEIRO, Eloísa. op.cit. p. 135.

Gonzaga, então, leva seu amigo para uma das áreas menos assistidas pelo poder público e com grande contingente de trabalhadores e pobres. Para chegar ao destino sugerido – eles já se encontravam numa antiga porta da cidade, nas proximidades do que tinha sido a Fazenda Real de Santa Cruz, o Pedregulho¹⁰⁴ –, pegam um trem de Petrópolis, através das janelas do qual Augusto Machado olhava a paisagem suburbana, atribuindo-lhe uma característica desoladora. Ao saltar, vão a um botequim tomar cerveja e Gonzaga o intima: “– Tens que andar um pouco a pé...”.¹⁰⁵ Augusto concorda e iniciam a marcha pelo subúrbio.

Esse percurso realizado pelos personagens barretianos apresenta alguns sinais da proposta desse autor ao caminhar pela cidade. Primeiramente, é emblemática a escolha de Gonzaga de Sá em dirigir-se a um botequim logo ao chegarem ao subúrbio. Segundo Chalhoub, o botequim era como um centro aglutinador e difusor de informações entre

¹⁰³ A Vista Chinesa tinha essa denominação pela presença de chineses trazidos para o Brasil no Segundo Reinado que aí acamparam (segunda leva da década de 1850). Id., Ibid., p. 349-355.

¹⁰⁴ BARRETO, Lima. Triste fim de Policarpo Guaresma. São Paulo: Scipione, 1994, p. 17.

¹⁰⁵ BARRETO, Lima. Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 59.

os populares¹⁰⁶ e é justamente nesse local que Gonzaga fornece uma “dica” preciosa para Augusto: “Tens que andar...”. Metaforicamente, a “tática” que Gonzaga utiliza para apreender a cidade.

Nessa caminhada pelo subúrbio, Gonzaga revela a sua visão da cidade do Rio de Janeiro e seu sentimento de pertencimento a ela: “[...] Eu sou Sá, sou o Rio de Janeiro, com seus tamoios, seus negros, seus mulatos, seus cafuzos e seus “galegos” também ...”.¹⁰⁷ Gonzaga de Sá vê, então, a capital federal como uma cidade multifacetada e esse primeiro percurso realizado pelos personagens sinaliza, indiretamente, o subúrbio como o local que concentra a “alma” desta cidade.

Além disso, se voltarmos para o início da caminhada, quando Gonzaga repreende Augusto Machado, notaremos que aquele personagem se dirige ao outro por “vocês”. Se associarmos isso com o nome Augusto Machado, poderemos perceber que talvez Lima estivesse propondo um redirecionamento do olhar dos escritores da Academia Brasileira de Letras em relação à cidade do Rio de Janeiro.

Vejamos: Augusto é sinônimo de venerando, elevado, grandioso e Machado pode ser uma alusão a Machado de Assis que, como discutimos no capítulo 1, era o escritor mais reconhecido, membro-fundador da ABL, e com uma escrita que apresentava certos traços discutíveis por Lima Barreto. Em contraposição, Lima cria um personagem, responsável por aquele redirecionamento, descendente dos primeiros governantes da cidade (“eu sou Sá, nobre, fidalgo, escudeiro, etc., pois descendo de Salvador de Sá, etc.”¹⁰⁸) e identificado com os diversos grupos étnicos que a formaram.

Um outro aspecto que pode ser observado nesse início de caminhada é a própria indicação de Gonzaga da necessidade de caminhar, pois, andando a pé e rejeitando os veículos modernos, poderia se ter uma outra perspectiva da cidade. Esta não seria distanciada, procuraria situar o caminhante no mesmo plano daquilo que vê, sem hierarquias. Ou seja, uma alternativa de locomoção na modernizada cidade do Rio de Janeiro, com sua segregação espacial, que permitia uma apreensão de outros aspectos do espaço urbano desprestigiados pelas elites. Mas, continuemos a caminhada.

¹⁰⁶ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 213.

¹⁰⁷ BARRETO, Lima. op.cit., p. 59.

¹⁰⁸ Id., Ibid., p. 57-58. Salvador de Sá foi governador da capitania carioca no quinhentismo.

Por esse tempo desembocávamos diante do mar [].¹⁰⁹
 Parecia mesmo um rio. Na frente, margem esquerda, o manicômio com suas vertustas mangueiras joaninas e seu campo liso e arenoso. Um ilhote que ficava no meio do canal tinha ainda em pé as paredes de um sobrado. Perguntei o que era aquilo a Gonzaga.¹¹⁰

Nesse momento, podemos considerar que se inicia um passeio que tem a função de conhecimento, ou melhor, de ensinamento, pois não há imposição de uma direção, sendo o objetivo de Lima Barreto dar a conhecer a seu público a história da cidade. Essa estratégia narrativa o aproxima de Joaquim de Macedo que, no início do século XIX, também realiza esse tipo de passeio, tendo, no entanto, adicionalmente, o objetivo de ensinar a seu público, que era constituído pela burguesia emergente, princípios que o orientasse com as atribulações da vida urbana.¹¹¹

Nesse sentido, Gonzaga responde:

- É o Cambenbe. Aquelas paredes foram de um sobrado em cujo andar térreo havia uma venda.
 - Ali? Para que?
 - Antes das estradas de ferro, as comunicações com o interior se faziam pelo fundo da baía, por Inhomirim, porto da Estrela, hoje tapera; e daí até ao cais dos Mineiros, em faluas que passam por aqui. Os tripulantes destas é que sustentavam a venda que existiu há cinqüenta anos naquele ilhéu sem uma árvore.¹¹²

Esse passeio segue nas páginas seguintes, quando Augusto critica aspectos da cidade do Rio de Janeiro relativos à sua distribuição espacial, considerando-a um empecilho para sua transformação numa “grande capital, movimentada densamente”.¹¹³

Diante dessa afirmação, Gonzaga explica:

- Pense que toda a cidade deve ter sua fisionomia própria. Isso de todos se parecerem é gosto dos Estados Unidos; e Deus me livre que tal peste venha a pegar-nos. O Rio, meu caro Machado, é lógico com ele mesmo, como a sua baía o é com ela mesma; e o Rio o é também porque está de acordo com o local em que se assentou. [...].¹¹⁴

A partir disso, Gonzaga continua sua exposição sobre a formação da cidade do Rio de Janeiro, na qual nos detemos em dois pontos que sintetizam, de certa forma, a complexidade da paisagem urbana e a maneira como devemos orientar nosso olhar para compreendê-la.

¹⁰⁹ Engenho da Penha fica à margem de um canal que separa a Ilha do Governador da terra firme.

¹¹⁰ BARRETO, Lima. op.cit., p. 66.

¹¹¹ PECHMAN, Robert Moses. Cenas primordiais. In: PECHMAN, Robert Moses. Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 189-190.

¹¹² BARRETO, Lima. op.cit. p. 61.

¹¹³ Id., Ibid., p. 64.

¹¹⁴ Id., Ibid., p. 65.

Vamos ao primeiro:

Vamos às casas e aos bairros. Um observador perspicaz não precisa ler, ao alto, entre os ornatos de estoque, para saber quando uma delas foi edificada. Esse casarão que contemplamos a custo na Rua da Alfândega ou General Câmara, é dos primeiros anos da nossa vida independente.¹¹⁵

O segundo:

O tráfico de escravos imprimiu ao Valongo e aos morros da Saúde alguma coisa de aringa africana; e a melancolia dos cais dos Mineiros é saudade das ricas faluas, jejas de mercadorias, que não lhe chegam mais de Inhomirim e da Estrela.¹¹⁶

Para apreendermos a riqueza desses ensinamentos de Gonzaga de Sá, utilizaremos as palavras de Ítalo Calvino. A cidade, para este autor, é feita

[...] de relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos de seu passado [...]
A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. [...] Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas [...].
[...] o seu segredo é o modo pelo qual o olhar percorre as figuras que se sucedem como uma partitura musical da qual não se pode modificar ou deslocar nenhuma nota.¹¹⁷

Desse cruzamento entre Calvino e Gonzaga, percebemos a proposta de Lima Barreto em “educar” os leitores para a observação das várias cidades existentes na cidade do Rio de Janeiro, contrapondo-se ao imaginário dominante que buscava imprimir nossa identidade, naquele momento, a partir da modernização do centro, o que, por sua vez, escancarava o objetivo das elites em minimizar a participação de outros segmentos da cidade da participação na sua constituição.

Daí o destaque que Lima deu ao Valongo e à Saúde, com sua população composta, em grande parte, de negros. O primeiro chegou a ser, no período colonial e parte do imperial, o mercado de compra e venda de escravos trazidos pelos navios negreiros. O segundo se constituiu num “reduto da capoeiragem” na cidade do Rio.¹¹⁸

¹¹⁵ BARRETO, Lima. op.cit., p. 67.

¹¹⁶ Id., Ibid., loc.cit.

¹¹⁷ CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 14-19.

¹¹⁸ GERSON, Brasil. op.cit., p. 145-150



Figura 6: A área que margeia o porto (à direita da linha escura do mapa) correspondente à Saúde e ao Valongo. Apud CARVALHO, José Murilo de. Op.cit. (adaptado).

As observações realizadas por Gonzaga de Sá também sugerem um modo diferente de caminhar. Com a velocidade de veículos como o automóvel e o bonde, os pedestres tinham que ter precaução, enquanto, por outro lado, aquela velocidade acabava por se incorporar ao seu subconsciente. “Como toda manifestação de adesão aos condicionamentos modernos virava um sinal de distinção daqueles que mais ostensivamente os exibiam”, o caminhar apressado, chamado na época “passo inglês” ou “andar à americana” passou a ser considerado um hábito inovador, elegante de transitar pelas ruas sozinho.¹¹⁹

Desse modo, essa forma de caminhar se caracterizava por uma “atitude de total despreendimento por tudo e por todos que estão ao seu redor”. Isso implicava numa possibilidade de concentração em assuntos particulares, “ganhando tempo pessoal, que é portanto entendido como mais importante que a realidade adjacente imediata [...]”.¹²⁰

Como pudemos observar, o passeio dos personagens Gonzaga de Sá e Augusto Machado vai na contramão desse modo “moderno” de caminhar, pois a sugestão de Lima é, justamente, observar com acuidade a realidade circundante – no caso, a cidade do Rio de Janeiro –, extraíndo dela os aspectos sinalizadores de suas diferenças temporais e culturais. Nesse sentido, Lima, ao percorrer as ruas com a curiosidade

¹¹⁹ SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). op.cit., p. 550-551.

¹²⁰ Id., Ibid., p. 551.

escrutinadora de um *flâneur*, apresenta mais uma alternativa à padronização cultural almejada pelos executores e defensores do processo de modernização da cidade.

Em outro momento, vemos os dois personagens se encontrando no Campo de Santana¹²¹, como haviam combinado, para que Gonzaga lhe mostrasse onde ficava um antigo teatro. Mais uma seleção é aí operada, uma vez que é escolhido para o encontro um dos mais antigos espaços públicos do centro da cidade ao invés de se “deliciarem” com as “maravilhas” das ruas e grandes avenidas modernas. Contudo, as “maravilhas” não os deixam em paz.

Em dado momento surgiu, na nossa frente, uma “menina bonita”, acompanhada da notável complacência das velhas mães das “meninas bonitas”. Aqueles visitantes do Campo de Santana nos surpreenderam; e a “menina bonita”, lentamente, passou diante de nós, catando olhares nos escassos freqüentadores daquele parque abandonado. Era ovelha tresmalhada; não pertencia ao grupo das que são vistas às vezes naquele jardim. Cheirava à Rua do Ouvidor e ao balcão (bar) de Botafogo. Contudo, nem mesmo ao olhar decrépito se Gonzaga de Sá e ao meu estonteante de plebeísmo, ela perdoou. [...].¹²²

Nesse trecho, podemos observar o quanto Lima Barreto estava percebendo o fracionamento da cidade e a sua segregação social. A surpresa com a presença daquelas mulheres que deixavam transparecer o local da cidade de onde eram originárias, pela forma como se portavam, expressa, de certo modo, as tensões da sociedade carioca quanto às restrições de circulação em determinados espaços da cidade.

Avançadas algumas páginas, encontramos, dessa vez sem a companhia de Gonzaga, Augusto Machado no centro da cidade, mais especificamente no cruzamento das ruas Gonçalves Dias e a do Ouvidor, no Café Papagaio (centro da cidade). Desse local, identificado como um dos locais de reunião da boêmia carioca, inclusive do grupo composto pelo próprio Lima Barreto,¹²³ Augusto Machado, talvez pondo em prática as recomendações de Gonzaga de Sá, passa a observar algumas caminhanças.

[...] vendo passar pela Rua Gonçalves Dias afora, de baixo para cima, de um lado para outro, grandes mulheres estrangeiras, cheias de jóias, [...] impelindo grandes cascos; vendo-as passar a pé, de carro, [...], centralizando os olhares

¹²¹ Segundo a nota explicativa n. 109 presente na obra *Clara dos Anjos* (1994) de autoria de Dulce Seabra, O Campo de Santana, localizado no centro do Rio de Janeiro, abrangia uma área que se estendia desde a atual Praça da República até a Praça Cristiano Ottoni onde se localiza a Estação Central da Estrada de Ferro Central do Brasil. Atualmente, o Campo de Santana está restrito ao parque ajardinado da Praça da República.

¹²² BARRETO, Lima. op.cit. p. 71.

¹²³ VELLOSO, Mônica. op.cit. p. 44.

do juiz, do deputado, do grave pai de família, das senhoras honestas e das meninas irrepreensíveis, eu me lembrei de uma frase de Gonzaga de Sá: a dama fácil é o eixo da vida. [...] [...] Elas seguem... É a Rua do Ouvidor. Então é a vertigem; todas as almas e corpos arrebatados e sacudidos pelo vórtice. [...].¹²⁴

Como o próprio Augusto Machado explicita, essas mulheres representavam, pela forma como se vestiam e andavam e até pelas suas características físicas, “modelos de civilidade” que todos deveriam observar e procurar seguir. Representavam verdadeiros objetos de consumo para aqueles que almejavam “tornar-se civilizados”, modernos.

[...]... E a civilização se faz por tantos modos diferentes, vários obscuros, que parecem ver naquelas francesas, húngaras [...] com espantosos chapéus, ao jeito de velas enfunadas ao vento, continuadoras de algum modo da missão dos conquistadores. [...].¹²⁵

Além disso, percebemos que, a depender do lugar em que elas se movimentam, esse potencial civilizador delas é ampliado, pois a Rua do Ouvidor era o local considerado, desde a segunda metade do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, como o de uma sociabilidade moderna, simbolizada pelas suas lojas de artigos de luxo, confeitarias e cafés, sendo, portanto, um local de passeio de políticos, literatos e moças elegantes, ou seja, um lugar para quem quisesse ser visto como uma pessoa “fina”, civilizada.

Isso só sinaliza ainda mais a forma como a cidade do Rio de Janeiro estava tornando-se cada vez mais fracionada e segregacionista naquele momento. A observação de Machado traz novamente aquela imagem, já apontada no capítulo 3, através do conto “Um e outro”, da nossa inserção no mundo civilizado de uma forma “prostituída”, pois, pelo trecho destacado, podemos perceber claramente que as elegantes mulheres estrangeiras eram prostitutas de luxo.

Depois daquela observação, Augusto Machado continua sua conversa entre amigos e, de repente, aparece Gonzaga de Sá para uma nova “jornada” em direção ao subúrbio para acompanhá-lo no enterro de um velho amigo. Do cruzamento das Ruas Gonçalves Dias e a do Ouvidor, eles se dirigem para o Largo do São Francisco para pegar um bonde. Quando passavam pela estação do Rocha, Augusto Machado começa a observar uma conversa entre dois passageiros sobre a tese das raças.

¹²⁴ BARRETO, Lima. op.cit., 103-104.

¹²⁵ Id., Ibid., p. 105.

[...] Dizia um com um grande anel simbólico no indicador:
 - Tem a capacidade mental, intelectual limitada; a ciência já mostrou isso.”
 Quando o transporte chegou ao Engenho Novo, o mais moço perguntou, olhando os fios de transmissão elétrica:
 - Porque será que os passarinhos tocam nos fios e não são fulminados?
 - É que de dia a comunicação está fechada.
 E se não fossem os graves pensamentos que me assoberbavam naquela hora, ter-me-ia rido daquele sábio de capacidade intelectual ilimitada.¹²⁶

O interessante nesse percurso é a forma como a ironia de Lima Barreto propicia uma crítica ácida aos fundamentos que alicerçavam a construção daquela pretendida “civilização brasileira”. Notemos que o passageiro que falava com autoridade sobre a teoria das raças (utilizada para justificar algumas medidas discriminatórias implementadas pelo estado republicano e aceita como verdadeira por boa parte das elites brasileiras), quando questionado pelo outro, que inicialmente só o escutava, acerca de algo “simplório”, dá uma resposta idiota.

Ou seja, aquele suposto doutor (lembramos do anel simbólico que usava) tem sua capacidade intelectual questionada e, através daquele diálogo, Lima Barreto acaba por questionar a própria legitimidade da tese das raças. Vale salientar também que é em direção aos subúrbios, onde estava concentrada a parcela da população enquadrada como inferior pela teoria das raças, que o nosso autor a “desautoriza”, com um exemplo do cotidiano citado acima, mostrando a sua fragilidade.

Isso sugere que, distanciando-se do centro para áreas com menos ou mesmo sem os seus “melhoramentos”, há a possibilidade do estranhamento em relação ao que a escrita da cidade expressa em sua arquitetura, formato das ruas, em seus símbolos de distinção, presentes no modo de vestir das pessoas que nela circulam, permitindo o seu questionamento. Há de se lembrar que Gonzaga de Sá vai buscar Augusto Machado num café em que era, costumeiramente, discutido por literatos vários acontecimentos do cotidiano, depois transformados em matéria para textos e, ao trazê-lo para o subúrbio, sugere um espaço da cidade que merece atenção na representação elaborada por esses artistas.

Ao chegar à estação de destino,¹²⁷ caminhando pelas ruas do subúrbio, o nosso narrador, tal como o de *Clara dos Anjos*, vai apresentando, através das atividades ali desenvolvidas, com o transporte em carros de bois, os tipos de habitação e a distribuição

¹²⁶ BARRETO, Lima. op.cit., p. 111.

¹²⁷ Pelo percurso traçado na narrativa, percebe-se que daquele bonde eles passaram para um trem até chegar àquele subúrbio que não é identificado no romance, mas sugere que sua localização é depois de Engenho Novo.

das ruas, a outra ordem que se procurou afastar do centro da cidade por meio da sua modernização. Aí também, Lima Barreto percebe os desejos de alguns suburbanos em participar da vida “civilizada” do centro da cidade e dos seus bairros *chics*. Na conversa de Augusto Machado, já na casa do falecido amigo de Gonzaga de Sá, com uma moça suburbana, isso fica explícito.

- [...] – É verdade que aqui é muito quente? A senhora deve saber, não mora aqui?
 - Há poucos anos, dois creio.
 - Gosta?
 - Alguma cousa; mas tenho saudades da cidade. Morei muitos anos lá. É outra cousa. Que movimento! Carros, jardins para passear...
 [] O senhor já foi ao bar?
 - Nunca!
 - Deve ser bonito!
 - Não gosto de Botafogo. É Buenos Aires, supercivilizado...
 - Eu gosto muito. Quem me dera ter uma casa lá.¹²⁸

A partir daí, os nossos caminhantes partem para o enterro, descendo na Central e seguindo pela Rua de São Cristóvão até o cemitério do Caju.

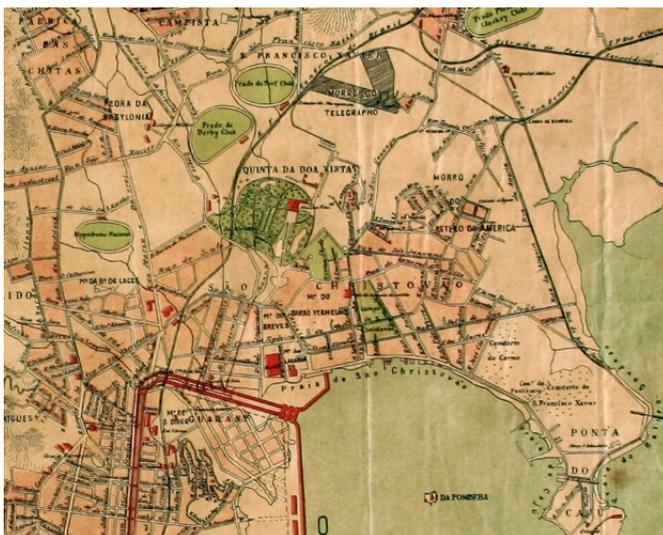


Figura 7: Bairro de São Cristóvão (zona norte). Fonte: Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro.

Essa rua era a principal do bairro de São Cristóvão. Um bairro que surgiu com a expansão da cidade ainda no século XIX e local no qual a família imperial construiu sua residência, a Quinta da Boa Vista, bem como parte da aristocracia da época. Com a República, esse bairro, que também era industrial, foi perdendo seu “ar” aristocrático, passando a sediar as primeiras feiras-livres (inauguradas em 1918).¹²⁹ Mais um bairro,

¹²⁸ BARRETO, Lima. op.cit., p.117.

¹²⁹ GERSON, Brasil. op.cit., p. 165-166.

portanto, que sofreu alteração na sua população em decorrência da reforma urbana, proporcionadora de uma maior atração das elites para zona sul.

Ao acompanhar o coche fúnebre por aquela rua principal de São Cristóvão, Gonzaga de Sá passa a observar o local, pousando seu olhar “no ponto em que uma mulher andrajosa dormia no relento, imóvel, enrodilhada, como uma trouxa esquecida”.¹³⁰ Em seguida, fixa seu olhar, insistentemente, no coche fúnebre que estava à sua frente, afirmando: “– Levamos a procurar as causas [...] da civilização para reverenciá-las como se fossem deuses... Engraçado! É como se a civilização tivesse sido boa e nos tivesse dado a felicidade!”.¹³¹

Lima parece que procura levar o leitor a refletir sobre os caminhos tomados pela adoção do objetivo de civilizar a cidade. Pelo passeio visual de Gonzaga naquele antes faustoso bairro de São Cristóvão, o autor sugere que o resultado daquela adoção era a miséria que punha em risco a própria vida da população da cidade (lembramos que está acompanhando um enterro).

Depois do enterro, resolvem tomar um bonde e, diante da tristeza que sentia pela morte do amigo, Gonzaga de Sá convida Augusto para continuar andando pelas ruas, dirigindo-se para o Passeio Público como se este fosse um refúgio para organizar as idéias:

Ele amava o velho jardim, onde nos sentamos pouco depois em um banco de pedra num lugar retirado, ouvindo ao longe o estrondo da banda de música domingueira. A calma do lugar foi-nos aos poucos penetrando. De mim tinha fugido o desassossêgo que sucedera ao torpor da manhã; e o meu companheiro tinha a fisionomia mais composta, o olhar quieto. [...].¹³²

Nesse ponto, percebemos Gonzaga de Sá fazendo um uso diferente de um lugar, tornando aquele velho jardim, destinado primordialmente a passeios e namoros, em um espaço de meditação para continuar a sua luta, ou melhor, a sua caminhada pela apropriação da cidade que tanto procuravam lhe retirar com ações modernizadoras e excludentes. Tanto é assim que, durante a sua estadia com Augusto Machado no Passeio, Gonzaga expõe sua opinião acerca da preocupação da literatura com os pobres.

[...] A nossa emotividade literária só se interessa pelos populares do sertão, unicamente porque são pitorescos e talvez não se possa verificar a verdade de

¹³⁰ BARRETO, Lima. op.cit., p. 127-128.

¹³¹ Id., Ibid., p. 128.

¹³² Id., Ibid., p. 131.

suas criações. No mais, é uma continuação do exame de português, uma retórica mais difícil a se desenvolver por este tema sempre o mesmo: Dona Dulce, moça de Botafogo em Petrópolis, que se casa com o doutor Frederico. O comendador seu pai não quer, porque o tal Frederico, apesar de doutor, não tem emprego. Dulce vai à superiora do colégio das irmãs. Esta escreve à mulher do ministro, antiga aluna do colégio, que arranja um emprego para o rapaz. Está acabada a história. [...]. Está aí o grande drama de amor em nossas letras, e o tema de seu ciclo literário. Quando tu verás, na tua terra um Dostoievski, uma George Eliot, um Tóstoi – gigantes destes, em que a força de visão, o iluminado da criação, não cedem o passo à simpatia pelos humildes, pelos humilhados, pela dor daquelas gentes donde às vezes não vieram [...]?¹³³

Lima, através de Gonzaga de Sá, expressa o distanciamento dos literatos em relação à representação das camadas populares e a feição elitista dos seus enredos, que destacavam personagens que viviam sob a atmosfera da zona sul e petropolitana. Daí sua preferência pelos autores acima citados, que ofereciam argumentos para a construção de sua, já discutida, literatura militante, mais próxima da realidade dos pobres.

Nesse sentido, a escolha do Passeio Público para essa reflexão é bem significativa para compreendermos ainda mais a leitura barretiana do texto urbano carioca. O Passeio está localizado entre as proximidades da parte mais ao sul da Avenida Central e o início da zona sul e foi a primeira grande obra de urbanização e saneamento do Rio de Janeiro, fruto do aterramento da insalubre Lagoa do Boqueirão em fins do século XVIII.¹³⁴



Figura 8: Passeio Público (ponto verde próximo da Av. Central e Praia da Lapa).
Fonte: Planta da cidade do Rio, 1907. Arquivo Geral da cidade do Rio.

¹³³ Id., *Ibid.*, p. 133-134.

¹³⁴ GERSON, Brasil. *op.cit.*, p. 228-231.



Figura 9: Passeio Público (próximo da parte mais ao sul da Av. Central).
 Fonte: Apud Apud Moraes, José Geraldo V. de. Op.cit. p.59.

Eram justamente as áreas da cidade do Rio de Janeiro mais representativas do processo de modernização, às quais muitos literatos dedicaram páginas sobre a sua beleza e civilidade, em detrimento das camadas populares sediadas nos morros, subúrbios e zona norte. Dessa forma, Lima insere seu personagem naquele “marco” da urbanização da cidade para discutir a segregação social que a forma de urbanização de sua época promovia e era representada como a melhor maneira de dotar a cidade do Rio de uma feição moderna por muitos escritores.

Essa discussão pode ter sido pensada por Lima Barreto a partir não somente da localização do Passeio Público e seu significado para a cidade, mas também pela sua observação da interior daquele jardim que possui bustos de escritores reconhecidos, como nos relata Bilac na sua crônica em homenagem ao fundador da *Gazeta de Notícias*, Ferreira de Araújo:

Despois de Gonçalves Dias, Ferreira de Araújo; depois Ferreira de Araújo, Castro Alves, depois de Castro Alves...
 Pouco a pouco, iremos povoando de bustos aquelas alamedas, onde os grandes mortos reviverão, entre aromas e rufos de asas. E o Passeio Público será o templo umbroso e perfumado dos nomes tutelares da nossa Inteligência.¹³⁵

Vemos a intenção de Bilac, nesse trecho, em ver um espaço público, na área central, com sinais que indiquem o interesse da sociedade carioca pela cultura letrada, o que corroborava com a construção de uma imagem de cidade civilizada que, como

¹³⁵ BILAC, Olavo. Crônica “Ferreira Araújo”, publicada originalmente na revista Kosmos de janeiro de 1905. In: BILAC, Olavo. op.cit., p. 191. Atualmente, ainda pode ser encontrado alguns bustos de nomes considerados ilustres de nossa cultura letrada no abandonado Passeio Público da cidade do Rio de Janeiro.

vimos, trazia conseqüências graves para a maior parcela da população da cidade. Esqueçamos Bilac e retornemos aos personagens barretianos na sua caminhada pela cidade.

Após deixarem o Passeio, eles se dirigem a um hotel, no qual jantam, e partem em seguida para a badalada Avenida Central, na qual é observada a forma como é vivenciada a experiência de deslocar-se num ambiente como aquele, representativo da chegada da “civilização nos trópicos”, por diversos segmentos sociais.

Deixando o hotel, ao chegarmos à Avenida Central, havia um movimento por ela acima. O público noturno de domingo, nas ruas tem uma certa nota própria. Há os mesmos flâneurs, artistas, escritores e boêmios; os mesmos camelots, mendigos e rôdeurs, que dão o encanto do pitoresco à via pública. No domingo, porém, como eles, vêm as moças dos arrebaldes distantes, com seus pálidos semblantes e os vestidos característicos.[...]. Além destes, há operários em passeio, com suas roupas amarfanhadas pela longa estadia nos baús. Há caixeiros com roupas eternamente novas e grandes pés violentamente calçados... Por entre essa gente, fomos indo até a balaustrada que dá para o mar, junto à qual nos encostamos, olhando em todo o comprimento a avenida iluminada e movimentada.¹³⁶

Gonzaga de Sá nota a satisfação dessas pessoas – muitas delas não têm, como o texto deixa claro, acesso mais direto à avenida durante a semana – em mover-se na avenida e questiona se valia a pena perturbá-las com as preocupações que eles nutriam, relacionadas com outros aspectos da cidade que vimos ao longo de suas andanças. Augusto acredita que sim, pois é “um caso de consciência”. A isto Gonzaga de Sá põe-se em dúvida. Diante dessa hesitação, eles se deslocam para um botequim, mais um refúgio para aquelas mentes inquietas perante a “cenografia moderna” que tanto agitava as fronteiras entre a realidade e a imaginação.

Deixemos estes personagens com suas hesitações e continuemos a caminhada através de Isaías Caminha. Este, como vimos em capítulos anteriores, era um rapaz interiorano, mulato que foi para o Rio de Janeiro com o objetivo de terminar seus estudos e tornar-se doutor. Ao chegar lá, passa por grandes dificuldades, muitas delas advindas da discriminação étnica que sofria constantemente no centro da cidade.

Desse modo, retornamos à Rua do Ouvidor com Isaías preocupado com a falta de recursos, procurando emprego: “[...] pus-me a ler o jornal, os anúncios de “precisa-se”.

¹³⁶ BARRETO, Lima. op cit., p. 137.

Dentre eles, um pareceu-me aceitável. Tratava-se de um rapaz, de conduta afiançada, para acompanhar em cesto de pão. Era nas laranjeiras [...]”.¹³⁷

Isaiás Caminha foi às Laranjeiras – um bairro considerado nobre, próximo de Botafogo, no qual residiu o poeta Bilac, o engenheiro Pereira Passos e estava instalado um dos colégios de maior fama do Rio do começo do século XX¹³⁸ – falar com o proprietário da padaria. Este o observou e, deparando-se com aquele mulato, respondeu que não servia. Depois dessa decepção, Caminha retorna ao hotel na Praça da República, onde almoçou, “sentindo a irritante observação do copeiro”.¹³⁹

Ele estava num lugar que não lhe era destinado, pois a capa de liberalismo que havia aí era cerceada pelo ideário racista. Aos poucos, o nosso caminhante começa perceber essa mistura que nos fazia “modernos” e procura caminhos que lhe trouxesse sossego e condições para vislumbrar uma saída para aquele sítio que considerava a sua vida naquele momento.

Sai do hotel, entra pela Rua do Rosário (uma das ruas cortadas pela avenida Central) e passa o dia a vaguar até que à tarde vai ao Passeio Público, o nosso conhecido refúgio. E, mesmo aí, ele tem outra decepção, pois “uma rapariga de cor”, ao observar a sua indiferença e a continuidade na sua leitura de um livro, fala “à queimadura”: – “Que tipo! Pensa mesmo que é doutor...”.¹⁴⁰

Diante disso, ele procura um desvio, selecionando ainda mais o espaço que deveria percorrer e acaba conhecendo a cidade. Após deixar o hotel,

Saía, mas evitava a Rua do Ouvidor [...] Dei em passear de bonde, saltando de um para outro, aventurando-me por travessas afastadas, para buscar o veículo em outros bairros. Da Tijuca ia ao Andaraí e daí à Vila Isabel [zona norte da cidade]; e assim, passando de um bairro para outro, procurando travessas despovoadas e sem calçamento, conheci a cidade – tal qual os bondes a fizeram alternativamente povoada e despovoadas, e toda ela, agitada, dividida, convulsionada pelas colinas e contrafortes da montanha em cujas vertentes crescera. [...].¹⁴¹

Essa tática elaborada por Lima Barreto para seu personagem deixa transparecer a dupla função dos meios de transporte que, ao mesmo tempo em que viabilizavam a expansão territorial da cidade e o deslocamento entre as áreas comerciais,

¹³⁷ BARRETO, Lima. Recordações do Escrivão Isaias Caminha. Erichim: EDELBRA, s/d, p. 80.

¹³⁸ GERSON, Brasil. op.cit., p. 270-271.

¹³⁹ BARRETO, Lima. op.cit., p. 81-84.

¹⁴⁰ BARRETO, Lima. op.cit. p. 85.

¹⁴¹ Id., Ibid., p. 86.

administrativas e as residenciais, contribuía para a segregação espacial. E justamente utilizando-se dessa estratégia dos “produtores da cidade”, Isaías Caminha encontra caminhos que amenizam o seu contato com o ambiente discriminatório do centro da cidade.

Um percurso contrário é realizado por Cassi Jones, que procurava fugir do subúrbio devido ao perigo iminente de uma vingança de algumas vítimas de sua sedução. Esse malandro vende seus galos de briga e resolve depositar o dinheiro na Caixa Econômica, na avenida Central.¹⁴² Sua chegada ao centro representa o sentimento de exclusão de um suburbano em sua própria cidade como também a total dissonância entre as camadas populares e as elites.

Além disso, essa “caminhada” de Cassi Jones sinaliza uma outra faceta da forma como era vivenciado o contato com um lugar transformado para ser um exemplo de civilidade, bem diferente daqueles que passeavam no domingo pela avenida central observada por Gonzaga de Sá. Vamos, então, ao trecho escrito por Lima Barreto:

Cassi Jones, sem mais percalços, se viu lançado em pleno Campo de Santana, no meio da multidão que jorrava das portas da central,... A sua sensação era que estava numa cidade estranha. No subúrbio, tinha os seus ódios e os seus amores; no subúrbio, tinha os seus companheiros e sua fama de violeiro percorria todo ele, e, em qualquer parte, era apontado; no subúrbio, enfim, ele tinha personalidade [...]; mas ali, sobretudo do Campo de Santana para baixo, o que era ele? Não era nada. Onde acabavam os trilhos da Central, acabava a sua fama e o seu valimento [...].¹⁴³

Para finalizar a “caminhada” vamos acompanhar Edgarda numa visita a uma família amiga no morro de Santa Tereza, proximidades da área central da cidade. Essa personagem era filha do governador de um estado brasileiro, casada com o ambicioso Numa (deputado federal), “nascida e criada no Rio, tendo vivido sempre nas rodas senatoriais e burguesas [...]”¹⁴⁴

¹⁴² BARRETO, Lima. Clara dos Anjos. São Paulo: Scipione, 1994, p. 87.

¹⁴³ BARRETO, Lima. op.cit., p. 88.

¹⁴⁴ Lima criou, nesse texto, nomes fictícios para os estados brasileiros como Sepotuba, sob o governo do pai de Edgarda, e Palmeiras para o qual havia sido eleito governador o doutor Macieira Galvão cuja família seria visitada por Edgarda em Santa Teresa. Ver BARRETO, Lima. Numa e a Ninfa. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 33-36.



Figura 10: Localização de Santa Tereza (lado esquerdo do centro)
 Fonte: Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro.

Edgarda, por meio de um bonde que, após atravessar os Arcos da Lapa, “penetrou pelo flanco da montanha de Santa Tereza”¹⁴⁵, permitindo uma melhor visão da cidade. À medida que o bonde subia, Edgarda expõe como via a cidade daquele ponto:

Não se separavam bem as pessoas e as cousas; o que se via era aquele ajuntamento, aquela aglomeração, que lá do alto parecia ser uma existência, uma vida, feita de muitas vidas e existências. Não era o palacete ou o cortiço, não era o patrão ou o criado, não era o teatro ou o cemitério, não era o capitalista ou o mendigo; era a cidade, a grande cidade, a soma de trabalho, de riqueza, de miséria, de dores, de crimes de quase quatro séculos contados.¹⁴⁶

Essa visão da cidade levou Edgarda a se questionar:

[...] para que fim, para que destino, se encaminhava o resultado de tanto trabalho e tanta inteligência empregados na criação, na edificação daquela imensa colméia humana. Pensava, mas não viu nenhum; não quis, porém, o seu espírito acreditar que tudo o que aquilo representava de inteligência, todo o amor acumulado ali, todo o sofrimento que porejava daquelas paredes e se evolava daqueles telhados, não se destinassem a um remate, a um destino superior qualquer.¹⁴⁷

Lima Barreto desafia a perspectiva evolucionista que impregnava as ações e discursos em prol da construção de uma cidade civilizada. E isso se torna mais agudo na sua narrativa, pois a descrença no alcance de propósitos elevados, que por ventura a

¹⁴⁵ Id., *Ibid.*, p. 95.

¹⁴⁶ BARRETO, Lima. *op.cit.*, p. 96.

¹⁴⁷ Id. *Ibid.* loc.cit.

modernização da cidade representaria, parte de uma personagem oriunda do seio das próprias elites, defensoras da necessidade da transformação do Rio de Janeiro conforme os parâmetros de nações “mais desenvolvidas”.

A cidade almejada por Lima Barreto era contrária à concepção burguesa de cidade marcada pelo fracionamento de seu espaço e por um presentismo avassalador que negligenciava as diferenças culturais e temporais, o qual poderia acarretar uma perda de referencial muito drástica e a constituição de um verdadeiro “cemitério de vivos”. O que podemos apreender de Lima, para além do rótulo de saudosista, com essas idas e vindas de seus personagens é a tentativa de destacar elementos da cidade do Rio de Janeiro que põem em questão o imaginário forjado pelas elites acerca da modernidade brasileira.

Maria Cristina Machado afirma que Lima Barreto, comparando-o às abordagens de autores como Marx, Baudelaire, Benjamim, Rosseau, Nietzsche sobre a modernidade, tem uma perspectiva antipastoral, pela qual a modernidade como tragédia “assume dimensões mais contundentes”, não permitindo sonhos ou utopias, apontando que a dependência do Brasil no mundo capitalista “produziu uma variante inacabada e frustrante da modernidade européia”.¹⁴⁸

Contudo, isso não impediu Lima Barreto de “ensaiar” táticas que vislumbrassem possibilidades de burlar as estratégias que ordenavam e fracionavam o espaço urbano carioca, trazendo à tona uma cidade multifacetada, com espaços, ainda que restritos e muitas vezes ameaçados, de construção de uma outra sociabilidade, pautada em valores comungados pela maioria da população. Talvez a recomendação que Ítalo Calvino indica no final de sua obra *Cidades Invisíveis* seja convergente com a proposta de Lima Barreto, quando este sugere a necessidade de caminhar pela cidade:

O inferno dos vivos não é algo que será, se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e fazer parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.¹⁴⁹

Pelo que pudemos observar, Lima escolheu a segunda alternativa. Desse modo, a cidade do Rio de Janeiro, para o autor, deveria apresentar sua diversidade cultural como bandeira a ser defendida e permitir um contato maior entre seus habitantes a fim de

¹⁴⁸ MACHADO, Maria Cristina Teixeira. op.cit., p. 208.

¹⁴⁹ CALVINO, Ítalo. op.cit., p. 150.

promover a compreensão e solidariedade entre eles. Ao que parece, esse foi o principal argumento apresentado por Lima Barreto na disputa pela constituição da imagem de país moderno para o Brasil nos princípios do século XX, a servir de reflexão para os dias atuais, em que nossas cidades estão se transformando em verdadeiros barris de pólvora prontos para explodir a qualquer momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho, certamente, não teve como pretensão oferecer um parecer definitivo sobre a relação entre a produção textual de Lima Barreto e a cidade em que viveu. Da mesma forma que Lima e os outros autores destacados nesse texto construíram suas versões acerca da modernização da cidade do Rio de Janeiro, nosso trabalho se configura como apenas uma versão do modo como um sujeito buscou representar o seu mundo social. Ou, numa perspectiva maior, uma aventura entre os entrelaçados caminhos da História e da Literatura.

Ao percorremos as linhas escritas por e sobre Lima Barreto, cruzando-as com as traçadas pelos outros autores de sua época e as referentes ao processo modernizador da cidade do Rio, imaginávamos, inicialmente, que estávamos diante de um escritor insatisfeito com sua condição de suburbano pobre e de literato que não obteve o reconhecimento almejado. Daí o seu fervoroso discurso de intelectual marginalizado recheado de críticas à ordem que estava a se estabelecer com a transformação do ambiente urbano em que vivia.

Nesse sentido, a sua obra, contemporânea da modernização do Rio de Janeiro, passou a ser vista como um objeto de estudo através do qual poderíamos analisar as disputas em torno da conformação de uma imagem de nação moderna para o Brasil, uma vez que aquela cidade, então capital federal, era o palco principal de toda uma transformação modernizante. Com o adensamento da pesquisa, entretanto, pudemos perceber que havia nos escritos barretianos mais do que críticas ferrenhas.

A leitura de suas correspondências e anotações pessoais, possibilitou uma visão mais ampla da produção textual do autor. O contato com seu universo privado, bem como o conhecimento das relações que estabeleceu ao longo de sua trajetória profissional foram decisivos para que passássemos a realizar articulações mais contundentes entre a escrita de seus textos e os seus anseios por mudanças na sociedade carioca.

Dentre esses anseios, havia, obviamente, a sua busca pelo reconhecimento do trabalho que produzia e por melhores condições de sobrevivência. Mas havia também uma preocupação com a situação dos mais pobres, e em especial dos negros e seus

descendentes, diante dos rumos que as elites pretendiam dar à cidade do Rio de Janeiro. Ao nos debruçarmos sobre seus escritos relacionados ao destino da literatura, vimos um Lima Barreto, assim como outros escritores, interessado em atuar na sociedade que, naquele início de século XX, não apresentava condições para uma participação mais efetiva dos intelectuais na indicação da forma como a república brasileira deveria organizar a nação.

Diante desse cenário, Lima optou por uma postura de crítica social enquanto muitos outros escritores, como João do Rio e Olavo Bilac, viram na adequação aos valores emergentes, e a conseqüente contribuição para a conformação de uma imagem de nação moderna para o país, baseada no padrão burguês e mundano, uma forma de inserção social. Lima, no entanto, soube se apropriar dos mesmos recursos utilizados por aqueles escritores para melhor divulgação de seus textos: a imprensa e a linguagem jornalística.

Desse modo, mesmo em periódicos de menor expressão, Lima Barreto pôde divulgar suas opiniões sobre o cotidiano da cidade. Já através das notas explicativas e introduções de algumas de suas obras, percebemos também um intenso e tenso diálogo de Lima Barreto com intelectuais coevos acerca da maneira de representar a realidade brasileira. Nesse diálogo, Lima defendia uma maior aproximação daquela realidade, demonstrando o preconceito existente nas abordagens de intelectuais brasileiros que se apropriavam das teorias racistas produzidas na Europa sob a “capa protetora” da ciência.

Para esse diálogo, ele também se apropriou de determinados pontos do conhecimento científico em voga e das estratégias narrativas de escritores estrangeiros. Com isso, criou personagens e circunstâncias em seus textos ficcionais que permitiam ao público leitor observar os aspectos da cidade do Rio de Janeiro ocultados ou vistos de forma negativa pelos literatos e poderes públicos, defensores da modernização.

Nesse embate, Lima atacou os símbolos daquela modernização e seu aspecto excludente, construindo imagens textuais que contestavam a representação do espaço urbano carioca como um cenário europeizado e civilizado. Essas contestações vinham acompanhadas de uma demonstração dos fragmentos da realidade européia e norte-americana que eram apropriados pelos entusiastas da modernização como modelos a ser seguidos e de sugestões acerca da assimilação das noções de civilização.

A partir daí, começamos a perceber que, para além de crítico, Lima Barreto propunha um modelo de cidade e de sociedade, não se mostrando contrário à modernização em si, mas à forma como esta estava sendo realizada, provocando, por exemplo, o aumento da exclusão social e o silenciamento da memória da cidade. A respeito disso, encontramos nos textos barretianos uma preocupação com a destruição dos vestígios do passado da cidade, como alguns prédios antigos, que, na sua opinião, deveriam ser preservados, e a discriminação – e até criminalização – de manifestações culturais oriundas das camadas populares.

A confrontação dos textos barretianos com os de outros escritores e as medidas tomadas pelo poder público para transformação do espaço urbano e disciplinarização de hábitos dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, fez com que percebêssemos a sua leitura do cotidiano carioca e do “texto” inscrito na materialidade da cidade. Essa leitura de Lima promove uma ressignificação de determinadas práticas cotidianas, apresentando um potencial transformador e resistente da cultura expressa pelos populares.

Ao lado disso, ao acompanharmos a trajetória de alguns personagens barretianos pelo espaço urbano carioca, pudemos notar que o autor buscou selecionar determinados lugares significativos para a formação da cidade, fazendo com que o leitor pudesse visualizar a diversidade temporal e cultural que as elites procuravam ocultar da paisagem urbana carioca. Ainda pelas “caminhadas” de Lima Barreto, nosso olhar se deparou com uma proposta de locomoção que procurava levar o usuário do espaço urbano ao encontro de momentos de superação da estratégia dos “produtores da cidade”, a qual objetivava hierarquizar a distribuição espacial da cidade do Rio.

Mais que um crítico, Lima pode ser visto como um sujeito que, diante das normas e constrangimentos impostos pelos segmentos sociais que detinham o controle do poder público e da manipulação dos recursos financeiros, procurava se utilizar da ferramenta que mais tinha familiaridade – a escrita – para esboçar possíveis táticas pelas quais o mais fraco poderia conseguir “uma vitória momentânea” num espaço social tão excludente como o Rio de inícios do século XX.

Outro aspecto da escrita de Lima Barreto que nos chamou atenção durante a elaboração de nosso trabalho foi a discussão acerca da produção historiográfica de sua época, destacada no primeiro capítulo. Neste, realizamos uma abordagem bem superficial daquela discussão, uma vez que o objetivo era apenas nos situarmos sobre a

posição de Lima Barreto no cenário cultural brasileiro do início do século XX, bem como compreendermos as suas críticas em relação à representação da realidade nacional, e em especial a carioca, realizada por determinados intelectuais.

Pensamos que esse aspecto pode ser desenvolvido num trabalho futuro, de maiores proporções, tendo em vista a possibilidade de revisão historiográfica que Lima Barreto possa ter desenvolvido em seus trabalhos literários. Uma possibilidade que poderia contribuir para acalorar ainda mais o debate acerca das fronteiras entre a História e a Literatura.

Por hora, vamos dar ponto final (ou seria melhor reticências?) nesse trabalho. Para tal, afirmamos que os argumentos desenvolvidos por Lima Barreto em relação à modernização da cidade do Rio de Janeiro nos leva a percebê-lo como um autor que construiu sua obra num momento de intensa disputa pela conformação de uma imagem de nação moderna para o país. Nessa luta, ele se mostrou interessado em desconstruir os discursos em prol da modernização de literatos com grande destaque na vida cultural carioca e demonstrar os interesses financeiros e de padronização cultural das elites.

A obra de Lima Barreto, nesse sentido, configura-se como uma fonte importante para o historiador que procura compreender as experiências daqueles sujeitos inundados por uma onda modernizante excludente, que visava modificar, como num passe de mágica, suas vidas na capital federal do país no início do século XX. Além disso, é um testemunho da criatividade e combatividade de um mulato pobre e intelectualmente marginalizado que vislumbrou possibilidades de uma existência mais justa numa das maiores cidades do país.

Mais do que uma mera referência à sua época, a obra de Lima Barreto, portanto, pode ser vista como um canal através do qual podemos perceber, no plano das práticas ordinárias e das representações literárias, as disputas pela legitimação do poder de determinados segmentos sociais.

REFERÊNCIAS

FONTES

Obras de Lima Barreto:

BARRETO, Lima. **Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961

_____ **Coisas do Reino de Jambon.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961

_____ **Feiras e Mafuás.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961

_____ **Numa e a Ninfa.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961

_____ **Diário Íntimo: memórias.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961

_____ **Triste Fim de Policarpo Quaresma.** São Paulo: Scipione, 1994.
(Col. Clássicos da Scipione)

BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos.** São Paulo: Scipione, 1994. (Col. Clássicos da Scipione)

BARRETO, Lima. **Contos reunidos.** Organização: Oséias Silas Ferraz. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

_____. **Recordação do Escrivão Isaias Caminha.** Erichim: EDELBRA, s/d.

_____ **Toda crônica.** Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol.1 1890-1919. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

_____ **Toda crônica.** Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol.2 1919-1922. Rio de Janeiro: Agir, 2004

_____ **Um longo sonho de futuro: diários, cartas, entrevistas e discussões dispersas.** Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993.

BARRETO, Lima. **Correspondência**. Tomos I e II. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961.

_____ **Impressões de Leitura**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1961.

_____ **Os Bruzundangas**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

_____ **O subterrâneo do morro do Castelo**. Disponível em:
www.virtualbooks.com.br. Acesso em: 17 agosto de 2008.

Obras de outros escritores:

AZEVEDO, Arthur. **A Capital Federal**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

BILAC, Olavo. **Vossa insolência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOMFIN, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2005. (Edição do Centenário).

MELLO MORAES, Alexandre José de. **Festas e Tradições populares do Brasil**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1999. (Col. Reconquista do Brasil)

PEIXOTO, Afrânio. **A Esfinge**. 12 ed. São Paulo: Clube do Livro, 1978.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Periódicos

Revista *Tagarela*

Revista *O Commentario*

Revista *Fon-Fon*

Jornal *O Jornal*

Jornal *Folha da Tarde*

Jornal *Cidade do Rio*

Jornal *Gazeta da Tarde*

Jornal *O Paiz*

Jornal *A Tribuna*

Documentos cartográficos

Planta da Avenida Central e obras complementares. Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, s/d.

Planta da cidade do Rio de Janeiro:compreendendo todos os melhoramentos executados pelo governo e prefeitura municipal. Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, 1907.

Planta da cidade do Rio de Janeiro: indicando os melhoramentos em execução. Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, 1905.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. **O Império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro 1830 – 1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. **A vocação do prazer**: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

ARGAN, Giulio Carlo. **A história da Arte**. In: ARGAN, Giulio Carlo. História da Arte como História da Cidade. São Paulo: Martins Fonte, 1992.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Coleção Documentos Brasileiros).

BENCHIMOL, Jaime. **Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro**. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucílio. O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BENJAMIN, Walter. **Infância em Berlim**. In: _____. Rua de mão única. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995 (Col. Obras escolhidas Vol. II).

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BOLLE, Willi. A cidade como escrita. In: BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna:** representação da História em Walter Benjamin. São Paulo: Edusp, 2000.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **Representações do Brasil Moderno para ler, ver ouvir no circuito dos Museus Comerciais Europeus, 1906 a 1908.** Revista História (online), São Paulo, V. 26 N. 2, 2007. Disponível em: www.scielo.br/pdf/his Acesso em: 13 dez. 2008.

BROCCA, Brito. **A vida literária no Brasil.** 5 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2005

BURKE, Peter. **Cultura popular da idade moderna:** Europa 1500 – 1800. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BURKE, Peter. **A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa.** In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** 2 ed. Companhia das Letras, 2006.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural.** Campinas: Papyrus, 1995.

_____ **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

CHARTIER, Roger. “**Cultura popular**”: revisitando um conceito historiográfico. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira**. In: HENRIQUES, Luiz et.al. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. (Série Estudos sobre o Brasil e a América Latina)

CUNHA, Maria Clementina. **Os bacamartes da República**: saberes e poderes no Brasil da virada do século. In: SILVA, Fernando Teixeira da et al. (org.) *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Ed. UNIMED, 2003.

EDMUNDO, Luis. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

FIGUEIREDO, Carmem. **Uma corda sobre o abismo**: diálogos entre Lima Barreto e Nietzsche. *Revista ALEA*, Vol. 1, junho de 2004. p. 159-173.

FREITAS, Celi. **Lima Barreto**: um intelectual negro na Avenida Central. *Revista Intellectus*, Vol. 1, Ano 4, 2005. Disponível em: <http://www.2uerj.br> Acesso 10 dez. de 2006.

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio**: e de sua liderança na história política do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.

GINZBURG, Carlo. **Estranhamento**: pré-história de um procedimento literário. In: GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade:** literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GOMES, Tiago de Melo. Para além da casa da tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca 1830 – 1930, **Revista Afro-Ásia**, vol. 29. n. 30, 2003.

GONDRA, José G. **Medicina, higiene e educação escolar.** In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GRUNER, Clovis. **De uma revolta a outra:** memória, história e ressentimento em Lima Barreto. Revista Artcultura, Uberlândia. V. 8, N. 13, p. 85-95, jul.-Dez.. 2006

HALL, Stuart **Nota sobre o popular.** Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **O imaginário moderno no Brasil.** In: HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LINS, Osman. **Lima Barreto e o espaço romanesco.** São Paulo: Cultrix, 1976.

LUCA, Tânia Regina. **A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX.** Disponível em: <http://www.sitemason.vanderbilt.edu>. Acesso: 08 ago. de 2008.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Lima Barreto:** um pensador social na Primeira República. Goiânia: Ed. Da UFG; São Paulo: Edusp, 2002.

MAGALHÃES, Felipe Santos. **Ganhou leva... Do vale o impresso ao vale o escrito: uma história social do jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890-1960).** Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005 (tese de doutorado).

MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e Cidade.** São Paulo: UNESP, 2006.

MARTINS, William. **O ministro das diversões**. Revista Nossa História. Novembro de 2004.

MELO, Victor. As camadas populares e o remo no Rio de Janeiro da transição dos séculos XIX/XX, **Revista Movimento**, Ano 6, n. 12, 2000

MORAES, José Geraldo de. **Cidade e cultura urbana na Primeira República**. 2 ed. São Paulo: Atual, 1995 (Col. Discutindo a História do Brasil).

OLIVEIRA, Márcia & PACHECO, Susana. **O Rio de Janeiro e o “Espetáculo da Modernidade”**. Anais do VIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IV Encontro Latino Americano de pós-graduação do Vale do Paraíba. Disponível em: www.inicep.univap.br Acesso em: 13 dez. 2008.

PECHMAN, Robert Moses. **Cenas primordiais**. In: Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. A representação do nacional em Triste fim de Policarpo Quaresma. Universidade Federal da Paraíba, 1991 (dissertação).

PEREIRA, Leonardo. **O jogo dos sentidos: os literatos e a popularização do futebol no Rio de Janeiro**. In; CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo. A história contada; capítulos de História Social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998

_____ **Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário**. In: SILVA, Fernando Teixeira da et al. (org.) República, Liberalismo, Cidadania. Piracicaba: Ed. UNIMED, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. . 2 ed. Porto alegre: UFRGS, 2002

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)**. Salvador: EDUFBA, 2002.

SANTANA, Suely Santos. **Uma voz destoante na rua do Ouvidor**: Lima Barreto e a representação da relações raciais no início do século XX. Universidade Federal da Bahia, 2005. (dissertação).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003..

_____ (org.) **História da vida privada no Brasil**. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SUSSEKIND, Flora. **As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fronteira, 1986.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **As tradições populares na Belle Époque carioca**. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro**: turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Falas da cidade: conflitos e negociações em torno da identidade cultural no Rio de Janeiro. **Revista Artcultura**, V. 7, N. 11 jun-dez. 2005.

VERANI, Ana. **O triste fim de Policarpo Quaresma**: literatura, loucura e sociedade no Brasil da Belle Époque. 2003. Dissertação (Mestrado em História)- Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

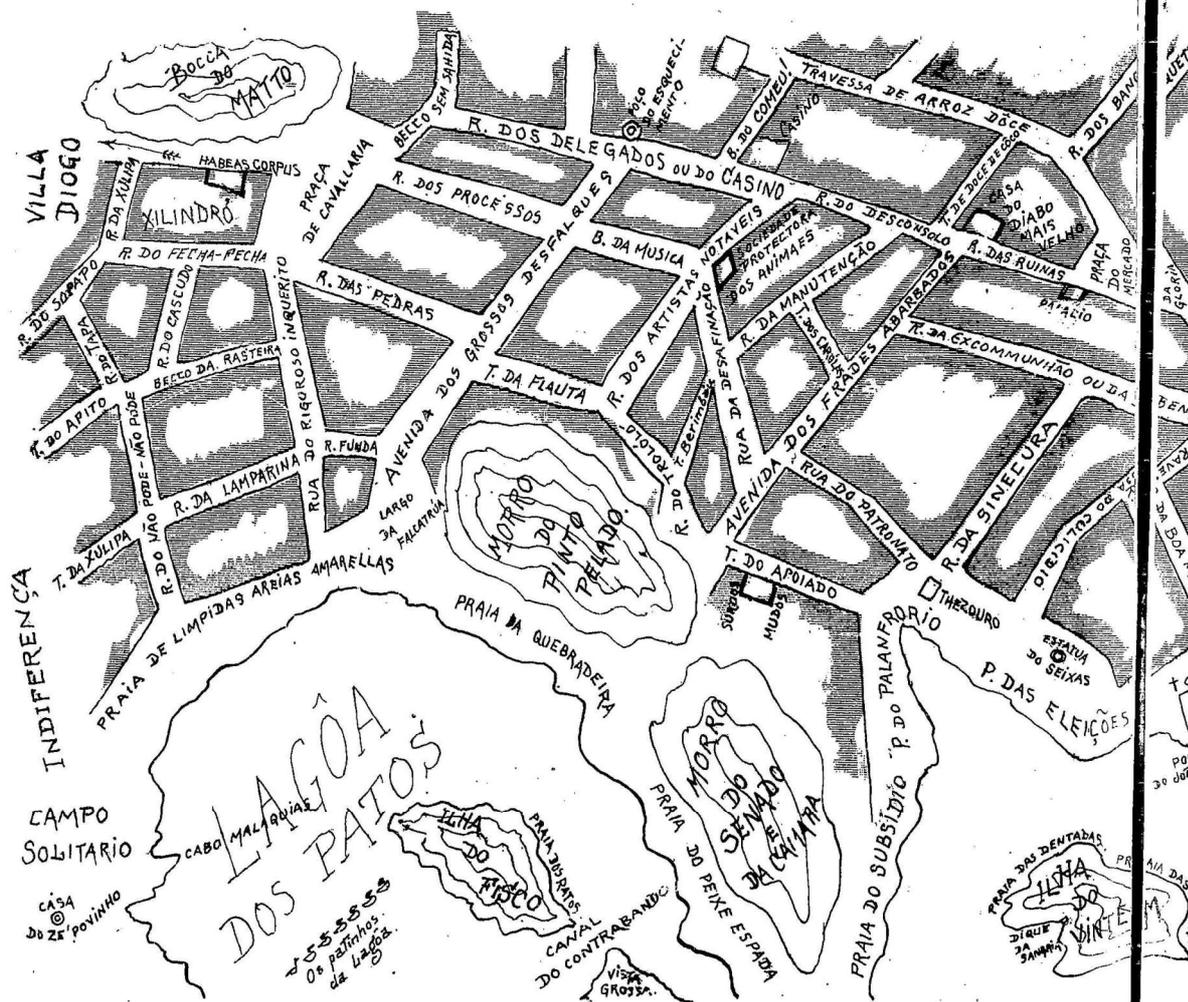
ANEXOS

REVISTA TAGARELA
(caricatura do centro do Rio de Janeiro, p. 8)

8

TAGARELA

PLANTA DA CIDADE DO RIO, SEUS MELHORAM

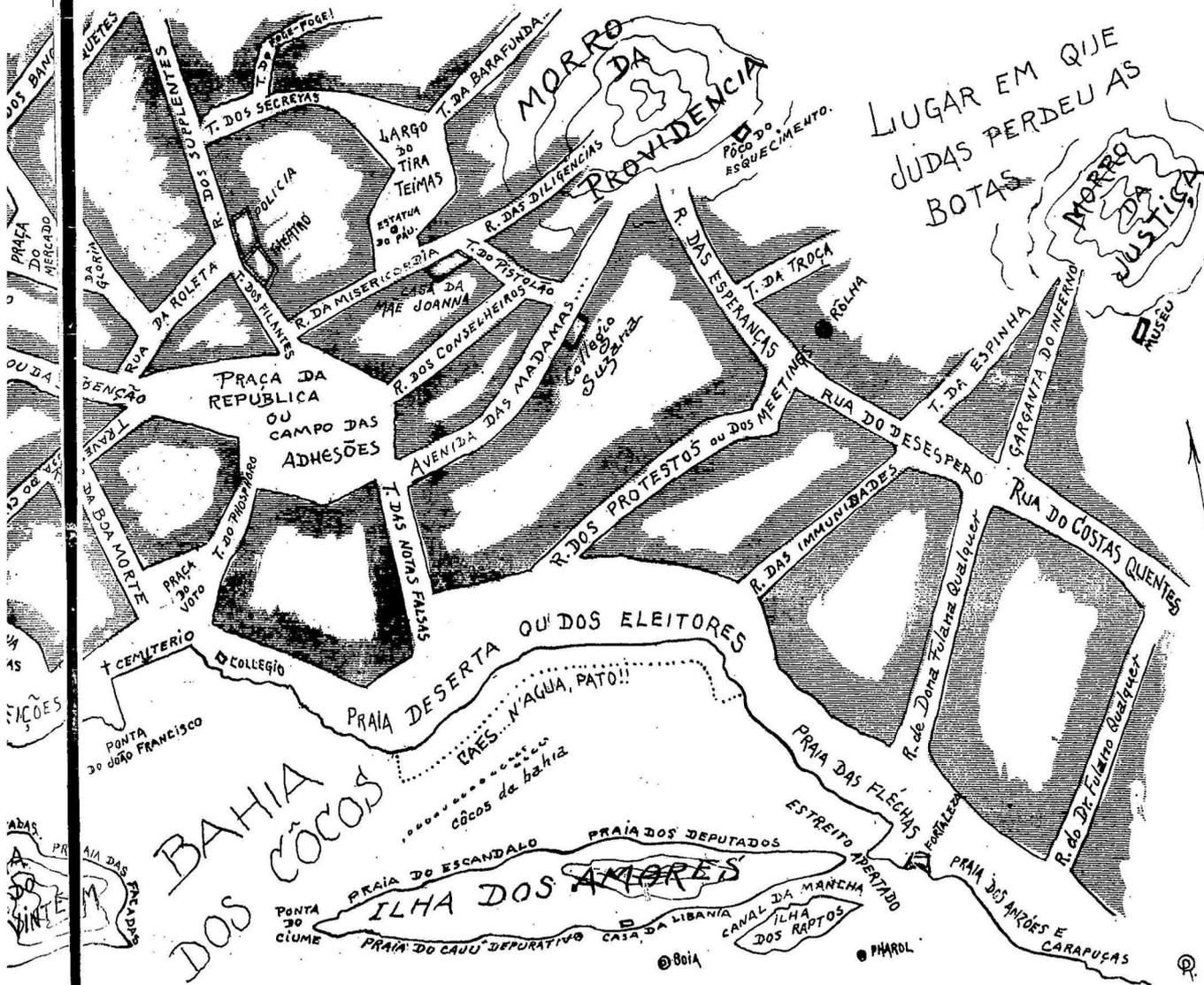


Como é mania actual de todos os jornaes da terra a publicação do mappa da cidade com as reformas...

REVISTA TAGARELA
(caricatura do centro do Rio de Janeiro, p. 9)

TAGARELA

AMENOS, SEM OBRAS DO PORTO NEM NADA!!!



LUGAR EM QUE
JUDAS PERDEU AS
BOTAS

reformas futuras, nós também estampamos hoje a obra actual que não se endireita com toda a certeza...

PLANTA DA AV. CENTRAL E OBRAS COMPLEMENTARES



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)